



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

MARIANA DE ROSSI VENTURINI

**COMUNISTAS NO BRASIL E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER:  
AS CONFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS DE 1956 E 2007**

CAMPINAS

2019

MARIANA DE ROSSI VENTURINI

**COMUNISTAS NO BRASIL E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER:  
AS CONFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS DE 1956 E 2007**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de mestra em Sociologia

ORIENTADORA: PROF<sup>ª</sup> DR<sup>ª</sup> MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA MARIANA DE ROSSI VENTURINI E ORIENTADO PELA PROF<sup>ª</sup> DR<sup>ª</sup> MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

V568c Venturini, Mariana de Rossi, 1983-  
Comunistas no Brasil e a emancipação da mulher : as conferências partidárias de 1956 e 2007 / Mariana de Rossi Venturini. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Maria Lygia Quartim de Moraes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partido Comunista do Brasil. 2. Partidos políticos - Brasil. 3. Direitos das mulheres. 4. Feminismo - Brasil. I. Moraes, Maria Lygia Quartim de, 1943-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Communists in Brazil on struggle for women's emancipation in 1956 and 2007

**Palavras-chave em inglês:**

Political parties

Rights of women - Brazil

Feminism - Brazil

**Área de concentração:** Sociologia

**Titulação:** Mestra em Sociologia

**Banca examinadora:**

Maria Lygia Quartim de Moraes [Orientador]

Lúcia Helena Rincón Afonso

Danielle Tega

**Data de defesa:** 30-09-2019

**Programa de Pós-Graduação:** Sociologia

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-9972-4954>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9122918866806688>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelas professoras doutoras a seguir descritas, em sessão pública realizada 30 de setembro de 2019, considerou a candidata Mariana de Rossi Venturini aprovada.

*Titulares*

Profª Drª Maria Lygia Quartim de Moraes (presidente)

Profª Drª Danielle Tega

Profª Drª Lúcia Helena Rincón Afonso

A Ata de Defesa junto com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

## **Agradecimentos**

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas — exemplo de excelência da universidade pública brasileira — e a toda a sua comunidade acadêmica, pelas demonstrações de diálogo crítico e resistência democrática. À professora Maria Lygia Quartim de Moraes, que orientou este trabalho, pela imensa generosidade em todos os momentos. Às professoras Lúcia Helena Rincón Afonso e Danielle Tega, pelas observações precisas e relevantes no Exame de Qualificação e na Banca de Defesa, e às professoras Mirlene Fátima Simões Wexell Severo e Elisângela Lizardo de Oliveira, suplentes da banca de defesa cujos comentários foram valiosos para a finalização da dissertação. Ao Augusto César Buonicore, pelo incentivo, e ao professor João Quartim de Moraes, pelo apoio. Ao Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois, cujo acervo foi fundamental para esta pesquisa, bem como o Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, o Centro e Documentação e Memória da Unesp e a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A todos aqueles que colaboraram na condição de entrevistados.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo suporte financeiro foi fundamental para realização desta pesquisa (Processo nº131775/2015-4). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Fernando Garcia de Faria, camarada de luta e companheiro de todas as horas.

*“O homem mais oprimido pode oprimir um ser, que é sua mulher. Ela é a proletária do proletário”*

Flora Tristán

*“A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”*

Karl Marx

## Resumo

Este trabalho analisou e comparou a Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido entre as Mulheres realizada pelo PCB em maio de 1956 à 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher, ocorrida em março de 2007, em seus respectivos contextos históricos, sociais e partidários. A questão nuclear da emancipação das mulheres, em ambos os casos, foi envolta por uma série subtemas dela derivada e que serviram de baliza para a comparação, tais como trabalho, poder, sexualidade e família. Além deles, foram aferidos também a visão dos comunistas acerca dos direitos sociais e direitos civis das mulheres em cada período, seu engajamento e participação políticos, inclusive sua presença nas direções partidárias, e como os comunistas enxergavam a relação da luta da mulher no tocante o desenvolvimento da política geral do partido. Todavia, para além dos temas tratados nas conferências, tais eventos suscitam reflexões adjacentes acerca das potencialidades e limites do debate feminista no interior de uma organização nos moldes do partido comunista.

**Palavras-chave:** Partido Comunista do Brasil; Partidos políticos - Brasil; Direitos das mulheres; Feminismo - Brasil;

## **Abstract**

The research aimed to analyze and compare two events on their respective historical, social and party contexts: National Conference on the Party Work Among Women, builded up Communist Party of Brazil (PCB) on may, 1956, and 1<sup>st</sup> National Conference of Communist Party of Brazil (PCdoB) About Woman Question, that took place in march, 2007. In both cases the main question, women's emancipation, was surrounded by other debates, like women's labour, political power, sexuality and family, whose each view will be compared too each other. It was analyzed how communists saw social and civil wrights for women at different times, as well their political participation and engagement in communist party, including in its guidance. How communists saw women's struggle and its relation with developing party's general policy. Beyond conferences themes themselves, these debates lead to forward reflexions, like potentialities and limits of feminism inside organizations as communist parties.

**Key-words:** Communist Party of Brazil; Political parties - Brazil; Women's rights; Feminism - Brazil;

## Lista de Abreviaturas e Siglas

AEL/Unicamp	- Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp
AIB	- Ação Integralista Brasileira
ANL	- Aliança Nacional Libertadora
ASMOB	- Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro (CEDEM/Unesp)
BOC	- Bloco Operário e Camponês
CC	- Comitê Central
CDM/FMG	- Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois
CE	- Comitê Estadual
CEDEM/Unesp	- Centro de Documentação e Memória da Unesp
CM	- Comitê Municipal
CNDM	- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNOP	- Comissão Nacional de Organização Partidária
Cominform	- Transliteração do acrônimo russo para <i>Bureau</i> de Informação dos Partidos Comunistas e Operários, que sucedeu o Comintern
CONAM	- Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONTEE	- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino
CPDOC/FGV	- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
CPM	- Centro Popular da Mulher
CR	- Comitê Regional
FBPF	- Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FDIM	- Federação Democrática Internacional de Mulheres
FMB	- Federação de Mulheres do Brasil
IC	- Internacional Comunista (3ª Internacional ou Comintern)
NPND	- Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento
ONU	- Organização das Nações Unidas
PC	- partido comunista
PCB	- Partido Comunista do Brasil (até 1961, quando o nome é alterado para Partido Comunista Brasileiro)

PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PCI	- Partido Comunista Italiano
PCUS	- Partido Comunista da União Soviética
POSDR	- Partido Operário Social-Democrata Russo
TSE	- Tribunal Superior Eleitoral
UBES	- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UBM	- União Brasileira de Mulheres
UFB	- União Feminina do Brasil
UJC	- União da Juventude Comunista
UJS	- União da Juventude Socialista
UNE	- União Nacional dos Estudantes
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Sumário

Introdução .....	13
Capítulo 1: Organizando a ternura .....	29
1.1. Antecedentes do trabalho do partido comunista entre as mulheres.....	31
O Secretariado Feminino da Internacional Comunista.....	32
O feminismo nos anos 1920.....	34
O Comitê Eleitoral de Mulheres Trabalhadoras do BOC.....	36
Comunismo, obreirismo, mulherismo .....	37
Mulheres contra o fascismo.....	39
As comunistas e o levante de 1935 .....	43
1.2. Camaradas mulheres .....	47
Embates .....	49
O <i>Momento Feminino</i> .....	51
1ª Conferência Nacional de Mulheres .....	53
As uniões de mulheres .....	54
Solidariedade.....	55
A defesa da paz .....	56
1.3. Uma nova página no PCB .....	59
O 4º Congresso Nacional do PCB (1954) .....	60
“Nem monges, nem D. Juans” .....	64
A celeuma das bases femininas.....	67
A resolução de 1955.....	70
Conferência especial .....	71
1.4. A crise do Partido Comunista do Brasil e a questão das mulheres .....	74
Capítulo 2: A camisa das mulheres .....	76
2.1. Comunistas partidos .....	78
2.2 Novos tempos.....	79
2.3. As uniões de mulheres.....	82
A revista <i>Presença da Mulher</i> .....	85
Fundação da UBM .....	86
<i>Lobby</i> do Batom e a Constituição de 1988.....	89
Adensamento teórico do emancipacionismo.....	94
Desafio organizativo – tornar a luta da mulher tarefa de todo o partido.....	116
Capítulo 3 – Comunistas e mulheres ontem e hoje .....	123
3.1 Duas conferências, dois contextos .....	124
Poder .....	131

Família.....	135
Trabalho .....	140
Sexualidade .....	143
Considerações Finais.....	147
Referências .....	153
ANEXOS.....	163
Anexo A – Documentos da Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido entre as Mulheres de maio de 1956.....	163
Anexo B - Documento da 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher .....	173
Anexo C - Evolução da presença de mulheres nas direções do PCB / PCdoB .....	189
Anexo D - Lista de entrevistados pela autora com qualificações.....	198

## Introdução

O presente trabalho analisa e compara a política dos comunistas brasileiros para a emancipação da mulher em dois momentos distintos, 1956 e 2007, anos em que foram realizadas conferências partidárias exclusivas para abordar essa temática. O instituto da conferência partidária foi empregado como base da comparação por condensar a elaboração de um período determinado, mais largo. As conferências nos partidos comunistas possuem a característica de instigar um debate determinado, geralmente, a partir de um texto-base, que, após ser debatido, possivelmente alterado e enriquecido com observações oriundas de todo o coletivo partidário, chegam a uma resolução, cujas diretrizes devem incidir sobre toda estrutura do partido. Todavia, as conferências não foram tomadas como eventos isolados, mas, antes, consideradas em seu contexto histórico, social e partidário, seja na análise intrínseca de cada uma, seja na comparação entre elas.

As análise e comparação das conferências apresentam uma série de questões levantadas pelos comunistas de distintas épocas no que tange a emancipação da mulher. Encontraram-se temas que eram uma preocupação em 1956 e que foram historicamente superados — portanto, desaparecem em 2007 —, como o direito ao divórcio. Existem também questões que reaparecem quase literalmente, como é o caso da defesa da centralidade do trabalho remunerado, na esfera pública, como condição *sine qua non* da emancipação da mulher e a luta por equidade salarial entre homens e mulheres que desempenham a mesma função no trabalho. Há temas que, por sua vez, apesar de serem apontados como prioritários na agenda partidária em 1956, não foram superados, ao contrário, foram rearticulados e recolocados em outro patamar, como é o caso da dificuldade das mulheres em acessarem e exercerem o poder dentro das instituições do Estado e no próprio partido comunista.

Faz-se necessário considerar como os comunistas dialogaram com seu tempo, ou seja, de que forma o partido comunista enxergava e respondia às demandas das mulheres de cada período. Simultaneamente, como se articula a questão da emancipação da mulher com o programa partidário dos comunistas em 1956 e 2007, levando-se em conta as diferenças existentes entre os programas, e, mais amplamente, as próprias diferenças de contexto econômico, político e social que distam a década de cinquenta do século 20 e a primeira década dos anos dois mil. A pesquisa está nucleada nos documentos relativos às conferências partidárias: textos-base — cotejados com as respectivas resoluções — de cada uma delas, textos

da militância nas respectivas tribunas de debates e outras publicações relacionadas ao tema na imprensa partidária, como notícias, artigos, resoluções e informes institucionais.

Entretanto, foi imprescindível situar de maneira mais ampla a realização de tais eventos partidários e compreendê-los à luz de um desenvolvimento de maior fôlego da luta da mulher no interior do partido comunista. As conferências são, elas próprias, fruto de debate e acúmulo interno sobre o tema, como evidencia a farta documentação consultada: jornais partidários diversos (*Voz Operária*, *Imprensa Popular*, *A Classe Operária*, entre outros) e as publicações ligadas à luta das mulheres da militância comunista, como o jornal *O Momento Feminino* e a revista *Presença da Mulher*, mostram um crescente amadurecimento da elaboração comunista sobre a questão da mulher ao longo dos anos que precederam as duas conferências analisadas. Portanto, dando lastro às análises e comparação das conferências — que, inclusive do ponto de vista metodológico, não poderiam ser tomadas isoladamente de seus respectivos contextos — há documentação produzida pelo partido comunista em seu cotidiano, onde foi possível verificar ao longo do tempo o desenvolvimento progressivo da pauta das mulheres nas duas ocasiões.

Em que pese a Conferência Sobre o Trabalho do Partido entre as Mulheres tenha ocorrido em maio de 1956, este trabalho lança luz sobre a elaboração para a emancipação da mulher do PCB no período de 1945 a 1960.<sup>1</sup> Apesar da dimensão discricionária que todo corte desta natureza possui, a escolha dos marcos temporais se justifica por consagrarem viragens qualitativas no debate do partido comunista sobre a emancipação da mulher, a primeira (1945), ascendente, a segunda (1960), descendente. O fim da 2ª Guerra Mundial, vencida pela URSS, gerou um grande prestígio dos comunistas junto ao povo brasileiro. O PCB, outrora violentamente perseguido pelo Estado Novo, conquistava a legalização em 1945, com ela, um enorme crescimento eleitoral e orgânico, que culminou, inclusive, na eleição de uma relativamente expressiva bancada federal da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 (um senador e 14 deputados federais).

A necessidade premente de organizar as massas de mulheres que procuravam o partido, aliada aos próprios ventos da democracia trazidos pela constituinte que propiciavam um debate mais profundo sobre o papel das mulheres na sociedade brasileira, e as pressões internacionais provenientes da URSS para que os partidos comunistas sob sua influência

---

<sup>1</sup> Embora a concentração deste período ser 1945-1960, consideraram-se também os precedentes de trabalho de mulheres no interior do PCB, cujos primeiros registros históricos remontam ainda à década de 1920 e que, eventualmente, tiveram maior ou menor relevo e elaboração de caráter mais ou menos específico no interior da agremiação com o objetivo de melhor contextualizar a trajetória do partido comunista no que tange a luta das mulheres.

constituíssem movimentos de mulheres — já com vistas à nascente Guerra Fria e o combate antimperialista, para o qual se havia criado, inclusive, a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), para cujo congresso de fundação, ainda em 1945, os comunistas brasileiros haviam enviado representante —, impeliram os comunistas do PCB a iniciarem um debate acerca da organização das mulheres no interior da agremiação. Ainda em 1945, o partido instituiu as organizações de base exclusivamente femininas, cuja função precípua seria organizar as mulheres na agremiação e entrar em sintonia com as reivindicações das “mulheres do povo”, a fim de alimentar a elaboração partidária sobre o tema.

Havia também uma motivação adjacente — mas não menos importante — para o estabelecimento das organizações de base femininas: garantir um ambiente de militância onde as mulheres, geralmente acanhadas e tímidas no espaço público, se sentissem à vontade para emitir sua opinião, ao passo que iam também ganhando autoconfiança e se constituindo em quadros partidários com menos timidez; ao mesmo tempo, era uma forma de tentar driblar as fortes oposições e até proibições — bastante comuns — de maridos e pais à militância das mulheres, bem como as pesadas difamações que recebiam toda a militância do partido, especialmente as mulheres, de que os comunistas eram devassos e contra a família. Então, um espaço de militância exclusivamente de mulheres no interior do partido poderia dirimir esses problemas. Além das organizações de base, também sob orientação partidária, são fundadas organizações populares de mulheres por todo o Brasil, as uniões de mulheres, que atenderiam à necessidade de atrair mais mulheres para a luta política sob orientação indireta do PCB, ainda em 1945.

Inicialmente, tais organizações se concentravam em bandeiras gerais, especialmente a campanha pela paz e contra a carestia. Da necessidade de agregar e orientar essas diversas uniões locais, surge o jornal *O Momento Feminino* em 1947, e, dois anos mais tarde, a Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Neste ínterim, é possível notar claramente a progressão da ideia de “mobilização das massas femininas” para o desenvolvimento de uma pauta de reivindicação própria das mulheres, retroalimentando a elaboração partidária, ao ponto de surgir como demanda do partido — e não apenas das mulheres militantes — a ideia de “emancipação da mulher”, cristalizada nos documentos posteriores do PCB, escrutinados pela pesquisa que segue e abordados, fundamentalmente, no primeiro capítulo.

Após a realização da Conferência Sobre o Trabalho do Partido Entre as Mulheres pelo PCB, em 1956, a análise deste período prossegue até o marco cronológico-institucional da realização do 5º congresso partidário, em 1960 — cuja resolução claramente retrocede na questão da mulher —, passando pela “Declaração Sobre a Política do PCB” (também conhecida

como “Declaração de Março de 1958”), que não citava, nem de passagem, a questão da mulher. O objetivo é elucidar os motivos pelos quais o trabalho de mulheres desse período foi abandonado e esquecido pelos comunistas brasileiros.

Além da tendência à invisibilidade das mulheres e a tudo que a elas se relaciona na história, uma das razões, sem dúvida, foi o agudo processo de luta interna advindo, sobretudo, do 20º Congresso do PCUS. Nele, a leitura do relatório que erodia completamente a figura de Josef Stálin (1878-1953) e era o início de uma guinada à direita na política do principal PC do mundo — com imensa força gravitacional junto aos demais PCs sob sua influência — caíram como uma bomba no movimento comunista internacional. Por casualidade, os informes sobre o conteúdo do conclave do PCUS chegaram logo após a realização da Conferência (o 20º Congresso ocorreu em fevereiro, a conferência, em maio, todavia, o enviado brasileiro ao conclave soviético só retornaria ao Brasil com os informes oficiais do mesmo em agosto de 1956), eclipsando-a por completo dos debates partidários e inaugurando um largo processo fratricida que engendrou, entre outros, um evidente refluxo no trabalho de mulheres (incluindo o fim do *Momento Feminino* ainda em 1956 e uma reação tímida dos comunistas diante do fechamento da FMB pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek, em 1957) e que culminaria na cisão partidária de 1961/1962. Portanto, os marcos temporais empregados para delimitar este período (1945 a 1960) abarcam o processo de construção do trabalho de mulheres desenvolvido consistentemente pelos comunistas no Brasil e que teve seu ciclo interrompido, só sendo retomado no processo de redemocratização do país, nos estertores da ditadura militar.

Para analisar a conferência de 2007 realizada pelo PCdoB foi necessário retroceder até 1978/1979, anos em que o partido realizou, em duas etapas e ainda na clandestinidade, uma conferência nacional, a chamada 7ª Conferência Nacional do PCdoB, realizada em Tirana, na Albânia, que debateu o posicionamento dos comunistas diante dos sinais de esgotamento da ditadura. Naquele momento, no Brasil ganhavam força o Movimento Feminino Pela Anistia e o Movimento Contra a Carestia. Ambos eram compostos majoritariamente por mulheres — embora não debatessem sobre seus direitos ou emancipação — e contavam com a participação de militantes do partido. Ao mesmo tempo, pequenos núcleos de mulheres e jornais alternativos, como o *Nós, Mulheres* e o *Mulherio* vinham trabalhando a questão específica da discriminação das mulheres e já se declaravam feministas, já sob os auspícios da Década da Mulher da ONU (1975-1985). Este foi o cenário que propiciou que uma das resoluções da 7ª Conferência Nacional do PCdoB fosse que o partido empreenderia esforços na construção de um movimento de mulheres vigoroso, que aliasse o caráter massivo dos movimentos Contra a Carestia e Feminino Pela Anistia ao debate específico sobre a opressão da mulher, ainda circunscrito a

círculos reduzidos, geralmente de mulheres universitárias de estratos médios. Para tanto, na mesma conferência, destacou-se uma dirigente — que passaria, inclusive, a integrar o Comitê Central a partir daquele fórum — que se responsabilizasse por essa construção, a paraibana radicada em Minas Gerais, recém egressa da clandestinidade, Jô Moraes.

O próximo congresso do partido, 6º congresso nacional, ocorrido na cidade de São Paulo em 1983, já contaria com a apresentação de um informe especial sobre a questão da mulher, apresentado pela mesma Jô, e algumas medidas práticas já haviam sido tomadas, tais como a fundação das primeiras uniões de mulheres, entidades populares sob influência das comunistas espalhadas por todo o país e que, anos mais tarde, em 1988, dariam origem à fundação da União Brasileira de Mulheres. Ao longo dos anos 1980 e 1990, houve um progressivo adensamento na elaboração política e teórica sobre o significado da luta pela emancipação das mulheres e sua relação com a política geral do PCdoB. Fundou-se a revista *Presença da Mulher*, que foi, além de elemento de coesão e orientação política para as uniões de mulheres — cujo número crescia rapidamente —, o veículo no qual as comunistas publicavam os textos onde desenvolviam o que recebeu o nome de emancipacionismo. Este consistia em uma modalidade de feminismo classista (o termo feminismo só seria incorporado pelo PCdoB alguns anos mais tarde) cujo núcleo do raciocínio, em termos bastante sintéticos, era que só seria possível emancipar a humanidade emancipando-se as mulheres e, dialeticamente, só seria possível a emancipação das mulheres emancipando-se a humanidade (ou seja, ao alcançar o comunismo).

A vitória do campo democrático e popular nas eleições presidenciais em 2003, todavia, engendrou uma mudança de tática do PCdoB. Trabalhadores, jovens e mulheres passam a ser as principais linhas de acumulação de força do partido. Isto posto, fazia-se necessário também atualizar o debate emancipacionista no interior da agremiação, além de tomar medidas de valorização e promoção de mulheres nas fileiras e instâncias dirigentes do partido. O 11º congresso da sigla, em 2005, introduziu importantes alterações estatutárias neste sentido, desde a instituição de política de cotas até estatuir a secretaria da mulher, o Fórum Nacional Permanente Sobre a Emancipação da Mulher e a realização de uma conferência temática entre um congresso e outro. Todo esse pano de fundo levou a direção do partido a promover, em março de 2007, a chamada 1ª Conferência Nacional do PCdoB Sobre a Questão da Mulher, que mobilizou cerca de 11 mil militantes partidários nas etapas de base. Entretanto, o marco da pesquisa seguiu até 2011, ano anterior à realização da 2ª Conferência Nacional do

PCdoB Sobre a Emancipação da Mulher<sup>2</sup>. Desta forma, foi possível aferir desdobramentos e limites das políticas preconizadas pela 1ª Conferência.

A desenvolvimento da luta das mulheres dentro do PCdoB experimentou avanços e recuos neste ínterim, abordados ao longo do segundo capítulo. Dada a ausência de produção acadêmica ou bibliográfica sobre a luta das mulheres no interior do PCdoB, a pesquisa se embasou, além dos documentos partidários produzidos durante o período e na coleção *Presença da Mulher*, em entrevistas realizadas com os dirigentes partidários envolvidos nesta temática: Ana Rocha (primeira diretora da *Presença da Mulher*), Jô Moraes (primeira responsável no CC pelo tema e primeira presidente da UBM), Liège Rocha (primeira secretária nacional da mulher do PCdoB 2007-2018), Lúcia Rincón (fundadora e ex-presidente da UBM), Ricardo Alemão Abreu (ex-secretário nacional de movimentos sociais do PCdoB) e Walter Sorrentino (ex-secretário nacional de organização do PCdoB) — caracterização mais detalhada dos entrevistados está disponível em sessão específica nos anexos desta dissertação —. O material coletado nas entrevistas foi extremamente valioso para compreender criticamente os aspectos multidimensionais da questão, para além da institucionalidade dos documentos oficiais. A ausência de produção acadêmica sobre o trabalho feminista do PCdoB deixou lacunas que este trabalho procurou suprir, por um lado, apoiando-se na documentação oficial do partido e, por outro, inquirindo dirigentes-chave do período, compondo um mosaico complexo do desenvolvimento da luta feminista no interior da agremiação. Ainda assim, a dificuldade de trabalhar temas contando, em grande medida, apenas com fontes primárias perpassou toda a produção desta dissertação.

Interessante observar que, do ponto de vista de organização partidária, a ideia-força tanto da conferência do PCB em 1956 quanto da conferência do PCdoB em 2007 é exatamente a mesma: tornar a luta da mulher uma tarefa de todo o partido. Isso se deve, por um lado, à proximidade de concepções de luta de mulheres dos dois entes — apesar dos 51 anos separando uma e outra conferência — e, por outro, à relação institucional histórica de PCB e PCdoB (o que explica, inclusive, a proximidade de concepções). Fundado sob influência da Revolução de Outubro de 1917 em 25 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil – PCB foi, durante décadas, o principal rio a dar vazão ao movimento operário brasileiro. Duramente perseguido pela direita, dentro e fora do Estado brasileiro, o partido esteve mais tempo sob clandestinidade do que sendo organização legal. Apesar disso, ao longo das décadas, o PCB resistiu e conseguiu, inclusive, crescer em alguns momentos, como no curto período pós 2ª Guerra, antes de ser

---

<sup>2</sup> Da primeira para a segunda conferência, os comunistas alteraram o nome de “questão” para “emancipação” da mulher por considerarem uma elaboração mais precisa.

novamente colocado na clandestinidade e ter o registro cassado (junto com os mandatos eletivos) pelo TSE. Essa organização manteve-se coesa durante a maior parte das intempéries a que foi submetida, todavia, o abalo sísmico produzido pelo 20º Congresso do PCUS no movimento comunista internacional afetou-a a ponto de gerar uma divisão de vulto, dando início a um processo — que se intensificaria ao longo das próximas décadas (sobretudo com o advento da ditadura militar) — de divisões e subdivisões no grande tronco principal da árvore fundada em 1922.

As imbricações entre PCB e PCdoB advém justamente do fato de, até 1962, se tratarem da mesma organização. Além disso, há uma particularidade no processo de cisão — que será abordado mais detalhadamente no 2º capítulo desta dissertação — que gera dois partidos comunistas no Brasil, que faz com que haja proximidades de abordagem, especialmente organizativas e metodológicas, entre uma e outra. O agudo processo de disputa interna resultante da penetração das teses dos congressos do PCUS (tanto 20º, em 1956, quanto 21º, em 1960) no PCB, gestara o processo de afastamento, “rebaixamento” de funções e isolamento de alguns dirigentes de destaque na organização partidária. João Amazonas, outrora membro do *presidium* e relator dos novos estatutos aprovados no congresso de 1954 (que dirigira, inclusive, a atuação do partido na greve geral de 1953), foi destacado para dirigir o partido no Rio Grande do Sul; Maurício Grabois, ex-deputado constituinte e também dirigente central, foi enviado para cumprir tarefa em Minas Gerais e Pedro Pomar foi enviado para dirigir o Comitê Distrital do Tatuapé, bairro operário da cidade de São Paulo. Esse processo de depuração foi sendo operado cuidadosamente ao longo de anos pelo secretário de organização, Giocondo Dias, com a provável anuência do secretário-geral da agremiação, Luís Carlos Prestes, e outros dirigentes que lhe expressavam maior concordância.

O acirramento da Guerra Fria, na virada dos anos 1950 para a década de 1960, fez com que a Justiça Eleitoral exigisse a “adequação” no nome e programa do PCB, uma vez que Partido Comunista “do Brasil” indicava uma agremiação que seria filial brasileira de uma outra, estrangeira, e que negava o pluripartidarismo e a democracia — uma evidente chicana contra os comunistas. Além disso, exigia-se também a retirada de menções a “internacionalismo proletário” ou quaisquer outras passagens que contrariassem os “princípios democráticos” da Constituição Brasileira. Para escapar a essa tentativa de inviabilização do registro partido, o núcleo dirigente do PCB publica no jornal *Novos Rumos*, órgão do partido, os novos programa e estatuto, bem como o novo nome: Partido Comunista “Brasileiro”. Um grupo pequeno, porém de dirigentes expressivos, como os já citados João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Calil Chade manifestam profunda contrariedade com as mudanças e se recusam a aceitá-las,

sendo expulsos do PCB. Em resposta, realizam uma “Conferência Extraordinária” em 18 de fevereiro de 1962, a qual chamam reorganização partidária, onde reivindicam nome e programa anteriores. Isso implica a reivindicação também da forma organizativa e a bagagem histórico-institucional do PCB, todavia, sob nova sigla: PCdoB.

Esta imbricada relação entre PCB e PCdoB justifica a proximidade de abordagens entre eles no que tange a tratativa da luta pela emancipação da mulher, na forma e conteúdo da organização dos fóruns e instâncias partidários, como será oportunamente explicitado ao longo dos próximos capítulos. Decorre desse fato a grande proximidade, sob muitos aspectos, entre a conferência do PCB de 1956 e a conferência do PCdoB de 2007. As conferências temáticas sobre a emancipação da mulher são o desaguadouro da tensão permanente entre o geral e o específico no interior de uma organização como o partido comunista, além de expressarem a compreensão de que mulheres são, simultaneamente, atores e agenda políticos singulares, o que enseja a necessidade de abordagem específica. Essa constatação contrasta com a ideia de que a militância das mulheres no partido comunista limitou-se sempre à defesa de pautas gerais sem abordar a questão da opressão específica — por vezes manifesta no movimento comunista internacional e, conseqüentemente, brasileiro também.

Os comunistas brasileiros oscilaram entre essas duas abordagens ao longo das décadas: a primeira, de reconhecer a especificidade da luta das mulheres por seus direitos e sua relação com a luta socialista e a última, de caráter mais generalizante, reforçada especialmente em momentos de defensiva estratégica ou grande ameaça à democracia, como é o caso da luta internacional contra a escalada do fascismo. As duas formas distintas de abordar a luta das mulheres não eram excludentes, ao contrário, coexistiram (nem sempre pacificamente) no interior da agremiação ao longo dos anos e se relacionam a diversos fatores, que vão desde o papel que as mulheres ocupam na sociedade em cada momento, ou seja, a relação entre ser social e consciência social de determinado segmento, também a presença, em maior ou menor grau, de mulheres no interior do partido, além dos elementos já citados. A comparação entre as duas conferências será tema do capítulo três. Foram utilizadas quatro categorias — cujos respectivos conceitos foram explicitados no capítulo em questão — para balizar a comparação entre as conferências. Será aferida de que forma os comunistas enxergavam, em cada momento, trabalho, poder, família e sexualidade, temas extremamente relevantes na vida das mulheres e pontos nodais de sua opressão/liberação.

A estrutura funcional dos partidos comunistas de tipo leninista é, em geral, bastante similar. Há mudanças de nomenclatura das estruturas, cargos e fóruns que representam alterações de concepção de estrutura institucional, nenhuma de vulto, todavia. Essas alterações

de nomenclatura foram ocorrendo ao longo dos anos e respondem à evolução do pensamento organizativo dos comunistas que, no cerne, manteve a estrutura preconizada por Lênin no POSDR/PCUS. O texto da dissertação procurou manter-se fiel à nomenclatura institucional partidária empregada em cada situação tanto quanto possível, *mutatis mutandis*, adequando se necessário para uma melhor compreensão do leitor. A estrutura funcional, no entanto, é basicamente a mesma.

Cada militante pertence a uma organização de base (em diferentes épocas também foram empregados os termos organismo de base ou célula), que orienta as ações dos militantes e é responsável pela ação partidária em nível local. Geralmente existem por local de trabalho, estudo ou moradia e, em última instância, é o elo do partido com as massas, o povo, o proletariado etc. Diversas organizações de base de uma mesma região recebem orientação e respondem a um comitê (ou diretório, a depender da época, mas cumprindo, basicamente, a mesma função) intermediário, cuja função precípua é prestar auxílio, orientar politicamente e garantir que as diretrizes dos órgãos superiores sejam recebidas e cumpridas pelos organismos inferiores: podem ser comitês distritais, municipais ou estaduais (em muitos momentos utiliza-se também o termo regionais, categoria mais ampla que “estaduais”, por exemplo: comitê regional de Espírito Santo e Minas Gerais), estes últimos devem se reportar ao Comitê Central (em determinados momentos chamado Comitê Nacional ou Diretório Nacional), órgão máximo de direção partidária entre a realização de um congresso e outro.

O Comitê Central elege um secretariado nacional (também chamado *presidium*), composto de alguns dirigentes apenas, para executar a política partidária no cotidiano. Por fim, há um dirigente principal, o secretário-geral, secretário-político ou presidente do partido comunista, que tem por tarefa, fundamentalmente, representar e orientar o partido, todavia, dentro das diretrizes recebidas em congresso e outros fóruns partidários. Além dele, há também tarefas específicas bastante comuns nos PCs em praticamente todos os momentos de sua história, podendo integrar seu secretariado ou não, tais como secretaria de organização — responsável por propor e executar o funcionamento e a estrutura do partido, composições de instâncias dirigentes, formato de fóruns etc; secretaria de finanças — responsável pela captação e gestão de recursos para o partido; secretaria de agitação e propaganda (ou comunicação) — responsável pela produção e distribuição das publicações do partido, disseminar suas ideias e símbolos nas mais diversas situações; secretaria de formação — responsável pela difusão da política do partido e do ideário que o norteia, o marxismo-leninismo, entre a militância comunista; relações internacionais e secretaria sindical — responsável por orientar a ação dos comunistas no movimento sindical, considerado o mais estratégico movimento social pelos

comunistas dado o seu potencial de interferir diretamente na produção social. Há outras secretarias que sazonalmente apareceram, como a secretaria de solidariedade — responsável pelo Socorro Vermelho e trabalho de amparo aos presos políticos comunistas e suas famílias; secretaria de massas ou movimentos sociais — responsável por desenvolver a política e acompanhar movimentos sociais organizados para além do sindical, que possui secretaria própria: movimento por moradia, movimento de mulheres, movimento de combate ao racismo; e secretaria de juventude — responsável por acompanhar a presença do PC nos movimentos juvenis, tais como entidades estudantis; secretaria da mulher — responsável por dirigir a ação das comunistas no movimento de mulheres e espriar o debate acerca da emancipação da mulher por todo o partido. As secretarias que o Comitê Central institui tendem a se reproduzir nas instâncias inferiores. Por exemplo, haverá secretaria nacional de organização, secretaria estadual/regional de organização, secretaria municipal de organização, e assim sucessivamente.

Eventualmente as instâncias de direção elegem também um politburo (também chamado de comissão política), instância dirigente localizada entre o chamado pleno do comitê (que são todos os dirigentes eleitos para aquela instância) e o secretariado, seu objetivo é fundamentalmente conferir mais agilidade aos debates políticos, quando reunir todo o assim chamado pleno do comitê estiver impedido de fazê-lo rapidamente, seja por razões de segurança ou quaisquer outras. Todos os comitês intermediários elegem secretariados com o mesmo intuito, ainda que, na prática, em muitos casos, os secretariados ou *presidium* terminem por constituir um importante espaço de poder, abaixo apenas das secretarias-gerais ou presidências. Todo esse complexo sistema de direção, bastante rígido e verticalizado, seria alimentado e retroalimentado pelo debate coletivo organizado, sobretudo, durante os processos congressuais ou conferenciais do partido comunista. O congresso é a instância maior de decisão do partido comunista, e ocorre envolvendo todas as instâncias partidárias, da base ao comitê central.

Em geral, os congressos possuem o mesmo *modus operandi*: o CC elabora um texto-base que deve servir de roteiro para os debates em todos os níveis, da base ao nacional, passando pelas instâncias intermediárias. O texto-base poderá ser alterado, ter trechos suprimidos, incluídos ou modificados. São as assembleias de base, conferências distritais, conferências municipais, conferências estaduais/regionais e plenária final do congresso que aprovam ou não as alterações propostas para seguir tramitando até a apreciação da plenária final do congresso. Cada uma dessas etapas elege também sua respectiva instância dirigente, até que a plenária final, composta por delegados eleitos nas etapas anteriores, responsável por analisar as emendas recebidas de todo o coletivo partidário e que tramitaram nos debates ao longo de todo o processo, sejam incorporadas ou não ao documento final, que passa, então, a ser a

resolução do congresso. Será ela, conseqüentemente, que irá nortear a vida política do partido a partir daquele momento, bem como as ações do próprio comitê central, eleito na mesma ocasião. O partido comunista seria como um organismo vivo, o corpo de um ser humano: as células são as organizações de base, os comitês intermediários de diversos níveis são os órgãos, e o comitê central, o cérebro. Ao passo que cabe o comitê central enviar o comando coordenado para o restante do corpo, ele também deve consultar as células e órgãos para obter as informações necessárias e tomar as melhores decisões.

Além disso, uma vez tomada uma decisão pela maioria, a minoria deve se submeter e atuar em defesa da posição da maioria, que passa a ser a posição de todo o partido. Este é um princípio caro aos PCs leninistas: o centralismo democrático. Trata-se de uma estrutura rígida e verticalizada, mas bastante dinâmica e democrática em sua concepção. Salvo momentos em que por perseguição política o partido não pôde realizar seus fóruns, ou quando alguma instância foi desbaratada por prisões, torturas e assassinatos — como no caso da CNOP, em que militantes, com o CC quase todo preso, assumiram o leme e realizaram uma conferência de reorganização, a Conferência da Mantiqueira de 1943, onde se elegeu um novo CC, e da Chacina da Lapa, quando agentes da ditadura militar invadiram a reunião do CC do PCdoB em 1976 e assassinaram três dirigentes, um deles sob tortura, e prendendo os demais<sup>3</sup> —, os comunistas no Brasil lograram cumprir, em grande medida, seus ritos de democracia interna. E mesmo com toda a complexidade institucional, com sua riqueza de detalhes de funcionamento, as estruturas analisadas de PCB e PCdoB são, basicamente, as mesmas, mesmo com as profundas divergências de tática entre eles.

É importante salientar que qualquer análise sobre os partidos comunistas deve levar em consideração a brutal perseguição a que sempre estiveram sujeitas essas agremiações no Brasil e em todos os países em que não estavam no poder. No Brasil, o PC, seja ele PCB ou PCdoB, possui mais tempo de clandestinidade do que existência legal: 63 anos ilegal, grande parte do tempo sob dura e violenta perseguição. Partido Comunista do Brasil e Partido Comunista Brasileiro conseguiram a legalidade em 1985 e vivem sua mais longa legalidade — todavia a onda de extrema-direita, antidemocrática e antipopular, que chega ao Brasil faz com que, em pleno ano de 2019, tramite no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional para criminalizar novamente o comunismo. Ou seja, o fantasma da violência de Estado ronda os partidos comunistas desde sempre e deve ser considerado como elemento de contextualização dos mais relevantes ao pesquisá-los.

---

<sup>3</sup> Mais detalhes sobre a CNOP e o episódio conhecido como Chacina da Lapa, respectivamente nos capítulos um e dois.

Esse agudo processo de perseguição engendrou algumas dificuldades para realizar pesquisas sobre o PC no Brasil. A primeira, obviamente, é que, por anos, foi um tema vítima da violência de Estado, atrasando em décadas a produção acadêmica. A segunda é o impedimento da divulgação dos documentos. As próprias dificuldades do PC em manter um arquivo institucional, uma vez que seus documentos poderiam ser utilizados como provas de condutas, ideologias e práticas consideradas criminosas pelos governos autoritários, então, registros documentais importantíssimos eram frequentemente destruídos por militantes e dirigentes. Grande parte do que se conhece hoje das primeiras décadas do PC no Brasil se deve à dedicação de Astrojildo Pereira, que havia, a despeito do perigo que representava, guardado farta documentação partidária em seu acervo pessoal. Após seu falecimento, em 1965, essa vasta documentação foi trasladada para a Itália — por iniciativa de, entre outros, José Luís Del Roio<sup>4</sup>, com apoio de Marly Vianna<sup>5</sup>, a quem os pesquisadores sobre movimento operário brasileiro e, marcadamente, sobre o Partido Comunista no Brasil, devem reputar homenagens —, mantendo-se em segurança dos aparatos da ditadura militar até poder retornar ao Brasil, onde se encontra depositado no CEDEM/Unesp, sob a identificação de ASMOB. Somente com o início da abertura democrática, a partir de 1975, foi possível iniciar o processo de organização de arquivos contendo material do partido comunista além do ASMOB, tais como AEL/Unicamp e, mais recentemente, CDM/FMG, entre outros. Começam, na virada dos anos 1970 para os anos 1980, a ganhar corpo as produções bibliográficas sobre o partido comunista, que durante cerca de seis décadas estiveram interditas ou bastante dificultadas.

A distensão democrática trouxe a possibilidade de produção bibliográfica, universitária ou não, em escala maior sobre os movimentos outrora considerados subversivos. Livros de dirigentes e ex-dirigentes comunistas e/ou pesquisadores são lançados, trazendo à tona parte essencial da história institucional do movimento comunista brasileiro. Parte significativa desta produção embasou este trabalho direta ou indiretamente — como fica claro na bibliografia empregada na presente pesquisa, exposta em detalhes em seção apropriada e nas notas de rodapé. Entretanto, há ainda lacunas importantes no conhecimento sobre o movimento comunista brasileiro, que esta dissertação busca, em alguma medida, diminuir. A primeira versa sobre o trabalho de mulheres que os comunistas desenvolveram, entre fluxos e refluxos, ao longo dos anos. É relativamente recente o número de pesquisas acadêmicas que se debruçam sobre mulheres comunistas. Da última década para cá, cresceu bastante o número de produções que focam mulheres que integraram o movimento comunista brasileiro. Todavia, a maioria dos

---

<sup>4</sup> Jornalista e militante comunista ítalo-brasileiro exilado na Itália, onde foi senador pelo PCI.

<sup>5</sup> Historiadora com vasta produção sobre o Levante de 1935 de ANL e ex-dirigente nacional do PCB.

trabalhos tem por centro o indivíduo em detrimento da instituição. É bastante comum nestas pesquisas o enfoque metodológico que opta pela valorização individual e a secundarização institucional do partido. Em outras palavras, uma grande profusão de biografias, onde o partido comunista e seu trabalho feminino apareciam apenas como contexto na vida de mulheres heroicas, raramente como objeto *per se*. Mais raramente, há trabalhos que enfocam alguma das organizações do movimento de mulheres criado e dirigido sob orientação partidária, mas, também estas análises mal consideram o ente que dirigia aquele conjunto de ações. Sobre a abordagem institucional que o partido comunista desenvolveu para a luta das mulheres e sua evolução histórica no pré-golpe militar, a omissão ainda é imensa. Com exceção da louvável pesquisa de mestrado de Valentine Mércier,<sup>6</sup> de 2014, pouco ou quase nada se produziu sobre o trabalho institucional do partido comunista no Brasil no tocante à luta das mulheres por sua emancipação. Soma-se a isso a segunda lacuna no conhecimento sobre a experiência institucional dos comunistas brasileiros que reside sobre a produção acadêmica ainda escassa sobre o PCdoB. À exceção do episódio de resistência armada à ditadura militar conhecido como Guerrilha do Araguaia, o partido raramente foi tematizado em pesquisas acadêmicas.

A peculiaridade descrita acima engendra uma dificuldade adicional à pesquisa, que é a escassez — ou mesmo ausência — de fontes secundárias que deem lastro ao trabalho, restando, em muitos momentos, apenas as fontes primárias a embasá-lo. A utilização de fontes primárias, como resoluções, teses, diretrizes partidárias e notícias de jornais, sem a mediação de outros estudos, pareceres e análises confere certa originalidade que, por um lado, pode aparentar fragilidade — se comparado a outros temas que desenvolvem aspectos já trabalhados sob diversos enfoques —, mas, por outro, se pretende, mesmo que em uma dissertação de mestrado, abrir novas possibilidades de pesquisa. A forma encontrada para atenuar as dificuldades com a utilização de fontes primárias inéditas foi o cotejamento, tanto quanto possível, desses documentos à luz da produção bibliográfica consagrada sobre a história do partido comunista no Brasil e entrevistas com dirigentes partidários de diferentes períodos. Algumas depositadas no CPDOC/FGV e disponíveis para consulta, como a de Octávio Brandão, as realizadas pelo CDM/FMG, gentilmente cedidas para esta pesquisa, e as realizadas pela autora, com escopo específico no trabalho feminino do PCdoB.<sup>7</sup> A relação de entrevistas utilizadas, bem como o respectivo local de depósito, está disponível na bibliografia.

---

<sup>6</sup> MÉRCIER, Valentine. *Le PCB et les mouvements féminins: des sociabilités militantes à l'émergence d'une identité sexuée politisée (1945-1961)*. Mémoire de Master 2. Paris: Sorbonne Nouvelle. 2014.

<sup>7</sup> Infelizmente, uma das poucas militantes comunistas que atuaram no partido no período pré-golpe militar ainda em condições de saúde de dar entrevista no início desta pesquisa, Clara Charf (1925-), quando questionada pela autora, afirmou não se recordar do trabalho feminino brasileiro daquele período. A exceção foi Edíria Carneiro

Aos obstáculos com as fontes, somam-se dificuldades adicionais decorrentes do foco da pesquisa estar localizado na comparação entre duas conferências. Para além do ineditismo da matéria, há que se considerar que conferências são eventos partidário dinâmicos, onde há espaço para aflorarem as diferenças de concepções, divergências de opinião e disputas por poder. Momentos de ebulição política que são, conseqüentemente, mais difíceis de captar totalmente em um trabalho acadêmico. Sob a aparência estática, há tendências e contratendências, sutis ou não, agindo no corpo coletivo do partido comunista. Apreender essas contradições em suas inter-relações múltiplas e complexas requer especial atenção de quem realiza a pesquisa. Todavia, há uma contradição primordial entre todas as demais no que tange o partido comunista: a irredutível dualidade entre o intelectual coletivo e o moderno príncipe, como precisamente elaborado por João Quartim de Moraes em texto<sup>8</sup> presente na *História do Marxismo no Brasil*. O partido comunista teria a tarefa simultânea e contraditória de se autocriticar, questionar-se, perceber os próprios erros para apontar os melhores caminhos, nisso ele exerceria o papel de intelectual coletivo, pois são muitas as opiniões que o conformam; ao mesmo tempo, deveria ser capaz de encantar, convencer e manter mobilizados em torno de seu ideário seus membros e aqueles sob sua influência, assim como o moderno príncipe sobre o qual escreveu Gramsci. A conciliação de ambos é particularmente difícil, uma vez que deve ser tarefa hercúlea conduzir politicamente um corpo coletivo vacilante, com dúvidas; bem como deve ser igualmente difícil fazer autocrítica coletiva no calor da luta contra inimigos externos ao partido. A concepção que norteou toda a interpretação do material analisado é a de que os documentos expressam a tensão permanente do partido comunista entre ser e devir, ou seja, entre ser a prefiguração da sociedade que almeja construir no futuro, ao passo que expressa contradições próprias de seu tempo, inclusas as relações sociais de sexo.

Ao longo da dissertação, optou-se pelo emprego da categoria relações sociais de sexo, reservando-se a utilização do conceito de “gênero” quando em citações literais de documentos do PCdoB, da mesma forma que, ao longo do primeiro capítulo, respeitou-se sempre que possível o termo empregado pelos comunistas, ainda que não gozassem do *status* de conceito ou categoria, tais como “discriminação” ou “opressão das mulheres”. Tampouco o termo emancipação, empregado pelos comunistas nos dois períodos, goza desse *status*, antes, é

---

(1925-2011) que, felizmente, concedeu longa entrevista para o CDM/FMG abordando este tema, entre outros, e compartilhou algumas informações também com a autora em conversa informal, ambas em 2010.

<sup>8</sup> MORAES, João Quartim. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. In: MORAES, João Quartim (org). *História do Marxismo no Brasil – vol. 2. Os influxos teóricos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp. 1995. pp.55

sinonímia para libertação, tal como herdado do arcabouço lexical da III Internacional, da qual o PCdoB herda, em grande medida, a bagagem categorial e conceitual que utiliza.

A opção pela categoria relações sociais de sexo é por ter embutida maior precisão que a categoria gênero. Como aponta Maria Lygia Quartim de Moraes, no artigo “Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças”<sup>9</sup>, a categoria gênero “por ser uma categoria meramente descritiva, o gênero não sobrevive sem o sustentáculo de teorias sociais e/ou psicanalíticas.” Uma vez que gênero seria o amálgama entre construção social e sexo biológico, faz-se necessário precisar tal construção, que pode estar calcada no trabalho, na sexualidade ou em quaisquer outras relações sociais<sup>10</sup>. Por este motivo, trata-se de uma categoria essencialmente imprecisa, só sendo empregada em respeito ao texto partidário original, já que por volta dos anos 1990 o PCdoB incorporou a referida categoria à sua estrutura conceitual. Todavia, nos parece que o conceito relações sociais de sexo, legado pelo feminismo francófono, carrega um significado mais preciso e mais próximo da visão da tradição marxista sobre os fundamentos da opressão das mulheres em sua relação direta com a divisão sexual do trabalho, sendo trabalho compreendido em sua extensa significação: de transformação consciente da natureza e formação do ser social, sendo a divisão sexual do trabalho o princípio que opera com separação e hierarquia, ou seja, de separação do trabalho entre tarefas de homens e de mulheres, e que possuem hierarquia entre eles, sendo o trabalho masculino superior ao feminino. Essa divisão sexual do trabalho estrutura as relações sociais de homens e mulheres em todo o mundo ao longo da história.

Procurou-se, também, evitar anacronismos, respeitando o termo empregado pelos comunistas em cada momento da história (o termo feminismo só seria incorporado pelo PCdoB em meados dos anos 1990). Quando empregado, todavia, nos trechos analíticos e autorais, o termo feminismo tem o sentido, bastante lato, de luta social, política e ideológica coletiva pela libertação das mulheres da opressão que sofrem enquanto tal. Desta forma, o feminismo pode apresentar diferentes matizes políticos e ideológicos, o que inclui o desenvolvimento de um tipo específico de feminismo no interior do partido comunista. Este trabalho pretende, dentre outros debates, deslindar quais os limites e potencialidades do feminismo no interior de uma

---

<sup>9</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim. “Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças” in Revista Crítica Marxista, nº11. Campinas: 2000.p 97. Ver também MORAES, Maria Lygia Quartim. "Usos e limites da categoria gênero" in Cadernos Pagu (11) 1998. p. 107-20.

<sup>10</sup> SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Texto original: “Gender: a useful category of historical analyses” in *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. P. 4 Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)

organização mista como o PC e quais contribuições o feminismo pode legar a organizações com este caráter.

## Capítulo 1: Organizando a ternura

Os comunistas no Brasil, cuja experiência institucional mais longa se inicia, em 1922, com a fundação do Partido Comunista do Brasil — PCB, conseguiram, em determinados momentos de sua história, dar contribuições à luta das mulheres brasileiras. Neste capítulo será analisado o período que vai de 1945 a 1960, ou seja, da legalidade partidária pós-Estado Novo até a realização do 5º Congresso do partido. Neste período de 15 anos, o debate dos comunistas sobre a emancipação da mulher experimentou um progressivo amadurecimento, seguido de um rápido declínio. Pode-se dizer que dos pontos de vista ideológico, político e organizativo, o debate sobre a questão da opressão das mulheres no interior do PCB alcançou uma densidade nunca antes vista, a ponto de o partido realizar uma conferência para tratar o tema<sup>11</sup> em maio de 1956, que será alvo de escrutínio deste capítulo. Não obstante, no próprio ano de 1956, este trabalho começa a ser abandonado pelos comunistas, ao ponto de o documento do 5º Congresso, em 1960, não apresentar, nem mesmo de passagem, o tema da emancipação da mulher. Os prováveis motivos que teriam levado a este recuo também serão analisados.

É possível observar, com base na documentação consultada<sup>12</sup>, que, no marco inicial desta pesquisa, as mulheres eram compreendidas quase exclusivamente como massa de mobilização para a agenda geral do PCB:

Na primeira reunião legal do Comitê Nacional, em 1945, Prestes já chamava atenção de seu glorioso Partido — o Partido Comunista do Brasil — para a importância da

---

<sup>11</sup> “Resolução Política Da Conferência Nacional Sobre O Trabalho Do Partido Entre As Mulheres” *Jornal Voz Operária*, nº 370 de 16/06/1956. p. 02.

<sup>12</sup> A extensa base documental que lastreia essa pesquisa consiste nas seguintes publicações ligadas direta ou indiretamente ao PCB: coleções dos jornais *Voz Operária*, *Classe Operária* e *Imprensa Popular*, além das coleções do *Momento Feminino* e da *Revista Problemas*. Os dois primeiros eram órgãos oficiais do partido, ou seja, jornais semanais ou quinzenais de circulação essencialmente interna, cujo objetivo é auxiliar na direção política e na organização partidária, tal como nos moldes preconizados na obra clássica *Que Fazer?* de Lênin; o jornal *Imprensa Popular* também era editado por membros do partido, todavia, prestava-se a ser uma publicação massiva e de circulação diária, traduzindo a linha política do partido para um número maior de pessoas, além da militância comunista; o *Momento Feminino* foi uma publicação (um jornal e, posteriormente, uma revista) destinada ao trabalho de mulheres editada por mulheres comunistas, com vistas a um público mais maior de mulheres, possuía circulação quinzenal; e a *Revista Problemas*, era uma revista cuja finalidade era o debate teórico .

mobilização das massas femininas na luta por suas reivindicações específicas,<sup>13</sup> contra a carestia de vida, contra a guerra e o imperialismo, pela democracia e o socialismo.<sup>14</sup>

e que, poucos anos depois, os comunistas começam a desenvolver a compreensão — e a dar-lhe consequência política e organizativa — que a “mulher no Brasil sofre um duplo jugo”,<sup>15</sup>

A mulher trabalhadora [...] sofre como qualquer trabalhador as conseqüências da dominação do Brasil pelos imperialistas norte-americanos e o peso do regime de latifundiários e grandes capitalistas, que impedem o progresso do Brasil e mantêm seu povo no atraso, na miséria e na ignorância. Simultaneamente, é vítima, como mulher, das mais injustas e brutais discriminações no terreno econômico, político e social e, até no terreno jurídico, encontra-se em posição de inferioridade, já que as leis não lhe garantem os mesmos direitos que ao homem.

As mulheres são vítimas de toda espécie de preconceitos feudais e burgueses. Em sua esmagadora maioria, vivem na “escravidão doméstica”, esmagadas pelo trabalho mais árduo, subalterno e embrutecedor da cozinha.<sup>16</sup>

Este aprofundamento na questão específica da mulher leva o partido a, paulatinamente, dar mais concretude ao que, inicialmente, eram “massas femininas” difusas colaborando em tarefas partidárias gerais. Passa-se a trabalhar temas e problemas vividos pelas mulheres em suas relações sociais de sexo<sup>17</sup>, e dando força à ideia de que as mulheres eram mais que sujeitos políticos, eram também pauta política a ser assumida pelo partido. Importante destacar que, neste percurso, as mulheres do PCB que se dedicavam a este debate tiveram papel fundamental. A despeito de o PCB avançar no debate sobre a opressão da mulher, havia contradições internas. Demonstrações de incompreensão, contrariedade e machismo não eram raras no partido. Seja no debate partidário sobre a opressão da mulher ou na construção da Federação de Mulheres do Brasil — FMB, essas comunistas aceitaram o desafio de executar as tarefas recebidas do coletivo partidário, fazer o embate interno para superar a subestimação da pauta, e, ao mesmo tempo, retroalimentar a elaboração do PCB sobre o tema.

<sup>13</sup> Em que pese apareça a expressão “reivindicações específicas”, importante notar que a autora do texto não esmiúça o que isso significa, passando a enumerar uma série de demandas, a rigor, de todo o conjunto do proletariado. Posto dessa forma, o texto pode indicar duas coisas — não excludentes — 1) que, naquele momento, Prestes já expressava preocupação com a questão da opressão específica, ainda que não conseguisse apontar com precisão quais as bandeiras mais adequadas às demandas da massa de mulheres trabalhadoras do Brasil; 2) e que a autora do texto, Carlota Gonçalves, tendo escrito o texto seis anos depois do evento, incluiu elementos da discussão feita posteriormente sobre “as lutas específicas”.

<sup>14</sup> GONÇALVES, Carlota. “Em homenagem a Prestes, melhorar o trabalho feminino”. *Jornal Voz Operária*, Rio de Janeiro, 03/01/1951, nº84, p. 2.

<sup>15</sup> Resolução do Comitê Central do PCB de Março de 1955. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 28/05/1955, nº 315, p.9-10.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> KERGOAT, Danièle. Verbete “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. p.67-75. In HIRATA, Helena (et al.) (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 71.

### 1.1. Antecedentes do trabalho do partido comunista entre as mulheres

A militância de mulheres no partido não era novidade. Conquanto entre os fundadores do PCB não houvesse nenhuma mulher, ainda em 1922, a primeira mulher ingressaria na agremiação. A líder sindical Rosa de Bittencourt, operária em Petrópolis (RJ), integrou as lutas do Bloco Operário e Camponês — BOC<sup>18</sup> e participou do Congresso Mundial da Mulher, em 1930<sup>19</sup>. Rosa, entretanto, era uma exceção. Eram muito poucas as mulheres no partido ao longo de sua primeira década de existência. Evidentemente, essa não era uma exclusividade dos comunistas,

havia na sociedade brasileira em geral, e entre autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres. Respalhando tal oposição, a ciência da época considerava as mulheres, por suas supostas fragilidade e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. Críticas ácidas às demandas femininas estavam presentes também em peças teatrais, crônicas, caricaturas e em diversas matérias na imprensa, que, inclusive, ridicularizavam as militantes.<sup>20</sup>

O ambiente social da virada da década de 1910 para os anos 1920 era, em geral, bastante hostil ao ingresso das mulheres na esfera pública. Desde a instituição da República, em 1889, as mulheres brasileiras passaram a almejar objetivos distintos dos de suas mães e avós. Às mulheres pobres, que desde sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho, somavam-se agora mulheres dos estratos médios e mesmo mais elevados da sociedade, exigindo o direito ao espaço público e ao trabalho remunerado, acesso pleno à educação de qualidade, direito ao voto e à elegibilidade.<sup>21</sup> A industrialização também contribuiu decisivamente neste processo. De um lado, a necessidade de contribuição financeira das mulheres na renda das famílias, que passavam a consumir insumos industrializados, comprados no mercado.<sup>22</sup> De outro, a necessidade do capitalismo industrial de utilização massiva de força-de-trabalho e manutenção de um exército industrial de reserva, levando a um rápido aumento do contingente de operárias no início e primeiras duas décadas do século 20.<sup>23</sup> Não por acaso,

<sup>18</sup> BERNARDES, M. E. *Laura Brandão: a invisibilidade na política*. Esta referência foi encontrada numa anotação feita por Eloísa Prestes, a partir de informação prestada por Astrojildo Pereira, depositada no Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.

<sup>19</sup> *Idem*.

<sup>20</sup> SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 219.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 218.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

<sup>23</sup> ALVIN, Zuleika M. F. “A participação política da mulher no começo da industrialização em São Paulo”. In *Revista de História da USP*, nº114. São Paulo: USP. 1983. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62062>. p. 81.

a primeira greve geral do Brasil, ocorrida em 1917, conta com uma presença expressiva de mulheres, tanto nas fábricas quanto nas ruas.<sup>24</sup>

## O Secretariado Feminino da Internacional Comunista

Fundado sob os auspícios da Revolução Russa de 1917 e pondo-se sob orientação da Internacional Comunista (1919-1943), PCB era constantemente pressionado a reforçar sua base de mulheres pela direção da IC que, em seu 3º Congresso, em 1921, aprovou que

todos os partidos comunistas, como tarefa imediata, [devem] estender a influência do partido e do comunismo às amplas camadas da população feminina, por meio de um órgão especial funcionando dentro do partido<sup>25</sup>.

A própria IC instituiu seu “Secretariado Feminino”,<sup>26</sup> com colaborações destacadas das dirigentes Alexandra Kollontai<sup>27</sup> e Clara Zetkin<sup>28</sup>. Todavia, a própria orientação da IC era eivada de divergências e limites, que refletiam as contradições no próprio processo revolucionário soviético iniciado quatro anos antes<sup>29</sup> — bem como no interior do movimento comunista internacional — sobre a questão da libertação da mulher. No trecho da resolução intitulado “O Trabalho político do partido entre as mulheres”, no subitem “Nos países capitalistas”, encontra-se a seguinte passagem

As comissões [de mulheres] deverão ajudar as grandes massas do proletariado feminino e das camponesas a exercer os seus direitos eleitorais nas eleições parlamentares e outras, a favor do Partido Comunista, fazendo, no entanto, ressaltar a

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> INTERNACIONAL Comunista. Teses para a Propaganda entre as Mulheres. Item 3. Resoluções do 3º Congresso. 1921. Disponível em <http://www.proletariosmarxistas.com/docs/3%C2%BA%20Congresso%203%C2%AA%20IC.pdf>, p.269.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. Resoluções sobre as Relações Internacionais das Mulheres Comunistas e o Secretariado Feminino Internacional da Internacional Comunista. Disponível em <http://www.proletariosmarxistas.com/docs/3%C2%BA%20Congresso%203%C2%AA%20IC.pdf>, p.271.

<sup>27</sup> Alexandra Mikhaylovna Kollontai (1872-1952) foi uma líder revolucionária russa e teórica do marxismo, membro do partido bolchevique e militante ativa durante a Revolução Russa de 1917. Primeira mulher ministra de Estado, foi uma das principais dirigentes e teóricas da questão da opressão da mulher dentro do marxismo.

<sup>28</sup> Clara Zetkin (1857-1933) foi uma revolucionária alemã. Figura histórica do feminismo e do movimento comunista, foi uma das fundadoras e dirigentes do Socorro Vermelho Internacional. Foi a proponente, durante a 2ª Conferência de Mulheres Socialistas, em 1910, realizada no âmbito da Internacional Socialista (II Internacional), da consagração do 8 de Março como Dia Internacional da Mulher.

<sup>29</sup> GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: Política da família Soviética e da vida social entre 1917 e 1936*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2014. p. 143.

insignificância destes direitos, quer no enfraquecimento da burguesia, quer na libertação da mulher.<sup>30</sup>

A ideia-força que embasou a maior parte das resoluções sobre a opressão da mulher do 3º Congresso da IC era a de que apenas o comunismo libertaria a mulher. Então, lutar por direitos específicos nos marcos de uma sociedade capitalista, era, na melhor das hipóteses, desperdício de energia e, na pior, divisão da luta principal. Com a vitória do Exército Vermelho na Guerra Civil tornando-se cada vez mais evidente, a euforia que tomou conta dos bolcheviques e revolucionários de outros países sob sua influência levou-os a crer que a revolução mundial era iminente (para alguns, inevitável). Por conseguinte, a verdadeira libertação da mulher estava próxima. Ademais, naquele então havia forte tendência economicista no marxismo dos bolcheviques<sup>31</sup> — com exceções, a exemplo do próprio Lênin — o que engendrou uma compreensão reducionista da opressão das mulheres amplamente disseminada no movimento comunista internacional.

Tome-se como exemplo o relatório apresentado pela insuspeita revolucionária Alexandra Kollontai, sobre a “dupla tarefa” dos “organismos femininos” dos partidos comunistas:

1. Integrarão as massas femininas [...] na luta revolucionária dos explorados e oprimidos contra o capitalismo, pelo comunismo.
2. Fazer delas, após a vitória da revolução proletária, as colaboradoras conscientes e heroicas da edificação comunista [...]<sup>32</sup>

Apesar do esquematismo, a política da IC teve o mérito de impelir os partidos comunistas de sua base a colocarem “as massas femininas” na ordem-do-dia. Em 1925, na resolução do 2º Congresso do PCB, consta do documento a importância de investir no recrutamento de jovens e mulheres, sem, todavia, conseguir alterar a composição essencialmente masculina do PCB. Em carta datada de setembro daquele ano endereçada ao Secretariado Feminino da IC, assinada simplesmente por “Francisco”, o PCB informa que “não havia nenhuma mulher no Comitê Central (CC), pois ao tempo da escolha deste, no II

<sup>30</sup> INTERNACIONAL COMUNISTA. Resoluções do 3º Congresso. 1921. Disponível em <http://www.proletariosmarxistas.com/docs/3%C2%BA%20Congresso%203%C2%AA%20IC.pdf>. p.272.

<sup>31</sup> Apesar da crítica amplamente disseminada entre os círculos marxistas, especialmente acadêmicos, o economicismo foi uma tendência que já vinha sendo gestada e ganhando espaço desde antes da II Internacional, e não era exclusividade dos bolcheviques, como uma espécie de “marxismo positivado”. A correspondência de Engels a Bloch mostra isso claramente. Cf. ENGELS, Friedrich. “Carta a Bloch”. In *Obras Escolhidas*, vol. 3. São Paulo: Alfa-Ômega. 1985. p. 284.

<sup>32</sup> INTERNACIONAL COMUNISTA. Resoluções do 3º Congresso. Resolução sobre as Formas e os Métodos de Trabalho Comunista entre as Mulheres. Disponível em <http://www.proletariosmarxistas.com/docs/3%C2%BA%20Congresso%203%C2%AA%20IC.pdf>. p.271.

Congresso, não existiam mulheres dentro do Partido”<sup>33</sup>, o que não era verdade, a exemplo da própria Rosa de Bittencourt.

Em novembro de 1929, o Comitê Central afirmou existirem 50 mulheres no partido, o que representaria menos de 3% do total de militantes.<sup>34</sup> Como já abordado anteriormente, este fenômeno não se restringia aos comunistas, antes, era um problema crônico das organizações sociais e políticas brasileiras. Neste momento, no Brasil, as mulheres não tinham direito ao voto e eram desprovidas de direitos civis elementares, como celebrar contratos,<sup>35</sup> e eram muitas as vezes que defendiam o *status quo*.<sup>36</sup> A década de 1920 foi palco da manifestação de vários descontentamentos que vinham se manifestando ao longo da República e que se expressam em vários movimentos: o tenentismo, o comunismo, o modernismo e o feminismo.<sup>37</sup> Tais movimentos não eram estanques nem corriam em raias paralelas, ao contrário, como fenômenos sociais contemporâneos, influenciaram-se mutuamente, em maior ou menor grau.

### **O feminismo nos anos 1920**

No início do século XX, o feminismo foi se configurando o arauto dos descontentamentos, denúncias e exigências das mulheres para quem os tradicionais papéis e lugares que lhe foram socialmente atribuídos passaram a ser questionados, problematizados ou mesmo negados, dando lugar à batalha pela conquista do espaço público, o direito ao exercício de profissões exclusivas dos homens, o direito à educação de qualidade, e o gozo dos exercícios políticos: o direito ao voto e à elegibilidade.<sup>38</sup> Evidentemente, havia também forte oposição às reivindicações das mulheres, como visto anteriormente. Sob esta tensão se deram os avanços — e recuos — nas vidas das mulheres ao longo da história.

É neste cenário que Bertha Lutz inicia sua campanha pela emancipação feminina, na década de 1910, quando fundou a influente Liga para Emancipação Intelectual da Mulher.<sup>39</sup> Em 1919, ela funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), entidade que chegou a ter filiais em diversas unidades da Federação, sem, todavia, atingir expressão de

---

<sup>33</sup> BUONICORE, Augusto C. & FARIA, Fernando Garcia de. As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil. Disponível em <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/as-mulheres-e-os-noventa-anos-do-comunismo-no-brasil/>

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim. Cidadania no feminino. In PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). São Paulo: Ed. Contexto. 2003. p. 495.

<sup>36</sup> SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. Em: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 219.

<sup>37</sup> Idem. p. 224.

<sup>38</sup> Idem. p. 219.

<sup>39</sup> Idem. p. 220.

massa. Lutz escreveu artigos em jornais e revistas defendendo o direito de as mulheres poderem trabalhar, propiciando-lhes subsistência e livrando-as da “dependência humilhante para elas” e “nefasta para os homens”. E defende que a ascensão não traria apenas benefícios pessoais para as mulheres, mas também faria delas “instrumentos preciosos do progresso do Brasil”.<sup>40</sup> Ao longo de toda a década de 1920, o movimento feminista — cuja base social era, neste momento, fundamentalmente, a burguesia e pequena burguesia urbanas — intensificou a campanha pela ampliação dos direitos das mulheres em múltiplas esferas, sobretudo trabalhista, civil e eleitoral.

As reivindicações feministas se concentravam na conquista de direitos negados às mulheres historicamente sem, contudo, criticar ou mesmo questionar a estrutura desigual da sociedade para além das discriminações de sexo. O termo “feminismo” era visto com muita desconfiança pelo movimento comunista, brasileiro e internacional, pois a ele estava conectada a ideia de um movimento de caráter burguês e/ou pequeno burguês, de luta pela igualdade de direitos das mulheres, porém desconsiderando a sociedade essencialmente desigual em que se insere esta luta, a sociedade capitalista. Ao aceitar como premissas as teses de que só o socialismo libertará as mulheres e que fenômenos sociais complexos ocorrem em etapas delimitadas, a conclusão mais provável é que a luta feminista seria diversionismo e a única luta importante, a “luta de classes” (ou uma leitura bastante reduzida desta)<sup>41</sup>.

Os comunistas passaram décadas negando e criticando o “feminismo”, mesmo nos momentos em que eles próprios defendiam reivindicações específicas das mulheres. A ideia de “feminismo” se confundia com a ideia de “feminismo liberal” ou “feminismo burguês” e, só muitas décadas mais tarde, mais precisamente a partir da década de 1970 em diante, com o avanço dos debates entre feministas de esquerda, é que se faria a distinção entre as correntes liberal e socialista e o termo “feminismo” passa a designar também a luta pela emancipação das mulheres no âmbito das esquerdas partidárias, incluindo muitos partidos comunistas. Todavia, fazia-se necessário distinguir essencialmente as abordagens do feminismo:

Nos anos setenta, convencionou-se distinguir duas correntes dentro do movimento de mulheres: a primeira delas seria a das feministas socialistas e/ou marxistas, para quem a “libertação da mulher” ligava-se estreitamente à emancipação dos trabalhadores e à

<sup>40</sup> LUTZ, Bertha. *Apud* SOIHET. Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, Niterói 1974. Dissertação de Mestrado em História, Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, p. 9.

<sup>41</sup> O intelectual marxista italiano Domenico Losurdo (1941-2018) argumentava que, segundo o próprio Marx, não há uma forma única de luta de classes, mas, sim, *lutas de classes*, que tomariam formas diversas, desde que questionasse com centralidade a divisão social do trabalho, que sustenta o capitalismo, dentre elas, encontra-se a divisão sexual. LOSURDO, Domenico. *A Luta de Classes. Uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2015. p. 64.

luta pelo socialismo. A segunda corrente, o feminismo “sexista”, privilegiava a categoria sexo (ou gênero) como eixo analítico e bandeira de luta. Grosso modo, pode-se dizer que na França, na Itália e no Brasil o feminismo socialista assumiu a hegemonia enquanto que, nos Estados Unidos, é a corrente “sexista” quem assume a vanguarda.<sup>42</sup>

## O Comitê Eleitoral de Mulheres Trabalhadoras do BOC

Apesar da desconfiança com o feminismo e as bandeiras específicas das mulheres, ainda na década de 1920, o PCB, no leito da construção do Bloco Operário e Camponês (BOC) — organização política de frente única criada na segunda metade da década —, incorpora algumas demandas das mulheres, com ênfase no direito ao voto, conquanto os comunistas destacassem que esta conquista não teria impacto se não viesse acompanhada da consciência de classe das mulheres.<sup>43</sup>

Em 1928, funda-se o Comitê Eleitoral de Mulheres Trabalhadoras, cujas finalidades eram:

Auxiliar a propaganda do Bloco Operário e Camponês;  
 Conquista o maior número de aderentes entre as operárias, as domésticas, as mulheres que vivem do próprio trabalho;  
 Distribuir manifestos;  
 Pregar cartazes;  
 Conseguir oradores trabalhadores nos comícios, festivais, reuniões dos sindicatos, etc.  
 Formar propagandistas que convençam as companheiras dos eleitores proletários e as levem a conseguir dos companheiros a adesão ao Bloco Operário e Camponês;  
 Organizar companheiras que, no dia das eleições, realizem um trabalho intenso de distribuição de chapas à frente das seções;  
 Conquistar o direito de voto para as mulheres trabalhadoras;  
 Colocar no Conselho Municipal, na Câmara e no Senado, mulheres pobres que saibam defender os interesses das mulheres trabalhadoras de todo o Brasil<sup>44</sup>

O Comitê de Mulheres trabalhadoras realizou reuniões em sindicatos e reuniu, em pouco tempo, centenas de mulheres. Reuniam-se à porta das fábricas e oficinas, nos bairros operários e subúrbios pobres. Algumas aderiram ao PCB.<sup>45</sup> A operária tecelã Maria Lopes representava o Comitê Eleitoral de Mulheres junto ao BOC. Integravam o Comitê também

<sup>42</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim. *Vinte Anos de Feminismo*. Tese de Livre Docência apresentada ao IFCH/UNICAMP. Campinas, SP: UNICAMP. 1996. p.03.

<sup>43</sup> A mulher em Ação. O que o comunismo fará por ela. *A Nação*. Rio de Janeiro, 05/01/1927, p. 5. *Apud* KAREPOVIS, Dainis. *A esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP. 2001. p. 215.

<sup>44</sup> *A Esquerda*. Rio de Janeiro, 25/07/1928, p. 4. *Apud* KAREPOVIS, Dainis, *A esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP. 2001. p. 431.

<sup>45</sup> BRANDÃO, Octavio. *Combates e Batalhas – Memórias* (vol. 1). p. 348-349.

Isaura Casemiro Nepomuceno — esposa do operário Joaquim Nepomuceno —, Ericema Lacerda,<sup>46</sup> Sylvia Casini, Margarida Pereira e Laura Brandão.

Sabe-se do engajamento de todas essas mulheres pelos registros policiais e jornalísticos: as cinco foram presas por distribuírem um manifesto — publicado nos jornais no dia anterior — durante uma sessão do Conselho Municipal. Assistiam à sessão tranquilamente e saíram sem alarde quando, ao chegarem à rua, foram surpreendidas e “cercadas por vários agentes policiais, que as meteram em dois automóveis, levando-as para a 4ª delegacia,”<sup>47</sup> onde foram interrogadas e questionadas sobre se eram, ou não, comunistas. Após a negativa de todas, foram “aconselhadas a não se envolverem com política e se preocuparem exclusivamente com seus afazeres caseiros ou domésticos.”<sup>48</sup>

Dentre todas, a mais destacada foi Laura da Fonseca e Silva Brandão (1891-1942), poetisa, nas palavras do dirigente comunista e seu marido, Octavio Brandão, uma “patriota brasileira e heroína socialista.”<sup>49</sup> Foi deportada do Brasil com o marido e as filhas na década de 1930 e morreria, alguns anos mais tarde, durante a resistência soviética à invasão nazista, nos Urais. Seus restos mortais foram trasladados para o Cemitério dos Heróis (Novodevichy), em 1965, em Moscou.<sup>50</sup>

Quase cinco décadas depois, Octavio Brandão, dirigente do partido à época, fala sobre a participação das mulheres no BOC:

eram... mulheres, simples mulheres do povo, como Maria Lopes e a mulher de Joaquim Nepomuceno, a Isaura Nepomuceno. Simples mulheres do povo, mulheres de operários. Preparávamos os discursos, e elas liam os discursos diante dos operários. A princípio os operários ficaram desconfiados: "São as amantes deles, eles trazem para cá." [riso] Mas depois elas se impuseram, então era aquele assombro para os operários.<sup>51</sup>

## Comunismo, obreirismo, mulherismo

<sup>46</sup> O registro do nome de “Ericema Lacerda” consta na matéria do *Correio da Manhã* (Cinco moças do Comitê Eleitoral das Mulheres Trabalhadoras, detidas pela polícia. A polícia anda com medo das mulheres comunistas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 10/11/1928. P. 06), todavia, é provável que se trate, na verdade, de Erecina Borges de Lacerda, que, segundo BASBAUM (1976: p.115), depois viria a secretariar e compor a direção do partido.

<sup>47</sup> Cinco moças do Comitê Eleitoral das Mulheres Trabalhadoras, detidas pela polícia. A polícia anda com medo das mulheres comunistas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 10/11/1928. p. 06.

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> BRANDÃO, Octavio. *Combates e Batalhas – Memórias* (vol. 1). São Paulo: Ed. Alfa-ômega. 1978. p. 348-349.

<sup>50</sup> Ibidem.

<sup>51</sup> REGO, Otávio Brandão. Otávio Brandão (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 139 p. dat. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/brandao/1977/02/10.pdf>

Ainda em fins da década de 20, em janeiro de 1930, uma reunião preliminar do Comitê Central foi convocada com o intuito de formar um novo CC.<sup>52</sup> Neste então, ganhava força a concepção que ficaria conhecida como “obreirismo” no seio do PCB. Esta primava por uma visão simplista sobre a relação entre o caráter revolucionário e a composição de classe do partido, entre outras características, e era a tradução brasileira do processo de “bolchevização”, que ganhava força na IC. Recomendava-se, por exemplo, “depurar periodicamente suas organizações, a fim de expulsar elementos arrivistas e pequeno-burgueses”, garantindo a “segurança ideológica” do partido.<sup>53</sup> Desta onda emerge a primeira mulher a ingressar no CC.

A paraense Erecina Borges de Lacerda — possivelmente uma das jovens presas no final de 1928, era também esposa do dirigente Fernando de Lacerda —, junto com o marido, participou da reunião de janeiro de 1930. Toda a trajetória da curta presença de Erecina (Cina) no CC foi bastante conturbada, como relata o próprio Leôncio Basbaum (alto dirigente do PCB do final da década de 1920 até meados da década de 1930) em suas memórias:

Fui contra a sua convocação (para o CC) por achar que era muito nova no Partido, cerca de um ano, na ocasião, e não tinha condições nem qualificações para um cargo de responsabilidade. Ficou então resolvido que assumisse apenas um cargo técnico: seria responsável pelo secretariado e pelo serviço burocrático em geral, o que lhe dava, todavia, uma importância tremenda, como se verificou depois. Ela fazia a correspondência, mantinha contatos com as direções regionais, guardava o arquivo, expedia cartas para o exterior, e para isso tinha todos os endereços necessários. Mas nenhuma participação política.<sup>54</sup>

Entretanto, Erecina mostraria que, a despeito de suas concepções obreiristas, tinha mais capacidade política do que supunha Basbaum. Com o “cargo técnico” com que a quiseram limitar, conseguiu amear apoio para suas posições, incluindo sua batalha para ter os mesmos direitos dos integrantes do CC:

Cina alegou que tinha direito de voto [no CC], “por ser proletária”. Como todos sabiam que vinha de uma família de classe média, educada em Paris, casada com um médico e exercendo atividades domésticas e, portanto, nada tinha de operária, ela alegou que ajudava o marido, costurava suas camisas e tinha um avô que fora camponês. O ambiente era propício, ela ganhava outra vez: fora promovida a operária.<sup>55</sup>

Ou seja, mesmo contra a vontade de Basbaum, Erecina Borges de Lacerda conseguiu ser admitida, com plenos direitos, no Comitê Central. Conforme se posicionava no

<sup>52</sup> BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-ômega. 1976. p.114.

<sup>53</sup> INTERNACIONAL Comunista, *Los cuatro primeros congresos*. p. 142-147. *Apud* VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935 – Sonho e Realidade*. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2007. p.44.

<sup>54</sup> BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-ômega. 1976. p.115.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

embate interno do partido, a despeito da instrumentalização de sua posição privilegiada no controle da burocracia partidária — por exemplo, acenar com uma recompensa (uma bolsa de estudos na Escola Leninista, em Moscou) a um camarada, Arlindo Pinho, caso votasse com ela<sup>56</sup> —, Cina foi perdendo força internamente. Esta não seria a única dificuldade que ela enfrentaria. Em certa ocasião, ao perder uma votação, Erecina teria irrompido em choro.<sup>57</sup> A despeito da divergência político-ideológica, a reação de Basbaum — forte oponente da “proletarização” e, por conseguinte, das posições políticas de Erecina — transborda misoginia:

Meu ponto de vista fora vitorioso e Cina se pôs a chorar porque havia perdido. Também minha paciência tinha limites. Então com raiva exclamei: “Isso, camaradas, não é comunismo, é mulherismo!” Creio que era o que ela esperava ou queria, nessa base, me acusou de “ser contra as mulheres” e ter “um conceito burguês sobre as mulheres e o comportamento feminino”.<sup>58</sup>

Sua reação fora tão escandalosamente machista que o próprio autor da ofensa seria forçado a reconhecer o erro cometido. Segundo Basbaum, Cina e Fernando exigiram que ele se retratasse em carta ao CC, na qual afirma que “embora com boas intenções, minha atividade revelava que eu estava ainda imbuído de preconceitos pequeno-burgueses”.<sup>59</sup> Cina ainda tentaria fazer com que esta carta chegasse ao *Bureau* Sul-Americano da IC, no intuito de fazer com que Basbaum fosse excluído do CC ou mesmo do Partido, acusando-o de “trotskista”.<sup>60</sup> Não conseguiu e, ainda em 1932, Erecina foi excluída do Comitê Central, voltando a ser responsável unicamente por secretariar a direção.

Se este episódio ocorreu na instância que teoricamente reúne os principais dirigentes do partido no que tange às capacidades política e ideológica, não é difícil imaginar como eram as relações entre homens e mulheres nas bases partidárias.

### **Mulheres contra o fascismo**

Apesar do ambiente relativamente hostil, nos anos 1930, houve um aumento da participação de mulheres no PCB. Entre 1929 e 1933, malgrado tratar-se do auge do obreirismo, muitos intelectuais e artistas ingressaram no partido.<sup>61</sup> A crise sistêmica do capitalismo iniciada

---

<sup>56</sup> Idem. p. 117-118.

<sup>57</sup> Idem. p. 117.

<sup>58</sup> Ibidem.

<sup>59</sup> Ibidem. p. 117.

<sup>60</sup> Ibidem. p. 117.

<sup>61</sup> BUONICORE, Augusto C. & FARIA, Fernando Garcia de. As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil. Disponível em <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/as-mulheres-e-os-noventa-anos-do-comunismo-no-brasil/>

com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, de um lado, e o acelerado crescimento econômico da URSS através dos Planos Quinquenais, do outro, fizeram com que muitos aderissem ao socialismo/comunismo como alternativa à sociedade capitalista e, por conseguinte, ingressassem no partido comunista. No caso das mulheres, havia ainda um outro fator: o crescimento das reivindicações dos direitos da mulher na sociedade brasileira e a perspectiva da conquista do direito ao voto, que ocorreria com a promulgação do Código Eleitoral por Getúlio Vargas, em 24 de fevereiro de 1932, e sedimentado com a inclusão do artigo 108 da Constituição de 1934.<sup>62</sup>

Neste cenário ingressaram no PCB, ainda na primeira metade da década, algumas importantes expoentes do movimento modernista, como a jovem escritora Patrícia Galvão – Pagu, a escritora Raquel de Queiroz, a pintora Tarsila do Amaral<sup>63</sup>, e as jornalistas e escritoras Eugênia Álvaro Moreyra e Eneida Moraes.<sup>64</sup> As duas últimas teriam atuação mais longa no movimento comunista brasileiro, diferente das demais, cujas passagens pelo PCB foram mais curtas, por diferentes motivos. De qualquer forma, o ingresso de destacadas mulheres vanguardistas no partido comunista era um indicativo de como ele se tornava referência também para a *intelligentsia*, para as mulheres e, simultaneamente, em alguma medida, como ia se tornando mais permeável a elas.

Alguns meses antes da Revolução de 1930, o Comitê Central divulgou uma circular conclamando a militância a, durante as mobilizações do 8 de Março daquele ano, levantarem as reivindicações “imediatas e especiais” das mulheres: salário igual para trabalho igual; dia de 6 horas; repouso pago dois meses antes e dois meses depois do parto; proteção ao trabalho feminino; creches junto aos locais de trabalho; licença para amamentar os filhos de meia hora a cada três horas; direito de voto e direitos de família iguais aos dos homens. E conclui chamando a militância a “aproveitar toda a agitação para chamar às fileiras do Partido, da Juventude e de suas organizações auxiliares, as companheiras que melhor se revelarem”.<sup>65</sup>

Paulatinamente, as mulheres iam ocupando espaço entre os comunistas. Pela ata da Conferência Nacional do PCB, ocorrida em 1934, pode-se constatar a presença de, pelo menos, duas mulheres: Antônia e Rosa (infelizmente não é possível saber seus nomes verdadeiros, mas

<sup>62</sup> SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. Em: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 228.

<sup>63</sup> COSTA, Ricardo. A Produção Político-Cultural do PCB dos anos 30 aos 60. Fundação de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Dinarco Reis. Disponível em: <https://fdinarcobreis.org.br/fdr/2012/06/28/a-producao-politico-cultural-do-pcb-dos-anos-30-aos-60/>.

<sup>64</sup> BUONICORE, Augusto & GARCIA, Fernando. As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil. Disponível em <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/as-mulheres-e-os-noventa-anos-do-comunismo-no-brasil/>

<sup>65</sup> Ibidem.

é muito provável que “Rosa” seja Inês Guralsky, a dirigente e esposa do responsável pelo *Bureau* Sul-americano da IC que exercia grande influência no CC, segundo Basbaum).<sup>66</sup> Todavia, o partido comunista só iria adquirir alguma expressão de massa junto às mulheres — incluídas as das camadas médias — com o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em janeiro de 1935.

A crise do capitalismo iniciada em 1929 engendrara uma resposta ainda mais à direita que o capitalismo liberal: o fascismo, que chegava ao poder em importantes centros industriais (Itália, Alemanha e Japão, se expandindo posteriormente para Espanha e Portugal, além de outros tantos regimes filo-fascistas, como a França de Vichy), galvanizando apoio massivo e de frações da burguesia em diversos países, incluindo o Brasil. O ideário fascista — ultrarreacionário, era, essencialmente, antiliberal, antifeminista, racista e militarista,<sup>67</sup> — aterrissa em solo brasileiro já no início da década e, em 1932, funda-se, sob sua inspiração, a Ação Integralista Brasileira – AIB. Aliado a isso, e a despeito da promulgação da Constituição de 1934<sup>68</sup> — de caráter progressista e que atendia a várias das reivindicações feministas — o autoritarismo ganhava espaço no Governo Vargas e na sociedade.

Em resposta, setores democráticos brasileiros fundaram, em 1935, a Aliança Nacional Libertadora – ANL, movimento de caráter antifascista e anti-imperialista que arregimentou amplos setores sociais e no qual os comunistas tinham influência. Muitos que, num primeiro momento, haviam apoiado a Revolução de 1930 e o governo Vargas, aderiram a ela. Essa inserção dos comunistas na ANL foi possível também graças à inflexão tática que a IC consolida em seu 7º Congresso, em 1935 — que, todavia, já vinha sendo gestada meses antes —, onde define que, no enfrentamento ao fascismo, dever-se-ia adotar a tática de frente única, segundo a qual os partidos comunistas deveriam integrar alianças interclassistas com diversos estratos sociais e organizações que se colocassem no heterogêneo campo do antifascismo, e abandonar a tática de classe contra classe, que vigorara até então e que vinha se demonstrando inadequada para enfrentar a avalanche fascista que a crise do capital engendrara em escala internacional.

---

<sup>66</sup> *Ibidem*.

<sup>67</sup> GRAZIA, Victoria de. O patriarcado fascista. As mulheres italianas sob o governo de Mussolini (1922-1940). In DUBY, George & PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente. Vol. 5: O Século XX*. Porto: Edições Afrontamento. 1991. p. 147.

<sup>68</sup> SOIHET, Rachel. *Op. Cit.* p.228.: “A nova constituição foi saudada pelas militantes feministas, a exemplo de Bertha Lutz, por atender a várias demandas das mulheres, principalmente a instituição da igualdade jurídica entre homens e mulheres. Também proibiu a diferença salarial para um mesmo trabalho por motivo de sexo, idade, nacionalidade ou estado civil, determinou segurança econômica aos trabalhadores, direito ao lazer semanal e férias anuais, além de liberdade de reunião e associação. Garantiu às brasileiras casadas com estrangeiros o direito de manutenção de sua nacionalidade brasileira, bem como o direito de transmiti-la aos filhos, e constitucionalizou o direito ao voto e à elegibilidade.”

Dentro desse espírito de luta antifascista, funda-se a União Feminina do Brasil – UFB em maio de 1935. Em que pese o programa da entidade fosse bastante próximo ao da ANL — as associadas decidiriam, em assembleia, pela filiação da UFB à ANL, inclusive —, ele acentuava os problemas enfrentados pelas mulheres, tais como “a luta pelos direitos econômicos, sociais, políticos e civis da mulher, sem distinção de cor, religião, correntes filosóficas etc.”<sup>69</sup> Entre suas reivindicações básicas figuravam ainda a elevação do nível cultural das mulheres através da criação de bibliotecas e escolas e da realização de cursos, conferências e espetáculos musicais e artísticos; a igualdade econômica entre mulheres e homens, com aumento dos salários e sindicalização; a prestação de assistência médica, dentária, jurídica e econômica à mulher; a realização de inquéritos sobre as condições de vida das mulheres nos diversos setores profissionais; a preparação da mulher para colaborar com o homem em suas atividades sociais e com ele participar na vida pública; o atendimento aos problemas da criança, compreendidos como inseparáveis do problema da mulher —, e o incentivo à educação física e sanitária. O movimento propugnava ainda a luta contra as guerras de destruição e contra os regimes que restringiam os direitos das mulheres.<sup>70</sup>

A UFB realizava reuniões públicas para apresentar seu programa e angariar mais adeptas à organização.<sup>71</sup> Suas organizadoras foram Maria Werneck de Castro, Ester Xavier, Armanda Álvaro Alberto, Catarina Laudsberg, Eugênia Álvaro Moreyra, Mary Mércio e Norma Mormy.<sup>72</sup> Logo a UFB se tornaria uma via de expressão das mulheres progressistas no Brasil, cuja atividade entre as mulheres auxiliou no fortalecimento e democratização da ANL ao alargar sua base social.<sup>73</sup> Ainda assim, um Decreto presidencial de Vargas fecha a ANL e “todos os seus núcleos”, alegando exercício de “atividades subversivas”, em 11 de julho do mesmo ano.<sup>74</sup>

A presidente da UFB, a educadora progressista Armanda Álvaro Alberto, ao protestar contra o fechamento da entidade e respondendo aos questionamentos da filiação da entidade à ANL, disse:

Simples, a União é nacionalista e anti-integralista sem que isso, no entanto, importe em pública profissão de fé comunista. Estando a Aliança Nacional Libertadora dentro

<sup>69</sup> Em defesa dos interesses da mulher brasileira. *Jornal A Manhã*, ed. 26, 25/05/1935, p. 2.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

<sup>71</sup> Realizou-se, hontem, mais uma reunião da União Feminina do Brasil. O entusiasmo que está despertando nos meios femininos a nova organização de defesa da mulher. *Jornal A Manhã*, ed. 27, 26/05/1935, p. 7.

<sup>72</sup> Em defesa dos interesses da mulher brasileira. *Jornal A Manhã*, ed. 26, 25/05/1935, p. 2.

<sup>73</sup> BUONICORE, Augusto & FARIA, Fernando Garcia de. As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil. Disponível em <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/as-mulheres-e-os-noventa-anos-do-comunismo-no-brasil/>

<sup>74</sup> Decreto nº 229. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/7/1935, p. 15250 (Publicação Original).

do nacionalismo do nosso programa resolvemos apoiá-la contra o integralismo, porque este, como o nazismo e o fascismo é a negação total dos direitos da mulher.<sup>75</sup>

Em que pese sua curta existência, a UFB teve o mérito de disseminar mais amplamente as reivindicações das mulheres, além de inseri-las no bojo de uma plataforma política geral, antifascista e anti-imperialista. Neste esforço, foi bem-sucedida e contou com o engajamento das mulheres comunistas. Todavia, ainda era controversa e, nem sempre, bem aceita, a ideia de que os comunistas defendessem pautas específicas das mulheres. Neste então, a crença da esmagadora maioria da IC — bem como dos comunistas brasileiros — era que a revolução era iminente e traria embutida, necessariamente, a libertação da mulher, o que fazia da luta em defesa de direitos específicos das mulheres nos marcos da sociedade capitalista uma perda de tempo e um desvio da luta central, que era a derrubada (próxima) do sistema capitalista.

*Pari passu*, a URSS, que havia garantido direitos, em sua maioria inéditos, às mulheres no mundo — igualdade jurídica entre homens e mulheres, direito ao aborto e ao divórcio etc., ainda durante a Guerra Civil (1918-1921) —, viu-os retrocederem enormemente. Ao ponto de em 1936, grande parte das conquistas alcançadas com o Código de Família de 1918 e aprofundadas ao longo da década de 1920 terem sido formalmente revogadas ou terrivelmente dificultadas, como é o caso, respectivamente, do direito ao aborto e do direito ao divórcio.<sup>76</sup> A visão economicista da opressão da mulher sobrepunha definitivamente os primeiros impulsos revolucionários de emancipação, inclusive sexual, da mulher.

Além disso, no momento em que o movimento comunista internacional via o perigo iminente com a ascensão no nazi-fascismo, as reivindicações específicas das mulheres acabaram perdendo ainda mais espaço em favor das grandes bandeiras gerais como a luta contra o fascismo, pela paz etc. A IC, que durante algum tempo teve um órgão específico, o Secretariado Feminino da IC (1921-1930), preconizava que todo partido comunista sob sua influência organizasse mulheres para a luta, porém, num ambiente de escalada fascista em escala internacional, era tímida a presença de discussões e bandeiras específicas das mulheres.

## **As comunistas e o levante de 1935**

---

<sup>75</sup> BUONICORE, Augusto & FARIA, Fernando Garcia de. As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil. Disponível em <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/as-mulheres-e-os-noventa-anos-do-comunismo-no-brasil/>

<sup>76</sup> GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: Política da família Soviética e da vida social entre 1917 e 1936*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2014. p. 345-346.

O fechamento da ANL não foi recebido passivamente por parte da militância, que continuou a luta na clandestinidade. A AIB crescia e se enraizava, chegando a ter 400 mil<sup>77</sup> filiados, ao passo que a ANL teve, no auge, 150 mil. Com o processo de perseguição à ANL se acentuando, esta foi perdendo adeptos, seja pelo medo da repressão, seja para a repressão em si. Diante da onda fascizante que se agigantava no Brasil, a ANL, sob forte influência dos comunistas, promove um levante armado em novembro de 1935. Com o fracasso do levante, o governo recrudesce a repressão contra todos os opositores, sobretudo os comunistas. As mulheres, obviamente, não foram poupadas: foram presas em massa, espremidas em celas insalubres, muitas foram torturadas e deportadas, como é o caso de Elise Berger — barbaramente torturada e expulsa do país — e Olga Benario, militante comunista de origem judaica e alemã entregue à Hitler pelo governo Vargas. Quando deportada, em 1936, Olga esperava uma filha de Luís Carlos Prestes, seu companheiro e principal liderança do PCB no levante. Deportaram-na para a Alemanha nazista, onde seria executada em um campo de extermínio em 1942.<sup>78</sup>

Foram tantas as prisões que os porões do navio Dom Pedro I foram transformados em presídio. Por lá, passaram as dirigentes da UFB Maria Werneck de Castro, Catharina Landeberg e Amanda de Alberto Abreu. A Casa de Detenção do Rio de Janeiro ficou abarrotada de presos políticos, muitos sem sequer haver sido formalmente acusado. Dentre eles, muitas mulheres: Maria Werneck de Castro, a psiquiatra Nise da Silveira, Eneida de Moraes, Rosa Meirelles, Beatriz Bandeira, Antonia Venegas, Eugênia Álvaro Moreyra, Francisca Moura, Armanda Álvaro Alberto, Valentina Barbosa Bastos, Haidée Nicolucci e Catharina Besouchet.<sup>79</sup>

Quem também não escapou da sanha autoritária dos aparatos da repressão foi a escritora, jornalista e militante comunista Patrícia Rehder Galvão. Pagu, como era conhecida, entrara para o PCB em 1931, e sofreria intensamente o processo de proletarização preconizado pelo obreirismo vigente à época. Apesar de colocar sua produção artística e intelectual a serviço da luta revolucionária, o partido exigia que seus membros fossem “proletários”. Para ser aceita, Pagu, então, vai trabalhar como metalúrgica.<sup>80</sup> Assinava uma coluna no jornal *O Homem do*

<sup>77</sup> BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. (orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p.30-54.

<sup>78</sup> MORAES, Fernando. *Olga*. São Paulo: Editora Alfa-ômega. 1985. p. 293

<sup>79</sup> BUONICORE, Augusto & FARIA, Fernando Garcia de. As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil. Disponível em <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/as-mulheres-e-os-noventa-anos-do-comunismo-no-brasil/>

<sup>80</sup> GALVÃO, Patrícia. *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. FERRAZ, Geraldo Galvão (org.). Rio de Janeiro: Agir. 2005. p. 96.

*Povo* intitulada *A Mulher do Povo*, na qual questionava de maneira provocadora e irreverente o *status* da mulher na sociedade. Escreveu o romance *Parque Industrial*, sob o pseudônimo Mara Lobo, no qual narra o cotidiano e a vida do operariado paulista, incluindo a situação especialmente penosa das mulheres operárias, vítimas tanto da exploração laboral a que eram submetidos seus companheiros como também de assédio sexual, nas fábricas e fora delas, estupro, violência doméstica, aborto, ausência de direitos e proteção à maternidade. Pagu também se engajou na construção de greves e agitações políticas ao longo da primeira metade da década de 1930, tendo sido presa diversas vezes entre 1931 e 1940.

Sua origem de classe, sexo e caráter intrépido a expuseram a preconceitos, censuras e humilhações dos próprios camaradas de partido, como revela esta carta de 1940 endereçada ao filho:

Soube também que o meu nome era propalado aos quatro cantos e repetido com entusiasmo no meio dos proletários, o que era considerado pernicioso pelo Partido por se tratar de uma militante de origem pequeno-burguesa. Os jornais incentivavam isso com noticiário escandaloso em torno de minha pessoa. Eu era realmente a primeira comunista presa e, no Brasil, isso era assunto a ser explorado, principalmente não tratando de uma operária. Os comentários transformaram-se em lendas mentirosas, que exageravam minha atuação.

Daí partiu o boato de que eu tinha dominado a ação dos soldados que não tinham atirado por minha causa, etc. Todas essas coisas ridículas fizeram com que o Partido tomasse providências, pois só a organização e o nome da organização deveriam ser comentados. Sugeriu-se um manifesto e uma declaração minha. O manifesto só foi distribuído durante minha permanência na cadeia em Santos. Nele se acentuava a desordem provocada por mim, com intento provocador etc.

A humilhação foi dura, doeu demais, o meu orgulho e o que chamava dignidade pessoal sofreram brutalmente. Mas achei justa a determinação e aprovei o manifesto, disposta a todas as declarações ou fatos que exigisse de mim o meu Partido.<sup>81</sup>

Foi suspensa pelo PCB em 1932/33 por ser considerada “descontrolada e ligada a elementos reacionários”, bem como “seduzível” por elementos do partido, como Miguel (pseudônimo do dirigente José Villar Filho), que “por causa de suas intimidades relaxava e sabotava o trabalho partidário”<sup>82</sup>. Pagu fez inúmeros sacrifícios pelo PCB, inclusive, deixar o marido, Oswald de Andrade (considerado má influência por ter “amigos burgueses”) — o que implicaria deixar também o filho do casal, Rudá —, para que pudesse se dedicar integralmente à agremiação (segundo Octávio Brandão, alguns anos antes, o mesmo se exigira de sua esposa, Laura, com relação às filhas do casal, esta, todavia, se recusara<sup>83</sup>). Viajou de dezembro de 1933

---

<sup>81</sup> Idem. p. 91.

<sup>82</sup> DEOPS. Prontuário nº 1.053 – Patrícia Rehder Galvão. APERJ.

<sup>83</sup> REGO, Otávio Brandão. Otávio Brandão (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 139 p. dat.

a novembro de 1935 por vários países: Estados Unidos, China, Japão, União Soviética, França – onde foi presa como comunista brasileira e extraditada para o Brasil<sup>84</sup>.

Na feroz repressão que se seguiu ao levante de 1935, Pagu foi presa em janeiro de 1936. Torturada pelos agentes do Estado, fugiu no final de outubro de 1937. Representante da ala Sacchetta<sup>85</sup> — dirigente do *Bureau* Político do PCB que vinha se aproximando das posições do Partido Operário Leninista (POL), expoente das posições de León Trótsky no Brasil<sup>86</sup> — no Rio de Janeiro, foi presa novamente em abril de 1938, sendo condenada a dois anos de prisão, onde aderiu formalmente às posições da 4ª Internacional — organização ligada à corrente trotskista fundada em 1938 em Paris —, em 1939, e acabou sendo expulsa do PCB. As marcas psicológicas das torturas que sofrera na prisão, aliadas ao ressentimento com o partido, marcariam-na até sua morte, em 1962, aos 52 anos.<sup>87</sup>

O aparato repressivo do Estado Novo ainda faria muitas vítimas dentre a militância do PCB. Ida D’Amico era casada com Sebastião Francisco, ambos cuidavam de uma casa que era “como que a sede da direção do Partido”<sup>88</sup>, onde estavam os mimeógrafos, panfletos etc<sup>89</sup>. Ida foi presa na invasão da polícia à casa. Barbaramente torturada, suicidou-se após ser solta, em 1940.<sup>90</sup>

A brutal repressão que se abateu sobre a militância debilitou e dispersou o PCB naquela virada de década, ao ponto de, em 1943, em plena invasão da URSS pela Alemanha nazista, os membros do CC do PCB se encontravam quase todos na cadeia. Em resposta, a Comissão Nacional de Organização Partidária — CNOP convoca a segunda conferência nacional do partido, conhecida como Conferência da Mantiqueira, com vistas à sua reorganização, ainda sob clandestinidade. A despeito de mulheres terem participado de todas as batalhas encampadas pelo partido naquele início de década, como a campanha pela entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial contra o nazi-fascismo ou pela anistia dos presos e exilados políticos, nenhuma participaria da conferência ou comporia o Comitê Central nela eleito.<sup>91</sup>

---

<sup>84</sup> KAREPOVIS, Dainis. *Luta Subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Editora Hucitec. São Paulo: Editora Unesp. 2003. p. 439.

<sup>85</sup> Ibidem.

<sup>86</sup> Idem p. 25.

<sup>87</sup> CAMPOS, Augusto. *Pagu – Vida e Obra*. São Paulo: Cia. Das Letras. 2013. p. 71.

<sup>88</sup> DULLES, John W. Foster. *O Comunismo no Brasil. 1935-1945. Repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985. p. 202

<sup>89</sup> Ibidem.

<sup>90</sup> Idem. p. 203.

<sup>91</sup> BUONICORE, Augusto & FARIA, Fernando Garcia de. As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil. Disponível em <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/as-mulheres-e-os-noventa-anos-do-comunismo-no-brasil/>

Junte-se a isso os fatos de o PCB ter dificuldades em elaborar políticas específicas para as mulheres — salvo os episódios já mencionados — e de o ambiente militante por vezes ser extremamente hostil às mulheres, sobretudo nestas primeiras décadas de existência do partido. Além dos pesados estigmas sociais que recaíam sobre mulheres militantes<sup>92</sup> — agravados pela repressão policial a que o partido era frequentemente submetido —, não eram raros episódios de machismo dos mais variados níveis atingindo mulheres comunistas, sejam elas militantes de base ou dirigentes.

É possível inferir, então, não ser automática a relação entre a existência de mulheres no interior de determinada agremiação e sua presença nos espaços de poder da mesma. Se não houver preocupação coletiva com o recrutamento e a promoção de mulheres, estas são facilmente invisibilizadas, discriminadas e oprimidas por toda a carga das relações sociais de sexo que permeiam a sociedade e tudo que nela está contido, incluído o partido comunista.

## 1.2. Camaradas mulheres

Com todas as adversidades, em maior ou menor grau, muitas mulheres ajudaram a construir o PCB nesta fase. Com o fim da 2ª Guerra, o prestígio da URSS e a legalidade do PCB abriram as portas do partido e a presença feminina passou a ser, apesar de ainda minoritária, considerável. Este crescimento se refletiu no resultado eleitoral de 1945, quando o PCB atingiu 10% do eleitorado e elegeu um senador e 14 deputados federais<sup>93</sup> Todavia, apenas algumas poucas mulheres foram lançadas candidatas a deputada federal, estadual ou mesmo intendentess (cargo que corresponderia, *mutatis mutandis*, ao de vereadora) e, naquele ano, nenhuma foi eleita quer seja pelo PCB ou por qualquer outra agremiação.<sup>94</sup>

Já nas eleições seguintes, em janeiro de 1947, o partido conseguiria eleger algumas mulheres, muitas delas pioneiras da política institucional brasileira, tais como Adalgisa

<sup>92</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Prisioneiros do Mito – Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Mauad e EdUFF, 2002.

<sup>93</sup> Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, foi eleito senador pelo Distrito Federal; no mesmo pleito, foram eleitos deputados federais constituintes pelo partido: Abílio Fernandes (RS), Agostinho de Oliveira (PE), Alcedo Coutinho (PE), Alcides Sabença (RJ), Carlos Marighella, Claudino José da Silva (RJ), Gregório Bezerra (PE), João Amazonas (DF), Joaquim Batista Neto (DF), Jorge Amado (SP), José Maria Crispim (SP), Maurício Grabois (DF), Milton Caires de Brito (1º suplente por SP, assumiria na saída de Mario Scott), Osvaldo Pacheco (SP); RUY, José Carlos. *Os comunistas na Constituinte de 1946*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi & Fundação Maurício Grabois. 2016. p. 195-222.

<sup>94</sup> BUONICORE, Augusto & FARIA, Fernando Garcia de. As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil. Disponível em <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/as-mulheres-e-os-noventa-anos-do-comunismo-no-brasil/>

Rodrigues Cavalcanti, primeira deputada estadual de Pernambuco<sup>95</sup>; Zuleika Alambert — então secretária-geral da Juventude Comunista —, eleita 1ª suplente do PCB,<sup>96</sup> tendo assumido o mandato em setembro. Inaugurou, junto a outras duas eleitas, a presença de mulheres na Assembleia Legislativa de São Paulo<sup>97</sup>.

Também foram eleitas algumas vereadoras comunistas. Para Câmara do antigo Distrito Federal, o PCB elegeu duas das quatro mulheres eleitas no pleito: a funcionária da empresa de energia elétrica Light e sindicalista Odila Schmidt<sup>98</sup> e a advogada maranhense Arcelina Rodrigues Mochel, que chegou a liderar a bancada do PCB<sup>99</sup>, composta por 18 vereadores, a maior daquela casa legislativa.<sup>100</sup> A professora Elisa Kaufman<sup>101</sup> foi eleita a primeira vereadora da cidade de São Paulo. Maria Olímpia Carneiro<sup>102</sup> elegeu-se em Curitiba (PR) e Salvadora Lopes Peres, líder operária, em Sorocaba (SP) — embora tenha sido impedida de tomar posse<sup>103</sup>. Vera Pinto Telles, eleita primeira suplente, terminou por assumir uma cadeira na Câmara Municipal de Campinas (SP)<sup>104</sup>. É difícil aferir exatamente quantas mulheres o PCB elegeu neste processo em todo o Brasil, o fato é que todas teriam o mandato cassado pouco tempo depois, quando o partido foi colocado novamente na ilegalidade em 1947.<sup>105</sup>

Mesmo com o aumento da presença de mulheres no seio do PCB, estas permaneciam fora dos corpos dirigentes. Dos 44 dirigentes eleitos — contando efetivos e suplentes — para o Comitê Central na 3ª Conferência Nacional, em 1946, nenhum era mulher.<sup>106</sup> E, à medida em que crescia a participação das mulheres no espaço público, este passava a representar um problema político e ideológico para os comunistas brasileiros enfrentarem.

Já em 1945, durante a primeira reunião legal do Comitê Nacional (CC), Prestes teria abordado a importância da mobilização de mulheres na luta por suas reivindicações

<sup>95</sup> RICARDO, Arleandra de Lima. Adalgisa Cavalcanti: Bela, comunista e 1ª Deputada Estadual de Pernambuco. Anais do XX3º Encontro Estadual de História. 2016: ANPUH-SP.

<sup>96</sup> SOIHET, Rachel. A trajetória de Zuleika Alambert. Em: *Cadernos Pagu*. Campinas: janeiro-junho de 2013. p. 172.

<sup>97</sup> ALESP. Relação de Deputados Estaduais de São Paulo (desde 1947). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputados-legislaturas/?idLegislatura=1>.

<sup>98</sup> SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário de Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 454.

<sup>99</sup> SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário de Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 86.

<sup>100</sup> OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A Câmara Municipal do Rio/DF e a política para as favelas. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: julho/2011.

<sup>101</sup> SALVADORI, F. Ela não teve medo da vida. Em: *Revista Apartes* Nº06. São Paulo: mar-abr/2014.

<sup>102</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Maria Olímpia Carneiro Mochel, a primeira vereadora de Curitiba. Disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=22332#&panel1-1](https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=22332#&panel1-1).

<sup>103</sup> BUONICORE, A. & FARIA, Fernando G. As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil.

<sup>104</sup> Ibidem.

<sup>105</sup> Ibidem.

<sup>106</sup> Ibidem.

específicas, em “todas as demais oportunidades — conferências, plenos, comícios, sabatinas, reuniões” e ressaltado a necessidade de o PCB dirigir-se às mulheres, “esclarecê-las, estudar os obstáculos que dificultam sua participação na vida política do país”<sup>107</sup> uma vez que, em suas palavras, “a luta da mulher por sua emancipação é força espontânea das mais poderosas que só precisa ser unificada e dirigida para transformar-se em componente decisivo na luta pela democracia do Brasil.”<sup>108</sup>

Contudo, os desdobramentos políticos e organizativos tornar-se-iam mais evidentes quando, em 1947, “uma diretiva do C.C. do P.C.B. recomendava a criação e organizações de bases femininas com o objetivo de atender às condições específicas de vida da mulher brasileira”<sup>109</sup> e a primeira edição do jornal *O Momento Feminino* foi lançada. As duas iniciativas atendiam a duas dimensões distintas do trabalho de mulheres: com as organizações de base pretendia-se impulsionar o trabalho internamente, dentro do partido, e, com um jornal de circulação ampla, tinha-se como objetivo fundamentalmente promover o debate externo, com as mulheres não organizadas no PCB ou mesmo de outras organizações e partidos.

## Embates

Na imprensa partidária ficava evidente o embate ideológico interno que as militantes travavam para convencer o coletivo partidário da justeza e importância da luta das mulheres. Isso se dava de várias formas, não apenas em textos sobre o tema, mas também de maneira muito habilidosa, de forma colateral, em textos sobre outros temas. Por ocasião de uma homenagem ao destacado dirigente búlgaro da IC, recém-falecido, Geórgi Dimitrov (1882-1949), Arcelina Mochel escreve um longo necrológio no jornal *Voz Operária*<sup>110</sup>, onde, ao destacar as características de Dimitrov e sua visão avançada em relação à participação política e social e aos direitos das mulheres, a própria Arcelina projetava, para os quadros partidários brasileiros, o que ela acreditava que deveria ser o trabalho de mulheres do PCB

Dimitrov era um dirigente completo. Não esquecia, não subestimava nenhuma frente de trabalho. Soube também reconhecer que a força feminina era um dos esteios da vitória revolucionária da Bulgária.(...) não pode haver luta eficaz contra o fascismo nem contra a guerra se não se arrastar para essa luta as mais

<sup>107</sup> GONÇALVES, Carlota. “Em homenagem à Prestes, melhorar o trabalho feminino”. *Jornal Voz Operária* nº84, Rio de Janeiro, 03/01/51, p. 02.

<sup>108</sup> *Ibidem*.

<sup>109</sup> ALMEIDA, Iraci. Necessárias as Organizações de Base Femininas. *Jornal Voz Operária* nº256, Rio de Janeiro, 10/04/54, Suplemento, Tribuna do 4º Congresso, p. 04.

<sup>110</sup> Na Bulgária do saudoso Dimitrov, as mulheres são uma força nova e criadora” *Voz Operária* nº 08, Rio de Janeiro, 15/07/49, p. 05.

extensas massas femininas, trabalho árduo e constante, muitas vezes paciente, que não se consegue apenas com agitação, mas, encontrando, frente a cada situação objetiva, os meios de mobilizar as mulheres em favor de seus interesses, reivindicando direitos vitais.

Realmente, temos de ganhar as camadas vastas da população feminina em nossa pátria através de suas lutas reivindicatória...<sup>111</sup>

Arcelina acentuava as demandas contra a carestia de vida, pela elevação dos salários, contra as injustiças trabalhistas, contra a escravização e contra a guerra, além de denunciar o regime capitalista pela exploração da mulher, regime em que operárias “são expulsas da produção, [em] que não se protege a maternidade”, e em que “se reduzem pobres e jovens camponesas a criadas dos ricos fazendeiros, sujeitas à prostituição forçada pela miséria e pelos apetites dos ricos”<sup>112</sup>. Vai ficando mais delineado o conjunto de problemas e reivindicações propriamente concernentes às mulheres e sua relação com as lutas gerais, progresso social e a construção do socialismo.

A defesa de Arcelina para a importância da luta das mulheres ia para muito além da justiça social com um grupo historicamente oprimido ou da denúncia dos preconceitos machistas, ela incorporava em seu discurso a contribuição das mulheres ao desenvolvimento da sociedade, contribuição essa que estava coartada pelos preconceitos que ainda tratavam as mulheres com inferioridade e deixavam de aproveitar sua “força nova e criadora”.<sup>113</sup>

Além disso, Arcelina problematizava também os métodos de organização e defendia a necessidade de manutenção de organizações exclusivas de mulheres, sejam organizações de massa ou dentro do próprio partido. Neste ponto fica implícita a resistência dentro de setores do próprio partido a esta forma organizativa, resistência que se tornaria evidente durante os debates congressuais de 1954. Sob pretexto de valorizar a figura de Dmitrov e a experiência socialista na Bulgária, a advogada argumentava indiretamente em favor das organizações femininas, da luta por direitos específicos e sua relação com a construção da sociedade, durante o socialismo e mesmo antes, por liberar o potencial criativo das mulheres, comprimidos pelo machismo e pela exploração capitalista. Ao mesmo tempo, criticava o sectarismo que ainda marcava a visão de parte significativa de seus camaradas do PCB sobre a organização das mulheres. Arcelina defendia

as formas simples e flexíveis no contato com todas as organizações femininas e a luta comum entre as mulheres [e] que arrastar a mulher trabalhadora ao movimento revolucionário é admitir a criação de organizações especiais de mulheres onde necessário fazê-lo, evitando os grandes prejuízos decorrentes do aniquilamento de

---

<sup>111</sup> Ibidem.

<sup>112</sup> Ibidem.

<sup>113</sup> Ibidem.

organizações femininas existentes sobre o falso pretexto de “separatismo feminino.”<sup>114</sup>

### ***O Momento Feminino***

Previsto inicialmente para ter circulação semanal, o primeiro número de *O Momento Feminino* data de 25 de julho de 1947 e traz na capa os nomes de suas colaboradoras: Alina Paim, Arcelina Mochel, Diana de Brito, Edíria Carneiro, Eneida, Gilda Braga Linhares, Hilda Campofiorito, Lia Corrêa Dutra, Ligia Maria Lessa Bastos, Maria Luiza, Marieta Jacques, Maura de Sena Pereira, Sagramor de Scuvero, Silvia e Yvonne Jean.<sup>115</sup>

Sob a direção de Arcelina Mochel, seu lema era “um jornal a serviço do seu lar”, como explicita o editorial (seção intitulada “Nossos Problemas”) do número de estreia: “não é um jornal feminista mas uma publicação para os lares”<sup>116</sup>. Contudo, uma breve leitura da publicação seria suficiente para concluir que o lema não correspondia inteiramente ao conteúdo. Já, no próprio editorial, a diretora afirma ser o jornal “um novo esteio de combatividade, viga mestra de luta das mulheres pela felicidade de todos, abre esta coluna de troca de ideias sobre nossos problemas, nossos direitos, nossas liberdades.”<sup>117</sup>

Com textos sobre conjunturas internacional e nacional, ora com enfoque generalizante, ora com enfoque na questão da mulher — sobretudo sua participação política, social e valorização ao longo da história —, o *Momento Feminino* conclamava-as a ocuparem o espaço público, ao passo que combinava matérias sobre moda feminina e infantil, culinária e puericultura. Sobre isso, o historiador Jorge Luiz Ferreira afirmou que

Mesmo que, aos olhos de hoje, um modelo feminino como este tenha um caráter conservador, exaltando a maternidade, a abnegação, a moralidade exemplar [...], é necessário considerar que o projeto comunista incentivava a participação da mulher na luta política, novidade para época, ajudando-a a libertar-se da opressão social e a afirmar-se como mulher e cidadã [...]. Não é difícil imaginar o grau de discriminação social sofrido pelas militantes naquela época. Lembremos que o discurso anticomunista ressaltava particularmente a falta de valores morais dos revolucionários, sugerindo a promiscuidade e a licenciosidade sexual no interior do Partido. As mulheres, sobretudo, as jovens militantes, tinham que suportar as

<sup>114</sup> Ibidem.

<sup>115</sup> A professora de educação física Lígia Maria Lessa Bastos e a radialista Sagramor de Scuvero haviam sido eleitas vereadoras na Câmara do Distrito Federal no pleito de 1946, respectivamente, pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Junto com as outras duas vereadoras, as comunistas Arcelina Mochel e Odila Schmidt, totalizavam as mulheres eleitas, em caráter inédito, para aquela casa legislativa. Isso mostra de forma inequívoca o caráter amplo que o PCB pretendia dar ao *Momento Feminino* e, de forma mais alargada, ao movimento de mulheres.

<sup>116</sup> Jornal *Momento Feminino*, nº01, 25/07/1947. p. 02.

<sup>117</sup> Ibidem.

difamações acintosas sobre sua vida privada e principalmente sobre sua conduta sexual.<sup>118</sup>

*O Momento Feminino* propagou ideias progressistas e agregou mulheres em torno delas, graças a isso, foi um impulsor e organizador dos comitês femininos nos bairros e sindicatos. Estes dariam origem, em 1949, à Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Era uma entidade ampla, ou seja, que não congregava apenas militantes do PCB, mas mulheres progressistas em geral. A FMB tinha Arcelina Mochel como secretária-geral, representante das comunistas na direção da entidade. A primeira presidente foi Alice Tibiriçá, substituída por Elisa Branco após seu falecimento, cerca de um ano depois da fundação. Reunia organizações femininas de 11 estados brasileiros e se envolveu em inúmeras campanhas: contra a carestia de vida e pelo controle dos preços dos produtos essenciais, na campanha O Petróleo é Nosso!, pela paz mundial e contra as armas atômicas, contra o envio de soldados brasileiros à guerra da Coreia (que levou à prisão, por três anos, de Elisa Branco). Apesar do sentido progressista das campanhas, seu caráter generalizante denota que as reivindicações especificamente femininas eram secundárias neste primeiro momento.

Essas ganhariam corpo lentamente, o que se expressa através de um termo que seria cada vez mais empregado, seja no *O Momento Feminino* ou na imprensa partidária propriamente: “emancipação”. O número nove do *Momento Feminino*, portanto ainda em 1947, relata o primeiro aniversário da União Feminina do Flamengo, Catete e Glória, no Rio de Janeiro, cuja carta-manifesto fala em “(g) Empenhar-se pela igualdade de direitos civis e pela emancipação econômica da mulher, bem como preservar seus direitos políticos”. A ideia de “emancipação da mulher” receberá uma carga maior de significado nos anos seguintes, ainda que nunca chegue a superar algumas contradições no que seria esta emancipação e quem seria esta mulher, como veremos adiante. Todavia, neste momento, “emancipação” é pensada nas perspectivas política e econômica.

Mesmo em um ambiente de florescimento do debate sobre a emancipação das mulheres, há registros de episódios de violência e desrespeito contra as mulheres comunistas impetrados por camaradas, como o que, poucos anos mais tarde, atingiu Maria Prestes — militante desde a juventude incumbida da segurança de Luís Carlos Prestes e que viria a se

---

<sup>118</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Prisioneiros do Mito – Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Maud e EdUFF, 2002.

tornar sua segunda esposa —, contra quem o dirigente Diógenes de Arruda Câmara vociferou “Vá cuidar de seu filho, sua vagabunda”<sup>119</sup>.

Esse foi apenas um exemplo que ilustra como o partido comunista poderia ser um ambiente machista e desrespeitoso. Ainda assim era, dentre os partidos políticos brasileiros, onde mais havia espaço para a atuação das mulheres e para a defesa de seus direitos, normalmente restritas às associações femininas, como a FBPF.

### **1ª Conferência Nacional de Mulheres**

No final da década de 1940 a organização e a identidade sexual politizada das mulheres brasileiras já dava sinais de uma maior maturação e, entre os dias 23 e 25 de maio de 1949, realizou-se, no Rio de Janeiro (RJ), a 1ª Conferência Nacional das Mulheres.<sup>120</sup> Nela foram discutidas a proteção à infância e à juventude, a carestia da vida e os direitos da mulher, agenda de lutas que paulatinamente se fortalecia e ganhava corpo nos movimentos de mulheres. A conferência denunciava fortemente a situação de fome e miséria do povo, contudo, apontava que era ainda mais penosa a situação das mulheres brasileiras. Este é um movimento sutil, mas que aponta para uma clivagem na consciência que as mulheres possuíam de si: a percepção de que, em que pese haja a exploração dos trabalhadores, a opressão do povo, ambas as atingem com mais força. Ainda que não houvesse clareza nas motivações ou mecanismos pelos quais isso ocorria, já era clara a percepção de que as mulheres eram mais atingidas pela pobreza, exploração, falta de liberdades e de direitos:

Viva ela no norte ou no sul, no bairro, empresa ou na escola, seus problemas são sempre os mesmos: salários baixos, vida cara, falta de escolas, falta de creches, falta de hospitais e maternidades. E agora, como se tudo fosse pouco, aumenta também a opressão e a falta de liberdade em todos os sentidos. A exploração é a cada dia maior e o governo sem lhes dar nada, tudo faz para anular os direitos já conquistados e para evitar que as mulheres se lancem decididamente na luta pela conquista de suas reivindicações.<sup>121</sup>

Os debates da conferência ressaltaram, ainda, que apesar da situação de inferioridade social em que se encontrava a mulher brasileira “*como cidadã, mãe e esposa*” (grifo nosso), iniciava-se uma participação mais ativa na solução dos problemas do povo,

<sup>119</sup> PRESTES, Maria. *Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luís Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: E-Papers ; São Paulo: Editora Anita Garibaldi. 3ª Edição: 2012. p. 98

<sup>120</sup> Popularizemos as resoluções da 1ª Conferência de Mulheres. *Voz Operária n° 03*, Rio de Janeiro, 07/06/49, p. 03.

<sup>121</sup> *Ibidem*.

sobretudo a fome e a miséria, além da luta pela manutenção da paz, uma vez que era crescente, naquele momento, o risco de guerra. Dos debates travados na 1ª Conferência Nacional de Mulheres, participaram delegadas saídas de diversos setores: operárias da indústria, camponesas e donas de casa, denunciando os salários miseráveis, a carestia e a precariedade das condições de vida, na cidade ou no campo.<sup>122</sup>

As delegadas retornaram a seus estados com a tarefa de popularizar os debates e resoluções da conferência, com o intuito que fossem conhecidas por “todas as mulheres do Brasil”. As resoluções deveriam ser discutidas em assembleias de bairro, empresas, nos comandos de rua, de casa em casa e mesmo em atos públicos, comícios, palestras, conferências etc, para que não ficasse “uma só mulher sem saber o que fazer para pôr termo a todo esse estado de coisas que aí está”. E mais, preconizava que “de cada debate, surgisse uma comissão de mulheres, pronta a levar aquelas resoluções à prática sob qualquer forma de luta.”<sup>123</sup>

### **As uniões de mulheres**

Em 1949, a existência de uniões femininas por toda o país já era um dado de ampla repercussão e valorização na imprensa partidária. A valentia e combatividade das mulheres eram celebradas nas diversas publicações comunistas, que relatavam a participação massiva e decidida das militantes nas campanhas gerais do partido.

Em Assis (SP), criou-se uma Comissão de Mulheres em Defesa de Prestes, que lançou um manifesto onde declarava que “defender Prestes, significa defender nosso petróleo, livrar nossos filhos de uma guerra e garantir nossos direitos.”<sup>124</sup> Observe-se que, neste então, o discurso que as próprias mulheres faziam acerca da condição feminina valorizava, essencialmente, a maternidade. Na campanha em defesa da paz, não era diferente. Em manifesto assinado pela União Feminina de Minas Gerais, por exemplo, as mulheres, “concitando suas irmãs à luta em defesa da paz”, declararam que “não estavam dispostas a ver seus filhos sacrificados em uma nova guerra, [...] sofrimento de viúvas, órfãos e mães privadas do seu mais querido afeto.”<sup>125</sup> É nítida que a mulher era pensada ainda, pelas próprias mulheres, inclusive, enquanto ser em relação a outro: ela é sempre a mãe, a esposa, a viúva, a filha.

Os jornais mostravam também uma tentativa de valorização da participação e da capacidade das mulheres em atividades gerais, como na greve dos tecelões em São Cristóvão

---

<sup>122</sup> Ibidem.

<sup>123</sup> Ibidem.

<sup>124</sup> Todos os sacrifícios para a defesa de Prestes. *Voz Operária* nº 01, Rio de Janeiro, 19/02/49, p. 05.

<sup>125</sup> Notícias em “VOZ NOS ESTADOS – MINAS”. *Voz Operária* nº 02, Rio de Janeiro, 26/02/49, p. 03.

(SE), onde “as mulheres sempre demonstraram excepcional combatividade”<sup>126</sup>, ou na greve geral de Rio Grande, quando “os trabalhadores ainda reagiram, especialmente as mulheres, que iam, apesar de todo o clima terrorista, até a porta das fábricas”<sup>127</sup>. Ou na tecelagem Urca, em Campinas (SP), onde os operários fizeram uma paralização com reivindicação salarial, e “a maior participação foi de mulheres”.<sup>128</sup>

Na campanha pela paz as mulheres tiveram destaque por sua participação ativa e organizada, mas também por sua audácia, como as mulheres paulistas do bairro operário do Brás. Elas haviam decidido realizar um comício para apresentar à população a delegada da Federação de Mulheres de São Paulo ao Congresso do México. Não obstante, a polícia proibiu a realização do mesmo e o local determinado para que ocorresse foi ocupado por numeroso contingente da Força Pública. As militantes não se deram por vencidas. Realizaram o comício em outro local do bairro e depois tomaram o trem da Mooca, onde, de vagão em vagão, apresentavam sua delegada aos passageiros, pedindo o apoio geral à luta em defesa da paz.<sup>129</sup>

## Solidariedade

A solidariedade era uma atividade de grande relevância no interior do PCB. Sendo uma organização ilegal, promovendo ações perseguidas, como greves e outras atividades de agitação política consideradas “subversivas”, vivendo intensa perseguição durante grande parte de sua existência, as atividades de solidariedade com os presos políticos e suas famílias eram importantíssimas. As ações iam desde acompanhamento do processo para garantir o respeito às leis, sobretudo ao processo legal dos presos — geralmente detidos de maneira arbitrária —, denúncias junto à imprensa, até a arrecadação de dinheiro para ajudar no sustento das suas famílias. A ação da solidariedade, por vezes, rompia as barreiras do amparo a presos políticos, e ia para o front de batalha, como é o caso das mulheres trabalhadoras e de famílias de trabalhadores que, durante a greve da Lafaiete, ocuparam os postos de trabalho de seus companheiros e familiares, impedindo a ação de furadores de greve e da polícia, que pretendiam inviabilizar a paralização.<sup>130</sup> Cena semelhante seria descrita pela escritora sergipana e militante

<sup>126</sup> Sergipe: o que foi a greve dos tecelões de São Cristóvão. *Voz Operária* nº 02, Rio de Janeiro, 26/02/49, p. 06.

<sup>127</sup> Experiências das lutas operárias: a greve geral de Rio Grande. *Voz Operária* nº 05, Rio de Janeiro, 23/06/49, p. 11.

<sup>128</sup> Voz das Fábricas. *Voz Operária* nº 05, Rio de Janeiro, 23/06/49, p. 10.

<sup>129</sup> Audácia na defesa da paz. *Voz Operária* nº 09, Rio de Janeiro, 23/07/49, p. 10.

<sup>130</sup> A mulher e a solidariedade. *Voz Operária* nº 10, Rio de Janeiro, 30/07/49, p. 11.

do PCB, Alina Paim (1919-2011) em seu romance *A Hora Próxima* (1955)<sup>131</sup>. Baseado na convivência da autora com os fatos, o livro narra a forma como as esposas, irmãs, mães e filhas dos trabalhadores ferroviários entram em colaboração ativa na construção da greve que reivindicava mais direitos para a categoria na Rede Mineira.

Algumas se somavam ao trabalho de solidariedade com os presos políticos e seus familiares por consciência política, no entanto, muitas chegavam ao trabalho de solidariedade por serem, elas mesmas, familiares de presos. As dificuldades eram imensas e os recursos, escassos, como relata o texto de Milton Lobato,<sup>132</sup> secretário da Comissão Central de Solidariedade. Porém a valentia e abnegação das mulheres que nele se envolviam era digna de nota. O texto de Milton também nos informa da grande carga de preconceito com que as mulheres eram tratadas, mesmo realizando um trabalho como o de solidariedade: “Numa das visitas, um magistrado impressionado pelo trabalho desenvolvido, não teve outra coisa a dizer senão que ‘estranhava que senhora tão distinta tomasse interesse por perigosos agitadores’”.<sup>133</sup>

Na defesa da paz, a militância comunista mobilizava exatamente as características mais identificadas socialmente com a feminilidade para atrair novas aderentes à luta: afetividade, cuidado, maternidade, solidariedade, preocupação com marido e filhos. Não era raro o uso da expressão “organizar a ternura”, que elucida exatamente esse movimento consciente de instrumentalizar as características que socialmente definiam o *ser mulher* para levá-las para a luta política.

### **A defesa da paz**

O fim da 2ª Guerra engendrou a bipolarização do mundo entre EUA e URSS. A Guerra Fria estruturava as relações internacionais e a preocupação crescente com a possibilidade de eclosão de um terceiro conflito mundial, com utilização de arsenal nuclear, inclusive, norteava todas as análises do movimento comunista internacional e, por conseguinte, do PCB. A campanha mais importante levada a cabo pelos comunistas em todo o mundo, neste período, foi em defesa da paz, contra a guerra, seja de maneira geral, seja em manifestações locais, como a Guerra da Coreia.

O desenvolvimento da campanha pela paz ao longo dos anos é paradigmático do desenvolvimento da questão da luta das mulheres de forma mais ampliada dentro do Partido

---

<sup>131</sup> PAIM, Alina. *A hora próxima*. Coleção Romances do Povo. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1955.

<sup>132</sup> A mulher e a solidariedade. *Voz Operária* nº 10, Rio de Janeiro, 30/07/49, p. 11.

<sup>133</sup> Ibidem.

Comunista do Brasil. Basta observar que, nas publicações ligadas ao PCB, a categoria abstrata “mulher” passa a ganhar materialidade e desdobrar-se em mulheres de diferentes segmentos sociais, compreendendo que há especificidades e diferenças entre mulheres operárias, mulheres camponesas, mulheres jovens (ou “moças”, como eram designadas à época), donas de casa e assim sucessivamente. Seguindo a orientação geral do partido e sendo coerente com a própria elaboração marxista sobre a emancipação da mulher já conhecida na época<sup>134</sup>, o foco principal a ser trabalhado e valorizado eram as mulheres trabalhadoras, sobretudo operárias.

Inicialmente, a exigência por maior participação de mulheres ocorre com o intuito de ampliar a base social da luta pela paz, desconsiderando suas reivindicações específicas, como fica claro no trecho do texto intitulado “A Mulher Operária na Luta pela Paz” publicado no jornal *Voz Operária* de 20 de agosto de 1949, onde a redatora Ginia Machline afirma que “a mulher operária precisa participar ativamente na campanha em defesa da paz, *fazendo com que a classe operária tenha maior participação na luta* contra a guerra imperialista.”<sup>135</sup> (grifo nosso)

Entretanto, há já um germe de percepção acerca da especificidade da opressão das mulheres, ainda que incipiente, como se nota no trecho a seguir “a mulher trabalhadora que sofre na sua própria carne, junto com seus companheiros de trabalho, a exploração brutal dos patrões gananciosos, *que produz o mesmo que os demais e não percebe os mesmos salários...* Sempre ligando a *sua luta específica* à luta pela paz”<sup>136</sup> (grifos nossos). Havia um movimento duplo, de um lado, identificar no que a guerra afetaria as mulheres especialmente e, de outro, no que a organização das mulheres enquanto segmento social agregaria à luta pela paz:

A mulher operária que irá sofrer mais nessa guerra, pois seu marido, filho ou noivo irá para a guerra, será arrastada a maior exploração, uma vez que substituirá os homens que servirão de bucha de canhões... A mulher trabalhadora que sentirá as consequências do aumento do mercado negro, dos racionamentos, das “bichas” intermináveis, da miséria, da maior opressão e terror policial, da viuvez e da orfandade, precisa impedir com ações enérgicas em defesa suas sentidas reivindicações, o desencadeamento de uma nova guerra imperialista. As mulheres, para lutar pela paz e pelo aumento de salários e por creches, por restaurantes, pelo pagamento do repouso semanal remunerado sem os 100% de assiduidade, contra as

<sup>134</sup> Sabe-se através de CARONE (1986) que as editoras ligadas ao PCB publicaram três edições da *A Nova Mulher e a Moral Sexual*, de KOLLONTAI, com inúmeras impressões e reimpressões entre os anos de 1932, 1933 e 1945; quatro edições (1934, 1944, 1945 e 1960) também com inúmeras impressões da *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de ENGELS; de Clara ZETKIN, editaram *Meus encontros com Lênin* e 1934; uma compilação de textos e discursos de LÊNIN sobre a questão da mulher, intitulada *O Socialismo e a Emancipação da Mulher*, em 1956; de Paul LAFARGUE, *O Matriarcado: estudos sobre as origens da Família*, em 1944; além de inúmeras edições do *Manifesto do Partido Comunista*, de MARX & ENGELS, que entre 1924 e 1954 teve sete edições; foram publicadas, também, mais de uma vez, a carta magna soviética de 1927, que trazia diversas inovações jurídicas no que tange a equidade entre homens e mulheres.

<sup>135</sup> A mulher operária na luta pela paz. *Voz Operária* nº 13, Rio de Janeiro, 20/08/49, p. 03.

<sup>136</sup> *Ibidem*.

despedidas, devem organizar-se e unir-se em comissões nos locais de trabalho... A mulher Operária, começando com as pequenas lutas, deve recorrer à greve e às lutas mais vigorosas, demonstrando assim sua vontade inquebrantável de defender a paz e as suas reivindicações mais sentidas.<sup>137</sup>

Da mesma forma, os conselhos de luta pela paz nas fábricas e demais localidades, convertiam-se em espaço também de outras lutas econômicas, sociais e políticas, gerais ou específicas das mulheres, pois

compreendendo esse período eminente de guerra, que por todos os meios precisamos evitar, é que as mulheres devem, sem demora, criar seus conselhos de paz nas empresas. Esses conselhos têm por finalidade específica levantar a luta pela paz e opor-se aos preparativos guerreiros de Dutra e dos patrões. Mas igualmente devem e podem levantar todas as reivindicações específicas da mulher, por menores que elas sejam, e desempenharam agora um importante papel na luta contra essa infame Lei de Férias, que deve merecer a maior repulsa da parte das mulheres.

E assim, organizadas e unidas nos conselhos de paz, as mulheres participarão ativamente em todas as lutas em defesa da paz, afirmando nas fábricas, nas ruas e em toda parte que não querem a guerra, que lutarão pela paz e contra todas as medidas que visam liquidar os seus direitos.<sup>138</sup>

Nesta visível a crescente consciência da opressão das mulheres, já não são raros os textos que abordam a situação de miséria, comum a todo o proletariado, mas também a condição específica de mulher, vivendo no regime capitalista onde é “duplamente explorada, como trabalhador e como mulher”<sup>139</sup> e que esta deveria “lutar por seus direitos.”<sup>140</sup> No decorrer da luta cotidiana, iam ficando mais claras quais as diferenças e demandas de mulheres, mesmo as mais prosaicas, antes subsumidas em agendas gerais, iam ganhando contornos de denúncia e reivindicação. É o que se nota quando da denúncia da nova Lei de Férias que seria sancionada pelo presidente autoritário Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), segundo o jornal *Voz Operária*, uma medida reacionária, ofensiva contra todos os trabalhadores e, particularmente, contra o operariado feminino, já que

quer seja solteira ou casada, há uma série de motivos que impedem (a operária) de comparecer, dia após dia, ao seu trabalho. Se é casada a situação é mais difícil, pois tem problema dos filhos. Não tem quem cuide deles quando adoecem, não tem com quem deixá-los, não há quem os assista, e mais uma série de problemas inerentes à mulher casada nesta sociedade de fome e exploração.

Há ainda as faltas causadas pelas próprias condições desumanas da maioria das fábricas, particularmente no setor têxtil, fábricas que não permitem nem que as operárias parem o serviço nem para satisfazer suas necessidades fisiológicas. E qual é a mulher que pode suportar isso, especialmente em determinados dias do mês?<sup>141</sup>

<sup>137</sup> Ibidem.

<sup>138</sup> As mulheres lutarão contra a “lei de férias” da ditadura. *Voz Operária* nº 20, Rio de Janeiro, 08/10/49, p. 10.

<sup>139</sup> Ibidem.

<sup>140</sup> Ibidem.

<sup>141</sup> Ibidem.

Nas grandes mobilizações operárias que sacudiriam o país, no final da década de 1940 e início de 1950, as mulheres comunistas tiveram uma grande participação. Na greve dos 300 mil que parou a capital paulista – e foi uma das mais importantes do período – se destacaram as figuras de Maria Sallas, Orondina Silva e Adoración Vilar. Graças a esse movimento grevista foram criados departamentos femininos nos sindicatos dos têxteis, metalúrgicos e gráficos.

### 1.3. Uma nova página no PCB

Neste período, tentou-se ampliar e fortalecer as organizações de bases femininas no interior do Partido, cujas tarefas fundamentais eram “mobilizar e organizar as mulheres partindo das suas reivindicações específicas, das lutas contra a carestia, pelo congelamento de preços em defesa da infância e elevando-as até às lutas democráticas e emancipadoras”. A tentativa de transformar essas organizações de bases em aparelhos apenas voltados para o trabalho de apoio, como colar cartazes e angariar fundos, recebia críticas mesmo de membros da direção. Ainda assim, o trabalho de mulheres florescia no partido, e foi significativo o número delas integradas aos cursos Stalin e Lênin, ministrados em grande escala nos primeiros anos da década de 1950. Muitas militantes, como Edíria Carneiro, tornaram-se professoras das escolas partidárias.<sup>142</sup> Algumas mulheres seriam incluídas ainda nas três turmas que fizeram o curso de aprofundamento do marxismo-leninismo na URSS, com a duração de dois anos.<sup>143</sup> Essas medidas sinalizavam uma preocupação maior em formar quadros femininos para o trabalho de direção política, superando um problema estrutural na construção do partido desde a sua origem.

Em 1952 e 1953, a FMB realiza a 1ª e a 2ª Assembleia Nacional de Mulheres<sup>144</sup>. No Programa do PCB de 1954, a questão da mulher é tratada em um ponto separado e sensivelmente mais detalhado que no Manifesto de Agosto de 1950, o que nos leva a inferir o progressivo fortalecimento desta pauta no interior do partido. A leitura dos registros partidários nos permite observar um balanço crítico realizado durante o 4º Congresso do PCB (1954), com a apresentação de informes temáticos especiais, nos quais, ao passo que se enaltecia a capacidade política e de luta das mulheres brasileiras, se problematizavam os métodos de trabalho partidário entre este segmento e a subestimação desse pelo coletivo comunista.

---

<sup>142</sup> CARNEIRO, Edíria. Entrevista ao CDM/FMG.

<sup>143</sup> Ibidem.

<sup>144</sup> TELES, Maria Amélia. *Breve história do feminismo no Brasil*.

Houve uma grande mobilização brasileira para a participação na Conferência Latino-Americana de Mulheres, realizada em agosto de 1954. Neste período, conforme afirmou Olga Maranhão em seu informe ao 4º Congresso do PCB, ocorrido em fins de 1954, surgiram mais de 30 organizações de massa femininas e vários sindicatos realizaram assembleias para eleger suas delegadas para aquela conferência.<sup>145</sup> Ainda neste ano ocorreu um Ativo nacional do PCB sobre o trabalho feminino.<sup>146</sup>

#### **O 4º Congresso Nacional do PCB (1954)**

Este crescimento do movimento de mulheres e a inserção das comunistas nele levariam a uma pequena – mas significativa – mudança na composição das direções partidárias. Isso se refletiria no 4º Congresso do PCB, realizado no final de 1954. Nele, pela primeira vez, as mulheres teriam participação algo expressiva (9,3% dos delegados)<sup>147</sup> e seriam eleitas para o Comitê Central em congresso partidário. Outra novidade é que duas mulheres apresentariam informes especiais naquele conclave. A professora Iracema Ribeiro, do Rio de Janeiro, expôs o informe intitulado “O trabalho feminino – dever de todo partido” e a empregada doméstica Olga Maranhão, também do Rio de Janeiro, o informe “Ganhar milhões de mulheres para o Programa do Partido”.<sup>148</sup>

Em seu informe, de conteúdo bastante duro, Iracema Ribeiro criticava a baixa presença de mulheres na agremiação e a lentidão com que essas eram promovidas aos cargos dirigentes nas instâncias partidárias. Defendia que o partido assumisse coletivamente a luta das mulheres e que o Comitê Central elaborasse uma resolução específica sobre o tema (o que ocorreria no ano seguinte):

é muito pequeno ainda o número de mulheres membros do Partido [...] o que demonstra que não extirpamos ainda das nossas fileiras os preconceitos burgueses com relação à Mulher [...] O Partido deveria encarar mais seriamente a necessidade de promoção de quadros femininos [...] As nossas direções ainda procuram ater-se as alegações de timidez das camaradas, ou a problemas de outra ordem, sem promovê-las com audácia [...] 1º O trabalho feminino deve deixar de ser tarefa apenas das Organizações de Base e das Seções do Trabalho Feminino para se transformar em tarefa de todo o Partido. 2º Todos os Comitês de Zonas e Comitês Distritais devem ter encarregados do trabalho feminino. O trabalho feminino deve ser incluído entre as tarefas permanentes dos Comitês de Zona, dos Comitês Distritais e das Organizações

<sup>145</sup> MARANHÃO, Olga. Ganhar Milhões de Mulheres Para o Programa do Partido. Intervenção ao 4º Congresso do PCB. Em: *Revista Problemas* nº64.

<sup>146</sup> *Ibidem*.

<sup>147</sup> A composição do 4º Congresso do PCB. *Voz Operária* nº290, 04/12/1954. p. 15.

<sup>148</sup> Ambos publicados no jornal *Voz Operária* em *Revista Problemas* nº64.

de Base. 3º Elaborar com urgência uma resolução do Comitê Central sobre o trabalho feminino.<sup>149</sup>

Por sua vez, o informe apresentado por Olga Maranhão<sup>150</sup> levantava o heroísmo das mulheres brasileiras nas diversas batalhas travadas pela libertação nacional ao longo da história, como Clara Camarão, Joana Angélica, Maria Quitéria, Bárbara Alencar e Anita Garibaldi. O informe aborda também a situação penosa das mulheres camponesas e operárias, bem como a combatividade que as mulheres vinham demonstrando nas greves que eclodiam no país, seja como trabalhadoras grevistas, ou mesmo com a “combatividade extraordinária das mulheres da Rede Mineira de Viação, mães, esposas e irmãs dos ferroviários, que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento vitorioso das suas lutas reivindicativas.”<sup>151</sup>

Olga Maranhão também sintetiza criticamente o trabalho de mulheres do PCB desde 1944, quando teriam surgido as “primeiras organizações femininas de massas”, cujo trabalho consistia em desenvolver campanhas pelas reivindicações “imediatas e específicas das mulheres”. Segundo o informe, chegaram a existir centenas delas em todos os estados, e se concentravam, em geral, em campanhas contra a carestia, realizando até mesmo a aquisição de “gêneros e tecidos populares, para revenda às associadas” ou “desmascarando os sonegadores dos produtos de primeira necessidade”. Todavia, prossegue, este trabalho não lograva ganhar as mulheres para as lutas “mais altas e consequentes, para as lutas decisivas pela paz, pelas liberdades democráticas e pela independência nacional”, ou seja, para as lutas políticas. O trecho é revelador da cunha entre as lutas sociais (ou econômicas) das mulheres — sintetizadas sob a expressão “reivindicações imediatas e sentidas” — e as lutas políticas, “mais altas”, que avultavam alternadamente em decorrência da linha política geral do PCB, como fica claro no trecho a seguir, onde Olga critica o trabalho calcado exclusivamente nas pautas sociais e econômicas:

Posteriormente, rompemos com essa orientação no trabalho feminino, orientação fortemente influenciada por tendências reformistas. Mas, ao corrigirmos um erro

<sup>149</sup> RIBEIRO, Iracema. O Trabalho Feminino Dever de Todo o Partido. Intervenção no 4º Congresso do PCB. Em: *Revista Problemas* nº64.

<sup>150</sup> MARANHÃO, Olga. Ganhar Milhões de Mulheres Para o Programa do Partido. Intervenção ao 4º Congresso do PCB. Em: *Revista Problemas* nº64.

<sup>151</sup> Este episódio deu origem ao romance histórico da escritora comunista sergipana Alina Paim, *A Hora Próxima*, publicado em 1955 pela Coleção Romances do Povo da Editorial Vitória, sob direção de Jorge Amado, que tinha como pano de fundo a greve dos ferroviários, mas cujo enfoque principal estava no papel heroico das mulheres. Logo na cena de abertura, Alina descreve em um imenso piquete centenas de esposas, filhas, mães e irmãs dos grevistas parando uma locomotiva: “invadiram a cabine e dirigindo-se ao maquinista e ao foguista [...]”

— O trem não parte. A máquina é nossa.

— Agora, é a gente quem manda — declarou Jandira, entrando na cabine. — É a greve, meu velho.” (PAIM: 1955; p. 09).

caímos no outro extremo, passamos a realizar um trabalho sectário, exclusivamente político e desligado das reivindicações mais sentidas das massas. Isto acarretou o isolamento das uniões femininas das grandes massas de mulheres e determinou uma queda no trabalho feminino de massas.<sup>152</sup>

Este pêndulo na orientação do trabalho de mulheres ocorreu seguindo as guinadas na própria orientação política geral do PCB, que, devido a fatores como o surgimento da Guerra Fria e seu decorrente anticomunismo, a instabilidade política do país e as divergências internas da agremiação, entre os anos 1945 a 1954, oscilou entre ora a realização do socialismo como tarefa imediata, ora a construção do socialismo mediado por uma etapa democrática de libertação nacional. Cada um deles ensejava um determinado tipo de trabalho de mulheres, que, em que pese, a rigor, possam ser dialeticamente complementares, na prática, foram tratados como contraditórios.

O PCB apresentava uma proposta de programa do partido para ser debatido desde as bases e também com “patriotas e democratas”<sup>153</sup>. Nos textos das duas seções, o clima geral era de loas à proposta apresentada pelo CC, e, vez ou outro, crítica à política adotada no Manifesto de Agosto de 1950, considerada “sectária”, como fez o próprio Prestes na sua apresentação à proposta.<sup>154</sup> Além das questões programáticas gerais, que corriam em uma conjuntura efervescente como a de 1954 — naquele ano a instabilidade política era crescente e a tentativa golpista da direita brasileira só arrefeceria com o suicídio do presidente Vargas em 24 de agosto. O PCB fazia-lhe ferrenha oposição, o que incitou a ira das massas contra o partido e isolou-o ainda mais politicamente. A comissão de redação do programa fora instituída pelo Comitê Central em fevereiro 1952<sup>155</sup> e o anteprojeto, divulgado em 02 de janeiro de 1954, mas não há dúvida que o suicídio de Vargas e suas consequências reforçaram a necessidade de maior amplitude e abertura do partido.

Um dos elementos mobilizados nesta guinada política foi, precisamente, a questão da emancipação das mulheres. O tema, que no Manifesto de Agosto de 1950 aparecia ligeiramente como “Abolição de todas as desigualdades econômicas e jurídicas que ainda

<sup>152</sup> MARANHÃO, Olga. Ganhar Milhões de Mulheres Para o Programa do Partido. Intervenção ao 4º Congresso do PCB. Em: *Revista Problemas* nº64.

<sup>153</sup> A orientação é que se realizassem palestras, reuniões, atividades diversas com o intuito de espalhar a proposta de programa com o maior número possível de pessoas. Na imprensa partidária, “O povo debate o programa do PCB” foi uma seção publicada no jornal *Voz Operária* de janeiro a setembro de 1954, período em que ocorreram os debates congressuais, e abria as páginas do jornal para que não integrantes do partido pudessem também opinar a respeito do programa proposto pelos comunistas. Diferente da “Tribuna de Debates”, seção (às vezes, suplemento) em que militantes e dirigentes poderiam emitir opinião sobre o tema, no *Voz Operária*, durante o mesmo período. Cf. “Amplio debate sobre o projeto de Programa do PCB”, *Jornal Voz Operária*, nº242, 02/01/1954, p.03.

<sup>154</sup> PRESTES, Luís Carlos. Sobre o Programa do PCB. *Voz Operária*, nº242, 02/01/1954, p. 06-07.

<sup>155</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB). Sobre o Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil. Resolução de dezembro de 1953. *Voz Operária*, nº242, 02/01/1954, p. 05.

pesam sobre a mulher”, na proposta de programa de 1954, tornar-se-ia um item próprio mais robusto, além de aparecer contemplado colateralmente em outros subtemas:

16 - Abolição de todas as desigualdades econômicas, sociais e jurídicas que ainda pesam sobre as mulheres. As mulheres terão direitos iguais aos homens em caso de herança, casamento, divórcio, profissão, cargos públicos, etc. O Estado dará proteção especial e gratuita à maternidade e à infância.<sup>156</sup>

É possível perceber a evolução das “desigualdades econômicas e jurídicas” do Manifesto de Agosto para as “desigualdades econômicas, sociais e jurídicas” do projeto de programa lançado em janeiro de 1954. Essas ganharam mais sentido e profundidade conforme se desenvolveu o debate sobre mulheres entre os comunistas nestes quase quatro anos. As “desigualdades econômicas e jurídicas” passaram a se desdobrar em fenômenos concretos experimentados pelas mulheres, que receberiam trato especial no programa do partido comunista. A desigualdade no direito à herança, a tutela do marido no casamento e sua insolubilidade (especialmente prejudicial para as mulheres devido à dupla moral sexual), a masculinização das profissões de maior prestígio social e confinamento das mulheres a nichos profissionais específicos, geralmente ligados à ideia de cuidado e concernentes ao trabalho reprodutivo, além da desproteção da maternidade e da infância, foram temas que os comunistas alvejaram diretamente no programa no ponto que tratava sobre as mulheres.

Além disso, ainda sob o item “Regime político democrático e popular”, havia outros itens programáticos em que as mulheres não estavam pautadas diretamente, mas que, colateralmente, insidiam também sobre elas:

8 - Todos os cidadãos que tenham completado 18 anos de idade, independentemente de sexo, bens, nacionalidade, residência e instrução, terão direito a eleger e ser eleitos. Gozarão destes mesmos direitos os analfabetos [...]

11 - Abolição de todas as discriminações de raça, de religião, nacionalidade, etc. e punição aos transgressores [...] Separação do Estado de todas as instituições religiosas. O Estado será leigo.<sup>157</sup>

A extensão dos direitos de voto e elegibilidade também aos analfabetos era especialmente benéfica para as mulheres, que representavam grande parte da população iletrada brasileira. Da mesma forma, o reconhecimento e proibição — com punição dos transgressores — de outras formas de discriminação, como racismo e xenofobia (que também atingiam as mulheres dessas populações e que, somada à condição sua de sexo, eram especialmente

<sup>156</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB). “Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil”. *Voz Operária*, nº242, 02/01/1954, p. 04.

<sup>157</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB). “Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil”. *Voz Operária*, nº242, 02/01/1954, p. 04.

perniciosas para elas), representariam mais um elemento de avanço nos direitos das mulheres, ainda que indiretamente. Por fim, a garantia de laicidade do Estado, cuja inexistência, no caso brasileiro, acarretava impactos diversos nos direitos da população, sobretudo das mulheres: desde a proibição do divórcio baseada no preceito religioso da insolubilidade do matrimônio, à total submissão da mulher no casamento e no ambiente familiar como um todo e a proibição de controle da própria fecundidade (incluindo a negação do direito ao aborto)<sup>158</sup>, toda uma gama de políticas de Estado e de governo eram lastreadas e justificadas pela moral judaico-cristã reforçada pela ostensiva presença da Igreja Católica nos assuntos do Estado.

Todos esses temas animaram os debates ao longo dos meses, tanto na seção “O Povo debate o Programa do PCB” quanto na “Tribuna de Debates”. Foram diversas as cartas enviadas à redação do *Voz Operária*<sup>159</sup> saudando a proposta de Programa do PCB e, em especial, como essa valorizava a emancipação da mulher, como destaca esta carta de Benedita G. de Oliveira, de Bauru-SP:

Como mulher, defendo o Programa porque é o único que reconhece os direitos da mulher, o único que assegura a emancipação da mulher brasileira. Tenho grandes dificuldades em explicar as cousas porque tenho pouca instrução, quase nenhuma. Mesmo assim, com minhas poucas palavras, acho de minha obrigação divulgar o Programa.<sup>160</sup>

### “Nem monges, nem D. Juans”

Os debates congressuais não se restringiam ao programa. O CC também incluiu uma proposta de novo estatuto para o partido na ordem do dia. Segundo o informe apresentado pelo secretário do CC<sup>161</sup> João Amazonas,<sup>162</sup> as modificações propostas ao antigo estatuto foram

<sup>158</sup> O Código Penal de 1940 havia aberto um permissivo legal que descriminalizava o aborto: quando a gestação era decorrente de estupro, em todos os demais casos, era considerado crime passível de prisão tanto para a gestante, quanto para quem realizasse o procedimento.

<sup>159</sup> Cf. “O Programa do PCB - Novas Perspectivas Para A Mulher Brasileira”. *Voz Operária* nº249, Rio de Janeiro, 20/02/54, p.10; SILVA, Valério. “Façamos do Programa nossa bandeira de luta”. *Voz Operária* nº254, Rio de Janeiro, 27/03/54, p.04; REGINALDO, Maria. “O Programa do Partido e a Mulher Brasileira”. *Voz Operária* nº255, Rio de Janeiro, 03/04/54, p.04; AMARAL, Ofélia. “Organizar Novas Bases Femininas e Fortalecer as atuais para ganhar as grandes massas femininas para o Programa do Partido”. *Voz Operária* nº257, Rio de Janeiro, 17/04/54, Suplemento, p.01; SOUZA, Sebastiana. “O Programa ensina e conclama à luta”. *Voz Operária* nº261, Rio de Janeiro, 15/05/54, p.04; PICINGHER, Yolanda. “A participação das mulheres nas lutas do povo brasileiro” *Voz Operária* nº271, Rio de Janeiro, 24/07/54, Suplemento, p. 03.

<sup>160</sup> OLIVEIRA, Benedita G. “A obrigação de divulgar o Programa”. *Voz Operária* nº267, Rio de Janeiro, 26/06/54, p. 04.

<sup>161</sup> Na hierarquia do PCB — bem como de grande parte dos PCs leninistas —, “secretário do Comitê Central” é um alto cargo que geralmente compõe o *Presidium* ou Secretariado, estando abaixo apenas do secretário-geral. Ele se difere dos demais membros do Comitê Central por possuir papel executivo no cotidiano partidário e, por conseguinte, concentrar mais poder.

<sup>162</sup> “Uma histórica reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil”. *Voz Operária* nº244, Rio de Janeiro, 16/01/1954, p. 03.

feitas “principalmente à luz dos Estatutos do Partido da URSS aprovados no XIX Congresso do PCUS”<sup>163</sup> e em consonância com “as novas experiências adquiridas pelo Partido na luta pela paz, a independência nacional, a democracia e o socialismo.”<sup>164</sup> Este versava, naturalmente, sobre as normatizações internas da agremiação: seus fóruns, dos direitos e deveres do militante comunista, do papel das instâncias dirigentes, das organizações de base, da disciplina partidária etc.

Na proposta de novo estatuto, desdobrando o item 3, que tratava dos deveres do membro do partido, liam-se os seguintes subitens:

- d) Trabalhar constantemente para elevar o próprio nível político e ideológico, assimilar os princípios do marxismo-leninismo;
- e) Observar a disciplina do Partido, igualmente obrigatória para todos os membros do Partido, independentemente de seus méritos e cargos que ocupam;
- f) Desenvolver a auto-crítica e a crítica, apontar os defeitos do trabalho do Partido, lutar e conseguir a eliminação dos erros e debilidades
- g) Ser sincero e honesto para com o Partido, não permitir que se oculte ou desvirtue a verdade;
- h) Dar prova de vigilância política e de firmeza diante do inimigo de classe [...] <sup>165</sup>

Estes pontos trazem implícita uma determinada conduta para além da atuação política, implicam, antes, uma conduta moral esperada do membro do partido, ou uma *moral comunista*. Este tema, da moral comunista, vinha ganhando algum espaço nas páginas da imprensa partidária, em grande medida inspirado pelo debate soviético. A publicação d’*A Formação da Moral Comunista* de N. Boldyriev pela Editorial Vitória, em 1952, ilustra esse movimento. Folheto editado originalmente pela Sociedade de Divulgação dos Conhecimentos Políticos e Científicos da URSS, ele “fundamenta a essência da moral comunista e suas características fundamentais e traça as diretrizes básicas e métodos de educação da moral comunista.”<sup>166</sup>

Na Tribuna de Debates, este tema é debatido com centralidade por dois destacados dirigentes do CC: Mário Alves e Maurício Grabois. Em seu texto, o primeiro afirma que no novo estatuto proposto

<sup>163</sup> AMAZONAS, João. “As modificações no Estatutos do PCB”. *Voz Operária* nº244, Rio de Janeiro, 16/01/1954, Suplemento p. 03.

<sup>164</sup> *Ibidem*.

<sup>165</sup> “Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil”. *Voz Operária* nº244, Rio de Janeiro, 16/01/1954, Suplemento p. 01.

<sup>166</sup> Seção “Leitura para o Povo”. *Voz Operária* nº149, Rio de Janeiro, 29/03/1952, p. 05.

as exigências relativas à moral do Partido, a moral comunista, estão expostas também com maior justeza. Nos estatutos anteriores estas questões eram colocadas apenas do ponto de vista disciplinar e não como deveres dos membros do Partido.<sup>167</sup>

Grabois comungava da mesma posição, ao defender ser “nossa obrigação nos formarmos dentro dessa moral. Trata-se de um problema eminentemente ideológico [...] a formação nos princípios da moral comunista é parte decisiva da luta pela assimilação da ideologia socialista.”<sup>168</sup>

Todavia, restava a “moral comunista” algo ainda pouco claro para o conjunto da militância. Coube à redação do *Voz Operária* destrinchar, ao longo de uma página inteira do suplemento da Tribuna de Debates do 4º Congresso, o que seria a “moral comunista” e sua relação com o estatuto partidário:

A moral comunista, proletária, é um conjunto de regras e normas que determinam a conduta dos militantes do Partido em sua luta pela vitória da Revolução. O comunista parte do princípio de que é moral tudo aquilo que contribui para a destruição da atual sociedade e a construção da nova sociedade. Seguir, portanto, os preceitos da moral comunista é, em primeiro lugar, enquadrar a nossa vida de acordo com os interesses do povo brasileiro, do Partido e da Revolução.

A moral é uma forma de consciência social. É parte integrante da ideologia. É o cerne, a medula da ideologia. A moral, em última análise, orienta a ação do indivíduo e, sem nosso caso, o comportamento do militante. [...]

[...] Os comunistas que atuam nos países sob o jugo do imperialismo e da opressão feudal, como o nosso, não estão imunes à influência da ideologia da sociedade em que vivem. Precisamos, por isso, combater a influência das ideologias estranhas nas fileiras do Partido, combater em nós mesmos os princípios e conceitos da moral burguesa, típicos da sociedade em que se baseia a propriedade privada: o individualismo e o personalismo.

O texto passa a sistematizar quais características se espera do comunista e quais não devem ser aceitas. Os preceitos têm por baliza a moralidade do comunista, em consonância com a ideia da forja do novo homem e da nova mulher, aptos para a nova sociedade, livre de exploração e quais tipos de opressões, em franca contraposição à moralidade da sociedade capitalista, a “moral burguesa”. O texto elenca, “entre outros”, 11 elementos da moral proletária, todos explicados e desenvolvidos, mas cujos enunciados seguem: 1) Dedicção sem limites ao Partido; 2) Amor ao nosso povo; 3) Respeito aos povos de todos os países; 4) Destemor na luta pelos nossos objetivos; 5) Espírito de abnegação; 7) A modéstia; 8) Espírito

<sup>167</sup> ALVES, Mário. “Os deveres do membro do Partido”. Em: Tribuna de Debates do 4º Congresso. *Voz Operária* nº254, Rio de Janeiro, 27/03/1954, Suplemento p. 04.

<sup>168</sup> GRABOIS, Maurício. “Um Importante Fator de Educação”. In. Tribuna de Debates do 4º Congresso. *Voz Operária*, nº 256, Rio de Janeiro, 10/04/1954, Suplemento, p. 01.

de disciplina; 9) Espírito de camaradagem; 10) Ser veraz, sincero e honesto com o Partido; 11) Ser otimista.<sup>169</sup>

Salta aos olhos, no entanto, o ponto seis:

**6) Respeito pela mulher, em particular pela própria companheira e pelas camaradas de Partido** (grifo original) – O desprezo pela mulher é uma atitude típica do regime feudal-burguês. Para o burguês a mulher é objeto de prazer e instrumento de exploração. O burguês julga a mulher um ser inferior, acostumou-se e fez sua a ideia da exploração da mulher na sociedade de classes.

“Nem monges, nem d. Juans” – foi assim que Lênin definiu a posição dos comunistas em relação à questão sexual. Homens normais, que não são nem pelo casamento indissolúvel, nem pela promiscuidade. Os comunistas adotam como exemplos, a esse respeito, o amor de Marx por Geny de Westphalia, de Lenin por Krupskaja, de Prestes por Olga Benario. O puro e humano amor de pessoas dignas.<sup>170</sup>

Em que pese o inegável grau de idealização nos exemplos evocados, o trecho acima evidencia a preocupação dos comunistas em incluir o respeito às mulheres como parte integrante do código moral, do comportamento esperado (ou exigido) da militância comunista, e integra um esforço mais amplo de valorização das mulheres na agremiação. No entanto, sendo a moral derivada também das relações sociais concretas em que estão inseridos os indivíduos, é nítida também a presença da ideologia dominante dos anos 1950, no que diz respeito às relações sexuais, eivando o código moral dos comunistas, no qual as mulheres acabam sendo vistas como seres essencialmente passivos quando o tema é a sexualidade. Ainda assim, a defesa da elevação moral no trato com as mulheres no partido em que já haviam ocorrido tantas manifestações de machismo possui inegável sentido progressista e é uma medida prática de estímulo à educação ideológica da militância.

### **A celeuma das bases femininas**

Não foi apenas nos temas ideológico e político que a questão da emancipação das mulheres animou os debates do 4º Congresso do PCB. Talvez o debate mais acalorado — ao ponto da redação do jornal *Voz Operária*, não conseguindo abarcar a publicação do imenso volume de cartas que chegavam à redação sobre o tema, anunciou aos leitores do jornal que não mais publicaria textos concernentes àquele debate e que consideravam que os argumentos, prós e contras, haviam sido suficientemente explorados neste ponto, estando já o coletivo partidário esclarecido para tomar uma decisão no congresso — tenha sido acerca da manutenção ou não

<sup>169</sup> Os Estatutos do PCB e a Moral do Partido. *Voz Operária* nº269, Rio de Janeiro, 10/07/54, Suplemento, p.04.

<sup>170</sup> Ibidem.

das organizações de base femininas. De fato, a redação da *Voz Operária* estava sendo tomada por cartas sobre o tema, que estava ocupando todo o debate congressual. E o que era para ser um debate entre diferentes pontos de vista, acabou se tornando uma disputa ferrenha entre a militância do PCB.

O início da celeuma se dá com o texto do militante identificado apenas como Zamir, intitulado “devem continuar a existir as células femininas?”,<sup>171</sup> onde ele problematiza as células femininas, a começar pelas dificuldades das próprias mulheres:

Decorrente da própria realidade brasileira, que determina o atraso semifeudal da mulher, somos obrigados a constatar o atraso político, ideológico e orgânico das células femininas, em relação às demais células. Na sua grande maioria, as militantes são analfabetas, têm dificuldade para ler e as que sabem ler, quase não dispõem de tempo, ou então as dificuldades e privações tornam seu cérebro quase incapaz de fixar-se num assunto que exige raciocínio. [...]

Também encontramos no interior do estado, casos em que o marido proíbe a mulher de ler e até o caso de um membro de C.M., que proibia a entrada de jornais em casa, para impedir que sua companheira lesse.

A formação de quadros femininos se verifica pois, muito lentamente. Em geral, o nível das militantes e dirigentes de célula em quase nada difere da massa e as próprias assistentes pelo seu baixo nível não dão a melhor ajuda às militantes para superarem estas dificuldades.<sup>172</sup>

Em seu texto, além de estabelecer um diagnóstico duro da situação das mulheres militantes, Zamir, por fim, emite sua opinião sobre as organizações de base femininas:

Creio que esta forma de organização está levando o trabalho feminino a um certo isolamento do Partido. Ainda como decorrência de nosso atraso semifeudal e de nosso baixo nível ideológico, permanecem entre grande número de militantes as seguintes tendências: ridicularizar o trabalho feminino; não permitir ou não fazer esforços para que suas próprias companheiras ingressem no Partido, evoluam política e culturalmente.

Por outro lado, observamos que os motivos que determinaram a organização das células femininas não se verificam na prática, pois as militantes continuam saindo à noite para realizarem suas tarefas; os maridos continuam criando problemas, mesmo quando a mulher só atua em células femininas; as militantes ainda se sentem retraídas ao intervir nas reuniões.

As causas que determinam este estado de coisas são muito profundas, decorrem do próprio regime e não podem ser superadas com uma medida formal como o é a organização das células femininas.<sup>173</sup>

A resposta veio como uma enxurrada de cartas — todas de mulheres — defendendo a permanência das células femininas. A posição de Zamir recebeu uma única carta de apoio, da militante paulista Janáina Monteiro, que afirmava que “A divisão de trabalho partidário por

<sup>171</sup> ZAMIR. Devem continuar a existir as células femininas? *Voz Operária* nº254, Rio de Janeiro, 27/03/54, p. 15.

<sup>172</sup> Ibidem.

<sup>173</sup> Ibidem.

sexos resultou nesses fatos negativos [subestimação das células e das militantes, isolamento do trabalho feminino entre outras críticas]. Por isso acho que devem desaparecer as organizações de base femininas.”<sup>174</sup> Todas as demais opiniões foram no sentido de valorizar as organizações de base femininas e, a despeito do reconhecimento das críticas (muitas delas apontadas pelos próprios Zamir e Janaina), o que as militantes tentavam demonstrar é que as bases femininas eram um instrumento importante no partido, e que muitas das críticas feitas às organizações de base femininas, a rigor, caberiam para todas as organizações de base partidárias. Que, se as bases funcionavam mal, tinha mais a ver com o mau acompanhamento das direções destes organismos do que com falta de capacidade das mulheres, que já haviam, diversas vezes, provado seu valor.<sup>175</sup> Iraci de Almeida, em seu longo texto de resposta, afirma que

Não há dúvida que o trabalho feminino é subestimado por todo o Partido. Trata-se da manifestação de uma ideologia burguesa que penetrou nas fileiras do Partido e ainda não foi superada.

Mas, se essa subestimação pelo trabalho feminino revela-se por parte dos homens, ela se manifesta também entre as comunistas.<sup>176</sup>

A contundência dos críticos não foi suficiente para convencer o coletivo partidário de sua posição. Antes, as resoluções do 4º Congresso reafirmaram a valorização das mulheres na construção do Programa do PCB e a existência das organizações de base femininas. No jornal *Voz Operária* de 04 de dezembro de 1954 indicava, dentre as tarefas políticas do PCB após o congresso, “maior atenção ao trabalho entre as massas femininas”<sup>177</sup>.

Além disso, uma quantidade recorde de mulheres foi eleita para a instância máxima de direção partidária, o Comitê Central. Entre os membros efetivos do CC ficariam Lourdes Benaim, doméstica – São Paulo; Arcelina Mochel, advogada, Rio de Janeiro; Zuleika Alambert, professora, São Paulo. Na suplência: Orondina Silva, tecelã, São Paulo; Olga Maranhão, doméstica, Rio de Janeiro; Maria Salas, tecelã, São Paulo e Iracema Ribeiro, professora, Rio de Janeiro.

<sup>174</sup> MONTEIRO, Janaina. Sobre os estatutos e as organizações de base femininas. *Voz Operária* nº261, Rio de Janeiro, 15/05/1954, p. 10.

<sup>175</sup> Foram muitos os textos em resposta, a título de amostragem, elencamos alguns: ALMEIDA, Iraci. Necessárias as organizações de base femininas. *Voz Operária* nº256, 10/04/1954, Suplemento, p.04; AMARAL, Ofelia. Organizar novas bases femininas e fortalecer as atuais para ganhar as grandes massas femininas para o Programa do Partido, *Voz Operária* nº257, Rio de Janeiro, 17/04/54, Suplemento, p.01; PAPI, Irene. Devem continuar a existir as organizações de base femininas, *Voz Operária* nº259, Rio de Janeiro, 01/05/54, Suplemento, p.02; LOPES, Maria José. Mais atenção às organizações de base femininas do Partido. *Voz Operária* nº259, Rio de Janeiro, 01/05/54, Suplemento, p. 04.

<sup>176</sup> ALMEIDA, Iraci. Necessárias as organizações de base femininas. *Voz Operária* nº256, 10/04/1954, Suplemento, p.04

<sup>177</sup> O 4º Congresso do PCB indica as tarefas políticas a realizar. *Voz Operária*, nº292. 18/12/1954.

## A resolução de 1955

Os meses que se seguiram ao 4º Congresso foram de intenso trabalho e reflexão sobre o futuro do “trabalho feminino” no interior do Partido. É muito provável que resulte destas críticas a autocrítica institucional feita através da elaboração de um documento partidário próprio e específico sobre o tema. Entre 19 e 21 de março de 1955, em reunião do pleno ampliado do Comitê Central, três intervenções especiais foram realizadas: As eleições de 1955 e as tarefas do Partido, de Luiz Carlos Prestes; Ganhar milhões de brasileiros para a luta contra a guerra atômica, de Maurício Grabois; e Melhorar, intensificar e ampliar o trabalho do Partido entre as mulheres, de Iracema Ribeiro. Neste último, o amadurecimento do debate sobre a opressão da mulher fica patente logo nos primeiros parágrafos, distinguindo-o de todas as elaborações anteriores do PCB:

A mulher no Brasil sofre um duplo jugo [...] sofre como qualquer trabalhador. [...] Simultaneamente, é vítima, como mulher, das mais injustas e brutais discriminações no terreno econômico, político e social e, até no terreno jurídico, encontra-se em posição de inferioridade, já que as leis não lhe garantem os mesmos direitos que ao homem. [...] Em sua esmagadora maioria, vivem na ‘escravidão doméstica’, esmagadas pelo trabalho mais árduo, subalterno e embrutecedor da cozinha.<sup>178</sup>

Além disso, o mesmo documento afirmava que as mulheres tinham de se organizar em defesa de seus direitos e por sua emancipação, e que a conquista destes integrava a agenda nacional-democrática brasileira. O documento defendia a

[...] abolição de todas as desigualdades econômicas, sociais e jurídicas que ainda pesam sobre as mulheres; garantia de direitos iguais aos dos homens em caso de herança, casamento, divórcio, de exercício de poder sobre os filhos, de profissão de cargos públicos, etc.; proteção especial e gratuita do Estado à maternidade e à infância. Licença remunerada à gestante, antes e depois do parto. Criação de maternidades, hospitais infantis, centros de puericultura, creches, escolas maternas, jardins de infância e escolas, em número suficiente, tanto nas cidades como no interior do país; direito à instrução em seus diferentes graus e à formação profissional; direito ao trabalho e à livre escolha das profissões, igualdade de direito à promoção em todos os setores de trabalho; garantia de salário igual para trabalho igual; igualdade de direito à assistência e à previdência social; abono familiar a partir do primeiro filho.<sup>179</sup>

Nele, Iracema expõe a situação da mulher brasileira tendo como centro a mulher trabalhadora e a dona-de-casa e como essa mulher vinha participando das jornadas democráticas daquele período. Critica duramente as dificuldades e debilidades que o partido apresenta para

<sup>178</sup> RIBEIRO, Iracema. Informe apresentado em nome do *Presidium* à Reunião do CC Ampliada de Março de 1955: “Melhorar, intensificar e ampliar o trabalho do partido entre as mulheres”. *Jornal Imprensa Popular*, nº 1468, 03/04/1955. p. 02

<sup>179</sup> *Ibidem*.

incorporar essas mulheres em todos os níveis de sua ação e nos órgãos de direção. Levanta, como já havia feito no 4º Congresso, a necessidade de “transformar o trabalho feminino num dever de todo o Partido, aumentar os efetivos femininos do Partido, intensificar a formação e promoção de quadros para o trabalho entre as massas femininas”.

Escreve Iracema:

O principal motivo das debilidades na atuação dos comunistas entre as massas femininas reside na profunda subestimação do trabalho feminino. Não é o conjunto do Partido que desenvolve atividade entre as diversas camadas da população feminina. O trabalho recai sobre um reduzido número de companheiras [...]. Há resistência entre nós a considerar e incluir o trabalho entre as mulheres como uma das principais tarefas do Partido [...] é preciso termos em conta os inúmeros preconceitos feudais e burgueses sobre a mulher, ainda existentes nas fileiras do Partido Comunista. É evidente que os portadores dessas ideias retrógradas, por melhores militantes e dirigentes que sejam, não agem no interesse do Partido e da Revolução. Enfraquecem nossa causa, enfraquecem o Partido, enfraquecem a luta revolucionária pela democracia e pelo socialismo. As falsas concepções de superioridade do homem sobre a mulher e do homem como ‘senhor’, a subestimação pela formação e promoção de quadros femininos e o menosprezo do trabalho do partido entre as mulheres são males que devem ser combatidos e eliminados em nosso Partido. Assim, nosso partido aparecerá em toda parte ante as mulheres como realmente é: o partido da emancipação, da liberdade, da dignidade e da felicidade das mulheres<sup>180</sup>.

Na mesma edição do jornal *Voz Operária* é publicada uma resolução do Comitê Central intitulada “Sobre o trabalho do Partido Comunista do Brasil entre as mulheres”, cujo conteúdo é quase o mesmo da intervenção feita por Iracema Ribeiro. Politiza o termo “emancipação da mulher”, colocando que ela “estava na dependência direta da vitória do povo brasileiro em sua luta para libertar nossa pátria do jugo do imperialismo norte-americano e para substituir o regime de latifundiários e grandes capitalistas por um regime democrático-popular, conquistando um governo democrático de libertação nacional.”<sup>181</sup>

Do ponto de vista partidário, diagnosticou-se que a resistência em se colocar o trabalho entre as mulheres como uma das principais tarefas refletiria “a influência da ideologia burguesa nas nossas fileiras, revelaria oportunismo”. No ano seguinte se realizaria um encontro nacional de mães e a 1ª Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras. Esta conferência, ocorrida entre 18 a 20 de maio, reuniu centenas de delegadas — a maioria era composta de operárias — e elegeu suas representantes para a Conferência Mundial de Trabalhadoras em Budapeste. As comunistas tiveram participação em todos esses eventos.

### **Conferência especial**

---

<sup>180</sup> Ibidem.

<sup>181</sup> Ibidem.

O auge do processo de maturação do debate sobre a emancipação da mulher ocorre no final de maio de 1956, com a realização da 4ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil — também intitulada Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido entre as Mulheres. A 4ª Conferência Nacional do PCB ocorreu em maio de 1956 e tinha por objetivo fazer uma autocrítica coletiva à subestimação das pautas das mulheres e conclamar o coletivo partidário ao engajamento na organização de sua luta. A realização da 4ª Conferência se inscreve na dualidade entre o ser e o dever-ser. Ao passo em que é profundamente autocrítica diagnosticando as debilidades do trabalho dos comunistas entre as mulheres, elencando o preconceito e a subestimação que este ainda sofria no interior do partido, e mesmo que as militantes sofriam, a resolução da conferência defendia que

A emancipação da mulher da injustiça secular, da escravidão e da desigualdade é parte integrante e decisiva dessa grande batalha de todo o povo pela liberdade e o progresso social, em defesa da Constituição e contra qualquer golpe de Estado reacionário. As mulheres brasileiras têm um papel destacado a cumprir na luta para fazer avançar a democracia. Elas mesmas precisam da democracia [...]<sup>182</sup>

A conferência e sua resolução, em si, têm um caráter mais organizativo, se referenciando politicamente no documento de março de 1955, este, sim, elencava as pautas e bandeiras de luta que o partido deveria defender no que tange a emancipação feminina. São estes dois documentos que expressam uma fase em que está mais condensada e amadurecida a elaboração dos comunistas sobre o tema. Evidentemente, deve-se considerar os documentos partidários como expressões das contradições concernentes a um corpo coletivo, onde há disputas por poder, disputas de concepção, debates de ideia e que se por um lado está procurando forjar o novo homem e a nova mulher, por outro está permeado pelas relações sociais de sexo.

O informe principal da conferência foi “Despertar para a luta e organizar as grandes massas femininas”, assinado por Luiz Carlos Prestes<sup>183</sup>. Haveria mais três informes especiais: “Por um amplo trabalho de agitação e propaganda entre as mulheres”, apresentado por Carlos Marighella;<sup>184</sup> “O trabalho com as Organizações de Bases Femininas: Condições para um amplo movimento feminino de massas”, por Sérgio Holmos<sup>185</sup>; e “Renovar e melhorar nossos métodos

---

<sup>182</sup> Resolução da Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido Entre as Mulheres. *Jornal Voz Operária*, nº 370, 16/06/1956.

<sup>183</sup> Cf. Anexo A.

<sup>184</sup> *Jornal Voz Operária*, nº 370, 16/06/1956.

<sup>185</sup> *Ibidem*.

de trabalho entre as mulheres”, por Iracema Ribeiro<sup>186</sup>. A abertura dos trabalhos coube a Marighella e o discurso de encerramento, a João Amazonas.

No Presidium de Honra da Conferência figuravam os nomes de Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Olga Benário, Zélia Magalhães<sup>187</sup> e Angelina Gonçalves<sup>188</sup>. No final dela, foram aprovadas duas resoluções: sobre o trabalho do partido entre as mulheres e a respeito de questões de organização e propaganda.<sup>189</sup>

Alguns dias depois da conferência, o jornal *Voz Operária* publicou uma síntese da intervenção de Prestes

Em seu informe à Conferência Nacional sobre o trabalho do Partido entre as mulheres, Luiz Carlos Prestes colocou diante de todos os comunistas o importantíssimo problema da emancipação da mulher. Esta não é uma tarefa fácil. A própria palavra emancipação não será facilmente compreendida pela maioria das mulheres. Emancipar-se significa livrar-se da tutela de alguém, libertar-se. A luta pela emancipação da mulher compreende um trabalho imediato, mas que será contínuo e prolongado. Este trabalho representa hoje, fundamentalmente, a luta contra o atraso e a miséria. A emancipação da mulher brasileira terá início quando ela começar a compreender que é possível ter uma vida mais justa, mais feliz e humana. Despertando para a luta, a mulher irá conquistando dia a dia a sua emancipação através da conquista de pequenas coisas: uma casa higiênica para morar, um salário digno capaz de garantir o sustento do lar, uma creche ou casa maternal para deixar seu filho bem cuidado durante as horas de trabalho fora do lar, leite, carne e pão em fartura e ao alcance de sua bolsa, etc.. [...] A emancipação da mulher significa, ainda, a luta contra o atraso. Mais da metade das mulheres brasileiras está privada de conhecer as coisas belas da vida, não pode ler contos de amor ou conselhos de beleza, desconhece o que se passa pelo mundo. O fato de aprender a ler e a escrever constitui um passo adiante na luta pela emancipação da mulher. Sabendo ler as mulheres poderão não só votar ou ser eleitas – direito que deveria ser assegurado a todos os analfabetos –, mas estarão melhor habilitadas para defenderem seus direitos, participarem mais ativamente da vida econômica, social e política do país e mais facilmente caminharem no caminho de sua completa emancipação<sup>190</sup>

Percebe-se, com os olhos de hoje, que ainda não havia uma clara conceituação para a expressão “emancipação da mulher”; assim como era nítida a confusão entre atuação no “movimento feminino” e o trabalho interno partidário entre as mulheres. Apesar desses limites, são nítidos avanços na elaboração.

---

<sup>186</sup> Ibidem.

<sup>187</sup> Militante do partido assassinada pela polícia com um tiro durante uma manifestação no Rio de Janeiro em 1949. Tinha 19 anos e estava grávida de oito meses quando foi alvejada.

<sup>188</sup> Militante do partido, operária tecelã gaúcha, assassinada no 1º de Maio de 1950. Angelina Gonçalves, 37, foi morta com um tiro no ouvido, abraçada à bandeira do Brasil e ao lado de sua filha Shirley, então com 10 anos, numa caminhada pacífica rumo à sede da Sociedade União Operária, que se encontrava fechada pelo governo.

<sup>189</sup> Reuniu-se a 1ª Conferência Sobre o Trabalho do Partido entre as mulheres. Jornal *Voz Operária*, nº 369. Rio de Janeiro, 9/06/1956. p. 04.

<sup>190</sup> PRESTES, Luís Carlos. Despertar para a luta e organizar as grandes massas femininas. Jornal *Voz Operária*, nº 369. Rio de Janeiro, 9/06/1956. p. 04.

#### 1.4. A crise do Partido Comunista do Brasil e a questão das mulheres

Esse foi, ao mesmo tempo, o auge e o início de um rápido declínio da temática feminina no interior do PCB. Todo trabalho que vinha se acumulando desde, pelo menos, a Tribuna de Debates do 4º Congresso, em 1953, até a realização da 4ª Conferência, em 1956, foi desmontado após a grave crise interna que acometeu o partido, sobretudo após o 20º Congresso do PCUS.

No segundo semestre de 1956, a seção “Página Feminina” do *Voz Operária* deixou de existir. A Declaração de Março de 1958, que se anunciava como a “modernização” do PC do Brasil, não cita em nenhum momento a palavra “mulher” ou “feminino”; inexistem textos na Tribuna de Debates do 5º Congresso (1960) tratando do tema; é drasticamente reduzido o número de mulheres no Comitê Central eleitas naquele congresso — passando de sete para uma única dirigente: Zuleika Alambert; a resolução do 5º Congresso parece reduzir tudo à estaca zero ao afirmar:

Maior atenção deve ser dedicada ao trabalho de massas entre as mulheres, que podem ser reunidas nos mais variados tipos de organização, especificamente femininas ou não para a luta em torno de reivindicações, tais como o amparo à criança, o combate à carestia, a abolição de desigualdades de direitos, a melhoria das condições de vida nos bairros etc.<sup>191</sup>

Em 22 de janeiro de 1957, Juscelino Kubitschek assinou um decreto discricionário que afirmava: “Art. 1º Fica suspenso, pelo prazo de seis meses, o funcionamento da Federação de Mulheres do Brasil, com sede no Distrito Federal e das organizações a ela filiadas em todo o Território Nacional; Art. 2º O Ministério Público Federal promoverá imediatamente [...] a competente ação de dissolução das entidades referidas no artigo primeiro; Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”. Termos muito próximos aos usados por Vargas quando fechou a União Feminina do Brasil.

A confluência de fatores externos e internos foi determinante para a desidratação do trabalho de mulheres do partido comunista. O desenrolar da luta interna tem por consequência a retração do debate de mulheres e sua presença nos corpos dirigentes. A tendência descendente se reforça com o golpe militar de 1964 e seu efeito nefasto nas organizações de esquerda brasileiras. Este atrasaria por anos o florescimento do feminismo,

---

<sup>191</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB). Resolução do 5º Congresso. 1960. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/principais-documentos/146259/2010-01-23/resolucao-politica-do-5-congresso-1960>

sobretudo do feminismo político, que viria a ser um dos fatores impulsionadores da abertura democrática, já nos anos 1970.

## Capítulo 2: A camisa das mulheres

O Partido Comunista do Brasil – PCdoB foi ilegal durante boa parte de sua existência, atuou na clandestinidade ou semi-clandestinidade durante todo o período da Ditadura Militar instalada em 1964 e só seria legalizado durante a abertura democrática, em meados da década de 1980. PCdoB e Partido Comunista Brasileiro - PCB foram as duas últimas organizações da esquerda brasileira a conseguirem o registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, já nos estertores da ditadura, em 1985. Além da ilegalidade, durante todo o período ditatorial, o PCdoB fora duramente perseguido, seus militantes e dirigentes, não raro, torturados e mortos pelas forças da repressão, tanto na cidade quanto no campo.<sup>192</sup>

Durante a primeira metade da ditadura, até aproximadamente meados da década de 1970, a luta contra o regime ditatorial ocupou ostensivamente a agenda dos comunistas do PCdoB – bem como de todas as organizações de esquerda e revolucionárias no mesmo período –, havendo pouco espaço para as ditas questões específicas, como os direitos das mulheres. Em que pese na sociedade brasileira – incluindo as próprias militantes, especialmente as jovens, de organizações revolucionárias – estivesse ocorrendo uma profunda transformação social com o advento da pílula contraceptiva, que engendrava a possibilidade de novos arranjos familiares e laborais, essa transformação foi secundarizada pelas organizações de esquerda, conscientemente ou não, em favor da luta generalizante pelas liberdades democráticas universais que haviam sido asfixiadas pelo golpe.

Todavia, já no final da década de 1970, durante a 7ª Conferência Nacional — realizada clandestinamente em duas etapas: 1978 e 1979, em Tirana, na Albânia —, os comunistas iniciaram o debate sobre a necessidade de dar vazão à imensa força social que irrompia no Brasil: os movimentos de mulheres. Organizados em torno de bandeiras gerais e democráticas, o Movimento Contra a Carestia e o Movimento Pela Anistia eram movimentos populares constituídos essencialmente por mulheres, ainda que, todavia, não apresentasse reivindicações específicas. *Pari passu*, surgiam organizações de mulheres, círculos de reflexões a jornais declaradamente feministas como o *Nós Mulheres e Brasil-Mulher*<sup>193</sup>, que se dedicavam a denunciar a opressão da mulher em suas múltiplas dimensões, constituído, em

<sup>192</sup> Inspirado na estratégia de Guerra Popular Prolongada de Mao Zedong, o partido organizou o episódio de resistência armada conhecido como Guerrilha do Araguaia (1967-1973), no sul do Pará. Cf. PCdoB. *Guerra Popular – caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa: Editora Maria da Fonte. 1969; e CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia. A esquerda em armas*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Editora Anita Garibaldi. 2ª Edição: 2012.

<sup>193</sup> MORAES, M.L.Q. *Vinte anos de feminismo*. Tese de Livre-docência apresentada ao Departamento de Sociologia do IFCH/Unicamp. Campinas: 1996.

geral, por profissionais liberais, universitárias e mulheres de estratos médios, muitas delas exiladas que tiveram contato com o debate feminista pujante da França na virada dos anos 1960 para os anos 1970. O objetivo proposto pelo PCdoB era a criação de uma corrente de opinião no movimento de mulheres, materializada em uma entidade de massa, que articulasse as duas dimensões: uma elaboração específica sobre a questão da opressão da mulher —construída sobre os alicerces do pensamento marxista —, e o elemento popular, massivo, que lhe desse lastro social mais amplo.

A 7ª Conferência, realizada ainda na clandestinidade, tinha como um dos seus objetivos reorganizar a direção do partido, ferozmente atingida pelo episódio conhecido como Chacina da Lapa, quando em dezembro de 1976, agentes da repressão invadiram o aparelho do PCdoB onde, pouco tempo antes, se havia realizado a reunião do Comitê Central. Na ocasião, três dos seus dirigentes máximos foram assassinados (dois executados na hora e um, sob tortura) e os demais, encarcerados.<sup>194</sup> A desorganização causada pela Chacina da Lapa em momento tão delicado da política nacional engendrou a necessidade de renovação no corpo dirigente. Neste bojo, um dos quadros alçados ao Comitê Central na 7ª Conferência foi Jô Moraes, com a tarefa de organizar o movimento de mulheres do PCdoB.

Essa diretiva foi paulatinamente adquirindo concretude ao longo de toda a década de 1980 com as fundações das uniões de mulheres por todo o Brasil ainda na primeira metade de década, a criação da revista *Presença da Mulher* em 1986, e a fundação da União Brasileira de Mulheres (UBM) em 1988. Tendo as militantes do PCdoB à frente, essas entidades tentaram aliar o desenvolvimento de uma teoria feminista de base marxista, que elas chamariam de emancipacionismo, à uma base social mais ampla, com ação de massas.

Iniciada a partir de uma determinação partidária, a organização das comunistas no movimento social, marcadamente a participação no debate do movimento de mulheres e feminista, retroalimentou a elaboração partidária sobre o tema. A recíproca também foi verdadeira. Elaboraões gestadas no âmbito da Comissão Nacional da Mulher ou dos ativos nacionais (encontros partidários temáticos de caráter consultivo) basearam a atuação das comunistas em diferentes frentes de atuação, além de, obviamente, o movimento de mulheres. As formatações institucionais partidárias sofreram modificações ao longo dos anos, respondendo de maneira mais ou menos direta ao desenvolvimento e complexificação da

---

<sup>194</sup> Ângelo Arroyo e Pedro Pomar foram executados no local; João Batista Franco Drummond, morto sob tortura três dias depois. Aldo Arantes, Elza Monnerat, Haroldo Lima, Wladimir Pomar, Joaquim Celso de Lima (motorista) e Maria Trindade (caseira do aparelho) foram presos. José Novais e Jover Teles conseguiram escapar (Teles logo depois se afastaria do partido. Anos depois seria descoberto que ele traía seus camaradas e entregara a reunião às forças da repressão em troca de dinheiro).

concepção feminista emancipacionista como parte integrante do pensamento político do PCdoB. Apesar das contradições inerentes a um corpo coletivo que reúne homens e mulheres de uma formação social diversa como a brasileira, o PCdoB se notabiliza pela presença de mulheres nos espaços institucionais do Estado e direções partidárias, além de incorporar a questão da emancipação das mulheres em seu programa. Possui um Fórum Nacional Permanente Sobre a Questão da Mulher, composto por mulheres e homens e realiza, periodicamente, uma conferência nacional sobre a questão da mulher. O que mostra, por um lado, a emulação da pauta feminista pelo PCdoB e, por outro, as dificuldades que um debate de envergadura ideológica, política e organizativa engendra ou repõe a cada novo momento histórico.

## 2.1. Comunistas partidos

Cabe aqui uma breve distinção. Há um processo de ruptura no interior do PCB – Partido Comunista do Brasil, em 1962, que resulta na divisão do partido em: *PC Brasileiro* e *PC do Brasil*, respectivamente PCB e PCdoB. O rompimento foi o apogeu das disputas fratricidas iniciadas alguns anos antes. A origem da contenda teriam sido as divergências táticas derivadas das diferentes interpretações acerca da natureza da revolução brasileira, catalisadas pela divisão do movimento comunista internacional a partir do 20º Congresso do PCUS em 1956. No Brasil, essa divisão se materializou na cisão *sui generis* em que o grupo menor saiu (alguns dirigentes de maior destaque foram expulsos) reivindicando a herança histórica, o nome original e o então programa da agremiação para si.

Fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, em agosto de 1961 modifica seu nome para Partido Comunista Brasileiro, sempre com a sigla PCB. Tal mudança realiza-se com vistas a requerer o registro legal do partido perante o Tribunal Superior Eleitoral e contornar o argumento que propiciou a cassação da legenda em 1947: "do Brasil" caracterizaria a representação brasileira de uma entidade estrangeira. Em razão de discordâncias políticas e posicionando-se contra esta decisão, um grupo de militantes, em fevereiro de 1962, retoma o antigo nome e usa a sigla PCdoB para diferenciar-se do PCB. Em 1992, como um dos resultados das colossais mudanças operadas na conjuntura mundial a partir do que se convencionou chamar de crise do Leste europeu, o PCB é sucedido pelo Partido Popular Socialista - PPS. Como no caso do PCdoB, também se manteve um PCB.<sup>195</sup>

Resultado de um agudo processo de luta interna no âmbito das direções partidárias, tal rompimento dos comunistas brasileiros fora capitaneado por dirigentes de proa da

<sup>195</sup> KAREPOVS, Dainis. A esquerda e o Parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP. Nota 1. p. 03.

organização. À proposta do grupo majoritário liderado por Luís Carlos Prestes, então prestigioso secretário-geral do partido, se opunham o paraense João Amazonas, membro secretariado nacional<sup>196</sup> desde a Conferência Nacional de Organização Partidária em 1943 e ex-deputado federal constituinte cassado em 1947,<sup>197</sup> o paulista Maurício Grabois, secretário nacional de agitação e propaganda e ex-deputado federal constituinte cassado em 1947, Calil Chade e Pedro Pomar, também membros do comitê central, foram expulsos das fileiras do PCB<sup>198</sup>.

Esses foram respaldados inicialmente por cerca de 300 militantes, um contingente pequeno para o tamanho do PCB. Este grupo, em 18 de fevereiro de 1962, realiza uma conferência extraordinária, reivindicando a reorganização do Partido Comunista *do Brasil*, sob — como logo passou a ser conhecido — a sigla PCdoB, e todo o seu arcabouço histórico. Ao longo da década de 1960, sobretudo após o golpe de 1964, este pequeno grupo teria suas fileiras engrossadas por dissidentes oriundos do PC Brasileiro, das Ligas Camponesas e da Ação Popular. Então, a despeito da brutal perseguição e violência de Estado a que foi submetido, o PCdoB logrou crescer em tamanho e influência.

As condições extremas de clandestinidade tornam difícil a aferição precisa da participação de mulheres nessas organizações ou quantas ingressaram no PCdoB. Sabe-se que, no 5º Congresso do PCB, em 1960, apenas uma mulher fora eleita para o CC, Zuleika Alambert, uma redução significativa em relação ao 4º Congresso, de 1954 [cf. anexo C – Evolução da presença de mulheres nas direções partidárias]. Ou seja, é possível aventar a hipótese de que o desgaste advindo do largo processo de disputa interna havia, como efeito colateral, refluído a presença de mulheres no interior do PCB, e, por conseguinte, do PCdoB. Com a incorporação da Ação Popular, todavia, um número considerável de mulheres jovens, militantes daquela organização, ingressaria no partido. Elas seriam, em grande medida, a base do futuro trabalho feminista do PCdoB.

## 2.2 Novos tempos

<sup>196</sup> A terminologia empregada à época era, a rigor, “Presidium”. Cumprem, todavia, a mesma função: núcleo de papel executivo mais próximo ao presidente ou secretário-geral.

<sup>197</sup> BUONICORE, Augusto. *Meu verbo é lutar: a vida de João Amazonas*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Editora Anita Garibaldi. 2012. p. 80.

<sup>198</sup> Cf. *Jornal Novos Rumos* nº 151. 29/12/61-4/1/62. Apud BUONICORE, Augusto. *Meu verbo é lutar: a vida de João Amazonas*. p.136.

Quando da realização da 7ª Conferência, em 1978/1979, portanto já durante o processo de Anistia, as mulheres irrompiam de maneira inédita na cena pública nacional e internacional. A pílula anticoncepcional, massificada na década de 1960, possibilitou às mulheres dissociarem com maior segurança o exercício da sexualidade da reprodução. Com o controle da fecundidade, foi possível às mulheres se lançarem em escala ainda maior no espaço público, no mundo do trabalho, nas universidades, e, uma vez no espaço público, passam a questionar também seu *status* na vida privada. As mulheres passam a reivindicar direitos iguais aos dos homens seja em âmbito familiar, profissional ou sexual. Na França e na Itália, passeatas massivas exigiam a legalização do aborto, creche e outras demandas feministas. A década de 1960 é palco da mais profunda transformação do Ocidente em todo o século XX, a Revolução Sexual protagonizada pelas mulheres, que teve como consequência, entre outras, a instituição da Década da Mulher pela Organização das Nações Unidas em 1975.

Na década de 1970, o PCdoB ainda vivia sob clandestinidade — a anistia viria em 1978. O movimento de mulheres em todo o mundo passa a ser impactado pela primeira Conferência Mundial das Mulheres no México, em 1975, a partir dali é que se inicia um debate mais amplo sobre as organizações específicas de mulheres em todo o mundo.

No Brasil, as mulheres de estrato popular iam às ruas denunciar a crise econômica que a ditadura, inutilmente, negava. Eram o Movimento Contra o Custo de Vida e Movimento Contra a Carestia, que saíam às ruas fazendo grandes manifestações onde denunciavam as condições dramáticas em que vivia o povo após 15 anos de ditadura: arrocho salarial, desemprego e carestia. Este movimento era encabeçado, sobretudo, por mulheres de estratos populares, donas de casa, membros de organizações como clubes de mães ou ligadas à esquerda católica. O PCdoB participava desses dois movimentos. Ainda não havia, no partido, uma discussão direcionada sobre o feminismo. Isso só ocorreria mais adiante, com a conquista da anistia e o ambiente democrático que passou a existir no país. Para debater essa realidade que se abria, o partido realizou uma conferência, devido às condições de perseguição no Brasil, realizada na Albânia.

Na Conferência da Albânia há uma inflexão do PCdoB acerca do tipo de atividade que o partido desenvolveria no novo momento que se desenhava no Brasil. Os comunistas elegeram como objetivo ampliar sua presença no movimento de massas, impactado pelas lutas operárias de 1978. Trata-se de uma nova atitude tática, onde a ação política do partido não deveria mais priorizar a atuação clandestina, para sobreviver, mas buscar se aproximar e intensificar seus laços com os movimentos de massa que surgiam com a grande insatisfação da

população. Houve um grande debate interno acerca disso: o partido deveria permanecer nas sombras para se preservar ou deveria começar a atuar de forma mais aberta. Prevaleceu a orientação de buscar se aproximar de todos os movimentos sociais que existiam naquele período. Com este escopo, acordou-se a diretiva de que o PCdoB deveria desenvolver um trabalho que visasse à construção de uma entidade massiva de mulheres. A comunista paraibana oriunda dos quadros da AP, Jô Moraes, reporta que, neste debate, houve “um grande protagonismo do João Amazonas, evidente, com o apoio do secretário de organização, que era Dyneas Aguiar.” Segundo Jô, é durante essa ocasião que:

Eu passo a tratar do tema [da mulher] na 7ª Conferência, que é uma conferência clandestina, onde o João Amazonas me dá a tarefa de escrever um texto sobre a questão da mulher. Eu faço um texto que, se não me engano, foi publicado sob o pseudônimo Luísa Moraes. O mais importante desse processo é que a construção foi um exercício conjunto de João Amazonas me orientando. É claro que eu tinha uma vivência. Eu tinha uma reflexão, mas muito embrionária, e o debate com o João Amazonas me provocou o esforço de abordar a questão específica [da mulher]. E o centro que se destacava ali era colocar o problema específico da mulher, associado à necessidade que o partido tinha de atrair as mulheres para o processo político e transformar o debate da mulher em tarefa de todo o partido.<sup>199</sup>

Maria do Socorro Jô Moraes nasceu na cidade de Cabedelo em 1946. A paraibana iniciou sua militância na década de 1960 no movimento estudantil secundarista como militante da Juventude Estudantil Católica – JEC e, depois, da Juventude Universitária Católica – JUC, quando cursava Serviço Social na Faculdade de Serviço Social de João Pessoa, instituição particular de pequeno porte na capital paraibana. Presidente do diretório acadêmico e militando na Ação Popular, foi uma das delegadas presas durante a queda do Congresso da UNE em Ibiúna, em 1968, e ingressa no PCdoB em 1972 — já clandestina — com a incorporação dos quadros da AP ao partido. Segundo Jô, durante a militância estudantil, tanto secundarista quanto universitária, a questão da mulher não havia se colocado de forma explícita, pois avultava “a luta pela resistência democrática, a oposição ao projeto americano que estava sendo implementado pela ditadura no Ministério de Educação e Cultura, onde o centro era o combate aos Acordos MEC-Usaid.”<sup>200</sup> Todavia, a opressão por ser mulher, já nesta fase, começa a ser mais sentida, Jô cita como exemplo as restrições que a família colocou para sua participação política. Sua ida ao congresso da UNE, em 1968, foi escondida dos pais, pois a tutela sobre as mulheres, marcadamente as jovens, era extremamente rígida e o deslocamento de uma jovem para uma atividade desta natureza era inconcebível.<sup>201</sup>

---

<sup>199</sup> MORAES, Jô. Entrevista à autora.

<sup>200</sup> Ibidem.

<sup>201</sup> Ibidem.

Por isso que nessa primeira fase da luta e da minha militância, que foi a fase da militância estudantil, essa questão da mulher era mais vivida do que formalizada em bandeiras da participação específica. A questão da mulher vai surgir na minha militância já bem depois, quando se começou a discutir as políticas afirmativas para o enfrentamento da discriminação da mulher, e ela surge muito mais como uma provocação do partido do que como uma incorporação minha, individual, em militância específica.<sup>202</sup>

A “provocação” do partido viria na forma de uma convocatória, em 1978, para Jô participar da Conferência da Albânia. Lá ela seria instada por Amazonas a se dedicar à questão da mulher e ser responsável, no Comitê Central — para o qual foi eleita na mesma conferência — por desenvolver essa temática, à qual Jô dedicaria as próximas décadas de sua militância, nas mais diversas tarefas que desempenhou, sejam elas internas de partido ou como parlamentar. No 6º Congresso do PCdoB, ocorrido em 1983, uma intervenção especial da própria Jô Moraes anuncia de maneira mais clara a importância do trabalho e da construção da ação junto ao movimento de mulheres que o partido pretendia emular. A ideia-força do informe era que “a luta da mulher é tarefa de todo o partido”, além de apresentar a importância política da mulher na construção do país, na População Economicamente Ativa e a presença das mulheres nos movimentos sociais naquele momento-chave por que passava o Brasil; ao mesmo tempo, o informe também resgatava a contribuição dos teóricos do marxismo a esse debate, sobretudo as contribuições de Lênin e Engels.<sup>203</sup>

### **2.3. As uniões de mulheres**

Dando consequência à diretiva partidária, em todo o Brasil, militantes do PCdoB fundam as uniões de mulheres. A Anistia deu um importante impulso ao trabalho, pois permitiu ao partido deslocar quadros para dar corpo à ideia aprovada na Conferência de constituir um movimento de mulheres que encampasse a luta pelos direitos das mulheres com base massiva. As uniões de mulheres seriam o primeiro passo concreto neste sentido. Somaram-se ao esforço de construí-las militantes que, anistiadas, puderam retornar ao Brasil, como é o caso de Loreta Valadares, Olívia Rangel e Ana Rocha, ou egressas da militância clandestina ou semiclandestina no Brasil, como é o caso de Maria Amélia Teles (Amelinha), Liège Rocha e Lúcia Rincón.<sup>204</sup>

---

<sup>202</sup> Ibidem.

<sup>203</sup> Ibidem.

<sup>204</sup> Ibidem.

A União de Mulheres de São Paulo foi criada em 1981 e o Movimento Popular da Mulher de Belo Horizonte, em 1983. Nesta mesma esteira se criariam diversas entidades Brasil afora, como o Centro Popular da Mulher, em Goiânia, e entidades congêneres no Ceará, interior de São Paulo (Campinas, Sorocaba), Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul. A concretização desse processo reforçava a concepção partidária sobre a necessidade de entidades massivas, abertas, que debatessem e lutassem pelos direitos das mulheres, lastreadas em mulheres de estratos populares. Segundo Jô Moraes, também esta etapa foi “intensamente conduzida por João Amazonas”:

era também um debate onde as comunistas, sob a condução do João Amazonas, passaram a aprofundar o entendimento teórico para formular a concepção do emancipacionismo. Se buscava uma demarcação entre a visão mais ortodoxa que a experiência dos comunistas em décadas anteriores tinha, em que a luta do partido era incorporar a mulher na luta geral. Todo este debate dos anos 80 passava a um novo patamar. Era levar as mulheres a participarem da luta geral e levar a sociedade a compreender as particularidades da luta da mulher contra a opressão. Já não era mais a simplificação de que, ao resolver o problema de classe, o problema da emancipação das mulheres estaria resolvido. A compreensão passava a ser de que a luta contra a exploração de classe era a luta que abria as portas para se desenvolver a luta contra a opressão de sexo. Uma grande produção teórica se deu neste período, com a participação das camaradas que publicaram textos e textos intensamente.<sup>205</sup>

O trato cuidadoso e empenhado do presidente do partido com o tema é reportado também por outras entrevistadas. Além de Jô Moraes, Liège Rocha e Ana Rocha atribuíram ao veterano comunista exatamente a mesma frase: “as mulheres têm que ‘vestir a camisa’ das mulheres”. A afirmação, interpretada da mesma maneira por todas as entrevistadas, reforçava a necessidade das mulheres lutarem por seus direitos e contra a discriminação por sexo. João Amazonas ingressara no PCB nos anos 1930, durante a campanha da ANL, compunha o Comitê Central desde os anos 1940 e era do secretariado nacional<sup>206</sup> durante o crescimento do trabalho de mulheres daquele período: fundação do *Momento Feminino*, criação das uniões/associações de mulheres locais, fundação da Federação de Mulheres do Brasil e realização da Conferência Nacional sobre o Trabalho do Partido Entre as Mulheres em 1956, da qual fizera, inclusive, o discurso de encerramento em nome da direção, ressaltando “a enorme importância da histórica reunião”.<sup>207</sup>

<sup>205</sup> Ibidem.

<sup>206</sup> BUONICORE, Augusto. *Meu verbo é lutar: a vida de João Amazonas*. p. 63.

<sup>207</sup> “Reuniu-se a 1ª Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido entre as Mulheres”, Rio de Janeiro. *Jornal Voz Operária*, nº 369, 09/06/1956. p. 04.

O feminismo do PCdoB<sup>208</sup> se desenvolveu neste intenso debate teórico e prático ensejado pela organização das uniões/centros populares de mulheres no final da década de 1970 e início da década de 1980. A chamada corrente emancipacionista surge com o objetivo de ser um contraponto às demais concepções do feminismo de então, especialmente do feminismo liberal, ou sexista, que privilegiava a questão das diferenças entre os sexos sem se dedicar à crítica da estrutura social que favorece a opressão das mulheres do sistema capitalista. O emancipacionismo pretendia ser uma síntese entre as duas abordagens: a que visava apenas a macro-transformação da sociedade como único meio de libertar as mulheres e aquela que via nos micro-embates das relações interpessoais, na batalha cultural nos marcos da sociedade capitalista, a possibilidade de libertar as mulheres, ambas visões, segundo as comunistas, reducionistas da questão.

A ideia-força do chamado emancipacionismo era de que só será possível emancipar as mulheres emancipando toda a Humanidade, e, dialeticamente, só será possível emancipar a Humanidade emancipando-se as mulheres. O que implica na luta por direitos para as mulheres mesmo sob o capitalismo, todavia, tendo em vista que o fim da opressão da mulher só será possível em uma sociedade onde as classes sociais tenham sido superadas. A compreensão de que a libertação da mulher seria possível — e não consequência inevitável — com a superação da sociedade de classes também revela um salto qualitativo em relação à elaboração ulterior dos comunistas (baseada, em grande medida, nas elaborações da IC e na propaganda oficial dos países socialistas sobre o tema), e está baseada na avaliação crítica que se fazia sobre a situação da mulher nos países que construíram experiências socialistas ao longo do século XX. Em sua grande maioria, a situação das mulheres melhorou em relação ao que era antes de revolução nesses países, mas em nenhum deles as mulheres se equipararam aos homens, de onde concluíram que a existência do socialismo, em si, não garantiria equidade entre homens e mulheres, mas é condição *sine qua non*.

Essa concepção foi forjada em unidade e luta com as outras correntes do movimento feminista, sobretudo ao longo da década de 1980. Os encontros nacionais das diferentes entidades e articulações que surgem, sobretudo o encontro de Bertioga em 1985, põe em aberto

---

<sup>208</sup> Não obstante o desenvolvimento de um conteúdo feminista, o partido só iria incorporar o termo “feminismo” anos mais tarde, na década de 1990. Aqui, o uso do termo evoca a definição de MORAES, M.L.Q. (1996: p. 7) “O feminismo, enquanto conjunto de valores e representações sobre a mulher, é uma ideologia contemporânea que animou bandeiras de luta e plataformas políticas de uma fração importante do movimento popular, especialmente nos anos setenta. Não obstante a diversidade de experiências e desenvolvimento teórico, os grupos feministas, nas principais cidades do mundo ocidental, partiam da crença comum de que: (1) as mulheres, além de sofrerem outras formas de exploração, são oprimidas enquanto tais, isto é, enquanto representantes do sexo feminino; (2) a opressão da mulher antecede o capitalismo e persiste no socialismo, demonstrando uma especificidade que só poderá ser superada através da militância das mulheres.

as questões polêmicas centrais. A primeira questão, que sempre marcara esse debate, era se deveria existir uma entidade única de mulheres ou deveriam existir diferentes movimentos, organizações e entidades de mulheres. O PCdoB defendeu a necessidade de que as diferentes correntes, movimentos, entidades, organizações não governamentais de mulheres pudessem existir e, em determinado momento, numa pauta conjunta, esses movimentos de mulheres se encontrassem para reforçar a sua luta comum.<sup>209</sup>

Do ponto de vista organizativo, o PCdoB compreendia, neste momento, que os movimentos de mulheres estavam surgindo com tamanha diversidade temática e orgânica que “era necessário respeitar este processo, não criar uma camisa de força de uma entidade única, mas ter uma plataforma posterior unificada dos diferentes movimentos de mulheres.”<sup>210</sup> Diferentemente do movimento de trabalhadores, onde o partido defendia a existência de um núcleo central, a central sindical, ou do movimento estudantil, onde a União Nacional dos Estudantes representava unitariamente os universitários, no movimento de mulheres, o partido propugnava por uma maior fluidez política e organizativa, com coalizões temáticas que aglutinassem as diversas entidades de mulheres a cada necessidade colocada, como no caso da garantia dos direitos das mulheres na Assembleia Nacional Constituinte e o *Lobby* do Batom.<sup>211</sup>

### **A revista *Presença da Mulher***

Em meados de 1986, as emancipacionistas lançam a revista *Presença da Mulher*. Logo no primeiro número, a publicação trazia na capa a matéria principal, que indagava “Por que os casais se separam?” e, nessa esteira, levantava questionamentos sobre a família contemporânea e os novos arranjos familiares que surgiam com o advento do direito ao divórcio, em 1977; trazia também uma chamada para a batalha política em curso na matéria “Constituinte: com a palavra, as mulheres”, uma outra sobre “participação feminina nos sindicatos” e, por fim, a valorização de uma mulher ocupando uma profissão tipicamente masculina na matéria “a justiça nas mãos de uma delegada”.<sup>212</sup>

Discutida nos marcos dos chamados Ativos de Mulheres do PCdoB, a revista tinha por função precípua impulsionar e difundir a chamada visão emancipacionista. A “ideia era fundar uma revista que tivesse essa visão sobre a questão da mulher, uma visão que juntasse

---

<sup>209</sup> Ibidem.

<sup>210</sup> Ibidem.

<sup>211</sup> AFONSO, Lúcia H. Rincón. Entrevista à autora.

<sup>212</sup> *Revista Presença da Mulher*. Editora Liberdade-Mulher. Ano I. Nº1. Junho-agosto de 1986. p. 02.

geral e específico, uma visão emancipacionista,”<sup>213</sup>. A partir de então, as comunistas, marcadamente Ana Rocha, que havia sido destacada para ser a diretora da revista, fizeram um trabalho de ampliação do alcance da publicação e das ideias que nela circulavam, contatando várias lideranças do movimento para que compusessem o Conselho Editorial, nomes como Bete Mendes e Alda Marco Antônio, e várias outras lideranças do movimento de mulheres, que “tinham essa visão mais ampliada da questão”.<sup>214</sup> Segundo Ana, “era uma lista enorme de mulheres”, o que mostra, por um lado, a intenção das comunistas em construir o debate para fora dos limites do partido e, por outro, a permeabilidade que a abordagem defendida pelas comunistas para a luta das mulheres encontrava. Rapidamente, a revista passou a difundir a visão emancipacionista que vinha sendo gestada entre as diversas uniões de mulheres/centros populares da mulher que, em 1986, já estavam espalhadas por todo o país. Ou seja, a revista possuía papel tanto propagandístico da visão emancipacionista, quanto coesivo político e organizativo. Para editar a revista, foi criada a editora Liberdade-Mulher, que tinha à frente, além da própria Ana, as dirigentes Lílian Martins (1950-2009) e Olívia Rangel.<sup>215</sup>

A revista possuía um conselho editorial e um conselho consultivo. A reunião do conselho editorial definia a pauta, que era executada por uma jornalista responsável — jornalistas variaram ao longo dos anos. Para o financiamento da revista, a própria direção da revista se encarregava de conseguir publicidade, “de conselhos ou de governos progressistas,”<sup>216</sup> isso possibilitava a distribuição da revista através das entidades locais, as uniões de mulheres e os centros populares da mulher.

Após um ano de existência da revista, realizou-se o 1º Encontro de Entidades Emancipacionistas, no Rio de Janeiro-RJ, na UFRJ. Esse encontro reuniu todas as entidades do Brasil onde foi lançada a proposta de criação da União Brasileira de Mulheres, entidade que congregaria todas as entidades com esta visão. Em agosto de 1988, em Salvador-BA, realizou-se o congresso de fundação da União Brasileira de Mulheres. Além de aprovar o Manifesto da entidade, o congresso elegeu Ana Rocha, diretora da revista *Presença da Mulher*, vice-presidente da entidade. Jô Moraes, que vinha dirigindo o trabalho de mulheres no Comitê Central do partido desde a 7ª Conferência, foi eleita a primeira presidente.

## Fundação da UBM

---

<sup>213</sup> ROCHA, Ana. Entrevista à autora.

<sup>214</sup> Ibidem.

<sup>215</sup> Ibidem.

<sup>216</sup> Ibidem.

Com a fundação da União Brasileira de Mulheres, uma importante etapa dos objetivos colocados pelo PCdoB no tocante à luta das mulheres foi atingida. A entidade nacional daria concretude à concepção que vinha sendo desenvolvida — o emancipacionismo, abordagem que tentava articular a luta das mulheres com a luta de classes — e seria a expressão de massas dessa luta. Gestada no âmbito da direção nacional do PCdoB ainda em fins da década de 1970, a iniciativa fora cuidadosamente pensada e executada pela militância do PCdoB, sob orientação de Jô Moraes e do próprio presidente do partido, o veterano João Amazonas. Tendo por base as entrevistas que subsidiaram esta pesquisa, todo o processo que começa com a criação das uniões de mulheres e centros populares da mulher Brasil afora, passa pela criação da revista *Presença da Mulher* e culmina com a fundação de uma entidade central, nacional, que expressasse a visão propugnada pelos comunistas, fora minuciosamente planejado e acompanhado pela direção partidária.

O Manifesto Programa da UBM, aprovado em seu congresso de fundação, é paradigmático do *status* das elaborações política e teórica dos comunistas sobre a questão da mulher. Em pouco mais de uma lauda, as emancipacionistas anunciavam o que pretendia a nascente entidade. Sob o lema “por um mundo de igualdade contra toda opressão”, as emancipacionistas defendem, logo no primeiro parágrafo, “um novo Brasil para nós e para os que virão depois”. Ou seja, o primeiro movimento do texto do manifesto é a defesa da nação brasileira, compreendida como parte integrante, eventualmente principal, da agenda da luta emancipacionista.

Desde logo, a UBM se coloca como uma entidade que luta por transformações profundas, para além das relações sociais de sexo: “Queremos um Brasil diferente, parte de um mundo de igualdade, onde sua metade feminina não seja discriminada por sua condição de cidadã e trabalhadora.” Note-se que as condições são de “cidadã” e “trabalhadora”, revelando que, em que pese o emancipacionismo significasse um salto qualitativo na elaboração teórica da opressão da mulher para os comunistas, neste momento, ele ainda faz uma leitura enviesada da questão da mulher. As emancipacionistas denunciam diversas facetas da opressão da mulher no Manifesto, todavia, em sua grande parte, relacionadas exclusivamente ao ambiente de exploração laboral, o que pode indicar, em alguma medida, uma visão ainda esquemática entre a relação classe e sexo:

Queremos um Brasil que apague de sua face o sofrimento das operárias que não têm onde deixar seus filhos; o sofrimento das camponesas que sequer têm o seu trabalho reconhecido como produtivo; o sofrimento das trabalhadoras em geral, esgotadas pela dupla jornada. Um Brasil que não tenha funcionárias públicas desvalorizadas por

governos reacionários, intelectuais cerceadas na sua criação e produção por uma cultura alienante e alienadora do papel da mulher; que não tenha donas de casa sufocadas pela rotina doméstica.

Queremos um Brasil onde tenhamos acesso ao trabalho, salários justos e iguais aos de nossos companheiros. Um Brasil onde tenhamos uma rede de creches públicas, iniciativas de aperfeiçoamento profissional e um efetivo combate às discriminações contra a mãe trabalhadora.<sup>217</sup>

Malgrado a elaboração ainda incipiente do ponto de vista teórico, as emancipacionistas reivindicavam ou formulavam bandeiras políticas avançadas, como o reconhecimento da função social da maternidade e a licença-paternidade:

Queremos um país que reconheça na maternidade uma função social, considerando os filhos como futuros cidadãos desse país; e que o Estado e a sociedade assumam conosco as responsabilidades de educá-los e assegurar sua sobrevivência. A ampliação da licença maternidade e a conquista da licença paternidade são expressões sensíveis de que a sociedade avança nesse reconhecimento.<sup>218</sup>

Outro tema que compareceu foi o racismo. As emancipacionistas declaravam querer “um Brasil que assuma sua cor multi-racial e que condene a discriminação contra a negra como expressão maior de atraso de um povo que tem a negritude como traço histórico e cultural”. Desta forma, a UBM se colocava, desde o nascedouro, como uma entidade anti-racista, o que teria seu arcabouço conceitual desenvolvido posteriormente, sobretudo nos textos de Loreta Valadares, Clara Araújo e Mary Castro na revista *Presença da Mulher*.

Também a “defesa da vida e da dignidade da mulher” contra o “fantasma da violência doméstica e sexual” aparece no manifesto. A luta contra a violência sexista vinha ganhando visibilidade no Brasil desde a década de 1970 e era talvez a pauta mais importante do movimento feminista até a Constituinte. A mobilização das mulheres por todo o país, especialmente nos centros urbanos, com a insígnia “Quem ama não mata!” levou ao início da desnaturalização da violência contra as mulheres e à conquista de algumas vitórias em termos de políticas públicas com as criações de algumas Delegacias de Defesa da Mulher (DDM).

Em que pese lutassem pela superação da sociedade capitalista, as emancipacionistas defendiam em seu Manifesto Programa, instrumentos do Estado de combate à violência, como as “delegacias especializadas e assessorias jurídicas” — acesso à saúde pública e direitos sexuais e reprodutivos focados na mulher também foram citados —, o que revela uma visão menos segmentar e estanque do que aquela — derivada da tática de classe contra classe adotada pela organização de 1928 a 1935 — proveniente das teses da Internacional Comunista, segundo

<sup>217</sup> UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES (UBM). Manifesto-programa por um mundo de igualdade. Revista *Presença da Mulher*. nº 10. Out./dez. 1988. p.18

<sup>218</sup> Ibidem.

a qual a luta das mulheres deveria ser pela instalação imediata do socialismo e quaisquer lutas por direitos nos marcos do capitalismo seria desvio da luta principal. O Manifesto Programa ainda expressa a contradição entre uma visão esquemática, onde predominava mais do que tudo o sentimento classista da articulação classe x sexo:

Queremos um Brasil de homens e mulheres iguais.  
 Mas não acreditamos na igualdade entre os sexos nos limites das desigualdades sociais. Por isso lutamos por um novo Brasil onde a democracia seja um bem do povo, para que ele possa, livremente, participar e escolher seu destino. Lutamos por um Brasil novo onde a soberania nacional e os direitos sociais sejam um primeiro passo no caminho do desenvolvimento independente voltado para o bem-estar de seus habitantes. Lutamos por um Brasil onde a terra seja fonte de alimento e trabalho para os que nela trabalham e não fonte de especulação e lucro para os que a exploram. Por fim, lutamos por um novo Brasil onde a exploração e a opressão, hoje presentes, passem a ser apenas uma página do passado na história de um povo que viverá uma nova sociedade de iguais, uma sociedade socialista.  
 Queremos um mundo de igualdade. Para nós e para os que virão depois.  
 Salvador. 6 de agosto de 1988<sup>219</sup>

Evidentemente, tais ideias ainda estavam bastante marcadas pela visão estanque entre classe e sexo e, em que pese a mulher proletária fosse/seja diferente da mulher burguesa, a divisão sexual do trabalho estrutura socialmente a existência de todas, o que justifica as alianças poli-classistas no seio do movimento de mulheres como a que se deu no vitorioso *Lobby* do Batom. Conquanto a prática política indicasse uma visão mais ampla dessa articulação entre classe e sexo, o desenvolvimento teórico da concepção emancipacionista não o acompanharia com a mesma velocidade, como ocorre, em geral, nas correlações entre fenômenos políticos e elaborações teóricas. Seria ao longo dos anos seguintes que a elaboração teórica das emancipacionistas ganharia maior articulação e fluidez entre seus conceitos-chave.

### ***Lobby* do Batom e a Constituição de 1988**

Em 1986, foram eleitas 26 mulheres para a Assembleia Nacional Constituinte de 16 estados brasileiros, de um total de 166 candidatas. São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas elegeram o maior número delas: 3 representantes cada um. Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo e Rondônia, duas deputadas cada. E Acre, Amapá, Ceará, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima, uma deputada cada. A novidade representou um aumento de 1,9 % para 5,3% da representação de mulheres no Parlamento.

A atuação da bancada feminina atendia às reivindicações das mulheres brasileiras que participaram da campanha Mulher e Constituinte, promovida pelo Conselho Nacional dos

---

<sup>219</sup> Ibidem.

Direitos da Mulher (CNDM) — criado dois anos antes — para estimular a participação das mulheres no processo e eleger maior número de parlamentares do sexo feminino. As constituintes formavam um grupo heterogêneo com representação partidária de amplo espectro, da direita à esquerda, representando oito partidos — PMDB, PT, PSB, PSC, PFL, PTB, PDT e PCdoB —, a maioria do PMDB, com 11 representantes. O PCdoB havia eleito a baiana Lídice da Matta, única mulher da bancada comunista, composta ao todo por cinco deputados.<sup>220</sup> Contudo, toda a bancada se engajaria na defesa dos direitos das mulheres, sob orientação direta do próprio presidente do partido, que acompanhou minuciosamente a confecção do novo texto constitucional.<sup>221</sup>

Claro que houve grandes resistências nas fileiras partidárias em torno das concepções do feminismo, das bandeiras e até das propostas. Marcadamente uma das maiores polêmicas que envolveu todo o partido foi em torno da proposta específica que o PCdoB deveria apresentar na Constituinte, o João Amazonas apresentou que dentro das propostas que o PCdoB deveria levar para a Constituinte deveria integrar cota para mulheres nas representações diplomáticas. Isso levou a uma das maiores polêmicas em reuniões do Comitê Central. Polêmica tensa, intensa. Foi garantida a permanência da proposta pela força e a presença do João Amazonas defendendo essas cotas para as mulheres.<sup>222</sup>

A “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, entregue ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pela presidente do CNDM, Jaqueline Pitanguy, em março de 1987, foi resultado de uma intensa campanha nacional, em articulação com ativistas, movimentos feministas, e associações diversas de todo o país durante dois anos. Com esse documento, elas levavam ao parlamento brasileiro a principal conclusão da campanha: “Constituinte pra valer tem que ter direitos das mulheres”. Deputadas e senadoras formaram a aliança suprapartidária que serviu de elo entre os constituintes e os movimentos de mulheres e que passou a ser denominada de “*Lobby do Batom*”.

Entre as metas estavam a licença-maternidade de 120 dias, o direito à posse da terra ao homem e à mulher, igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher; mecanismos para coibir a violência doméstica. As mulheres conquistaram, na Constituição de 1988, a igualdade jurídica entre homens e mulheres, a ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres, a igualdade de direitos e responsabilidades na família, a definição do princípio da não discriminação por sexo e raça-etnia, a proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho e o estabelecimento de direitos no campo da reprodução. Não foram

<sup>220</sup> O PCdoB elegeu, para a Assembleia Nacional Constituinte, Aldo Arantes (GO), Edmilson Valentim (RJ), Haroldo Lima (BA), José Luís Guedes (MG) e Lídice da Matta (BA).

<sup>221</sup> MORAES, Jô. Entrevista à autora.

<sup>222</sup> MORAES, Jô. Entrevista à autora.

alcançados objetivos como garantias no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, em particular quanto ao aborto, por causa das resistências oferecidas por alguns dos demais constituintes.

A campanha do CNDM para levar as reivindicações do movimento social à Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) envolveu mecanismos de articulação e comunicação com segmentos organizados em todos os estados e na Capital Federal. Lideranças as mais diversas puderam contribuir para a elaboração da Carta das Mulheres Brasileiras entregue, em março de 1987, nas mãos do presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, e dos presidentes das Assembleias Legislativas nos estados da federação. Seguiu-se um trabalho de articulação cotidiana para incidir nos debates legislativos. O *Lobby* do Batom foi coordenado pelo CNDM, mas, a cada passo, contou com a participação de grupos e organizações por todo o país, incluindo aqueles ligados ao PCdoB.<sup>223</sup>

Esse processo constituinte de 88 foi precedido também de alguns movimentos importantes. Enquanto UBM, nós intervimos na organização do Congresso Nacional de Mulher Trabalhadora — enquanto força organizada — na direção nacional desse congresso dirigido então pela Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT. Acho isso importante porque foi um movimento grande, a nossa presença foi grande, e ali a gente discutia propostas já para a Constituição e também para a legislação trabalhista. E houve um movimento de alteração das leis trabalhistas onde nós participamos na coordenação nacional, dirigido pelo CNDM, [...] encontro nacional que se realizou nos municípios, depois nos estados e depois nacionalmente com o I Encontro Nacional a Mulher e as Leis Trabalhistas, realizado em Brasília de 24 a 26 de novembro de 1987, que serviu de subsídio para a Constituição também. Nesse eu, particularmente, fiz parte da coordenação nacional. O CNDM é criado em 85. O congresso da CGT é em 86, então, de 86 para 87, decide-se fazer esse encontro, buscando elaborar propostas para as mulheres e as leis trabalhistas, para mudar as leis trabalhistas com relação à mulher, e aí a gente tira no CNDM uma comissão, que busca representantes naquele movimento anterior e também e em entidades nacionais. Então a gente participa da construção do I Encontro a Mulher e as Leis Trabalhistas fazendo propostas que também entrariam na Constituição através do CNDM.<sup>224</sup>

O *Lobby* do Batom foi uma experiência singular de parceria entre um organismo de Estado e o movimento social. Apesar das limitações provenientes de uma correlação de forças desfavorável em alguns temas, as forças progressistas lograram alcançar, na Constituição de 1988, uma cidadania inédita para as brasileiras.

### **Nova família, nova moral**

As emancipacionistas também travavam a luta ideológica em defesa da nova mulher, de novas relações familiares e uma nova moral sexual, mais libertárias. Escreveram

---

<sup>223</sup> AFONSO, Lúcia H. Rincón. Entrevista à autora.

<sup>224</sup> Ibidem.

artigos tematizando a liberdade sexual feminina e as transformações nos relacionamentos conjugais e nas famílias que o Brasil, pelo menos desde a década de 1970, testemunhava. No artigo “A transitoriedade do amor”<sup>225</sup>, Jô Moraes aborda a “falência do casamento tradicional” no contexto de uma “sociedade em crise política, econômica, moral e ética” e afirma que, estando as mulheres mais exigentes, “findou o amor permanente, ‘eterno’, que, para falar a verdade, nunca passou de uma fábula.”<sup>226</sup> Tal texto despertou as mais variadas respostas, inclusive reações bastante negativas por parte mesmo de alguns militantes comunistas, que a “acusaram de querer destruir a família”, como revelou a própria autora em entrevista (às gargalhadas).<sup>227</sup> A temática dos novos padrões de relacionamento entre homens e mulheres seguia sendo um tabu. Com novos padrões surgidos na juventude, como o “ficar”, Jô questionava a rápida transformação desses padrões, mas que, todavia, permanecia o grande descompasso entre as expectativas de homens e mulheres, e como havia questões que só seriam superados “em uma outra sociedade”.<sup>228</sup>

Temas como prostituição, aborto, nudez feminina e violência doméstica, todos baseados em exemplos de histórias reais, entrevistados pela própria autora, aliados a pesquisas de opinião que permitissem algum grau de generalização, e articulados com textos e produções clássicas e/ou acadêmicas sobre o respectivo tema, como no caso do texto “A Coleira da submissão”,<sup>229</sup> que debatia a submissão a partir de um fato ocorrido no carnaval daquele ano de 1998, quando uma modelo de renome usou uma coleira com o nome do marido para desfilarem no carnaval.

## 2.4 Impactos da transformação social brasileira no PCdoB

Tais mudanças devem ser colocadas em uma moldura maior para que sejam compreendidas em toda sua extensão. Elas ocorreram em diferentes graus e maneiras em todo o mundo ocidental e tiveram forte interferência nas características das sociedades e impactaram também no trabalho do PCdoB. Foi provavelmente a maior transformação social da segunda metade do século: um grande avanço, com a mulher irrompendo na cena social, no mercado de trabalho, marcadamente nas profissões liberais e de maior escolaridade. Essa maior presença das mulheres na esfera produtiva, apesar de terem aumentado relativamente o prestígio das

<sup>225</sup> MORAES, Jô. “A transitoriedade do amor”. Revista *Presença da Mulher* nº11, de mar/jun de 1989.

<sup>226</sup> *Ibidem*

<sup>227</sup> MORAES, Jô. Entrevista à autora.

<sup>228</sup> MORAES, Jô. “A busca do amor”. Revista *Presença da Mulher* nº16, de abr/jun de 1990. p. 16.

<sup>229</sup> MORAES, Jô. “A coleira da submissão”, jornal *O Tempo*, Belo Horizonte, 4/3/1998.

mulheres na sociedade, não significou o fim das discriminações contra elas, ao contrário, as questões se repuseram em outro patamar na luta contra a discriminação, por direitos iguais etc. Ao longo deste processo, as mulheres se constituíram maioria de diversos campos profissionais, isso não significa uma completa superação do machismo, antes, quer dizer que as formas de discriminação ou de ausência de direitos iguais são colocadas em outros tipos de manifestação, por exemplo pela reprodução e reforço da divisão sexual do trabalho na esfera produtiva, com masculinização e feminização de ramos profissionais e funções. Ou seja, a luta contra a discriminação permanece, só que em um patamar mais elevado, todavia, beneficiado pela presença da mulher na vida social e produtiva.

No PCdoB esse fenômeno deve ser interpretado também segundo as linhas de atuação política, social e linhas de construção partidária. Durante boa parte do tempo, o PCdoB teve uma base social para o movimento de mulheres constituída, sobretudo, de mulheres populares, no movimento contra a carestia. Mulheres simples, donas de casa, mas com grande protagonismo social, e algumas, poucas, profissionais liberais, de segmentos médios da população.<sup>230</sup>

Então é claro que aí o impacto foi muito grande porque essas mulheres assumiram a frente da luta. Isso é uma coisa impressionante que as pessoas não entendem bem, mas o fundamento do partido ter proporcionalmente a maior bancada feminina já vem daí, da luta social dos anos 70 e 80. Que construíram grandes lideranças femininas. Claro que algumas são mais recentes, como a Manuela [D'Ávila], mas, enfim, vem daí, desde esse tempo. Então o partido aproveitou bem o ascenso das mulheres e tentou dar a sua contribuição e tentou que isso se refletisse na sua estrutura interna.<sup>231</sup>

Ao longo dos 24 anos que separaram o informe de 1983 da realização da 1ª Conferência Nacional do PCdoB Sobre a Questão da Mulher em 2007, houve avanços significativos do partido no sentido de compreender o papel das mulheres na manutenção do capitalismo e na luta estratégica pelo socialismo. A elaboração teórica, o emancipacionismo, tornou-se mais dialética. Essa produção teórica se dava no contexto da luta política e ideológica no seio do movimento feminista, por um lado, mas também internamente, dentro do partido, por outro. O desafio de tornar a luta da mulher uma luta de todo o partido seguia atual e se recolocava a cada avanço.

Os comunistas adentram a década de 1990 tendo de enfrentar, junto com as demais forças nacionalistas e progressistas, tendo de enfrentar o neoliberalismo e todas as suas políticas contrárias aos princípios e direitos assegurados aos cidadãos na Constituição recém

<sup>230</sup> SORRENTINO, Walter. Entrevista à autora.

<sup>231</sup> Ibidem.

promulgada. Os governos de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) — com breve interregno de Itamar Franco (1992-1994) — iniciaram uma política de desmonte e desnacionalização de empresas estatais estratégicas, arrocho salarial, privatizações e favores ao capital financeiro, ampliando a crise econômica, além de repressão aos movimentos sociais.

Nesse cenário, de ampliação da crise e resistência popular, a tendência é que as pautas específicas, como a questão da mulher, arrefeçam para ceder espaço aos enfrentamentos de caráter generalizante, no caso, contra o neoliberalismo e o desmonte da Constituição. A conjuntura, em si, pressionava os movimentos de mulheres para tal. Ao mesmo tempo, ocorria um processo de institucionalização do movimento feminista através de conselhos e outros órgãos governamentais,<sup>232</sup> ocasionando uma progressiva perda de vigor ao movimento. Ou seja, a atmosfera político-social não propiciava grandes mobilizações massivas em defesa dos direitos das mulheres.

Imprensadas entre esses dois fenômenos, as comunistas à frente da União Brasileira de Mulheres iniciam um debate acerca da vocação da UBM em cenário tão adverso. O 5º Congresso Nacional da Entidade, realizado em 1993 em Vitória-ES, colocou esse tema no centro. Decidiu-se que a UBM não deveria ser uma entidade *de massas*, mas de *ação política de massas*, o que, segundo as dirigentes entrevistadas, significava dizer que a entidade agiria preponderantemente como uma corrente de pensamento cuja materialização ocorreria, sobretudo, através das ações de entidades parceiras do movimento social, com especial atenção ao movimento sindical. Formar-se-iam núcleos da UBM nos sindicatos, associações de moradores, entidades estudantis, etc. que poderiam, a partir de suas agendas específicas, debater a pauta emancipacionista a partir de suas realidades concretas. Era uma forma de tornar transversal e espraiar mais amplamente a luta emancipacionista no conjunto do movimento social, ou nas palavras da dirigente Loreta Valadares: “Ao feminismo emancipacionista urge enfatizar a luta ideológica sobre o real caráter da opressão de gênero e concentrar seus esforços no chamamento às ações concretas de luta em todos os terrenos da sociedade perpassada pelo gênero.”

### **Adensamento teórico do emancipacionismo**

Ao mesmo tempo, adensava-se a elaboração teórica com a sistematização dos pontos fundamentais da corrente emancipacionista. Inúmeros artigos foram produzidos para

---

<sup>232</sup> MORAES, M.L.Q. *Vinte anos de feminismo*. p. 65.

conferir um corpo teórico consistente ao emancipacionismo. Do final da década de 1980 até meados da década de 2000, a revista *Presença da Mulher* e, esporadicamente, a *Revista Princípios*<sup>233</sup> publicaram dezenas de artigos<sup>234</sup> que tencionavam iluminar as sendas da teoria emancipacionista, Ana Rocha, Clara Araújo, Jô Moraes, Olívia Rangel, Sara Sorrentino, Gilse Cosenza, Mary Castro, Lúcia Rincón, Lílian Martins, José Carlos Ruy e Milton Barbosa, todos militantes e dirigentes do PCdoB à época. Todas as entrevistas apontaram Loreta Valadares como a grande expoente desta tarefa, tendo escrito dois dos artigos mais importantes dessa tentativa de síntese teórica. O primeiro é “A ‘controvérsia’ feminismo X marxismo”, publicado na *Revista Princípios*<sup>235</sup>, o segundo é “Gênero e emancipacionismo: o clamor da radicalidade”, publicado na revista *Presença da Mulher*,<sup>236</sup> e que traz uma síntese teórica da corrente feminista emancipacionista:

Em que bases teóricas, então, se situa o feminismo emancipacionista? (sem ordem hierárquica):

- Na compreensão de que a divisão sexual do trabalho entrelaça-se a divisão social do trabalho e que mulheres e homens irão participar de modo desigual da produção e da reprodução;
- no entendimento de que a opressão de classes interliga-se com a opressão de sexo, coincidindo historicamente e se desenvolvendo entrelaçadas no decorrer da história. A elas entrelaça-se a opressão de raça;
- na visão de que o gênero passa a ser construído alocando atributos culturais às distinções de sexo, estabelecendo um sistema de valores e práticas que vão criar uma distinção do feminino em relação ao masculino;
- na formulação do ponto de vista de que, ao surgir entrelaçado com a opressão de classes, este sistema irá impregnar os espaços sociais, as instâncias políticas, as formas culturais, entendendo, assim, que as relações desiguais de gênero se dão em todas as esferas da sociedade fundada nas relações desiguais de classe;
- no estabelecimento da ótica segundo a qual a opressão de gênero tem bases estruturais, mas se constrói culturalmente, adquirindo, portanto, relativa independência, passando a interagir, de maneira própria, com a opressão de classes e as demais formas de opressão da sociedade, como a de raça, por exemplo;
- na compreensão da necessidade de que a luta contra a opressão de gênero se insere na luta contra todos os elos de opressão e pela conquista de uma sociedade radicalmente nova, sem discriminação de sexo/gênero, de raça e de classe;
- no significado da radicalidade da luta de gênero visando a romper tanto o elo estrutural, levando-a para a luta de emancipação social, como o elo cultural, percorrendo caminhos próprios nas diversas esferas da sociedade;
- enfim, na afirmação da ideia de que, mesmo tendo sido derrotado em sua primeira experiência histórica, o socialismo é, ainda, o único projeto capaz de abrir passagem ao processo que vise ao fim das discriminações de gênero, de raça e de classe, entendendo-se o campo de luta em três frentes, sendo a de classes a mais abrangente.

<sup>233</sup> Publicada desde 1981, a *Revista Princípios* se destinava a ser o veículo de debates políticos e teóricos do PCdoB.

<sup>234</sup> Os principais artigos foram reunidos em uma publicação da Secretaria Nacional da Mulher do PCdoB de 2018, intitulada *Trajetória teórica e política do feminismo emancipacionista – coletânea de textos: 1954-2012*.

<sup>235</sup> VALADARES, Loreta. “A ‘controvérsia’ feminismo x marxismo”. *Revista Princípios*. São Paulo: Ed. 18 jun-ago, 1990, p. 44- 49.

<sup>236</sup> VALADARES, Loreta. “Gênero e emancipacionismo: o clamor da radicalidade”. *Revista Presença da Mulher*, nº34, 1999.

Por concisa que seja esta sistematização das bases do feminismo emancipacionista (extraída de Valadares, 1998), ela não deve ser vista de forma esquemática.<sup>237</sup>

O termo “entrelace” aparece com força no texto de Loreta e, em que pese ainda não se trate de conceito ou categoria, indica a tentativa de articulação entre as categorias fundamentais da teoria emancipacionista: “gênero, raça e classe”. Os primeiros textos das militantes emancipacionistas ou mesmo o Manifesto Programa da UBM estão ainda impregnados de uma visão estanque, como se classe, sexo/gênero e raça corressem para um mesmo lugar, mas em raias paralelas, num certo esquematismo residual das visões economicistas da questão da mulher que nortearam muitos PCs ao longo do século XX. Com a noção de “entrelace” as emancipacionistas iniciavam uma visão mais ajustada, mais dialética, da relação entre classe x sexo/gênero x raça.

Durante e após a eclosão do feminismo como fenômeno massivo em escala mundial, especialmente durante a Década da Mulher (1975-1985) decretada pelas Nações Unidas, uma das preocupações centrais das teorias feministas era como a categoria sexo ou gênero se relaciona com demais categorias sociais tais como classe, raça, orientação sexual etc. Para dar resposta à essa questão, o feminismo estadunidense, de corte liberal, cunhou o conceito de interseccionalidade; já as feministas materialistas francesas desenvolveram o conceito de consubstancialidade; ao passo que as feministas cubanas formularam a ideia de discriminações múltiplas. Todos apontavam para a mesma tentativa de responder à complexidade da inter-relação entre os fenômenos e opressões que permeiam as mulheres, além de seu sexo. O emprego do termo “entrelace” sugere uma relação mais fluida entre classe, sexo/gênero e raça, ainda que este careça de desenvolvimento de maior fôlego e profundidade, significa um amadurecimento considerável da teoria feminista emancipacionista.

A corrente emancipacionista foi sendo lapidada também à luz do diálogo e, por vezes, embate com outras correntes feministas. As emancipacionistas chamavam para si, para além da luta interna, de convencimento constante dos camaradas do partido sobre a justeza da pauta, por um lado, e, por outro, forjavam a corrente emancipacionista sobre as disputas de ideias com o movimento feminista. Uma crítica bastante comum ao marxismo, por parte do movimento feminista, era a de que o pretense economicismo marxista levaria a que só as causas econômicas fossem consideradas nos fenômenos, tornando-o incapaz de explicar a opressão de sexo e muito menos libertar as mulheres dela. Loreta faz a defesa do marxismo como referencial teórico de análise da questão da mulher citando o próprio Engels:

---

<sup>237</sup> Ibidem.

segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Marx, nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as Constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos quais nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante<sup>238</sup>

A corrente emancipacionista avançou em sua elaboração teórica durante todo esse período, especialmente na primeira metade da década de 1990. Ao mesmo tempo, a UBM se distanciava um pouco de seu projeto original, optando por ser algo mais afeito à insígnia de uma corrente de opinião que propriamente uma entidade massiva de mulheres. Como ficou claro no 5º Congresso Nacional da entidade, ocorrido em Vitória-ES em 1993. Salvo as grandes mobilizações pelo Fora Collor! em 1992, quando os movimentos sociais estiveram na ofensiva, a década de 1990 foi marcada por refluxo e defensiva das mobilizações populares. Estas só seriam retomadas com a Marcha dos 100 Mil, ocorrida no ano de 1999 e que visava a denunciar o desmonte promovido pela política neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso, com o país já estrangulado pela crise econômica e social agravadas pelas políticas neoliberais aplicadas ao longo da década. O refluxo que as mobilizações sociais sofreram começa a se inverter até tornar-se uma grande torrente de mobilização que culminaria na eleição de Luís Inácio Lula da Silva (PT), candidato de uma ampla aliança de centro-esquerda e apoiado por parte expressiva dos movimentos sociais e populares, em 2002.

Por toda a turbulência política da década de 1990, aliada à institucionalização do movimento feminista e à decisão de realizar “ação política de massas”, na qual a UBM priorizava concretizar a luta emancipacionista através de parcerias com outras entidades dos movimentos sociais (em especial o sindical), a entidade acabou sofrendo uma relativa desidratação ao longo dos anos e acabou se enfraquecendo em comparação à expressiva base de mulheres — de estratos populares e médios — que lhe dava lastro nos anos 1980. E em que pese a maciça presença de jovens no partido<sup>239</sup> — em sua maioria estudantes — recrutados

<sup>238</sup> ENGELS, “Carta a Bloch”, Obras Escolhidas, SP, Alfa-Ômega, vol. 3, p. 284. Apud VALADARES, Loreta. “A ‘controvérsia’ feminismo x marxismo”. *Revista Princípios*. São Paulo: Ed. 18 jun-ago, 1990, p. 44- 49.

<sup>239</sup> O PCdoB se notabiliza, desde a reconstrução das entidades estudantis pós-ditadura na virada dos anos 1970/1980, por um intenso trabalho de juventude. Ao ponto de praticamente todos os presidentes da UBES e da UNE das décadas de 1980/1990 serem quadros do partido. O partido também orientou sua militância juvenil a fundar a União da Juventude Socialista, em 1984, com o intuito de atrair um leque maior de jovens para o debate político e, simultaneamente, formar política e ideologicamente os futuros quadros dirigentes do partido.

sobretudo nas grandes mobilizações da década (contra os governos Collor e FHC), não resultou na renovação dos quadros e militantes que atuavam na UBM, ao contrário, algumas dirigentes de proa foram paulatinamente deixando a direção da entidade em favor de outras tarefas políticas, fator decisivo para o relativo enfraquecimento e isolamento da entidade neste período.

Durante a década de 1990, o PCdoB permaneceu com a estrutura institucional no que tange a questão da mulher praticamente inalterada. Havia uma comissão nacional da mulher, cuja composição pouco variou neste período.<sup>240</sup> Esta comissão respondia à Secretaria Nacional de Organização (num segundo momento, à Secretaria Nacional de Massas/Movimentos Sociais)<sup>241</sup> e, espaçadamente, realizava os chamados Ativos Nacionais da Mulher, cujo objetivo era aprofundar o debate teórico e traçar diretrizes políticas para o conjunto do partido sobre o tema. Entretanto, a ausência de uma estrutura ou fórum partidários específico permanente para debater e encaminhar as questões relativas à luta das mulheres no cotidiano, aliada ao fato da composição da entidade ser, a esta altura, quase exclusivamente de militantes do PCdoB, fez com que a UBM, por vezes, fosse tratada como extensão partidária.

No 7º Congresso (1988) quando se aprovou um novo Programa do Partido, o item 14 foi dedicado aos Direitos da Mulher.

14. DIREITOS DA MULHER. Extinção das discriminações e de todas as desigualdades econômicas, sociais e jurídicas que pesam sobre a mulher; direitos iguais aos dos homens em casos de herança, casamento, divórcio, profissão, cargos públicos; idêntica responsabilidade do casal na criação e educação dos filhos; proteção especial e gratuita à maternidade e à infância, orientação e assistência gratuita às mulheres que não desejam ter filhos. Garantia do direito da mulher de interromper a gravidez indesejada.<sup>242</sup>

Todavia, vagarosamente, o tema da emancipação da mulher teve avanços no interior do partido. Em resposta à avalanche político-ideológica que varreu a URSS e parte significativa do movimento comunista internacional do mapa, o PCdoB realiza seu 8º Congresso em 1992 sob a insígnia “O Socialismo Vive!”. Nele, a questão da mulher foi secundarizada em favor da reafirmação generalizante do socialismo como única alternativa ao capitalismo — não houve sequer intervenção especial sobre o tema da mulher ou qualquer outro que não versasse diretamente sobre a reafirmação da superioridade do socialismo, apesar da derrota estratégica

<sup>240</sup> As dirigentes que compuseram a comissão nacional da mulher ao longo da década foram: Ana Rocha, Maria Liège Rocha, Gilse Cosenza, Lúcia Rincón, Jô Moraes.

<sup>241</sup> A Secretaria Nacional de Massas tem seu nome para Secretaria Nacional de Movimentos Sociais no 10º Congresso do PCdoB, realizado em 2001.

<sup>242</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). Resoluções do VII Congresso. O Brasil numa encruzilhada histórica. 1988. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/principais-documentos/148480/2009-11-24/o-brasil-numa-encruzilhada-historica-7-congresso-do-pcdob-1988>

recente. A questão da mulher aparece rapidamente, apenas a título de informação sobre a UBM e a Revista *Presença da Mulher*. Entretanto, em 1995, o partido realiza sua 8ª Conferência Nacional, com o intuito de elaborar o Programa Socialista para o Brasil, que colocaria a emancipação das mulheres como elemento programático do partido, ainda que lateralmente: “Serão abolidas e combatidas todas as discriminações de raça, nacionalidade, religião, em especial as que têm por objeto o negro. Às mulheres será garantida a igualdade de gênero.”<sup>243</sup> Note-se que o partido institucionalmente passa a adotar a categoria “gênero”, e não mais “sexo”. Trata-se de um desdobramento do esforço teórico empreendido pelas militantes emancipacionistas que, já na década de 1990, absorveram a categoria consagrada no célebre texto “Gênero: categoria útil para análise histórica” de Joan Scott, publicado originalmente em inglês em 1989 em Nova Iorque pela Columbia University Press e que teve enorme impacto na elaboração feminista acadêmica brasileira.

Além do registro tímido da “igualdade de gênero” no Programa do partido — e da existência da UBM e da revista *Presença da Mulher* — o 9º Congresso Nacional do PCdoB, de 1997, registrou uma intervenção especial intitulada “A realidade da mulher e o PCdoB”, proferida por Liège Rocha, que versava, em essência, sobre a feminização da pobreza (fenômeno que ganhava força com o aprofundamento do neoliberalismo), de um lado, e sobre o papel da UBM e da revista *Presença da Mulher*, de outro. No mais nas resoluções e intervenções congressuais, a questão da mulher aparecia essencialmente em sua dimensão de movimento social.

Não raramente a entidade deu vazão a discussões que seriam essencialmente de âmbito partidário (de denúncias de episódios de violência no interior do partido à elaboração de políticas e propostas a serem defendidos pelo partido em eleições etc), gerando uma sobreposição entre partido e entidade, com prejuízo do projeto político desta. Ou seja, projeto político original de que a UBM fosse uma entidade ampla e autônoma, era muito difícil garanti-lo no cotidiano pelas razões elencadas acima, o que retroalimentava a debilidade da entidade. Malgrado todas as dificuldades, as ubemistas tomaram parte de todas as mobilizações contra o neoliberalismo que resultaram na eleição de Lula em 2002.

## **Novo ciclo político**

---

<sup>243</sup> PCdoB. Programa Socialista para o Brasil. 1995. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/principais-documentos/148477/2009-11-15/programa-socialista-do-partido-comunista-do-brasil-1995>

A eleição de uma coalizão de centro-esquerda para o governo central da República em 2002, tendo ex-metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva à frente, representa um reposicionamento das forças políticas no país. Após anos de resistência ao projeto neoliberal, as forças progressistas viam-se esperançosas na virada que representava a eleição de Lula e, pela primeira vez na história, o Partido Comunista do Brasil compõe o Governo Federal. Apesar dos constrangimentos representados pela Carta aos Brasileiros<sup>244</sup> e todas as contradições que engendrava dentro da própria administração — que conciliava uma política macro-econômica conservadora, políticas públicas de distribuição de renda em larga escala e o reconhecimento de demandas históricas de movimentos sociais —, na avaliação do PCdoB, a “vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição para a Presidência da República abre um novo ciclo histórico e político no Brasil — não se tratando de uma simples alternância de governo.”<sup>245</sup>

No mesmo documento — Resolução Política da 9ª Conferência Nacional, de junho de 2003 — o partido afirmava ser o Governo Lula um governo híbrido, composto tanto por forças conservadoras e quanto progressistas, que disputariam os rumos da administração. Para os comunistas, era necessário às forças de esquerda compreenderem esta contradição fundamental e reforçar o sentido progressista do Governo, do contrário, as forças conservadoras poderiam derrotá-lo, asfixiando e inviabilizando sua agenda progressista. Não por acaso, o mote da conferência era “Um novo tempo para o Partido – buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista”<sup>246</sup>.

A conferência debateu, além da natureza e contradições do governo, a nova realidade que se abria para o partido — que passara a colaborar com a Administração Federal cedendo quadros para ocupar o Ministério do Esporte e postos de menor impacto em outros ministérios ou empresas estatais, incluindo na recém-criada Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM). Os comunistas concluíram, no entanto, que o êxito das forças de esquerda e patrióticas estava diretamente ligado à capacidade de mobilização e pressão dos movimentos sociais em defesa de sua agenda, contra a orientação macro-econômica conservadora. Contudo, também os movimentos sociais eram vistas contradições pelos comunistas, pois, se de um lado ia se plasmando um criticismo artificialmente radicalizado e isolado da massa, de outro, o adesismo de algumas correntes acabavam por imobilizar alguns

---

<sup>244</sup> Documento publicado antes da eleição no qual o então candidato Lula se comprometia “a honrar os compromissos com o mercado financeiro”.

<sup>245</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB) *Resolução da 9ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil*, 2003. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/principais-documentos/146503/2009-11-01/resolucoes-da-9-conferencia-do-pcdob-2003>

<sup>246</sup> *Ibidem*.

setores. Dois extremos, ambos desidratavam aquilo que os comunistas acreditavam ser a mola propulsora do governo para “as mudanças necessárias”<sup>247</sup>: movimentos sociais autônomos, mobilizados e massivos.

Para tanto, o PCdoB chamava para si a responsabilidade de fazer um “mergulho nos movimentos sociais”<sup>248</sup> Este seria, também, o principal vetor de crescimento e estruturação partidários:

A militância precisa aumentar o protagonismo no movimento social real, construir uma agenda própria e renovada para o movimento de massas, em ligação com sua orientação política, como instrumento decisivo para impulsionar a estruturação partidária. Nossa orientação confere papel essencial à mobilização popular em apoio às mudanças que o país elegeu. Esses movimentos viverão novos desenvolvimentos, em substituição à prolongada fase de resistência vivida nos anos 1990. Além disso, na atuação do movimento operário e de massas reside um aspecto fundante da natureza e do caráter do Partido Comunista. Trata-se, enfim, de um elemento fundamental para a construção de uma hegemonia avançada das forças populares, em primeiro lugar dos trabalhadores — a base social que decide os destinos de nosso projeto político próprio. Somos críticos, e autocríticos, com relação à participação e às energias que empenhamos nessas frentes. [...] Com o sentido de uma expansão maior do pensamento avançado, socialista, emancipacionista, no movimento de massas avulta a necessidade do fortalecimento do trabalho junto à Corrente Sindical Classista (CSC), União da Juventude Socialista (UJS), e União Brasileira de Mulheres (UBM), e a frente de luta contra o racismo. Além disso, é necessária uma elaboração mais coletiva da nossa linha de atuação de massas na UNE, Ubes, CUT e Conam.<sup>249</sup>

Ou seja, a nova realidade ensejava para os comunistas a necessidade de renovação nas elaborações política e teórica, bem como dos métodos de trabalho, também da luta emancipacionista. Tal necessidade está no gérmen da convocação da 1ª Conferência Nacional do PCdoB Sobre a Questão da Mulher, a criação do Fórum Nacional Permanente do PCdoB Sobre a Questão da Mulher e a Secretaria Nacional da Mulher do partido, como afirmou Walter Sorrentino<sup>250</sup> em entrevista:

Exatamente sob o impacto das novas condições de luta do povo brasileiro que haviam alcançado vitórias presidenciais importantíssimas — no total foram quatro vitórias. Havia certa hegemonia política, embora nós não tivéssemos hegemonia na sociedade. Era preciso abrir o partido e transformar as nossas pregações em movimento de massas. Bom, para esse processo, a secretaria nacional de organização tinha um papel importante porque se tratava de uma nova orientação política consagrada na 9ª Conferência num período absolutamente novo na experiência da esquerda brasileira, em particular do PCdoB. Nunca tínhamos chegado ao governo, o Brasil nunca tinha tido um processo de governo que ao mesmo tempo unisse crescimento econômico,

<sup>247</sup> Os comunistas, paulatinamente, foram precisando quais seriam essas mudanças. Elas se concentravam, sobretudo, em uma guinada na orientação macro-econômica (redução dos juros e diminuição do poder do rentismo, proteção à indústria e à produção agro-pecuária nacionais, com valorização do trabalho), defesa da soberania nacional e aprofundamento das políticas sociais redistributivas.

<sup>248</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB) *Resolução da 9ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil*, 2003.

<sup>249</sup> Ibidem.

<sup>250</sup> SORRENTINO, Walter. Entrevista à autora.

distribuição de renda e democracia. E a 9ª Conferência colocava esses desafios para nós. Então, a secretaria nacional de organização precisava liderar o esforço de renovar concepções e práticas de partido, continuar sendo o mesmo partido de princípios, de fundamentos sólidos, programático, ideológicos e políticos, mas um partido comunista de quadros e de massas, de militantes; não apenas uma cúpula organizada. E nós empreendemos esse papel e, evidentemente, a mulher... Quando se fala em atualizar concepções e práticas, não tinha jeito, a questão da mulher aparecia já em primeiríssimo plano.<sup>251</sup>

Dando consequência às novas diretrizes políticas elaboradas na 9ª Conferência Nacional, o 11º Congresso do Partido, realizado em 2005, altera o estatuto e introduz algumas inovações importantes no tocante à questão da mulher. A Resolução Política do 11º Congresso do PCdoB reafirma “a indispensabilidade do partido revolucionário, bem como a necessidade de sua adequação aos novos tempos”, ressaltando a importância renovar o partido para enfrentar as novas condições e desafios da luta política no novo ciclo inaugurado sob Lula. O documento também afirma que os comunistas deveriam avançar em sua participação na “luta de ideias”, intensificando sua ligação com o movimento político em curso e ampliando sua ação junto aos movimentos sociais. Tal afirmação traz consigo a admissão tácita de que o partido considera ser insuficiente sua presença tanto na luta de ideias quanto nos movimentos sociais durante aquele período.

Nesta esteira, o 11º Congresso do Partido afirmou também a necessidade de “atenção especial à retomada do trabalho dos comunistas para estruturar a corrente emancipacionista junto ao movimento de mulheres”. E coloca de maneira explícita o desafio de, coletivamente, incorporar o “caráter estratégico da luta das mulheres por sua emancipação”, incluindo este debate nas diferentes instâncias partidárias e nos cursos de formação militante promovidos pelo partido.

O estatuto do PCdoB, aprovado no 11º Congresso, inclui um sub-capítulo sobre o partido e as mulheres, onde afirma que a luta contra a discriminação das mulheres tem prioridade na atuação do Partido e em sua vida interna. E normatiza que o Comitê Central convocará periodicamente uma Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher, cujo objetivo seria elaborar e implementar políticas sob a ótica da mulher, consoante com as demandas de sua emancipação e sua participação na luta por transformações sociais, bem como na vida partidária. Estatui-se ainda que a Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher constituirá um Fórum Nacional Permanente Sobre a Questão da Mulher, coordenado por uma secretaria do Comitê Central, que será palco da construção da política emancipacionista das mulheres e

---

<sup>251</sup> Ibidem.

de acompanhamento de sua aplicação nas diversas esferas de ação partidária. Tal fórum teria seu mandato exercido entre uma e outra conferência ou até o Congresso partidário subsequente.

O 11º Congresso aprovou ainda a recomendação da realização da 1ª Conferência Nacional Sobre a Questão da Mulher, já para o ano seguinte, 2006 (a conferência se realizaria, no entanto, em março de 2007). Como desdobramento dessas diretivas, o Comitê Central encaminhou, em resolução de 19 de março de 2006:

01. Realização de Seminários e Cursos sobre a Questão da Mulher, promovidos pelos Comitês Estaduais, como instrumentos de mobilização e debate sobre temas pertinentes a realização da Conferência;
02. Constituição de Comissão de Redação do documento básico, composta por: Ana Rocha, Eline Jones, Jô Moraes, José Carlos Ruy, Julieta Palmeira, Kátia Souto, Liége Rocha, Lílian Martins, Lúcia Rincon, Madalena Guasco, Milton Barbosa, Nádia Campeão, Olívia Rangel, Olívia Santana, Raquel Guisoni, Ricardo Abreu, Veruska Carvalho, Walter Sorrentino. No processo de elaboração do documento promover debate com as mulheres da bancada parlamentar federal.
03. Realização de Encontro Nacional, em maio, para debate dos objetivos, documentos e sistemática da Conferência Sobre a Questão da Mulher;
04. Convocação da Conferência Sobre a Questão da Mulher pela reunião plenária do CC de junho de 2006, com a publicação do documento básico e normas, para ser realizada em dezembro de 2006.<sup>252</sup>

Na mesma resolução, o Comitê Central estabeleceu o roteiro inicial do documento preparatório da conferência nacional sobre a questão da mulher. Este deveria ser constituído de três partes: a primeira, teórica; uma segunda, política; e a terceira, organizativa. Cada uma tinha uma subcomissão responsável.

#### 1 – A LUTA PELA SUPERACÃO DOS IMPASSES DA CORRENTE FEMINISTA EMANCIPACIONISTA

Sub-comissão: Jô Moraes, Madalena Guasco, José Carlos Ruy, Ana Rocha, Kátia Souto e Milton Barbosa.

- a – desafios teóricos em torno da especificidade da condição feminina
- b – luta de idéias no movimento feminista: a polêmica do marxismo com o pós-modernismo
- c – as conquistas e limites, para as mulheres, das experiências socialistas
- d – recolocando a bandeira do trabalho como eixo da ação política

#### 2 – ESTÁGIO ATUAL DA LUTA DA MULHER BRASILEIRA

Sub-comissão: Liége Rocha, Eline Jonas, Ricardo Abreu, Olívia Santana, Olívia Rangel e Veruska de Carvalho.

- a – diagnóstico da realidade – a mulher sob o neoliberalismo
- b – conquistas sociais e institucionais do último período
- c – nível de construção do movimento e suas características (autonomia X institucionalização, Movimento Social X ONGs)
- d – bandeiras centrais da atualidade
- d – (sic) proposta de organização:
  - entidade de massa, corrente política, organização partidária

<sup>252</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). Resolução sobre a I Conferência Nacional Sobre a Questão da Mulher de 19 de Março de 2006. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/sobre-a-1-conferencia-nacional-sobre-a-questao-da-mulher/>.

- A corrente emancipacionista – origens, desenvolvimento, suas tarefas atuais – o relançamento da UBM

### 3 – DESAFIOS PARA TORNAR A LUTA DA MULHER TAREFA DE TODO O PARTIDO

Sub-comissão: Nádia Campeão, Walter Sorrentino, Julieta Palmeira, Raquel Guisoni, Lúcia Rincon e Lílian Martins.

a – incorporação do debate na estrutura partidária: temática nos cursos, responsáveis partidários, política de quadros femininos, propostas específicas de organização das mulheres no Partido

b – presença da mulher nas instâncias partidárias, o debate sobre cotas

c – tarefas para tornar a questão da mulher tarefa de todo o partido

d – trabalho de direção partidária para a frente de mulheres – o fórum e a secretaria de referência.

Secretaria de redação:

Liége Rocha (coordenadora)<sup>253</sup>

Apesar de tratar-se apenas de um esqueleto do documento, é perceptível a alta expectativa que a direção do partido nutria em relação à conferência. O partido elencava três principais desafios a serem debatidos no processo. O documento-base ressaltava que “o PCdoB precisa enfrentar as limitações ainda existentes em sua atuação na luta emancipacionista das mulheres” e que “o primeiro desafio é enfrentar a subestimação do sentido estratégico da luta contra a desigualdade de direitos entre gêneros e dar conta do engrandecimento do papel das mulheres na vida social, econômica, política e cultural que ocorre nos marcos das últimas décadas. Isso envolve confrontar-se com dilemas teóricos, não só da experiência de mais de um século de lutas, como também os colocados por essa nova realidade, particularmente na América Latina e no Brasil, participando ativamente da luta de idéias em curso nesse terreno.”

O segundo desafio dizia respeito à “superação de impasses do movimento feminista constituído no país nas últimas décadas” que, em que pese tivesse dado passos avançados na conquista de direitos formais na lei e avanços concretos na vida das brasileiras, havia, na avaliação dos comunistas, ficado circunscrito “corporativamente à questão de gênero”. Novamente, os comunistas propugnavam uma “perspectiva integrada da luta da mulher à luta do povo brasileiro, recolhendo suas melhores tradições, conferindo-lhe maior protagonismo no seio e como agente da luta por um novo projeto para a nação brasileira.”

O terceiro desafio dizia respeito à sobrelevação da participação da mulher na vida e nas instâncias partidárias, aprofundando “a luta pelos valores avançados contra a discriminação e opressão de gênero como forma de emancipação dos homens e mulheres comunistas.”

---

<sup>253</sup> Ibidem.

A conferência mobilizou comunistas de ambos os sexos em todo o Brasil. A resolução do Comitê Central de 26 de novembro de 2006 “convoca todo o coletivo partidário a participar ativamente do processo da Conferência” e orienta que o documento-base fosse discutido em toda a estrutura partidária, nos Comitês e Organizações de Base. Os debates tiveram início no dia 4 de dezembro, com a publicação do Documento-base e das Normas da Conferência no jornal *A Classe Operária* de dezembro e na página do partido na internet, e com a edição de uma tribuna de debates na internet.

O Comitê Central orientava também aos comitês estaduais organizarem atos públicos de lançamento da conferência com ampla discussão do documento-base através de cursos, ciclos de debates, reuniões e plenárias, além da realização de uma plenária estadual de militantes, de caráter obrigatório, para deliberar sobre o mesmo e remeter à sessão plenária final da conferência — sua etapa nacional — propostas de alterações do documento-base, quando fosse o caso. Aos comitês estaduais era facultativo também indicar aos comitês municipais a realização de plenárias locais. As plenárias estaduais deveriam, necessariamente, preceder a etapa nacional, a ser realizada de 29 a 31 de março de 2007, e deveriam, além de debater o conteúdo do documento base, eleger os delegados e delegadas do estado à sessão plenária final. A normatização da conferência exigia, ao longo de todo o processo, participação de mulheres e homens, em proporção mínima e 30% e máxima de 70% por gênero a cada etapa do processo.

Em geral, o nível de resposta da militância partidária nas instâncias preparatórias foi razoável. Aonde havia organização partidária houve algum tipo de atividade da conferência. Todavia, notavam-se alguns gargalos na preparação da conferência que evidenciavam o grau de desidratação que o debate sobre a questão da mulher vinha enfrentando no partido. Exemplo que ilustra isso é que, após semanas de aberta a Tribuna de Debates da Conferência, onde qualquer militante poderia participar escrevendo até três textos sobre o tema, ninguém enviou contribuição. Coube à veterana (e naquele então já deputada estadual) Jô Moraes, inaugurar o espaço com uma provocação, o texto “O silêncio que fala”, onde aborda precisamente o quanto a ausência do coletivo partidário da tribuna de debates revelava sobre o estágio da subestimação da luta feminista no PCdoB, mesmo este se notabilizando cada vez mais por suas mulheres no Executivo e no Legislativo.

A Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher ocorreu na Colônia de Férias da CNTI<sup>254</sup> em Luziânia-GO, próximo à Brasília-DF, e mobilizou cerca de 12 mil militantes em todo o país, representados por cerca de 270 delegados à etapa nacional, havendo

---

<sup>254</sup> Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria.

uma significativa participação masculina, constituindo-se, assim, no “maior evento partidário sobre o tema no Brasil e marco histórico da trajetória partidária.”<sup>255</sup> Segundo seu documento-base, ao convocar a Conferência Nacional Sobre a Questão da Mulher, o Comitê Central propunha a todo o partido retomar o debate sobre a temática, atualizando sua proposta para a intervenção política e elevando o tratamento coletivo da luta emancipacionista. A iniciativa expressava a compreensão de que o desenvolvimento do pensamento emancipacionista e a estruturação de sua corrente eram fundamentais para a incorporação das mulheres à luta pelo projeto político do PCdoB — a partir de sua própria condição — como parte da acumulação de forças para avançar na construção da alternativa socialista.

A elaboração e a convocação da conferência, do ponto de vista geral, era do Comitê Central, todavia, o cotidiano da preparação e realização da conferência estava a cargo da Secretaria Nacional de Organização do Comitê Central, dirigida, à época, por Walter Sorrentino. Importante observar que, no âmbito do CC, havia dirigentes oriundas do movimento emancipacionista ou cuja tarefa atual era acompanhá-lo, mais precisamente, através da UBM. Todavia, os comunistas avaliaram que se a conferência se transformasse em um fórum do movimento feminista emancipacionista, ela não atingiria seu principal objetivo: tornar a luta das mulheres tarefa de todo o coletivo partidário.

Claro que no seio de tudo isso havia um fundamento. Era preciso tornar a questão da mulher – isso é muito importante – numa questão de todo partido. Porque um dos grandes problemas do movimento das mulheres de todas as correntes de pensamento é tratá-lo como uma questão de setor ou uma questão meramente de identidade, da luta por identidade, de direitos etc. Que falseia a luta das mulheres. Mulher não é um segmento social, não é um setor social, a mulher não é um setor da ação de massas. Mulher é um universo junto com os homens, a própria sociedade. Então ela precisa ter de fato uma dimensão de totalidade, a luta da mulher precisa ter uma dimensão de totalidade, a luta por uma nova sociedade.<sup>256</sup>

A conferência trazia como ideia-força uma afirmação — a de que era preciso transformar a luta da mulher e tarefa de todo o partido — que trazia, embutida, uma auto-crítica. Isso, no documento-base (e, depois, na resolução aprovada), fica bastante evidente logo na introdução “O PCdoB precisa enfrentar as limitações ainda existentes em sua atuação na luta emancipacionista das mulheres” e no discurso de abertura da conferência proferido pelo então presidente nacional do partido, Renato Rabelo

A luta pela emancipação da mulher, para nós, comunistas, é uma tarefa de todo o coletivo partidário, e não uma luta que se circunscreva apenas à luta das mulheres.

<sup>255</sup> PCdoB. Comitê Central. Resolução Sobre a Questão da Emancipação da Mulher. 8/7/2007. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/resolucao-sobre-a-questao-da-emancipacao-da-mulher/>.

<sup>256</sup> SORRENTINO, Walter. Entrevista à autora.

Vivemos numa época em que cresceu muito a participação e importância das mulheres na atividade econômica, política, social e cultural da humanidade. Elas vêm se destacando em todos os terrenos do trabalho. Por outro lado, apesar de ter havido progressos no campo da legislação, procurando aproximar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, essa igualdade de direitos consagrada na lei acaba não valendo na vida. Evidentemente que na sociedade atual — e não somente na brasileira — prevalece em seus costumes, em sua superestrutura cultural, institucional e política, toda uma concepção machista, na qual há uma divisão sexual no trabalho e a prioridade do trabalho doméstico é da mulher. Portanto, mudar o atual status quo dominante de séculos não é uma tarefa fácil e simples.<sup>257</sup>

Além da tarefa político-ideológica — reconhecidamente árdua pelos próprios comunistas — colocada pelos comunistas de tornar a luta da mulher uma luta de todo o partido, subjazia também a necessidade de atualização de concepções e práticas, sejam de partido, em geral, sejam da luta emancipacionista, tendo em vista os novos tempos que se abriam com a condução e recondução do campo democrático e progressista à presidência da República, que ensejava, na visão dos comunistas – cristalizada na 9ª Conferência, em 2003 – a necessidade de abertura do partido, para que fosse um partido de quadros, mas também de massas, no qual as mulheres ganhavam relevo:

Quando você diz atualizar concepções e práticas, não tinha jeito, a questão da mulher aparecia já em primeiríssimo plano porque é uma força poderosa no Brasil se nós soubermos organizar e elevar o seu padrão de consciência política. Então, a primeira coisa que surgiu foi organizar um novo estatuto que fizesse essa atualização.[...] Então, nós formulamos — eu que introduzi essa formulação — que nós deveríamos discutir a existência de um fórum das mulheres, não como um fórum segmentado... portanto, um fórum permanente que organizasse dentro do partido, por meio de uma conferência. Não era ativo, como se chamava na época, não era encontro, porque a conferência implica resoluções para todo o partido e não apenas para o segmento mobilizado. Isso precisava ser com homens e mulheres em pé de igualdade porque uma das questões era superar a discriminação consciente ou inconsciente existente entre homens e mulheres até hoje. Isso é uma questão cultural de dois mil anos, você não extirpa da noite para o dia. Esse fórum foi constituído, aliás se tornou estatutário, foi constituído com homens e mulheres, foi organizada essa primeira conferência. E essa primeira conferência, então, é que deu esse novo escopo à nossa luta. E a luta continua. Nós não estamos satisfeitos, ainda, por assim dizer, né. Mas ali se abriu uma nova fase, por assim dizer, do papel da mulher na política, o papel da mulher no partido, o papel da mulher no projeto nacional de desenvolvimento.<sup>258</sup>

O documento-base se subdividia em três partes: teórica, política e organizativa. Cada uma delas apontando um aspecto do desafio colocado para os comunistas de elevar o patamar da luta das mulheres brasileiras por emancipação, dentro e fora do PCdoB. O primeiro a ser desenvolvido era o desafio teórico.

<sup>257</sup> RABELO, Renato. “Uma luta complexa e prolongada”. Discurso pronunciado na abertura da 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher, 29/03/2007. PCdoB. 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher. São Paulo: 2007. Brochura. p. 03.

<sup>258</sup> SORRENTINO, Walter. Entrevista à autora.

O trecho que aborda o subtema dos desafios teóricos tem início envolve a reafirmação de que a “subestimação do papel estratégico<sup>259</sup> da luta contra a desigualdade de gênero envolve a afirmação de concepções avançadas”. Prossegue invocando a elaboração clássica de Engels<sup>260</sup>, segundo a qual o surgimento da opressão da mulher “coincide historicamente com a opressão de classe, tendo sido usada ao longo dos tempos para ampliar a exploração.” Após recalcar a seminal elaboração engelsiana sobre a origem e desenvolvimento histórico da opressão da mulher, os comunistas afirmam que a

luta por sua superação é parte integrante da luta do proletariado pela sua emancipação, mas não nos exime de dar conta da especificidade da desigualdade nas relações entre gêneros, que ocupa um período histórico mais extenso. A luta contra a opressão da mulher é parte essencial da agenda socialista e combina a busca de atendimento às demandas específicas com a agenda geral pela emancipação humana reforçando sua perspectiva socialista.<sup>261</sup>

O trecho acima revela uma visão mais sofisticada do que, em outros momentos, os comunistas tiveram sobre a questão. Ao afirmar “a especificidade da desigualdade nas relações entre gêneros, que ocupa um período histórico mais extenso” que o capitalismo, os comunistas superam, ao menos em parte, a visão esquemática legada pela tradição da Internacional Comunista sobre o tema, e abre espaço para uma visão mais dialética da questão, na qual é possível avançar em direitos para as mulheres mesmo sob os marcos do capitalismo e que, mesmo sob o socialismo, a igualdade entre os gêneros não será automática. Tome-se como a exemplo a principal bandeira do movimento de mulheres comunistas e socialistas ao longo da história, este sempre tratou com centralidade a inserção da mulher na esfera do trabalho produtivo, libertando-se, dessa maneira, da “escravidão do lar”, do confinamento e das agruras do trabalho reprodutivo. Os comunistas recuperam este raciocínio durante a conferência, todavia, problematizam o significado disto na sociedade capitalista.

A corrente emancipacionista precisa aprofundar o sentido estratégico que tem a inserção da mulher no mercado de trabalho em condições de igualdade na lei e na vida. É fundamental desvelar o limite político da inserção da mulher no mercado de trabalho na sociedade capitalista. Durante o desenvolvimento histórico do capital são ativadas algumas potencialidades positivas para a emancipação da mulher – apenas para serem mais uma vez anuladas sob o peso das contradições do sistema. Isso porque, ao impulso do capital para a expansão lucrativa interessa incluir a mulher no

<sup>259</sup> Sobre a formulação do conceito de “estratégia” na tradição comunista, ver HARNECKER, M. *Estrategia y Tática*, Buenos Aires, Editora Antarca, 1988; MORAES, J. Q. de “A Influência do Leninismo de Stalin no Comunismo Brasileiro”, in *História do Marxismo no Brasil* – Vol. 1, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991; LÊNIN, V. I. (et al.), *Estratégia e Tática*, São Paulo, Anita Garibaldi, 1989.

<sup>260</sup> ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/cap02.htm>

<sup>261</sup> PCdoB. 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher. São Paulo: 2007. Brochura. p. 05.

mercado de trabalho, mas impondo limitações e desigualdades, jogando sobre os ombros da mulher o peso das disfunções sociais associadas à crescente instabilidade da família e às injunções do “Estado mínimo”.<sup>262</sup>

O documento aborda, brevemente, a divisão sexual do trabalho, que “se enraíza na atribuição prioritária do trabalho doméstico à mulher”, esclarecendo que desde o nascedouro do capitalismo aos dias atuais houve evolução desta divisão em consonância com as relações de produção. Ao longo deste desenvolvimento, existiu e existe uma “construção social de papéis que faz com que homens e mulheres sejam, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho.” Os comunistas seguem esmiuçando a divisão sexual do trabalho. A escolha conceitual não é gratuita.

As entrevistas — bem como o próprio documento da conferência — revelaram uma especial preocupação em reafirmar a base teórica da teoria emancipacionista e de toda a tradição feminista derivada da teoria marxista (cujo centro é a divisão sexual do trabalho), para reposicionar, tanto o debate interno sobre a questão da mulher (compreendido, por vezes, apenas em sua dimensão cultural e de movimento de massa por parcelas da militância<sup>263</sup>), quanto no debate com outras correntes feministas, seja na produção acadêmica, seja nos movimentos feminista. Mais amplamente, o documento irá demarcar posição com as “concepções pós-modernas e multiculturalistas”, para as quais era necessário que os comunistas conseguissem, simultaneamente, afirmar princípios, mas atualizando o arcabouço conceitual, de forma que pudesse responder também às questões postas pela contemporaneidade, sobretudo a uma subjetividade feminina formada sob a égide do capitalismo neoliberal.

E segue na problematização da divisão sexual do trabalho, afirmando que o capitalismo tem sabido se apropriar dessa divisão sexual do trabalho, incorporando o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado. E que, nesse contexto, a ampliação da presença da mulher no mundo produtivo faria parte de uma emancipação incompleta, tanto em relação à sociedade de classes, quanto às inúmeras formas de opressão masculina, fundamentadas na tradicional divisão social e sexual do trabalho. Essas formas de opressão e desigualdade se aprofundam sob o neoliberalismo, seja no trabalho produtivo, com as diferenças salariais, de funções e na precarização das condições de trabalho, como no âmbito doméstico, onde os pressupostos do “Estado mínimo” acarretaram sobrecargas às mulheres.

Após a reafirmação de seu lastro conceitual, a documento, em seu sub-item teórico, faz um segundo movimento, este de reafirmação do socialismo e “sua perspectiva estratégica

---

<sup>262</sup> Ibidem.

<sup>263</sup> ROCHA, Maria Liège. Entrevista à autora.

como sistema que cria melhores possibilidades para a luta contra as discriminações de gênero”. E conclama “as marxistas e os marxistas” a fazerem um “exame criterioso acerca dos avanços e limites das experiências socialistas. Impõe-se uma avaliação crítica da construção do socialismo e de seus reflexos na situação da mulher”. Os comunistas apontaram que tanto nas experiências fracassadas do Leste Europeu quanto nos países que persistiam na “busca de um sistema mais avançado, que supere o capitalismo.”

A reflexão dos comunistas apontava no sentido de reafirmar avanços para as mulheres sob o socialismo, reconhecendo, todavia, ser necessário admitir e perscrutar os motivos pelos quais foram, todos, de alcance limitado:

Não se pode negar o que representaram as modificações estruturais e sociais ocorridas nos países socialistas em relação à mulher, sobretudo naquelas sociedades de herança pré-capitalista onde puderam arrancar seus “véus” e assumir suas potencialidades, seja na incorporação à vida econômica, política e social, seja nos imensos avanços sociais obtidos sob o socialismo (educação, saúde, habitação, etc), possibilitando maior emancipação da vida doméstica. Sabe-se, no entanto, que embora tenha se conseguido grandes alterações no papel das mulheres nas relações familiares, ainda permaneceram resquícios do passado. Manteve-se, em boa medida, a divisão sexual do trabalho, herdada das sociedades anteriores.<sup>264</sup>

O documento levanta algumas questões que não teriam permitido “avanços ainda maiores para as mulheres nas experiências socialistas” e que deveriam ser analisadas pelos comunistas. Como premissa, apresenta-se a compreensão de que as próprias experiências socialistas, em sua primeira fase, possuíam limites por “constituir como um sistema estruturalmente novo a partir da herança de atraso, opressão e exploração.” E que, em alguma medida, as dificuldades se relacionavam com o estágio de desenvolvimento da sociedade, em que “a baixa produtividade social do trabalho impôs pesadas restrições.” Todavia, para além disso, os comunistas apontaram que teve peso também o “fator subjetivo, a falta de consciência mais avançada, [...] no campo das transformações dos costumes, tradições e modo de vida”, além disso, havia, também, as “limitações relativas ao regime político que dificultaram medidas relativas à transformação de valores e práticas dominantes nas relações sociais de gênero.”<sup>265</sup>

A reafirmação da importância da luta teórica — através da “construção e atualização” da corrente emancipacionista e em “confronto com a ideias pós-modernas e multiculturalistas — na batalha pela libertação das mulheres é o último movimento deste trecho do documento. Precisamente porque é através dele que se estabelece o elo entre as diferentes concepções e matrizes teóricas contemporâneas e seus impactos na atuação política dos movimentos de

<sup>264</sup> PCdoB. *1ª Conferência Nacional Sobre a Questão da Mulher. Resolução*. Brochura. 2007. p. 17.

<sup>265</sup> Idem p. 18.

mulheres, descrito como atomizado, pulverizado e um tanto “corporativista”, que será mais profundamente explorado no próximo trecho do texto, que trata dos desafios políticos. Ou seja, para os comunistas, os desafios políticos não estão separados dos desafios teóricos, sendo o primeiro, expressão do segundo:

Um dos principais desafios na atual luta de idéias relaciona-se com o esforço teórico de construção e atualização da teoria emancipacionista, confrontando-se com as idéias pós-modernas e multiculturalistas que anunciam o fim das classes sociais, dos povos, das nações, da política como ação coletiva e da democracia republicana, da luta por liberdade e por igualdade de direitos. A presença dessas idéias conduz, politicamente, a luta feminista ao confinamento e ao corporativismo já referidos anteriormente. A luta pela emancipação da mulher é parte da luta pela emancipação humana e não pode ser vista de forma fragmentária, separada da luta pelo socialismo.

O desenvolvimento das idéias emancipacionistas é um importante terreno da luta das idéias na atualidade, parte integrante do esforço por desenvolver e atualizar a teoria revolucionária, bem como as reformulações programáticas e estratégicas para responder aos problemas contemporâneos. Reafirmamos nossas convicções de que a verdadeira emancipação da mulher virá quando, na lei e na vida, os direitos sociais, políticos e econômicos forem uma realidade no seu cotidiano; quando as transformações no seio da família romperem com a divisão sexual e social do trabalho e a maternidade for entendida na sua função social e, ainda, quando mudanças ideológicas possam romper com os preconceitos arraigados, trazendo transformações comportamentais e de visão de mundo, fortalecendo a visão social da mulher cidadã, garantindo a articulação entre o espaço público e o privado, possibilitando preservar o direito de homens e mulheres usufruírem ambos os espaços, sem sacrifícios individuais. Essa luta será melhor equacionada nos marcos de uma sociedade socialista.<sup>266</sup>

A última frase tem o sentido de reafirmar a perspectiva socialista da luta por emancipação das mulheres sem, todavia, descartar a luta política por mais direitos realizáveis ainda nos marcos da sociedade capitalista, e que serão desenvolvidos no trecho subsequente, intitulado “O desafio político – um projeto de atuação da corrente emancipacionista”.<sup>267</sup> A avaliação que faziam os comunistas expressa no documento da conferência abarcava os efeitos do neoliberalismo no país, como pano de fundo e fator estruturador, e como este teria agravado a vida das mulheres. A redução dos equipamentos sociais, dos serviços públicos, representava uma maior sobrecarga de trabalho para as mulheres, fazendo com que se desdobrassem em múltiplas tarefas, seja no espaço público ou privado.

O documento também apontava como efeito desta realidade o “sentimento de culpa” e a “pressão para sempre demonstrar a sua competência em tudo que fazem, reforçando o seu papel de cuidadora.”<sup>268</sup> Apesar da redação aparentemente apressada e a articulação contingente entre como “demonstrar competência em tudo” iria “reforçar o papel de

---

<sup>266</sup> Ibidem.

<sup>267</sup> Ibidem.

<sup>268</sup> Ibidem.

cuidadora”,<sup>269</sup> este trecho é revelador do esforço que os comunistas desta geração — pós explosão do feminismo nos anos 1970 — empreendem para compreender a mulher em sua subjetividade também, e não apenas em sua dimensão laboral e econômica, como era característico das tradições de movimento feminino legadas da Internacional Comunista.

Além da situação da mulher sob o neoliberalismo (incluindo sua situação subjetiva), os comunistas iluminaram a contradição entre os “direitos adquiridos na lei, mas nem sempre na vida”, e que ainda era necessário lutar “contra a violência, injustiças e preconceitos.” A menção aos limites da democracia liberal no que tange a libertação das mulheres, enseja, por um lado, a necessidade apontada pelos comunistas de lutar por mais direitos, “direitos na vida”, ainda nos marcos do capitalismo, todavia, reconhecendo os limites intrínsecos a ele e, portanto, a necessidade de atrelar a luta das mulheres a um novo projeto de sociedade.

Para dar lastro histórico a essa necessidade — de atrelar a luta das mulheres à luta pelo progresso geral da sociedade — o documento presta homenagem a algumas brasileiras ilustres, ao passo que as inseria dentro de um contexto histórico determinado, ilustrando e dando força ao argumento evocado pelos comunistas:

As mulheres querem viver numa realidade onde seu papel social seja respeitado e valorizado, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, precisam integrar seus movimentos à grande e prolongada festa do povo brasileiro por uma nação livre, independente e soberana, de bem estar social para todos e todas. O caminho trilhado pelas mulheres brasileiras sempre permeou a trajetória do povo em busca de mudanças, transformações e construção de um novo Brasil. As mulheres sempre tiveram força e garra para lutarem por seus sonhos e ideais. Em todas as jornadas dessa luta pela construção nacional, forjaram heroínas como Bárbara de Alencar, Anita Garibaldi e Maria Quitéria; nas jornadas pelo direito à educação, com Nísia Floresta; na luta emancipadora, com Chiquinha Gonzaga e Pagu, rebelaram-se contra os costumes tradicionais de sua época. Berta Lutz, que liderou o movimento sufragista no Brasil, considerava a ausência de direitos para as mulheres um obstáculo para o “progresso geral”, conquistando o direito ao voto em 1932. Na luta contra a opressão, na ditadura militar e na Guerrilha do Araguaia destacaram-se figuras como Olga Benário, Elza Monerat, Helenira Resende, Maria Lúcia Petit. Na luta do Movimento Feminino pela Anistia, na Constituinte, no Movimento Contra a Carestia, no Fora Collor, no apoio às greves de trabalhadores e em tantas outras jornadas deram suas contribuições e dedicaram suas vidas à luta do povo brasileiro.<sup>270</sup>

Os comunistas abordaram a eleição de Lula à Presidência e as políticas sociais do governo federal na vida das mulheres brasileiras. Desde a possibilidade do exercício da democracia com a realização de conferências de políticas públicas temáticas, inclusive a de políticas para mulheres, “como instrumento fundamental para fazer avançar as mudanças que a

---

<sup>269</sup> Ibidem.

<sup>270</sup> Ibidem.

nação brasileira almeja.” O documento aponta que muitas conquistas foram asseguradas, particularmente nos estratos mais pobres da população, o que tem efeito direto sobre as mulheres. Programas como o Luz para todos, ou o Brasil Sorridente, ou principalmente o Bolsa Família, que têm impacto positivo na vida das mulheres, especialmente as de baixa renda. Recuperaram-se salários e avança-se nas condições do desenvolvimento do país. O Presidente Lula havia sancionado, alguns meses antes da conferência, a lei Maria da Penha, aprovada no Congresso Nacional, que criava mecanismos de combate à violência contra a mulher. Nesse ambiente, afirmava o documento, criaram-se melhores condições para relançar o protagonismo e a intervenção política do partido no movimento emancipacionista, atingindo as mulheres trabalhadoras e do povo. Para os comunistas, o momento exigia a participação efetiva das mulheres, que deveriam integrar-se “à grande jornada para dar continuidade às transformações em curso no governo Lula, combatendo as forças retrógradas e conservadoras do país.” As mulheres tinham diante de si a tarefa de “aprofundar sua plataforma para o segundo governo Lula, avançando nas mudanças e nas conquistas de seus direitos.”

Ou seja, para o PCdoB, os interesses das mulheres se confundiam com os interesses da nação, e a emancipação das mulheres passava, necessariamente, pelo desenvolvimento nacional. Esta elaboração chegaria ao auge de sua maturidade em 2009, portanto, dois anos depois da conferência, quando o PCdoB aprova um novo programa, com conteúdo bastante distinto em forma e conteúdo do anterior, de 1995. Chamava-se Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento: caminho brasileiro para o Socialismo. Nele o PCdoB uniu a perspectiva estratégica à tática, em um programa exequível imediatamente, diferente dos programas anteriores da agremiação. Para os comunistas, o governo Lula, impulsionado para a orientação progressista, poderia abrir caminho para o NPND, conseqüentemente, para uma maior “liberação das energias, ainda represadas”<sup>271</sup>, das mulheres.

Às mulheres interessa um novo projeto de desenvolvimento, acelerado e sustentável com mais direitos sociais e distribuição de renda, aprofundando a democracia e fortalecendo a soberania nacional. Para a concretização deste objetivo é imprescindível a atuação numa perspectiva de unir amplas forças políticas e sociais e, ao mesmo tempo, aprofundar a atuação e ligação com os movimentos sociais.<sup>272</sup>

Para tanto, era necessário levar em consideração a dita “a condição feminina” e ter presente que, para alcançar este novo patamar, fazia-se necessária sua inserção no movimento progressista da sociedade brasileira. Os comunistas compreendiam que, para reforçar a

---

<sup>271</sup> SORRENTINO, Walter. Entrevista à autora.

<sup>272</sup> Ibidem.

incorporação das mulheres nesse projeto, era necessária a defesa de uma plataforma específica que levasse em conta, como questão central, a valorização do trabalho da mulher, a partir das particularidades de sua exploração e das suas condições de vida. A plataforma apresentada no documento da conferência era composta de oito pontos agregavam temas e subtemas, correlatos ou não, que se desdobravam (ou mesmo se intercalavam) em outros diversos subtemas (íntegra no ANEXO B). A falta de uniformidade na redação da plataforma revela seu processo de construção: a partir do documento-base apresentado para a apreciação do coletivo, foram incorporadas sugestões e emendas dos delegados, resultando em um trecho irregular, do ponto de vista redacional, mas capaz de lançar bases para o desenvolvimento posterior de uma plataforma política mais aprofundada e abrangente para a luta feminista emancipacionista.

O primeiro ponto, A, gravitava em torno do mundo do trabalho e sua valorização, combate à dupla jornada e asseguarção social da maternidade; os combates ao racismo, discriminação étnica e defesa da livre orientação sexual também aparecem. No segundo ponto os comunistas enfrentam a questão da violência contra a mulher, “como Delegacias de Defesa da Mulher, Centros de Referência, Casas Abrigo, Defensorias Públicas, Serviços de Aborto Legal e atendimento especializado nos postos de saúde”, defendendo políticas públicas e estruturas articuladas do Estado de defesa e proteção das vítimas, além de campanhas educativas. No item C fazia-se a defesa da “ampliação dos direitos humanos e de cidadania, particularmente no combate à violência, à discriminação racial, geracional e livre orientação sexual”, neste mesmo item abordava-se a questão ambiental. O item D explorava as políticas sociais desde garantia da documentação pessoal, passando por alfabetização à posse da terra e da moradia para as mulheres, além de assistência específica em seguridade social para as trabalhadoras do mercado informal. No item E os comunistas abordavam a saúde, com destaque para a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher e o combate às DST’s/AIDs, com especial atenção à saúde das mulheres negras e indígenas. O item F versava sobre a maior inserção das mulheres nos espaços públicos, nas “esferas político-decisórias”; para tal, o documento aponta alguns itens para uma proposta de reforma política, que deveria “aperfeiçoar a legislação referente à participação das mulheres nos espaços de poder, especialmente os relativos à políticas de cotas vigente, prevendo sanção para os casos em que os espaços dos dois sexos não forem preenchidos plenamente”, além disso, dever-se-ia “estabelecer estratégias permanentes de estímulo à participação política das mulheres e criação de oportunidades para suas candidaturas.” No item G abordava-se com centralidade o combate ao racismo, além do embate “em todas as dimensões da cultura, valorizando a luta pela democratização da mídia”, educação não sexista, não racista, e sem preconceito de orientação sexual. Com o ponto H, o documento

encerrava a plataforma. Nele os comunistas discorriam sobre as políticas gerais, econômicas, estruturantes, que teriam impacto direto na vida das mulheres:

H – Incorporar-se à luta pela diminuição da taxa de juros, da atual política econômica, que produza impactos positivos a programas sociais existentes, com destaque para os que repercutem sobre a vida das mulheres como: a) - linhas de crédito para a aquisição de bens de consumo, através de crédito consignado entre outros; crédito para as empreendedoras urbanas, incluindo aí a ampliação dos recursos para a economia solidária; b) - linhas de crédito específicas para as mulheres de baixa renda, particularmente as chefes de família, para as trabalhadoras rurais, quilombolas, pescadoras e indígenas. Lutar pela implantação e implementação do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, com foco para investimentos de cunho social como: a) universalização do saneamento básico, luz para todos, programa de habitação para a população de baixa renda, equipamentos sociais como creches, áreas de lazer, atividades culturais etc.

O documento da conferência também propugnava que “em todas as reformas a serem realizadas no país” — o NPND consistia em um conjunto de reformas estruturais, cujo objetivo era democratizar o Estado e a sociedade: reforma política democratizante, reforma tributária progressiva, reforma da educação, reforma dos meios de comunicação de massa, reforma do Judiciário, etc. — dever-se-ia “analisar o que interessa às mulheres”.<sup>273</sup> Desta diretiva resulta um ponto específico do futuro programa: “eliminar as barreiras à emancipação das mulheres”, além da pauta da emancipação da mulher nas demais reformas democráticas, algumas mais aparentes, com maior interface, como a educacional, outras menos. Como dito anteriormente, o programa ainda não estava finalizado em 2007, todavia é inegável a presença de algumas de suas bases nesta conferência.

Nos itens de A a H abordam temas diversos, tentando dar corpo a uma plataforma política com a qual se nortear a ação da militância comunista no tocante a emancipação das mulheres naquela quadra histórica e sob as condições brasileiras. Todavia, para além da plataforma, era necessário também o canal de ação pelo qual lutar por ela. É neste ponto que se insere o debate sobre a relação entre partido e UBM. A entidade, que contava com quase 20 anos durante a realização da conferência, recebeu especial atenção da resolução da conferência, que procurou jogar luz sobre seu caráter e a necessidade de construí-la sobre novas bases, aproveitando o novo momento que vivia o Brasil. Para os comunistas,

o momento exige que se alcance uma nova fase na entidade. A UBM precisa desenvolver uma marca própria de atuação, não devendo atuar coadunada apenas com a agenda estabelecida pelo conjunto do movimento feminista, mas construindo seu veio próprio, priorizando as trabalhadoras. Precisa se transformar num polo aglutinador da luta das mulheres por sua emancipação, inserida na luta política geral do povo brasileiro.

<sup>273</sup> PCdoB. *1ª Conferência Nacional Sobre a Questão da Mulher. Resolução*. Brochura. 2007. p. 22.

O documento segue caracterizando a entidade, em um esforço pendular entre descrição factual e tentativa de emulação do que se deseja: “A UBM é uma entidade feminista emancipacionista que expressa uma corrente de opinião e desenvolve ações políticas e campanhas de massa”, sendo “o núcleo irradiador da corrente no movimento político e social, devendo levar as suas idéias e propostas onde as mulheres estejam, seja no sindicato, nos bairros, junto à juventude, a partir de plataforma própria [da UBM].”<sup>274</sup> Seu papel seria o de “instrumento central de intervenção política de massas na luta das mulheres, por isso a importância da valorização e do reconhecimento da militância das comunistas que aí atuam.”<sup>275</sup> Fica subentendida a desvalorização das militantes que atuam na UBM e da entidade como um todo, e sendo um problema identificado pela conferência, à resolução da conferência coube propor medidas onde afirma ser

imperativo que se destaque mais mulheres, quadros e militantes comunistas para atuar na UBM como tarefa principal. Este é um movimento que tem como objetivo o fortalecimento da sua estrutura, fazendo dela uma entidade com locus de militância própria – com um protagonismo maior na luta política, transformando-a num referencial da luta das mulheres brasileiras.<sup>276</sup>

Por fim, o trecho político, o mais extenso do documento, se encerra com a reafirmação de que a luta feminista emancipacionista é tarefa de todo o partido, de mulheres e de homens, mesmo que isto não implique necessariamente estarem todos filiados à UBM ou atuando prioritariamente na entidade. O enlace com o trecho que trata dos desafios organizativos se dá com a diretiva de que

é preciso otimizar a atuação de todo o partido, especialmente das comunistas, onde quer que atuem, levando as idéias emancipacionistas, seja no executivo, nos conselhos de direito da mulher, no parlamento, nos sindicatos, no movimento comunitário, no movimento estudantil e juvenil, nos demais movimentos sociais, na academia, na área artística-cultural, e que aonde tiver uma comunista ou um comunista ali deve estar uma/um porta voz da corrente emancipacionista.<sup>277</sup>

### **Desafio organizativo – tornar a luta da mulher tarefa de todo o partido**

O desafio reiterado de “tornar a luta da mulher tarefa de todo o partido” — que passava, dialeticamente, por “sobrelevar a participação da mulher na vida partidária” — mostra o tamanho de sua envergadura, precisamente, pela quantidade de vezes em que ele foi

---

<sup>274</sup> Ibidem.

<sup>275</sup> Ibidem.

<sup>276</sup> Ibidem.

<sup>277</sup> Ibidem. p. 24.

reapresentado ao coletivo, não tendo jamais se realizado completamente. Se a insígnia não guarda nenhum ineditismo na história do PC do Brasil, por um lado, por outro, revela pertinácia e ousadia por parte dos comunistas. Expressando a concepção de que os desafios teóricos e políticos não serão superados sem que o partido chame para si a tarefa de emancipar as mulheres, como parte integrante de sua agenda, e não como pauta segmentar, a cargo de algumas militantes apenas. O trecho organizativo, não por acaso, era o mais extenso do documento da conferência.

O documento traz uma breve retrospectiva do tratamento dado pelo PCdoB à questão da mulher, desde o informe apresentado por Jô Moraes no 6º Congresso (1983) até o momento da conferência, março de 2007. Mais descritiva que analítica, a retrospectiva se propunha a recuperar, ainda que superficialmente, o desenvolvimento do tema na política partidária, incluindo “o reconhecimento do papel que as mulheres tiveram na resistência à ditadura, inclusive na luta armada, mas também nos movimentos sociais como a luta contra a carestia e movimentos grevistas.”<sup>278</sup>

A avaliação era de que o partido havia estado sintonizado, nos 20 anos anteriores à realização da conferência, com os avanços alcançados pelas mulheres na sociedade e seu protagonismo crescente nas lutas. Havia definido uma política de atuação das comunistas no movimento feminista e colaborado para a construção e fortalecimento de uma entidade de mulheres, de caráter emancipacionista, que combinava um programa de reivindicações próprias com a luta geral dos trabalhadores e do povo brasileiro. Todavia, a “constatação coletiva” era de que aquele momento tornava necessário, “por um lado, compreender mais profundamente o papel da luta da mulher no projeto político nacional e na própria luta pelo socialismo, e por outro, elevar de forma decidida e consciente o tratamento que o Partido dá à questão da mulher dentro das suas próprias fileiras.”<sup>279</sup>

O documento traz um balanço pormenorizado da presença de mulheres em todas as atividades partidárias. Segundo informa o documento, naquele momento, 2007,

do total de filiados ao PCdoB nacionalmente, 41% são mulheres. Esta também foi a porcentagem de participação das mulheres no processo do 11º Congresso, sendo que para a plenária final foram eleitas 25% de delegadas. Dos militantes que contribuem financeiramente com o partido, através do SINCOM, 29,7% são mulheres. Em todo o país, foram eleitas 274 mulheres para os Comitês Estaduais, o que representa 23,2% do total de membros. O Comitê Estadual do Amazonas tem a maior proporção (32,7%), seis Comitês Estaduais apresentam presença menor que 20% e os demais se situam na faixa entre 20 e 30%. Nas Comissões Políticas Estaduais a média de participação das mulheres é de 19,7% e nos Secretariados é de 18,4%. Para o Comitê

---

<sup>278</sup> Ibid.

<sup>279</sup> Ibid. p. 25.

Central foram eleitas dezessete mulheres, 21% do total de membros, sendo que três destas integram a Comissão Política e nenhuma o Secretariado. Atualmente as comunistas presidem quatro Comitês Estaduais e seis comitês de capital. Da bancada de parlamentares estaduais temos quatro deputadas, de um total de dezessete. Na Câmara Federal temos cinco deputadas do total de onze comunistas, sendo esta a mais elevada proporção de todos os partidos ali representados. A maior cidade administrada pelo partido, Olinda – PE, tem à frente a prefeita reeleita Luciana Santos.<sup>280</sup> A coordenação nacional da Corrente Sindical Classista<sup>281</sup> é composta por 27% de mulheres e na Direção Nacional da União da Juventude Socialista<sup>282</sup> as jovens representam 31%.<sup>283</sup>

O documento avança analisando esses dados, reveladores, segundo os comunistas, “que a presença da mulher na estrutura partidária, apesar dos avanços, ainda é insuficiente, considerando-se que a esfera de atuação política na sociedade e os espaços de poder são ainda predominantemente ocupados por homens.”<sup>284</sup> Apesar de alguns registros encomiásticos, o sentido geral era de insatisfação e autocrítica

a evolução desta participação [da mulher] tem sido lenta e em geral, não conseguimos ultrapassar a marca dos 30% nas instâncias de direção e de decisão do partido. Isto tem feito com que o debate da adoção de cotas para as mulheres nas instâncias dirigentes tenha comparecido de modo recorrente nos fóruns congressuais, inclusive no 11º Congresso.<sup>285</sup>

Os comunistas iniciam, então, um escrutínio cuidadoso dos motivos que levariam à relativamente baixa participação de mulheres na atuação do partido, em que pesem fatos relevantes como a maior bancada feminina proporcional da Câmara dos Deputados. O documento destaca como “primeira causa que contribui para esta situação” é a “visão setorializada” da questão, que reduz a atuação da luta feminista à frente de atuação de massa, cuja responsabilidade, conseqüentemente, recairia sobre pequeno grupo de militantes emancipacionistas. Eles apontam ainda que “pouco ou quase nada” era discutido internamente sobre “a importância, a necessidade e o valor em si que tem a emancipação feminina para a conquista e a construção de uma sociedade socialista” e que

É preciso desenvolver hoje, no interior do Partido Comunista, concepção, prática e comportamento avançados de militantes homens e mulheres no que se refere às

<sup>280</sup> Oito anos mais tarde, em 2015, a então deputada federal Luciana Santos seria a primeira mulher alçada à presidência nacional da agremiação, sucedendo Renato Rabelo no posto.

<sup>281</sup> Corrente sindical onde os comunistas atuavam, com dinâmica própria e autonomia organizativa, apesar de ser dirigida política e ideologicamente pelo PCdoB. Atuou na CGTB, CUT e, por fim, foi responsável pela fundação da CTB.

<sup>282</sup> Entidade juvenil autônoma organicamente, porém vinculada política e ideologicamente ao partido, onde atuam os comunistas jovens, sobretudo que atuam no movimento estudantil, uma das principais frentes de atuação do PCdoB.

<sup>283</sup> PCdoB. *1ª Conferência Nacional Sobre a Questão da Mulher. Resolução*. Brochura. 2007. p. 22.

<sup>284</sup> *Ibidem*. p. 26.

<sup>285</sup> *Ibidem*.

questões de gênero. É imperioso reafirmar que o Partido é a prefiguração da sociedade que almejamos, cujos valores de solidariedade, da igualdade e da não opressão entre pessoas e povos, das relações humanas elevadas e dignas predominem em contraposição ao paradigma da sociedade capitalista e burguesa, de exploração, opressão e degradação humana. Muitos pensamentos e comportamentos retrógrados, próprios da ideologia dominante, manifestam-se em relação ao papel das mulheres, sua imagem, seus direitos, suas diferenças. Se não for questionado, desvendado e enfrentado, o machismo mantém-se entranhado, mesmo que não seja formalmente admitido.<sup>286</sup>

A autocrítica vigorosa acerca da persistência das relações sociais machistas no interior do partido precede à segunda causa apontada pelos comunistas como motivo para o trabalho aquém do esperado entre as mulheres e residiria na “ausência de um programa definido, permanente e continuado de estímulo ao ingresso, desenvolvimento e crescimento da militância das mulheres no Partido”.<sup>287</sup> O documento aponta “poucas experiências concretas podem ser relatadas” neste sentido e que não havia “quadros com responsabilidade partidária definida para acompanhar e estimular este processo.” A crítica ganha concretude quando do exemplo prosaico: a ausência de creches nas atividades gerais do partido:

creche durante as atividades mais gerais do Partido (encontros, conferências, congressos) são raridades entre as providências adotadas. Ao invés disso, as companheiras passam pelo constrangimento de responder se realmente não tem com quem deixar os filhos. Quantas deixam de se inscrever nos cursos por não ter condições de se ausentar da casa um ou mais dias inteiros? Como fazer com que durante a gestação e a maternidade as mulheres não passem por um período de diminuição da intensidade da militância ou mesmo de exercer funções de maior responsabilidade? Muitas são as companheiras que apontam ser a falta de acolhimento destas demandas o principal obstáculo para seu maior engajamento na militância e funções partidárias. Nas situações onde houve compreensão e apoio do coletivo, o resultado é altamente positivo.<sup>288</sup>

Também a política de formação foi criticada. O documento aponta que “a questão de gênero é pouco tratada nos currículos gerais, na indicação de textos”<sup>289</sup> e que, praticamente, “cursos sobre o tema são dirigidos somente para as militantes que atuam na frente de mulheres.” Desta forma, “o entendimento das causas da opressão de gênero, suas manifestações e como se dá a luta pela emancipação não é ainda matéria clara nem mesmo para todas as comunistas.”<sup>290</sup> É possível afirmar que a secundarização dos conteúdos teóricos concernentes à questão da mulher no partido são, simultaneamente, causa e efeito da subestimação da luta das mulheres no interior do mesmo e um dos motivos pela criticada compreensão reducionista do tema pelo coletivo. Esforços no sentido de formar militantes sobre este tema eram realizados

---

<sup>286</sup> Ibidem.

<sup>287</sup> Ibidem.

<sup>288</sup> Ibidem.

<sup>289</sup> Ibid.

<sup>290</sup> Ibid.

“principalmente através da UBM, em cursos e seminários, de alguns textos e artigos divulgados na imprensa partidária e da revista *Presença da Mulher*”,<sup>291</sup> manifestação inequívoca de sobreposição entre partido e entidade, que expressava a tentativa das militantes emancipacionistas de reverterem a tendência à subestimação da pauta pelos comunistas.

Outro tema delicado foi trazido à baila na conferência: o da opressão das mulheres dentro do partido, desta vez em âmbito interpessoal, individualizado. Estatísticas revelam defasagens e opressões de forma difusa, todavia, a materialização de exemplos de opressão da mulher, como episódios de violência contra militantes e dirigentes, são, em geral, tabus mesmo em organizações de esquerda. Os comunistas abordam, no entanto, para além da violência física, denunciando também outras formas de machismo, menos extremadas, mas que também coadunam com a opressão das militantes comunistas no seio do partido:

Vasto terreno a enfrentar também na esfera das relações internas, políticas e pessoais, que carecem de maior visibilidade, discussão e tratamento. Em diferentes níveis, às vezes as opiniões das mulheres e as tarefas que lhes são conferidas são inferiorizadas, atitudes questionadoras e críticas das militantes são vistas como uma contestação da autoridade de alguns dirigentes. Casos que envolvem situações de violência ou assédio devem sempre ser enfrentados com decisão, coragem e sensibilidade.<sup>292</sup>

O espírito autocrítico não se prestava, no entanto, à autoimolação. A conferência tinha clara intenção emuladora para “marcar uma nova fase de avanço no tratamento da luta emancipacionista, seja no fortalecimento da intervenção das mulheres [...], seja na elevação do tratamento que o PCdoB vem dedicando a esta questão.”<sup>293</sup> A própria política de conferências partidárias sobre o tema foi instituída com este sentido:

A Conferência Nacional deverá ser o espaço privilegiado para a avaliação e elaboração da nossa política para o trabalho junto às mulheres, para atualização e exame de novas contribuições teóricas, para traçar indicações que estimulem e promovam a militância das comunistas no Partido e em todas as esferas de atuação social. Sua convocação regular pode se dar entre os Congressos do Partido e seus documentos devem ser debatidos por todo o coletivo. As resoluções da Conferência devem ser encaminhadas para o Comitê Central como contribuição fundamental para a orientação partidária.<sup>294</sup>

A conferência também delimitou mais claramente o papel do Fórum Nacional Permanente para a Questão da Mulher — estatuído no 11º Congresso. Este deveria ser constituído na conferência nacional do PCdoB sobre a questão da mulher e teria a responsabilidade de contribuir na elaboração e na aplicação da política emancipacionista, nas

---

<sup>291</sup> Ibidem.

<sup>292</sup> Ibid.

<sup>293</sup> Ibid.

<sup>294</sup> Ibid. p. 28.

diversas esferas de ação do Partido. A coordenação do Fórum ficaria a cargo da Secretaria para a Questão da Mulher, criada no âmbito do Comitê Central após a conferência.

A 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher indicou medidas com o intuito de garantir a atividade partidária permanente em torno das definições da Conferência e do Fórum, estimular e dirigir a intervenção das comunistas no que tange a questão da mulher:

1-Ao nível do Comitê Central, dos comitês estaduais, distrital e comitês municipais das capitais deve-se promover a eleição de no mínimo 30% de mulheres nas próximas conferências e no Congresso do Partido, sendo vinculado o número de integrantes desses comitês ao cumprimento desse preceito nos marcos dos limites estatutários, realizando-se esforço dirigido para superar esse piso, ao menos nos maiores comitês partidários.

2 - Os Comitês Municipais e comitês intermediários devem criar condições progressivas no mesmo sentido, aplicando no mínimo o preceito de sempre uma a mais, nunca uma a menos, tendo como meta os 30% de mulheres.

3- Implantação gradativa de eleição obrigatória de mulheres como integrantes de comissões políticas e secretariados buscando garantir no mínimo 30%.

4-Criação de uma Secretaria para a Questão da Mulher em nível do Comitê Central e Comitês Estaduais, e estimular a constituição de secretarias específicas em nível dos municípios.

5-A meta de no mínimo 30% de mulheres deve ser considerada na indicação de nomes para integrar representação partidária, cursos, comissões auxiliares e direções de organismos intermediários e de base.<sup>295</sup>

A resolução também instituía que para as próximas eleições (municipais de 2008) o Comitê Central deveria adotar alguns critérios sobre participação de mulheres nas chapas proporcionais: a) as chapas próprias não coligadas, apresentadas pelo Partido às eleições municipais de 2008 teriam, no mínimo, “um terço de candidatas”; b) a mesma regra deveria ser adotada nas chapas coligadas em que o partido participasse com mais de um candidato.

Além das medidas de caráter político e organizativo listadas acima, o documento estabelecia diretrizes para atuação que deveria, progressivamente, avançar em outras áreas do partido:

A - Adoção de medidas de apoio à militância das mulheres no Partido, sua formação política e teórica, a promoção de quadros e lideranças para as diversas áreas de atuação; Visar com prioridade a construção no proletariado feminino.

B - Estabelecer junto à Secretaria de Formação um programa de cursos de diversos níveis sobre a concepção marxista da opressão da mulher, bem como aprimorar o tratamento da questão de gênero nos currículos gerais;

C - Promoção de estudos e debates, organizando junto ao IMG<sup>296</sup> grupos de estudos sobre as temáticas relativas à questão da mulher – com destaque para o debate sobre

<sup>295</sup> Ibidem.

<sup>296</sup> Instituto Maurício Grabois, sucedido pela Fundação Maurício Grabois, é o órgão ligado ao partido por exigência legal cuja função precípua é fomentar a capacitação política dos militantes. No PCdoB, tem a função de desenvolver pesquisas, fomentar a elaboração política e programática do partido e difundir o pensamento marxista e progressista, sobretudo dentre a intelectualidade

Mulher e Socialismo -, tendo em conta a experiência inicial do campo socialista do século passado, mas principalmente a condição atual da luta das mulheres nos países socialistas.

D - Fortalecer a Revista *Presença da Mulher*.

E - Pautar nas Comissões de Formação e Comunicação a Questão da Mulher, promovendo elaboração e difusão através do jornal *A Classe Operária*, a revista *Princípios*, a página do Partido na Internet e o portal *Vermelho*, bem como da linha de publicações na Editora Anita.<sup>297</sup>

O documento apresentado durante a 1ª Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher do PCdoB foi ratificado pelo Comitê Central em sua 7ª reunião em 8 de julho de 2007. Desde então, ainda que com limitações, cresceu a participação de mulheres em todos os níveis de direção, e mais mulheres foram promovidas à postos-chave, como presidências de entidades do movimento social e comitês partidários, incluindo a presidência nacional, desde 2015 ocupada por uma mulher, a engenheira pernambucana Luciana Santos.

---

<sup>297</sup> Ibidem.

### Capítulo 3 – Comunistas e mulheres ontem e hoje

Os partidos comunistas no Brasil, PCB e PCdoB, em momentos distintos de sua história, elaboraram políticas específicas que tentavam considerar a complexidade e a especificidade da luta das mulheres por igualdade, enquanto entrelaçavam-na com a luta de classes e pela superação do sistema capitalista. Nestas duas políticas partidárias, cujos ápices foram duas respectivas conferências nacionais temáticas — realizadas, respectivamente, pelo PCB em 1956 e pelo PCdoB em 2007 — identificou-se como desafio central a elevação da compreensão da militância comunista acerca da importância da luta das mulheres — considerada rebaixada em ambos os conclave — e tornar a luta da mulher tarefa de todo o partido.

As conferências nacionais temáticas foram tratadas como referências de cada período trabalhado por condensarem a elaboração dos comunistas em cada época sobre a questão da emancipação da mulher, todavia, serão consideradas, neste capítulo, assim como nos capítulos precedentes, as elaborações presentes em outros documentos: de resoluções do Comitê Central a publicações cotidianas em periódicos ligados aos comunistas, especialmente os destinados ao público feminino — respectivamente jornal *O Momento Feminino* (1947-1956) e a revista *Presença da Mulher* (1986-), pois eles abarcam um corpus mais robusto do pensamento dos comunistas sobre a questão da opressão e da emancipação das mulheres.

Em ambos os períodos, nota-se uma espécie de divisão do trabalho, cabendo aos documentos coletivos, institucionais, dos órgãos dirigentes do partido, expressar uma elaboração mais alta, abstrata, geralmente concentrada nos níveis econômico, político e ideológico da questão da emancipação da mulher. Ao passo que os periódicos voltados para o público feminino, escrito, em geral, por mulheres comunistas, mas destinados a público mais amplo, traziam, além dos debates políticos e econômicos, outros temas e subtemas considerados de interesse das mulheres, sobretudo de estratos populares (o que incluía até mesmo receitas e dicas domésticas). Serão utilizados quatro marcadores cuja função será balizar a comparação entre as elaborações dos comunistas nos dois períodos analisados: família, sexualidade, trabalho e poder. Pretende-se analisar como a militância comunista enxergava cada uma das categorias elencadas acima entre os anos 1945-1960 em comparação ao período 1978-2007: de que forma os comunistas e o partido comunista se relacionam com as demandas das mulheres em cada época, o que foi superado pela sociedade brasileira ao longo das décadas, quais temas foram

repostos e o que ainda, passados mais de sessenta anos, não foi superado no debate comunista sobre a emancipação das mulheres.

### 3.1 Duas conferências, dois contextos

Apesar de se tratarem de duas conferências de mesmo tema, separam os dois eventos cinco décadas que foram palco do Golpe Militar (1964-1985) e do tenebroso período ditatorial de 21 anos que ele inaugurou — de perseguições, torturas bárbaras e assassinatos de opositores, incluindo muitos comunistas —; da subsequente reabertura democrática do país e a promulgação da Constituição Cidadã de 1988; 50 anos que testemunharam a Revolução Sexual das décadas de 1960 e 1970; a Década da Mulher da ONU (1975-1985); os avanços no status jurídico das brasileiras; a implementação do projeto neoliberal na década de 1990 e a resistência popular a ele; e a eleição e reeleição de um representante do campo democrático e popular para a Presidência da República, o ex-sindicalista Luís Inácio Lula da Silva.

Apesar desses atribulados decênios entre as duas conferências, chama atenção que o mote tanto de uma quanto de outra gire em torno do mesmo desafio: tornar a luta da mulher uma luta de todo o partido. Também a forma utilizada foi exatamente a mesma: a convocação de uma conferência nacional temática exclusiva. Na tradição dos partidos comunistas, conferências são fóruns partidários relevantes, cujo poder deliberativo situa-se abaixo apenas do congresso e da reunião do comitê central, instâncias máximas, respectivamente, de deliberação e direção do partido. Em geral, conferência é o instrumento de que o comitê central lança mão para garantir que determinado debate ou orientação incida sobre todo o coletivo partidário, incluindo suas cadeias de comando<sup>298</sup>, como mostram os dois estatutos vigentes às respectivas realizações das conferências, em 1956 e 2007:

33 – A Conferência Nacional do Partido é convocada pelo Comitê Central no período entre dois Congressos, sempre que o Comitê Central julgue necessário discutir determinados problemas políticos do Partido.

A Conferência Nacional é constituída por delegados eleitos pelos Comitês Regionais, segundo as normas que o Comitê Central estabelecer.

As resoluções da Conferência Nacional, para que sejam válidas e obrigatórias para todo o Partido, devem ser ratificadas pelo Comitê Central.

A Conferência Nacional, independentemente de aprovação do Comitê Central, pode substituir os membros do Comitê Central por candidatos a membros do Comitê Central dentro dos limites de um quinto do número total de membros do Comitê Central, e completar por eleição o número de candidatos a membro do Comitê Central. Em casos excepcionais, quando o Congresso não puder reunir-se, a Conferência Nacional poderá tomar decisões válidas em lugar do Congresso do Partido.<sup>299</sup>

<sup>298</sup> SORRENTINO, Walter. Entrevista concedida à autora.

<sup>299</sup> Estatutos do PCB aprovados no 4º Congresso. *Jornal Voz Operária* nº290. Rio de Janeiro, 04/12/1954. p.10.

Os termos utilizados no Estatuto do PCdoB para caracterizar o instituto da conferência partidária são bastante similares

Artigo 24 – As Conferências Nacionais são convocadas pelo Comitê Central, sempre que este julgar necessários o debate, a elaboração e o posicionamento em torno de temas ligados à linha política de intervenção e estruturação partidárias, de temas gerais ou específicos de interesse e relevo político e social, e de desenvolvimento da elaboração programática e de ação política nos diversos âmbitos de atividade.

*Parágrafo 1º* – As Conferências Nacionais são constituídas pelos membros do Comitê Central e por delegados (as) indicados (as) pelos Comitês Estaduais, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Central;

*Parágrafo 2º* – para que as resoluções das Conferências Nacionais sejam válidas e obrigatórias para todo o Partido devem ser ratificadas pelo Comitê Central.<sup>300</sup>

As duas conferências partilharam da mesma concepção de que a conferência nacional para debater a questão da luta das mulheres deveria envolver todo o coletivo partidário e não apenas as mulheres. Em ambas admitiu-se autocriticamente a subestimação com que o tema era encarado pelo coletivo partidário e elencaram-se desafios para a construção da igualdade entre homens e mulheres, dentro e fora do partido, como parte integrante da agenda política do partido comunista. Em ambos os casos realizou-se um esforço institucional de razoável envergadura com vistas à superação de um tema historicamente subestimado: a opressão das mulheres em suas múltiplas facetas. Isso posiciona as conferências partidárias temáticas no rol dos acontecimentos singulares, seja na história dos partidos políticos brasileiros, seja na história da luta das mulheres no Brasil. A similaridade dos dois eventos em forma, conteúdo e método pode ser explicada pela relação institucional histórica endógena dos entes que realizaram as conferências, explicitadas mais detalhadamente no início do 2º capítulo desta dissertação. Apesar dos evidentes elementos de ruptura entre PCB e PCdoB, há razoáveis elementos de continuidade, alinhando o comparativo proposto neste capítulo. Serão comparadas, mais estreitamente, as elaborações partidárias expressas, sobretudo, nas conferências citadas sob os prismas da participação das mulheres nos espaços de poder; o papel do trabalho na emancipação das mulheres; família e sexualidade.

Há que se notar, como ponto de partida, que os momentos em que se realizam uma e outra conferências são bastante distintos no tocante à conjuntura política e social brasileira. Durante grande parte do decênio que vai de 1945 a 1955, o PCB viveu sob perseguição, semiclandestinidade e clandestinidade, tendo tido dezenas de militantes assassinados e outros

---

<sup>300</sup> PCdoB. *Documentos e Resoluções do 11º Congresso do PCdoB – Partido renovado, Brasil soberano, futuro socialista (Brasília, 20 a 23 de outubro de 2005)*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi. 2006. p. 133.

tantos presos — inclusive mulheres —, sobretudo pelo governo Dutra (1946-1951). Em 1947, cassou-se discricionariamente o registro do partido, legalizado em 1945, e, junto com ele, o mandato de todos os representantes eleitos pela sigla do PCB. Isso significou a cassação dos mandatos de 14 deputados federais constituintes, de um senador da República (Luís Carlos Prestes), e de mais inúmeros deputados e deputadas estaduais, vereadores e vereadoras e prefeitos comunistas Brasil afora.

O ambiente antidemocrático do período não se restringia à esfera político-partidária. A Constituição de 1946 chancelava a submissão da mulher ao marido em âmbito familiar, sua incapacidade jurídica de celebrar contratos sozinha, abrir contas em bancos ou vender e comprar bens sem autorização do marido. A despeito das tentativas da bancada comunista de inserir o direito ao divórcio na nova Carta Magna, esta acabou por reiterar a “indissolubilidade do casamento”, presente nas constituições anteriores. O aborto era considerado uma prática criminosa à exceção das ocasiões em que a vida da gestante corria risco ou a gestação resultava de estupro.

Afora a esfera jurídica, as mulheres não tinham assegurados materialmente direitos laborais elementares, mesmo após a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho. A licença e a estabilidade garantidas legalmente para a maternidade, na prática, era convertida na não contratação de mulheres casadas e demissão de moças tão logo se casassem. Havia pouquíssimas maternidades e creches, num momento em que não havia método contraceptivo com o grau de confiabilidade que só viria com a pílula anticoncepcional nos anos 1960. Em um cenário em que a educação básica ainda não havia sido universalizada, as mulheres eram ainda menos instruídas que os homens e as desigualdades salariais entre os sexos evidenciavam a estrutura machista do sistema capitalista.

Havia princípio de conscientização das brasileiras sobre as iniquidades que as atingiam, resultando em engajamento tímido, mas crescente, na luta social. Inicialmente mobilizadas em torno de bandeiras gerais, como a defesa da paz ou da anistia, logo as comunistas assumiriam uma identidade sexual politizada<sup>301</sup> e reivindicariam também direitos específicos das mulheres, tendo como principal instrumento a Federação de Mulheres do Brasil, criada em 1949 sob orientação do partido. Internamente no PCB, reivindicavam maior participação nas direções e que o partido incorporasse as demandas das mulheres como temas integrantes da agenda partidária geral, incluindo seu programa. Este foi o pano de fundo sobre

---

<sup>301</sup> MERCIER, Valentine. *Le PCB et les mouvements féminins: des sociabilités militantes à l'émergence d'une identité sexuée politisée 1945-1961*. Mémoire de Master. Sorbonne Nouvelle. Paris: 2014. p. 42.

o qual o PCB realizou a Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido Entre as Mulheres em maio de 1956.

Quando da realização da 1ª Conferência Nacional do PCdoB Sobre a Questão da Mulher, em março de 2007, o Brasil gozava então de seu mais longo período de vida democrática. A Constituição de 1988, promulgada no bojo de intensa luta social e política — incluindo um poderoso movimento feminista emerso das décadas de 1970 e 1980 — pelo restabelecimento da democracia no Brasil, pela primeira vez na história, avançou-se no sentido da igualdade de direitos e obrigações para mulheres e homens nos termos da lei. Um novo Código Civil seria aprovado em 2001 confirmando à luz do texto constitucional e eliminando muitas das discriminações contra as mulheres, que já vinham sendo denunciadas há décadas, e não apenas pelos comunistas. Todavia, o avanço no sentido da igualdade formal expôs a profundidade e o peso, econômico e cultural, do lastro que dá sustentação à opressão das mulheres. À despeito da quase igualdade legal, as brasileiras ainda viviam sob condições bastante desiguais em relação à parcela masculina da população.

O aborto permaneceu criminalizado — salvo os permissivos legais já existentes no Código Penal desde 1940 — e, a despeito do planejamento familiar ser legalmente um direito universal assegurado no texto constitucional, em 2007, as mulheres ainda necessitavam ter ao menos dois filhos vivos e autorização do marido para realizar a laqueadura. Todavia, a eleição de forças democráticas e populares para o Governo Federal, em 2003, inaugurara uma nova fase no que tange os direitos das mulheres. Instituiu-se a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, órgão cuja finalidade precípua seria garantir a criação, execução e acompanhamento de políticas voltadas ao combate às discriminações machistas na sociedade. Sua grande marca foi o combate à violência contra as mulheres, cujos índices no Brasil permaneciam entre os mais altos do mundo.

Neste sentido, em 2006, por iniciativa do próprio Governo Federal, o parlamento brasileiro promulga a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que tipifica, qualifica e estabelece punições para casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Apesar de nunca ter sido aplicada integralmente, a Lei Maria da Penha provocou um intenso debate na sociedade e passou a permear o imaginário social, antes bastante permissivo à violência doméstica. Paradoxalmente, no tocante à violência contra as mulheres, o Brasil possuía uma das melhores legislações do mundo, enquanto permanecia ostentando um dos índices mais altos. Apesar da massificação da educação básica e de terem ultrapassado os homens em anos de estudo, as mulheres permaneciam recebendo salários inferiores aos de seus

colegas do sexo masculino. Ainda assim, era inegável os avanços que as mulheres brasileiras experimentavam em comparação à vida de suas avós.

Do ponto de vista partidário, o PCdoB gozava sua mais longa legalidade. Agremiação barbaramente perseguida pela ditadura militar, conquistou seu registro oficial em 1985 (foi a último a consegui-lo, juntamente com PC Brasileiro). Já em 1986, o PCdoB elegeu cinco deputados para a Assembleia Nacional Constituinte, inclusive uma das 26 mulheres, a feminista baiana Lídice da Mata. Apesar da hecatombe que representou a queda da URSS e a despeito de toda a crise que engendrou no movimento comunista internacional, o PCdoB cresceu nos anos subsequentes. Vinte anos depois da legalização, o partido havia ampliado sua presença no Legislativo e Executivo, além de ter atuação expressiva nos movimentos sociais, marcadamente estudantil e sindical, e, pela primeira vez na história, integrou o leque de forças que compuseram a base de sustentação do Governo Federal nos dois governos Lula (2003-2010) e, depois, nos governos Dilma Rousseff (2011-2016).

Por todo o exposto, fica evidente que os cenários de 1956 e 2007 são substancialmente distintos e este já é, *per se*, um elemento para comparação. Todavia, mesmo com toda a transformação por que passaram as mulheres na sociedade brasileira, sua emergência no espaço público, a revolução sexual e a eclosão do feminismo, as mulheres permaneciam, em 1956 e em 2007, fora dos espaços de poder e decisão, seja na esfera eletiva dos Legislativos e Executivos, em todas as instâncias, seja nas direções das grandes empresas, das universidades etc. As mulheres ainda enfrentavam imensa dificuldade para ascender a cargos de chefia em todos os setores da sociedade. O poder permanecia sendo profundamente masculino e machista. Esta era uma denúncia feita pelos comunistas já na conferência de 1956 e que, em 2007, a conferência do PCdoB abordou com centralidade.

No tocante à presença de mulheres nas direções e, mais amplamente, no interior da organização partidária, ambas as conferências foram essencialmente autocríticas. Com apenas 13% de mulheres no Comitê Central, na conferência do PCB, denunciavam-se os “preconceitos feudal-burgueses” que acometiam as mulheres militantes dentro do partido. Tais preconceitos materializavam-se, entre outras, em uma presença pequena de mulheres nas direções e uma subestimação do assim chamado “trabalho feminino”, inclusive pelas próprias militantes.<sup>302</sup> Não eram raros os casos de mulheres dirigentes que se recusavam a fazer a luta das mulheres,<sup>303</sup>

<sup>302</sup> RIBEIRO, Iracema. Intervenção Especial ao 4º Congresso do PCB. 1954. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/64/feminino.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/feminino.htm)

<sup>303</sup> São diversos os registros documentais que lastreiam essa afirmação, como neste trecho do texto de Iraci de Almeida para a Tribuna de Debates do 4º Congresso em que defende as organizações de base femininas: “Mas, se essa subestimação pelo trabalho feminino revela-se por parte dos homens, ela se manifesta também entre as

e queixas de que os organismos de base exclusivos para mulheres eram acompanhados displicentemente pela direção não eram incomuns. Havia uma subestimação generalizada contra tudo o que se referia às mulheres, sejam enquanto agentes políticos, seja enquanto pauta política.<sup>304</sup>

O “trabalho feminino” consistia na atuação na FMB e nas organizações de base femininas do partido e as reivindicações dos direitos da mulher que, neste momento, giravam em torno, sobretudo, da conquista da igualdade jurídica, direito ao divórcio, salário igual para trabalho igual e outros direitos laborais, maternidades, creches e acesso “aos cargos de chefia”. Além disso, havia preocupação com direitos sociais os quais as mulheres tinham especial dificuldade de acessar, como moradia digna, saúde e educação, e uma ideia de que, para as mulheres, “a vida era mais difícil”, pois eram “discriminadas”. Ainda que de forma difusa, formava-se uma consciência sobre o machismo que as mulheres sofriam, e que só a mobilização das próprias mulheres em torno desses problemas poderia alterar este estado de coisas. A conferência de 1956 nada abordou sobre sexualidade ou aborto, temas que estavam interditados na sociedade naquele momento e que os comunistas, aparentemente, não estavam convencidos de que deveriam enfrentar, especialmente, em um cenário em que a campanha anticomunista contra o PCB buscava enxovalhar a moral sexual da militância — sobretudo mulheres — do partido.

Ainda assim, a conferência elencou uma série de bandeiras e prioridades que o coletivo partidário deveria assumir como um todo, para dentro e para fora do partido. Dentre as medidas internas, deveria haver empenho coletivo em promover mais mulheres para os espaços de direção; reservar uma página especial em todos os principais periódicos partidários para dar visibilidade à luta das mulheres; realizar atividades de formação, como cursos, dirigidos às mulheres; dar mais atenção aos organismos de base voltados à luta das mulheres e à atuação na FMB. Com estas medidas o PCB pretendia sanar ou, pelo menos, dirimir, o déficit ideológico que seus quadros apresentavam em relação às mulheres. Além disso, passaria a ser obrigação de todo quadro e militante do partido incorporar a luta das mulheres como parte indissociável da luta pela construção da sociedade que propugnavam, dando consequência ao Programa do

---

comunistas. São mulheres que, no dizer do camarada Togliatti, mal atingem certo desenvolvimento político, parecem ter vestido ideologicamente calças compridas. Isto muito tem contribuído para o atraso do trabalho feminino, para a estreiteza das organizações de base femininas. A grande maioria das militantes comunistas não está convencida da importância de suas tarefas junto às outras mulheres, subestima a direção de assistentes femininas, e acha sempre que um homem, embora atrasado, é capaz de dirigir melhor que uma mulher.” ALMEIDA, Iraci de. “Necessárias as organizações de base femininas”. *Jornal Voz Operária* nº256, Rio de Janeiro, 10/04/1954, Suplemento, p. 04.

<sup>304</sup> PCB. Resolução do Comitê Central de Março de 1955 sobre o trabalho do Partido entre as Mulheres. *Jornal Voz Operária* nº 315. Rio de Janeiro: 28/05/1955, p. 9-10.

PCB aprovado no 4º Congresso em 1954, que tinha em um dos pontos a “abolição de todas as desigualdades jurídicas, sociais e econômicas que pesam sobre a mulher”, que passariam a ter “direitos iguais aos do homem”.

Comparando a conferência de 2007 do PCdoB, nota-se que um dos grandes desafios permanecia: a promoção de mais mulheres nos espaços de poder, dentro e fora do partido. Se a situação da presença das mulheres nos parlamentos, executivos, empresas, universidades etc. melhorou em relação à 1956, essa ainda estava bem distante da equidade. Nas eleições de 2006, as mulheres não eram nem 10% do parlamento federal eleito. O PCdoB era proporcionalmente o partido com maior representação feminina, com 38% da bancada federal sendo composta por mulheres. Todavia, essa forte presença feminina não se refletia diretamente nas instâncias internas do partido. O Comitê Central eleito no congresso de 2005, por exemplo, possuía apenas 20% de mulheres, com uma base militante de 41% de mulheres. Todavia, este mesmo congresso já aprovou medidas no novo estatuto cujo objetivo era a promoção de mulheres, em subitem próprio, “O Partido e as mulheres”:

Artigo 53 – A luta contra a discriminação das mulheres tem prioridade na atuação do Partido e em sua vida interna. O Partido promove a luta pela emancipação das mulheres, pela igualdade de direitos entre gêneros, estimula a participação nas entidades comprometidas com esta causa e a preparação e formação dos quadros e militantes mulheres, definindo políticas de ampliação da sua participação nas diversas instâncias partidárias e na sua direção.

Artigo 54 – O Comitê Central convocará periodicamente uma Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher para elaborar e implementar políticas sob a ótica de gênero, consoante com as demandas da emancipação da mulher e sua participação na luta transformadora, bem como na vida partidária.

Artigo 55 – A Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher constituirá um Fórum Nacional Permanente, coordenado por uma Secretaria do Comitê Central, que será palco da construção da política emancipacionista das mulheres e de acompanhamento de sua aplicação nas diversas esferas de ação do Partido. O mandato do Fórum será exercido entre uma e outra Conferência, ou até o Congresso partidário subsequente.<sup>305</sup>

Dois anos depois, convocava-se a conferência do PCdoB, que creditava a baixa presença de mulheres nas direções ao machismo que permeia todos os espaços da sociedade, inclusive as fileiras do partido comunista. A autocrítica ideológica veio acompanhada de uma série de propostas que deveriam ser levadas a cabo por todo o coletivo partidário com vistas a uma maior participação de mulheres na vida partidária. Propostas que iam da adoção de percentual mínimo de mulheres nos corpos dirigentes, nos cursos e outras atividades do partido e nas delegações partidárias. Adoção de creches nas atividades de médio e grande porte. Além disso, a conferência materializou a criação da Secretaria Nacional do PCdoB Sobre a Questão

---

<sup>305</sup> PCdoB. *Documentos e Resoluções do 11º Congresso do PCdoB – Partido renovado, Brasil soberano, futuro socialista (Brasília, 20 a 23 de outubro de 2005)*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi. 2006.

da Mulher e do Fórum Nacional Permanente do PCdoB Sobre a Questão da Mulher, cuja função precípua seria tornar a luta feminista um dever de todo o partido.<sup>306</sup>

Na conferência do PCdoB, um novo capítulo se abria: a busca da igualdade real, para além da igualdade legal. Os comunistas exigiam-se políticas públicas com vistas a “promoção da equidade de gênero”, considerando as mulheres em sua diversidade racial, regional e sexual. A conferência levantou a bandeira da legalização do aborto como um direito das mulheres e cuja criminalização enseja um grave problema de saúde pública. O direito à livre orientação sexual também apareceu nos debates da conferência. A necessidade de inserção das mulheres nos espaços de poder, dentro e fora do partido, também foi levantada com força. Todavia, a questão da divisão sexual do trabalho, a sobrecarga dos afazeres domésticos — sobretudo sob o Estado mínimo — e a centralidade do trabalho para a construção da igualdade entre homens e mulheres ocuparam grande parte das discussões.

## Poder

A questão do poder aparece em ambos os períodos analisados, ainda que os instrumentos apresentados para promover mais mulheres às direções partidárias estejam substancialmente mais sofisticados nos anos 2000. Os comunistas reconhecem, tanto nos anos 1950 e quanto na primeira década do novo milênio, que a ausência de mulheres nos espaços de poder revela um problema político e ideológico dentro de um partido comunista, pois é indicativo de “influências da ideologia feudal-burguesa”<sup>307</sup> ou “persistência de machismo e subestimação”<sup>308</sup> no corpo da agremiação.

Há uma discreta inversão entre os raciocínios das autocríticas do PCB dos anos 1950 e do PCdoB dos anos 2000. No primeiro, considera-se o partido pelo seu devir, faz-se a crítica partindo do que ele deveria ser mas não é por sofrer influências estranhas à moral proletária:

É necessário ir ao fundo ideológico da subestimação do trabalho do Partido entre as mulheres e travar uma luta consequente, a partir do Comitê Central, para extirparmos

<sup>306</sup> Esses três instrumentos partidários (secretaria, fórum e conferência específica sobre a questão da mulher) já haviam sido instituídos nos Estatutos aprovados no 11º Congresso do PCdoB, realizado em outubro de 2005, coube à conferência de 2007 conferir-lhes maior concretude na vida partidária. ABREU, Ricardo Alemão. Entrevista à autora.

<sup>307</sup> PCB. Resolução Política da Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido Entre as Mulheres. *Jornal Voz Operária*, nº 370. Rio de Janeiro: 16/06/1956. p. 02.

<sup>308</sup> PCdoB. Resolução da 1ª Conferência Nacional do PCdoB Sobre a Questão da Mulher.

de nosso meio a *influência estranha ao proletariado* que leva ao menosprezo do papel da mulher. (grifo nosso)<sup>309</sup>

No segundo caso considera-se que o partido deve buscar maior equidade entre homens e mulheres, em cumprimento com sua vocação de busca da democracia interna e por propugnar uma teoria, uma ideologia e uma política essencialmente feministas. Todavia, sendo uma agremiação composta por homens e mulheres formados ideologicamente dentro do capitalismo e ademais com todas as características da sociedade brasileira, tais contradições se expressarão também no interior do partido:<sup>310</sup>

5. O PCdoB precisa enfrentar as limitações ainda existentes em sua atuação na luta emancipacionista das mulheres. O primeiro desafio é superar a subestimação do sentido estratégico da luta contra a desigualdade entre gêneros e dar conta do engrandecimento do papel das mulheres na vida social, econômica, política e cultural.<sup>311</sup>

Ou seja, os comunistas admitiam haver manifestações de preconceitos no partido — marcadamente o machismo pelo peso que tem na sociedade brasileira — mas, tanto em 1956 quanto em 2007, propunham a criação de mecanismos internos de combate deste fenômeno, ou seja, da autocrítica, derivam-se propostas práticas. Nisso tanto PCB quanto PCdoB se assemelham.

Há uma sutil diferença na abordagem, advinda, provavelmente, da influência do PCUS no PCB, que ensejava uma visão idílica do militante comunista e do próprio partido. Daí a ideia que perpassava todo o coletivo militante de que os preconceitos contra as mulheres eram “ideias infiltradas” na ideologia do proletariado, como se o simples ingresso no partido comunista apagasse de súbito toda a carga cultural pregressa que seu membro carrega. Por sua vez, a elaboração do PCdoB ocorre pós colapso da URSS e da grande crise do movimento comunista internacional, que erodiu a ideia de modelo único de socialismo e, conseqüentemente, de partido comunista a ser seguido.

O PCdoB se beneficiaria largamente disso, reforçando um discurso em que defendia o “socialismo com a cara do Brasil”, ou seja, que considerasse a formação histórica, social e cultural do povo brasileiro. Esse passo possibilita ao PCdoB enxergar que manifestações de machismo serão comuns dentro do partido, a menos que haja políticas conscientemente trabalhadas para agirem contra a tendência do patriarcado de excluir as mulheres dos espaços

<sup>309</sup> PCB. Resolução Política da Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido Entre as Mulheres. *Jornal Voz Operária*, nº 370. Rio de Janeiro: 16/06/1956. p. 02.

<sup>310</sup> ROCHA, Ana. Entrevista à autora.

<sup>311</sup> PCdoB. *1ª Conferência Nacional Sobre a Questão da Mulher. Resolução*. Brochura. 2007. p. 14.

de poder, por exemplo. Com este intuito, o partido criou e experimentou novas formas organizativas, como é o caso do Fórum Nacional Permanente Sobre a Emancipação da Mulher — experiência inédita entre os partidos comunistas e socialistas<sup>312</sup> — instituiu o “piso de participação mínima de 30% e máxima de 70% por gênero em direções”, e as secretarias da mulher. Além disso, começou-se a utilizar o “critério de discriminação positiva, cuja ideia é ‘sempre uma mulher a mais, nunca uma mulher a menos’, que consiste em objetivamente utilizar gênero como um critério na composição das direções. Então, se há um homem e uma mulher de mesma capacidade para a tarefa, opta-se pela mulher.”<sup>313</sup>

Os problemas com a promoção de mulheres aos postos de direção do partido já eram apontados na década de 1950. Não à toa, essa questão toma parte da intervenção especial de Iracema Ribeiro no 4º Congresso, em 1954:

todo Partido deveria encarar mais seriamente a necessidade da promoção de quadros femininos. O estímulo, a ajuda direta, o controle vivo, o contato com quadros política e ideologicamente mais capazes e experimentados, a participação nos plenos dos órgãos dirigentes, tudo isto ajudará a todas nós mulheres de Partido a rompermos a timidez muito comum às mulheres, a procurarmos estudar mais a fim de nos pormos à altura das nossas tarefas e responsabilidades.

Na verdade, a promoção de quadros femininos em nosso Partido ainda se processa de maneira muito lenta. As nossas direções ainda procuram ater-se às alegações de timidez das camaradas, ou a problemas de outra ordem, sem promovê-las com audácia.<sup>314</sup>

E recebe resposta na Resolução do CC do PCB sobre o trabalho do partido entre as mulheres, na qual os comunistas reconhecem que

A formação e a promoção de quadros femininos devem merecer a maior atenção de todo o Partido. Para tanto é indispensável que as militantes não fiquem relegadas à simples atividade prática, como em geral acontece, mas que juntamente com os homens participem da vida política do Partido, tomem parte nas Assembléias Gerais de suas Organizações de Base. Os quadros femininos devem ser convocados, com frequência, para ativos e reuniões dos organismos dirigentes, para discutir os problemas do Partido e muito particularmente, o trabalho feminino.

Aos cursos e escolas do Partido devem ser chamadas em proporção cada vez maior, todas as militantes que revelem a possibilidade, por menores que sejam, de se formar como quadros do Partido. Particularmente atenção deve ser dada ao trabalho de elevação do nível cultural das militantes. Séria luta é preciso travar para alfabetizar todas as militantes do Partido.<sup>315</sup>

<sup>312</sup> “Eu propus o Fórum, saí consultando os principais partidos [comunistas] com os quais temos contato mais próximo e nenhum tinha nada parecido: PC de Cuba, China, Vietnã, PCP [Portugal], PCI [Itália]... nenhum tinha. E muitos gostaram da ideia, acharam a ideia interessante.” SORRENTINO, Walter. Entrevista à autora

<sup>313</sup> SORRENTINO, Walter. Entrevista à autora.

<sup>314</sup> RIBEIRO, Iracema. Intervenção especial no 4º Congresso do PCB. 1954. Disponível em [https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/64/feminino.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/feminino.htm)

<sup>315</sup> PCB. Resolução do Comitê Central de Março de 1955 sobre o trabalho do Partido entre as Mulheres. *Jornal Voz Operária* nº 315. Rio de Janeiro: 28/05/1955, p. 9-10.

Tanto PCB quanto PCdoB defendem a maior presença de mulheres na direção. Chegam, inclusive, a adotar medidas práticas neste sentido. Entretanto, nenhum deles chegou a possuir patamares de equidade entre homens e mulheres na direção. Apesar da tentativa de emulação de um discurso pró-mulheres nas instâncias dirigentes, ambas as políticas propostas, sejam as relativamente mais difusas e subjetivas do PCB, sejam os dispositivos estatutários relativamente mais concretos do PCdoB, nenhum logrou igualdade quantitativa (mulheres terem presença numérica nas instâncias dirigentes) e qualitativa (mulheres ocuparem os cargos de maior poder e prestígio, como presidência, secretariados). As políticas do PCdoB têm ampliado a presença de mulheres nas direções do partido e levado mulheres comunistas a importantes cargos de direção no movimento social<sup>316</sup>, contudo, nota-se uma progressão mais lenta do que o esperado. Ou, ainda, um rápido avanço na promoção de mulheres jovens e um avanço ainda tímido na promoção de mulheres adultas e idosas,<sup>317</sup> no caso do PCdoB.

As políticas de promoção de mulheres no interior do partido comunista versam, em geral, à dimensão subjetiva da discriminação. Instituir um número percentual mínimo aparentemente razoável em determinada realidade visa a impedir que o machismo inviabilize a participação de mulheres, além de emular a participação feminina com o exemplo. Todavia, há a dimensão objetiva que é, à miúdo, subestimada: a divisão sexual do trabalho e a imensa carga a que as mulheres, incluindo as militantes, devem se ocupar. Isso explica porque entre as jovens mulheres do partido, em geral, de estratos médios, urbanos e de nível universitário, a promoção se deu de forma tão rápida e pujante, ao passo que entre mulheres adultas e idosas, portanto, que arcam com dupla jornada, marido, filhos etc, essa progressão se dá mais lentamente.

A baixa participação política da mulher era considerada um problema já em 1956 pelos comunistas:

E é aqui que se levanta diante de nós com toda a força o importantíssimo problema da emancipação da mulher. Como poderemos falar de democracia, de participação efetiva das grandes massas populares na vida política do país, de revolução popular, sem levar em conta a participação da mulher que representa 50% e mesmo um pouco mais da população do país? Como poderemos avançar no caminho da democracia sem lutar por vencer os obstáculos que em nosso país ainda impedem ou dificultam a atividade política da mulher, sem a luta consequente pela eliminação das discriminações econômicas, políticas, sociais e jurídicas que pesam sobre a mulher, sem um combate sem quartel aos preconceitos e ao velho costume bárbaro que leva a considerar a mulher como um ser inferior ao homem? A luta pela emancipação da mulher da injustiça secular, da escravidão e da desigualdade é parte integrante e

<sup>316</sup> Um exemplo evidente: ao longo de seus 82 anos de existência, apenas sete mulheres presidiram a União Nacional dos Estudantes (UNE). Dessas, quatro foram eleitas de 2007 para cá (gestões bienais), todas militantes do PCdoB. Ou ainda a organização juvenil ligada ao partido, União da Juventude Socialista (UJS), que instituiu paridade entre homens e mulheres na Direção Nacional.

<sup>317</sup> ABREU, Ricardo Alemão. Entrevista à autora.

decisiva da grande batalha que travamos pela liberdade e pelo progresso social.<sup>318</sup>

No PCdoB, a defesa da participação política da mulher se baseia, por óbvio, na justiça social com um grupo historicamente alijado do poder, mas também na defesa de que a maior presença de mulheres irá melhorar a qualidade da direção, ou seja, há uma crença de que exista um potencial subutilizado das mulheres que, se aproveitado dentro do partido, contribuiria com a elevação do nível político das direções como um todo. Essa abordagem contribui para que a demanda por mais mulheres na direção não seja exclusiva de mulheres, mas de um conjunto maior de dirigentes.<sup>319</sup> Todavia, as tentativas de emulação do partido vêm esbarrando na realidade concreta da divisão sexual do trabalho e seus impactos na vida militante das mulheres.

## **Família**

A família aparece de maneira similar em ambos os períodos. Os comunistas tratam com dubiedade o tema família tanto nas décadas de 1940/1950 quanto nos anos 1980-2000. Em ambas, “a família” compõe duas narrativas distintas, sendo uma tributária do ideal de família, imutável, ao qual os comunistas se referenciam com o objetivo de estabelecer uma melhor comunicação com as “mulheres do povo” ou como recurso retórico. Não à toa, o lema do *Momento Feminino* é “um jornal para o seu lar”, e são muitos os apelos à mulher enquanto mãe, esposa e dona-de-casa. Já a outra narrativa é questionadora da família tradicional, seja como espaço de realização das mulheres (ao contrário, será criticado como espaço fundamental de opressão nas relações sociais de sexo), seja o questionamento do modelo familiar único.

Com o passar do tempo, entre um período analisado e outro, há substantiva alteração na proporção dessas duas narrativas em torno do tema da família, mas, em ambos os casos, a dubiedade das abordagens está presente. Nos debates do 4º Congresso, tanto nos informes especiais de Iracema Ribeiro e Olga Maranhão quanto nas resoluções, a concepção corrente de família não foi questionada. Bem como no documento temático do Comitê Central de março de 1955 ou nas resoluções da Conferência Sobre o Trabalho do Partido entre as Mulheres de maio de 1956. Ao contrário, há passagens em que reforçam que o “Partido

---

<sup>318</sup> PRESTES, Luís Carlos. Informe do Comitê Central Apresentado à Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido Entre as Mulheres. *Jornal Voz Operária*, edição nº 369,09/06/1956. p. 04.

<sup>319</sup> SORRENTINO, Walter. Entrevista à autora.

Comunista do Brasil é o mais conseqüente e ardoroso lutador pelos direitos da mulher, o verdadeiro defensor da família e da infância”<sup>320</sup> e, mais raramente, menções críticas às “relações familiares de tipo feudal.”<sup>321</sup> Tal omissão pode tanto ser compreendida à luz das acusações que o partido e sua militância (especialmente as mulheres) recebiam de serem devassos, promíscuos, contra a família e até de comerem crianças, quanto de indicar simplesmente que elaboração sobre o tema, em escala partidária, não estava madura.

Já na FMB e na imprensa de mulheres ligada ao partido, durante este período, o tema aparece com mais força do que no PCB. O termo “família” aparece frequentemente no *Momento Feminino*: em grande parte, escamoteando “mulheres” e “trabalhadores”, termos geralmente ligados a grandes narrativas políticas, e conferindo um aspecto mais “feminino” à narrativa do periódico ao invocar um termo tão afeito ao universo das mulheres como a “família”:

São essas forças [antidemocráticas] que nos dão proporções geométricas às dificuldades de nossa vida, que perturbam a estabilidade da família brasileira, que procuram arrastar o nosso povo ao desespero pela fome, pela miséria, pelas injustiças.<sup>322</sup>

Ou seja, o termo “família” é invocado centenas de vezes, todavia nem sempre tematizado. A família será um tema de reflexão ou debate, fundamentalmente, em uma sessão do jornal assinada pela advogada especializada em direitos da mulher e de família, Nice Figueiredo. Por vezes, lê-se algo como “Dona de casa, heroína humilde das mesquinhas tarefas sem brilho, realizadora de silenciosos milagres diários!”<sup>323</sup>, que traz, sub-reptícia, uma crítica ao *status* da mulher na família, ainda que não seja o tema central do texto. Todavia, talvez seja nas sessões literárias do *Momento Feminino* onde a crítica à família como espaço de opressão da mulher seja mais pungente.

Logo em sua primeira edição, em 1947, *O Momento Feminino* traz um conto psicológico de Lia Corrêa Dutra intitulado “Bodas de Prata”, que retratava as digressões reflexivas de uma mulher durante sua cerimônia de celebração de 25 anos de casamento:

“Vinte e cinco anos de fidelidade, vinte e cinco anos de felicidade...” – repetia o padre de sotaque alemão.

<sup>320</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL Comitê Central. Resolução do PCB no Pleno Ampliado de Março de 1955 sobre o trabalho do Partido Comunista do Brasil entre as Mulheres. Documento extraído do jornal *Voz Operária* nº 315, 28/05/1955, p. 9 e 10.

<sup>321</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL Resolução Política da Conferência sobre o trabalho do Partido entre as Mulheres. Jornal *Voz Operária*, nº 370 de 16/06/1956. p. 02.

<sup>322</sup> MOCHEL, Arcelina. “Nossos Problemas”. Jornal *O Momento Feminino*, nº02. Rio de Janeiro: 12/08/1947. p. 02.

<sup>323</sup> Luta cotidiana das mulheres. Jornal *O Momento Feminino*, nº01. Rio de Janeiro: 05/08/1947. p. 09.

Vinte e cinco anos de fidelidade... Estava grávida do primeiro filho, deformada, enorme, com os pés inchados que não cabiam nos sapatos, quando surpreendera Reinaldo com a negrinha, criada da casa coletiva, abraçando-a, beijando-a... E aquela mulher, que durante meses o tirara de casa, e que o largara depois, vazio e murcho como um bagaço... E todas as aventuras mesquinhas, miúdas, sem beleza, sem grandeza, sem amor, sem desejo profundo, sem desculpa, que tinham aos poucos desmantelado Reinaldo a seus olhos, alheando-o, reduzindo-o a tão pouca coisa no seu sentimento e em sua vida.

Vinte e cinco anos de fidelidade... Estavam casados há dez anos, quando ela tinha conhecido Alfredo. E parecia que a vida ia recomeçar, que ela remoçara por dentro, que refloria como uma sempre-viva posta num jarro de água fresca. Alfredo quisera partir com ela, leva-la para longe, dar-lhe uma vida nova. Não tinha partido. Havia os filhos. Havia Lúcia. [...] Podia deixar a sua filha? Não podia. Os outros três eram homens, parecia-lhe que mais facilmente se arranjariam e passariam sem ela. Mas Lúcia, que era fraquinha, Lúcia, que era mulher, Lúcia que iria ter, talvez, mais tarde, uma existência igual a sua, ao lado de um outro Reinaldo qualquer... Não podia deixar Lúcia. E Alfredo partira. E ela tinha ficado sem, afinal, ter traído Reinaldo senão no fundo de seu coração.<sup>324</sup>

Neste pequeno trecho a crítica ao modelo de família enquanto a personagem pensa sobre a infelicidade, traições, vida conjugal, maternidade, desejo, decepções, hipocrisia e opressão da mulher fica patente. Mesmo que na sessão literária, o *Momento Feminino* pautava a problematização do lar e da família idealizados e quão opressores podiam ser para as mulheres. Já na sessão própria para isso — a cada número o jornal trazia um texto da advogada Nice Figueiredo, colaboradora regular do jornal, no qual ela explicava trechos das diversas legislações — sobretudo o Código Civil — que prejudicavam os direitos das mulheres e argumentava pela imediata alteração, pró direitos das mulheres:

O “estado civil” é, sem dúvida, o último reduto das limitações impostas às mulheres em nome das antigas concepções e princípios que, afortunadamente, terão de desaparecer.

Assim é que conforme seja solteira, casada ou viúva, a mulher tem diferente capacidade de agir.

[...]

Muitas são as limitações à igualdade dos direitos da mulher em relação aos dos homens que a lei impõem através do “estado civil” [...] só o trabalho das mulheres em conjunto conseguirá derrubar essa barreira de preconceitos que impede a perfeita igualdade entre os sexos e, sobretudo, a igualdade de posição da mulher e do homem na família...<sup>325</sup>

Havia um etos implícito nas colunas de Nice, e este remontava à construção da autonomia e da igualdade das mulheres através do trabalho remunerado, como fica claro neste trecho da coluna “Casamento não é emprego”:

Os direitos da mulher só serão iguais aos dos homens na família quando a mulher contribuir efetivamente para o sustento e manutenção do grupo que formou com o

<sup>324</sup> CORRÊA DUTRA, Lia. “Bodas de Prata”. Jornal *O Momento Feminino*. Ano I: Edição nº1, 25/07/1947. p. 02

<sup>325</sup> FIGUEIREDO, Nice. “O estado civil das mulheres”. Jornal *Momento Feminino*, nº08. Rio de Janeiro: 12/09/1947. p.07

marido. [...] O casamento não pode mais ser encarado como solução dos problemas financeiros da mulher, porque casamento não é emprego e sim a união de duas pessoas que se dispõem lado a lado a lutar pela vida, cujo preço, caro como é, impele hoje todos ao trabalho, fonte de independência individual e de igualdade entre os homens.<sup>326</sup>

Este tema fundamental (do auto-sustento da mulher através do trabalho remunerado), ela irá recuperar diversas vezes, e, em se tratando da virada dos anos 1940 para 1950, trata-se de algo bastante inusual e de sentido progressista. Nos textos “O chefe da família”<sup>327</sup>, “A manutenção da família”<sup>328</sup> e “O sustento da mulher”<sup>329</sup> ela irá retornar a ele, além de questionar o pátrio poder e o desequilíbrio entre os status de mulheres e homens dentro das famílias, em temas que iam do mais fundamental aos de menor impacto, como a definição do “domicílio conjugal” pelo homem (pois, segundo ela, era a própria vida, a capacidade financeira ou mesmo a mulher quem, na prática, o escolhia, portanto, a lei não fazia sentido<sup>330</sup>). Nada escapou à crítica mordaz da advogada, nem mesmo a diferença que a lei estabelecia entre o papel do pai e da mãe quando da autorização do casamento de um filho menor de idade

A penetração, a agudeza, a afeição e a sensibilidade de uma mãe são qualidades muito bonitas e úteis quando estão a serviço da vontade do marido, perdendo o valor e a expressão quando divergem desta. [...] Como se vê a consulta que se faz à mãe nesse sentido é, na prática, completamente inútil, pois o que prevalece é a vontade do pai ou do juiz, caso o consentimento paterno tenha sido negado sem motivos justos.<sup>331</sup>

Não é difícil supor que a coluna de Nice causasse polêmicas ou mesmo ensinasse críticas, o que se pode confirmar, inclusive, no trecho “não nos devemos deixar intimidar pelo temor das más interpretações, pois ao lado da saudável ‘voz do povo’ existe sempre a maledicência...” da sua coluna de 14 de novembro de 1947, intitulada “É preciso compreender...”, publicada no *Momento Feminino* nº17. Mas o fato de ela possuir um espaço cativo no jornal ao longo de anos debatendo e problematizando a questão da família e os direitos das mulheres é sinal da inclinação das comunistas em desnaturalizar a opressão das mulheres no interior da família.

Sessenta anos depois, as transformações demográficas e os rearranjos na família brasileira faziam-se refletir na elaboração dos comunistas. Em 2007, ano da realização da Conferência do PCdoB, 40% das famílias eram chefiadas por mulheres, segundo dados do

<sup>326</sup> Idem. “Casamento não é emprego”. *Jornal Momento Feminino*, nº 09. Rio de Janeiro: 19/09/1947. p. 07.

<sup>327</sup> Idem. “O chefe da família”. *Jornal Momento Feminino*, nº 16. Rio de Janeiro: 07/11/1947. p. 11.

<sup>328</sup> Idem. “A manutenção da família”. *Jornal Momento Feminino*, nº 21. Rio de Janeiro: 12/12/1947. p. 06.

<sup>329</sup> Idem. “O sustento da mulher”. *Jornal Momento Feminino*, nº 22. Rio de Janeiro: 19/12/1947. p. 06.

<sup>330</sup> Idem. “O domicílio conjugal”. *Jornal Momento Feminino*, nº 18. Rio de Janeiro: 21/11/47 p. 06.

<sup>331</sup> Idem. “Consentimento para casar”. *Jornal Momento Feminino* nº10. Rio de Janeiro: 26/09/47. p. 07.

IBGE, e muitas das políticas públicas do governo Lula, como Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida, eram focadas nesse público: mulheres chefes de família, conferindo um *status* inédito desse segmento social junto ao Estado brasileiro.

O documento da conferência afirmava que “embora tenha se conseguido grandes alterações no papel das mulheres nas relações familiares, ainda permaneceram resquícios do passado. Manteve-se, em boa medida, a divisão sexual do trabalho, herdada das sociedades anteriores”<sup>332</sup>, em uma síntese da análise acumulada pelos comunistas sobre o tema da família desde a redemocratização. O tema da família é colocado no centro da elaboração dos comunistas quando o assunto é a superação da opressão das mulheres:

Reafirmamos nossas convicções de que a verdadeira emancipação da mulher virá quando, na lei e na vida, os direitos sociais, políticos e econômicos forem uma realidade no seu cotidiano; quando as transformações no seio da família romperem com a divisão sexual e social do trabalho e a maternidade for entendida na sua função social e, ainda, quando mudanças ideológicas possam romper com os preconceitos arraigados, trazendo transformações comportamentais e de visão de mundo, fortalecendo a visão social da mulher cidadã, garantindo a articulação entre o espaço público e o privado, possibilitando preservar o direito de homens e mulheres usufruírem ambos os espaços, sem sacrifícios individuais. Essa luta será melhor equacionada nos marcos de uma sociedade socialista.<sup>333</sup>

Essa elaboração refletia, além das próprias transformações no âmbito da família ocorridas entre a realização de uma e outra conferência, o amadurecimento de anos de críticas feministas à família, desenvolvidas tanto no nível do movimento social quanto na produção acadêmica em diversos campos do conhecimento, como sociologia, história, etnologia, economia, ou ainda a crítica feminista do direito.<sup>334</sup> As feministas do PCdoB também acompanharam o desenvolver da crítica da família. A revista *Presença da Mulher*, logo em seu número de estreia, traz na capa uma matéria sobre o divórcio intitulada “Por que os casais se separam?”, com o perfil de quatro mulheres separadas, com e sem filhos, e analisando a tendência da mulher contemporânea (a revista é de 1986) ser mais exigente com as relações conjugais.

O tema da família e suas ramificações (trabalho doméstico, maternidade, separação, etc) apareceu em quase todas as edições da revista, sempre em perspectiva crítica feminista. A *Presença da Mulher* nº4, por exemplo, traz a matéria “Ser mãe é bom. Mas não é fácil”, onde reforça que “ser mãe é padecer sozinha no paraíso”, já que o desamparo das mulheres no

<sup>332</sup> PCdoB. Resolução da 1ª Conferência Nacional do PCdoB Sobre a Questão da Mulher. 2007. Brochura. p. 04.

<sup>333</sup> Idem.

<sup>334</sup> DEVREUX, Anne-Marie. Verbete: Família. HIRATA, H. et al. (orgs) *Dicionário Crítico do Feminismo*. p. 96.

cuidado dos filhos (ausência de creches ou mesmo de outrem para dividir as responsabilidades) era quase total. A matéria também questiona o modelo idealizado de maternidade no qual as mulheres deveriam viver em função das crianças durante seus três primeiros anos de vida e a necessidade de que o capítulo da CLT que institui creches nas empresas seja cumprido.<sup>335</sup>

Na *Presença da Mulher* nº5 um encarte especial do 1º Encontro Nacional de Entidades Emancipacionistas – Avanços e desafios da nova mulher apresentava um texto de Jô Moraes, no qual a autora historicizava a família à luz da teoria engelsiana e afirmava que “nessa evolução as relações entre os homens se modificaram. A família também mudou. Mas os traços de opressão doméstica sobre a mulher se mantiveram ao longo dos tempos.”<sup>336</sup>

Ao longo dos números da *Presença da Mulher* e do *Momento Feminino*, o que fica evidente é que a crítica feita pelas comunistas — da mesma forma que pelas feministas não integrantes do partido comunista — das conceituações de família não conduziu a uma definição de família, mas, sim, à contestação do modelo único e estático de família. E que este é um espaço social só passível de compreensão se analisado em articulação com outros espaços sociais, particularmente a esfera do trabalho profissional.<sup>337</sup> A elaboração presente nos periódicos ligados aos comunistas, seja do período de 1945-1960, seja de 1978-2007, aborda, de formas e em profundidades distintas, a problemática das relações sociais de sexo aplicada às articulações da família (e a opressão das mulheres) com o resto da sociedade, sobretudo a divisão sexual do trabalho e sua articulação com a esfera do trabalho remunerado e o espaço público.

## Trabalho

A categoria “trabalho” é central para a tradição comunista, o que inclui seus movimentos de mulheres. O trabalho e sua divisão social organizam as sociedades e dividem as classes sociais. Logo, a posição que um indivíduo ocupa na cadeia da divisão social do trabalho que o definirá como explorado ou explorador, por conseguinte, como ser potencialmente revolucionário (proletário ou trabalhador) ou aquele que vive parasitariamente da exploração do trabalho alheio (burguês ou capitalista), posto de forma bastante simplista. Segundo o pensamento marxista, o confronto dessas divisões sociais fundamentais, as classes,

<sup>335</sup> SORRENTINO, Sara. “Ser mãe é bom. Mas não é fácil”. Revista *Presença da Mulher* nº4. São Paulo: Ed. Liberdade-Mulher. abr/jun 1987.

<sup>336</sup> MORAES, Jô. “A origem da opressão da mulher”. Revista *Presença da Mulher* nº5. São Paulo: Ed. Liberdade-Mulher. jul/set 1987. p. 18.

<sup>337</sup> DEVREUX, Anne-Marie. Verbete: Família. HIRATA, H. et al. (orgs) *Dicionário Crítico do Feminismo*. p. 96.

movimentou a roda da História<sup>338</sup> até então e serão elas que, em luta, permanecerão sendo seu motor. Para romper com o regime de exploração do trabalho, os comunistas apostam na organização da classe operária e de um partido que a represente: o partido comunista. Isso, por si, coloca o tema do trabalho em posição privilegiada nos debates do partido comunista, o que se pôde verificar nos periódicos do PCB das décadas de 1940 e 1950 e do PCdoB dos anos 1980 a 2000.

Deriva dessa mesma tese principal — da centralidade do trabalho na organização da sociedade — a explicação da opressão das mulheres e sua possibilidade de superação. O feminismo marxista se desenvolveu localizando na divisão sexual do trabalho a explicação para a opressão das mulheres, bem como apostando na conquista do trabalho remunerado (trabalho produtivo), no retorno ao espaço público, o fator de libertação da mulher da “escravidão doméstica”.

Para o pensamento marxista, que fundamenta a tradição comunista, as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão sexual do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc).

No fundamental, em ambos os períodos os comunistas defendiam que emancipar as mulheres passava, necessariamente, pelo seu ingresso no trabalho produtivo. É por isso que, tanto em 1956 quanto em 2007, os comunistas valorizavam organizar as mulheres trabalhadoras, ou seja, aquelas que já estavam na esfera produtiva, que possuíam um trabalho remunerado, além do trabalho doméstico, considerado da mesma forma nas duas conferências, como uma espécie de âncora que inviabiliza a emancipação da mulher. Ou seja, para os comunistas, o trabalho é o ente fundamental que pode emancipar ou escravizar a mulher.

---

<sup>338</sup> MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*.

Quando da realização da conferência de 1956, ainda que estivesse fortemente presente o raciocínio que atribui ao confinamento doméstico e ao afastamento do trabalho remunerado os fundamentos da opressão das mulheres, os comunistas ainda não faziam uso de categorias que seriam melhor desenvolvidas pelo feminismo materialista francófono ao longo dos anos 1960 e 1970, todavia, essa influência fica evidente na conferência de 2007. De toda forma, os clássicos do marxismo leninista publicados no Brasil<sup>339</sup> haviam legado instrumental suficiente para que os comunistas, em 1956, elaborassem como políticas do PCB específicas para mulheres:

- orientar nosso esforço principal para as grandes massas femininas que ainda vivem afastadas de qualquer atividade produtiva, condenadas ao isolamento do lar – as donas de casa, especialmente as mais pobres. Junto com elas, devemos encontrar as justas maneiras de organizá-las e de leva-las à luta por suas reivindicações mais sentidas.
- realizar constante atividade junto às mulheres que trabalham – as operárias, comerciárias, bancárias, funcionárias públicas e outras – como também junto às estudantes. Cabe aos comunistas leva-las para os Sindicatos e organizações correspondentes e lutar pela criação de departamentos especializados que atendam a seus interesses.
- preocupar-se com a mobilização e a organização das empregadas domésticas, privadas ainda do direito de sindicalização e das conquistas sociais dos trabalhadores,
- fazer com que as Organizações de Base nas empresas realizem trabalho junto às mulheres dos operários<sup>340</sup>

Não são raras as passagens em documentos do PCB ou assinados por dirigentes e militantes da agremiação que trazem implícita ou explicitamente a ideia de que a mulher só se emancipará através do trabalho produtivo e com a socialização do trabalho reprodutivo. Ideia-força que se repete na elaboração do PCdoB, mais de seis décadas depois:

7. A corrente emancipacionista precisa aprofundar o sentido estratégico que tem a inserção da mulher no mercado de trabalho em condições de igualdade na lei e na vida. É fundamental desvelar o limite político da inserção da mulher no mercado de trabalho na sociedade capitalista. Durante o desenvolvimento histórico do capital são ativadas algumas potencialidades positivas para a emancipação da mulher – apenas para serem mais uma vez anuladas sob o peso das contradições do sistema. Isso porque, ao impulso do capital para a expansão lucrativa interessa incluir a mulher no mercado de trabalho, mas impondo limitações e desigualdades, jogando sobre os ombros da mulher o peso das disfunções sociais associadas à crescente instabilidade da família e às injunções do “Estado mínimo”. Tudo isso se relaciona com a divisão sexual do trabalho, que se enraíza na atribuição prioritária do trabalho doméstico à mulher. Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades da divisão do trabalho entre os sexos, tanto no trabalho assalariado quanto no trabalho doméstico, evoluem em consonância com as relações de produção. No universo do mundo produtivo e reprodutivo existe uma construção social de papéis que faz com que homens e mulheres sejam, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho.<sup>341</sup>

<sup>339</sup> Cf. nota 131.

<sup>340</sup> PCB. Resolução Política Da Conferência Nacional Sôbre o Trabalho do Partido Entre as Mulheres. *Jornal Voz Operária*, nº 370. Rio de Janeiro: 16/06/1956. p. 02.

<sup>341</sup> PCdoB. Documento da 1ª Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher. 2007. Brochura. p.05

O que se nota entre uma elaboração é outra um maior adensamento e complexificação, todavia, ambas possuem os mesmos fundamentos. Em ambas as conferências, os comunistas defendiam que a emancipação da mulher passava necessariamente pelo trabalho produtivo, mesmo sendo esse trabalho explorado. Por isso os comunistas defendiam que as mulheres se organizassem nos sindicatos, para lutar por seus direitos laborais, mas que também organizassem departamentos específicos de mulheres onde pudessem organizar as demandas das mulheres de cada categoria profissional. Já em 1956, o PCB afirmava que “a mulher sofre um jugo duplo. Sofre como qualquer trabalhador, mas também como mulher”. Ou seja, o caminho da emancipação passava pelo trabalho produtivo, ainda que explorado sob o sistema capitalista, mas com melhores condições de organização e luta social para as mulheres do que no confinamento doméstico, presa ao trabalho reprodutivo, caracterizado frequentemente como “escravidão doméstica”, “trabalho sem brilho” e “mesquinho” pela militância do PCB.

O PCdoB recupera essa tradição. A conferência de 2007 é calcada precisamente na ideia do trabalho como chave para emancipar as mulheres. Os comunistas enxergam na divisão sexual do trabalho a mola propulsora das desigualdades entre homens e mulheres, seja em escala estrutural ou superestrutural. A conferência procurava, também reafirmar a centralidade do trabalho para o feminismo emancipacionista, no momento em que uma profusão grande de diferentes faces do feminismo vinha ganhando espaço na academia e na sociedade, “marcadamente os que colocam no centro, como justificativa da opressão, a questão do corpo, da sexualidade, e não o trabalho”<sup>342</sup>, os comunistas sentiram necessidade de reafirmar este preceito fundamental da tradição feminista marxista.

## **Sexualidade**

O tema da sexualidade não recebeu atenção dos comunistas no âmbito partidário, seja do PCB ou do PCdoB. Em geral, em todo o material consultado e entrevistas realizadas, o tema, quando surgiu, foi de passagem e abordando o impacto da Revolução Sexual (portanto pós década de 1960) para a vida das mulheres na sociedade, especialmente no que tange o mundo do trabalho e espaço público. A sexualidade, compreendida como os

usos do corpo e, em particular – mas não exclusivamente – dos órgãos genitais, a fim de obter prazer físico e mental, e cujo ponto mais alto é chamado por alguns de orgasmo. Fala-se de conduta, comportamento, relações, práticas e atos sexuais. De uma maneira mais ampla, a sexualidade pode ser definida como a construção social desses usos, a formatação e ordenação dessas atividades, que determina um conjunto

---

<sup>342</sup> ROCHA, Ana. Entrevista à autora.

de regras e normas, variáveis de acordo com épocas e sociedades. Essas regras e normas proíbem uma série de atos sexuais e prescrevem outros, e determinam as pessoas com as quais tais atos sexuais podem ou não e devem ou não ser praticados.<sup>343</sup>

não foi tematizada diretamente nem no primeiro (1945-1960) e nem no segundo período analisados (1978-2007), mesmo sendo um dos pontos em que as mulheres sofrem maior opressão. Apesar disso, nas entidades de mulheres onde atuavam as comunistas em cada período — a FMB (1949-1956) e a UBM (1988-) —, houve iniciativas, mais ou menos tímidas, de abordar o tema.

Em toda a coleção do *Momento Feminino*, o tema aparece lateralmente e apenas uma vez, em 1947, no artigo da advogada Nice Figueiredo (já citado no primeiro capítulo), no qual se opõe à valoração moral das mulheres com base em sua atividade sexual e, especificamente, à possibilidade de anulação do casamento caso a mulher tenha sido “desonrada”, ou seja, não seja virgem

O critério de valorização da dignidade de uma mulher pela sua virgindade, longe está de corresponder a um princípio sadio e moral, e, muito menos, ao conceito de liberdade individual dos nossos dias.

A virgindade é um preceito físico, cuja preservação é assunto que diz respeito tão somente a quem a possui. Dignidade é um predicado moral que independe da membrana vaginal. [...] A prática do ato sexual não desonra pessoa alguma [...]<sup>344</sup>

Naquele momento, décadas de 1940 e 1950, na sociedade brasileira, a tematização da sexualidade estava interdita. Um forte clima conservador pós 2ª Guerra ditava quais temas poderiam ou não ser discutidos. O discurso pudico ganhava espaço nos mundos capitalista e socialista, e a moral média, incluídos os e as comunistas, tendia a reproduzi-lo. Ou seja, por tímido que pareça aos olhos de hoje, o artigo de Nice Figueiredo publicado pelo *Momento Feminino*, desafiava o silêncio imposto acerca da sexualidade, ainda que ele não aborde diretamente o exercício da sexualidade em si, o prazer e outras abordagens possibilitadas pelo advento da pílula anticoncepcional e a consequente revolução sexual que essa catapultou.

Já para os comunistas dos anos 2000, o pano de fundo do debate sobre a sexualidade das mulheres havia florescido substancialmente se comparado à interdição que ocorria nas décadas de 1940 e 1950. A pílula anticoncepcional possibilitara a dissociação de sexualidade e

<sup>343</sup> LHOMOND, Brigitte. Verbete “Sexualidade”. Em: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 231.

<sup>344</sup> Artigo de Nice Figueiredo “A anulação do casamento”. Jornal *O Momento Feminino*. Ano I: Edição nº13, 17/10/1947. p. 06.

reprodução de forma bastante segura e já desde os anos 1960 as mulheres experimentavam uma sexualidade mais livre.

A sexualidade contemporânea se caracteriza, nas sociedades ocidentais, por sua possibilidade de prática independente (autônoma) da reprodução e pela legitimação do seu exercício fora da instituição do casamento. Ao mesmo tempo, as mudanças das estruturas familiares e o progressivo reconhecimento social e jurídico de certas relações sexuais (por exemplo, as homossexuais) dão lugar a fortes tensões.<sup>345</sup>

No Brasil, o surgimento de movimentos feministas ainda durante a ditadura militar, sobretudo a partir da década de 1970, e as próprias transformações nas relações sociais advindas de uma crescente urbanização da população e escolarização das mulheres, abriam espaço para a tematização da sexualidade.

Os movimentos feministas e homossexuais são a ponta de lança de uma crítica radical das normas sexuais. Mudanças na legislação ocorreram sob pressão deles (Mossuz-Lavau, 1991) O movimento de libertação das mulheres, na França, se manifestou em duas lutas fundadoras: pelo aborto livre e gratuito – a partir de 1970 – e contra o estupro e a violência – desde 1975. [...]

Num primeiro momento, a crítica feminista, cuja característica fundamental é a análise das relações de dominação dos homens sobre as mulheres, centrou-se, no que diz respeito à sexualidade, na questão da livre disposição do próprio corpo das mulheres.<sup>346</sup>

No Brasil, a questão da sexualidade vai ganhando força nos movimentos feministas a partir da década de 1980, conforme foi avançando a restauração da democracia. Neste sentido, muitos movimentos de mulheres passaram pautar a questão da sexualidade e do corpo. Progressivamente os movimentos feministas brasileiros foram incorporando esse tema, até que, na segunda metade dos anos 2000, os coletivos e organizações que tratavam do tema eram razoavelmente numerosos, especialmente nas universidades.

O PCdoB institucionalmente, em geral, permaneceu silente sobre o tema. Todavia, as comunistas que atuavam nas uniões de mulheres e, posteriormente, na UBM, pautavam o tema, direta ou indiretamente, nas entidades. Já na segunda edição da revista *Presença da Mulher*, de outubro/novembro de 1986, havia matérias ensinando a usar o diafragma, segundo as redatoras, método contraceptivo “Seguro e inofensivo”<sup>347</sup>. A edição também trazia um artigo de opinião da médica Sara Sorrentino, também militante do PCdoB e do Conselho Editorial da Revista *Presença da Mulher*, na sessão “Saúde em debate”, em defesa do planejamento familiar

<sup>345</sup> LHOMOND, Brigitte. Verbete “Sexualidade”. Em: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 235.

<sup>346</sup> Ibidem.

<sup>347</sup> “‘Seguro e inofensivo’ como usar o diafragma”. Revista *Presença da Mulher*. Ed. nº02, out/nov 1986. São Paulo: Editora Liberdade-Mulher. p. 06.

público: “queremos planejar o número de filhos sim, mas com liberdade e como um direito à saúde e a maior participação da mulher em nossa sociedade.”<sup>348</sup> A mesma edição trazia uma matéria sobre o direito ao aborto.<sup>349</sup> Ou seja, em que pese o foco não fosse o exercício da sexualidade *per se*, havia preocupação em dar resposta às demandas mais imediatas das mulheres de saber como garantir a separação entre sexo e fecundidade — e o direito à sexualidade recreativa também para as mulheres, e a defesa da maternidade como escolha — e não obrigação.

O tema da sexualidade foi aparecendo ao longo dos anos na revista e nas atividades das militantes da UBM sem jamais chegar a ser, contudo, a principal bandeira da entidade. De todos os subtemas e debates que o tema enseja, sem dúvida, o mais presente foi o direito ao aborto, realizado gratuitamente no Sistema Único de Saúde por livre manifestação da gestante. Localmente, a entidade também realizava rodas de conversa sobre sexualidade, abaixo-assinados pela garantia de distribuição dos métodos contraceptivos nas unidades básicas de saúde do SUS, e encampou um projeto nacional sobre DST's/AIDS onde realizou diversas oficinas sobre sexualidade, prevenção de DST's/AIDS e uso de preservativos por onde passaram centenas de participantes em todo o país.<sup>350</sup>

Os comunistas delegavam o debate sobre sexualidade e suas ramificações (sendo o direito ao aborto a mais usual) às entidades de movimento social onde atuavam. Além da já citada UBM, a União da Juventude Socialista – UJS, organização de juventude ligada política e ideologicamente ao partido, fazia-se a defesa da legalização do aborto, bem como do exercício de uma sexualidade livre, inclusive do ponto de vista da orientação sexual. A forma como PCdoB, institucionalmente, abordou o tema da sexualidade indica que o partido a compreende como sendo de foro íntimo, tendo dificuldade em pautá-la politicamente. As exceções se manifestam sobre o que tem impacto público, como aborto e homofobia, sobre os quais o partido tem posição clara, respectivamente pela legalização e criminalização.

---

<sup>348</sup> SORRENTINO, Sara. “Saúde em debate”. Revista *Presença da Mulher*. Ed. nº02, out/nov 1986. São Paulo: Editora Liberdade-Mulher. p. 09.

<sup>349</sup> “Aborto com assistência” Revista *Presença da Mulher*. Ed. nº02, out/nov 1986. São Paulo: Editora Liberdade-Mulher. p. 08.

<sup>350</sup> ROCHA, Maria Liège. Entrevista concedida à autora.

## Considerações Finais

Este trabalho analisou e comparou a Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido entre as Mulheres realizada pelo PCB em maio de 1956 à 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher, ocorrida em março de 2007, em seus respectivos contextos históricos, sociais e partidários. A questão nuclear da emancipação das mulheres, em ambos os casos, foi envolta por uma série subtemas dela derivada, tais como trabalho, educação, maternidade, direitos sociais e direitos civis, engajamento e participação política, dentre outras. Todavia, para além dos temas tratados nas conferências, tais eventos suscitam reflexões adjacentes acerca das potencialidades e limites do debate feminista no interior de uma organização partidária.

No tema do trabalho, a brecha salarial entre homens e mulheres é a principal denúncia, ao mesmo tempo, o trabalho produtivo e remunerado permanece sendo o principal caminho apontado pelos comunistas para a emancipação da mulher. Além do ingresso massivo na esfera do trabalho produtivo, a superação do trabalho reprodutivo, historicamente realizado pelas mulheres no espaço privado, com o Estado assumindo as tarefas do que se realiza então como trabalho doméstico (o que ocorreria com criação de lavanderias e restaurantes públicos, creches e outros equipamentos sociais que aliviem a carga de trabalho reprodutivo), permanece sendo, tanto em 1956 quanto em 2007, a principal aposta dos comunistas para libertar as mulheres da situação de opressão em que se encontram. Neste ponto, uma e outra conferência reafirmam a reivindicação da tradição do feminismo marxista, que lastreia no trabalho tanto a opressão quanto a possibilidade de libertação das mulheres. Segundo essa tradição, iniciada ainda no século XIX com a elaboração de Engels e, indiretamente, do próprio Marx, somente em uma sociedade sem divisão social e sexual do trabalho seria possível a libertação dos seres humanos da exploração de classe, sexo ou étnico-racial. De forma que, sob esse aspecto, no essencial, as duas conferências preconizam o mesmo.

Muitos dos temas de 1956 reaparecem em 2007, alguns rearticulados e repostos em outro nível, como o direito à educação que, se em 1956 avultada a denúncia do baixo índice de escolarização do povo brasileiro, especialmente das mulheres, expressos nos mais de 10 milhões de analfabetas no Brasil, em 2007 a questão reaparece com a denúncia do sexismo e da reprodução da divisão sexual do trabalho no sistema educacional cuja resultante eram menores salários para as mulheres, apesar da escolaridade superior à dos homens, fato historicamente inédito.

Importante ressaltar que, no caso do partido comunista, trata-se de uma organização cujo objetivo final é a luta pela superação da ordem capitalista e construção de uma sociedade de novo tipo, onde não haveria exploração, opressão ou discriminação de nenhuma espécie. O comunismo seria, como preconizado por Marx e Engels, uma sociedade de igualdade plena entre os seres humanos, onde não haveria dominados ou dominantes. Neste sentido, o partido comunista realizaria, essencialmente, uma luta feminista. Como tal, deveria refleti-la no corpo de sua organização. Todavia, a militância comunista é composta por homens e mulheres inscritos em uma determinada formação econômico-social e toda a carga cultural que ela enseja. Ou, como afirmou Marx no 18 de Brumário, “o fantasma de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”<sup>351</sup>

Entre a prefiguração da sociedade pela qual luta o partido comunista e a concretude das relações cotidianas eivadas de preconceitos e limites de compreensão, a resultante da luta ideológica nem sempre foi favorável às mulheres. As duas conferências, todavia, foram momentos especialmente ricos neste sentido. O forte conteúdo autocrítico de ambas no tocante à subestimação da luta das mulheres pelo partido revela um esforço consciente de superação de concepções e práticas machistas presentes na agremiação, incluindo suas direções. Entretanto, obviamente, eventos partidários isoladamente, por ricos que sejam, não são suficientes para sobrepujar a mais antiga das opressões, e a consigna organizativa das duas conferências — “tornar a luta da mulher tarefa de todo o partido” — jamais chegou a se realizar.

De onde se conclui que as relações sociais de sexo, estruturantes socialmente, estruturam também as relações no interior dos partidos comunistas e estes terminam por, em maior ou menor grau, reproduzi-las. Assim como há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres na sociedade, com prevalência do primeiro sobre o segundo, no partido comunista também haveria esse tipo de divisão sexual do trabalho partidário, como reportam diversos documentos partidários criticamente. Porém, essa não é uma observação que se deva tomar de maneira absoluta ou estática, ao contrário, houve momentos em que os comunistas, institucionalmente, empreenderam esforços para promover mulheres aos espaços de direção, reconhecendo ser um déficit do partido a ausência de mulheres nas instâncias dirigentes.

Evidentemente, as diretrizes de promoção de mulheres esbarraram em uma série de obstáculos que extrapolavam a boa vontade das resoluções partidárias, tornando-as quase um vaticínio. Além de fatores ideológicos como o machismo das direções — elemento bastante explorado em trabalhos acadêmicos que tratam de mulheres no PC ou outras organizações de

---

<sup>351</sup> MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 7ª Edição, 1997. p. 21.

esquerda —, a própria estrutura social que sobrecarrega sobremaneira as mulheres com o trabalho reprodutivo acrescido da jornada de trabalho (mal) remunerado é um elemento fundamental neste debate. Além disso, a construção da identidade sexual das mulheres que lhes reserva características pouco valorizadas no ambiente público, especialmente o político, tais como recato, discrição, passividade, ao passo que, teoricamente, lhes faltaria, em grande medida, agressividade, confiança para falar em público e para tomar decisões sob pressão, características consideradas fundamentais para o exercício do poder na esfera política. Se é verdade que há inúmeras mulheres que rejeitam e se colocam além destes estereótipos, há também muitas daquelas que os confirmam, tornando o ambiente político especialmente hostil para todas as mulheres. Ou, em outras palavras, o ambiente político, incluso o PC, foi edificado sobre características consideradas essencialmente de homens, extraídas da identidade sexual masculina, sem mencionar a maior disponibilidade de tempo para militância.

Ou seja, mesmo quando engajadas politicamente, são muitos os empecilhos — subjetivos e também objetivos — que afastam as mulheres do exercício efetivo do poder. Essas construções, simbólicas ou estruturais, são alheias ao partido comunista, que, todavia, sofre diretamente sua influência. Esses são alguns dos motivos pelos quais a promoção de mulheres às instâncias de poder e decisão no partido comunista sempre foi substancialmente difícil — além da violência de Estado constantemente perpetrada contra o PC, que torna qualquer debate, diretriz ou tentativa de renovação mais lento e difícil. Em que pese o partido tenha reconhecido a ausência de mulheres das direções como problema e indício de debilidade ideológica dos comunistas, as diretrizes preditas sempre se concentraram no aspecto subjetivo, ideológico, da questão, até porque, nos fatores objetivos, concretos, como a dupla jornada de trabalho e o menor tempo disponível para militância de que as mulheres dispõem, os comunistas teriam pouca ou nenhuma influência. E, ao que tudo indica, ainda não descobriram uma maneira para reverterem essa questão: o peso das relações sociais de sexo que se repõem no interior do PC.

Ambas as conferências reportam a dificuldade de forjar quadros para as direções partidárias, todavia, tal dificuldade é superior quando se tratam de quadros mulheres, o que reforça as hipóteses estabelecidas nos parágrafos acima. As duas conferências abordaram a necessidade de haver comunicação partidária específica para o público feminino, bem como o reforço da formação político-teórica destas militantes, seja formando mais mulheres, seja reforçando a formação sobre o tema da emancipação da mulher. Medidas importantes, sem dúvida, para que as mulheres se vissem de forma mais imediata na política do partido e pudessem se retroalimentar política e teoricamente tornando-as aptas a fazerem o debate ideológico em defesa também das pautas específicas das mulheres. Com relação ao estímulo e

permanência de mulheres na agremiação, a conferência do PCdoB foi mais concreta e incisiva em alguns pontos (até por receber a influência dos debates dos movimentos feministas que eclodiram no Brasil nos anos 1970 e 1980): propôs a manutenção de creches nos eventos partidários, adequação dos horários de reuniões para facilitar a participação de mulheres (evitando marcar ou termina-las em horários considerados “perigosos”), além da instituição da presença mínima de mulheres nas direções (30%), que devem também ocupar comissões políticas e secretariados. Provavelmente, esse avanço na formulação do PCdoB está relacionado ao ambiente democrático em que realizou a conferência e às mais de cinco décadas — e tudo o que isso implica — que a separam da conferência do PCB.

Vale salientar que em todos esses casos tais políticas foram apresentadas pelas direções partidárias ao coletivo do partido, tendo sido gestadas em conjunto com militantes comunistas dedicadas à luta feminista em cada período. A Resolução do CC de março de 1955 e a conferência de 1956 do PCB são o resultado da luta interna coletiva de muitas militantes dedicadas à luta da mulher, mas com destaque para alguns quadros de maior capacidade de elaboração e trânsito junto à direção, no caso, destacam-se Iracema Ribeiro, Olga Maranhão e Arcelina Mochel. Incitado pelas críticas feitas pelas mulheres e admitindo-as como verdadeiras, os comunistas absorveram sua elaboração e transformaram em autocrítica institucional o que outrora eram críticas de militantes. Ao mesmo tempo, absorveu-se como política partidária as sugestões elaboradas por esses quadros dotados de maior experiência no debate sobre mulheres. Não à toa, esses três nomes foram indicados e eleitos ao Comitê Central no 4º Congresso do PCB, em 1954.

Ou seja, havia um esforço genuíno de reforçar o debate de mulheres no interior do PC, bem como de promover mulheres afeitas a ele. Todavia, tal esforço teria sido inócuo se não tivesse sido respaldado pela existência de mulheres, quadros politicamente qualificados, dispostas a enfrentar o debate, muitas vezes duro e desigual, em defesa da emancipação da mulher no interior do partido comunista. O mesmo se observa no PCdoB: a direção partidária fez o primeiro gesto, convencida da importância de o partido desenvolver-se no movimento de mulheres, à convocatória da direção, responderam alguns quadros, que passaram a se ocupar deste debate internamente, e desenvolver o tema no partido. Há uma relação dialética entre os quadros partidários específicos dedicados a esse tema e a elaboração política geral do partido, que é simultaneamente de pautar e serem pautados.

Esta relação gerou, nos dois casos, ter como resultantes elaborações partidárias em que a questão da mulher não aparece como tema separado, paralelo, mas como agenda integrada à política geral do partido. Por isso as duas conferências preconizavam que a luta da mulher

deveria ser tarefa de todo o partido. Essa abordagem enseja algumas reflexões no que diz respeito à pertinência de organizações setoriais exclusivas de mulheres em partidos políticos, ao menos os de tipo leninista como os PCs. A organização de mulheres em torno da luta feminista em espaços mais amplos, mistos, não podem resultar em segmentações tão estreitas que culminem em guetos, passíveis de isolar e enfraquecer a própria agenda feminista no interior da organização. A experiência mostra que nos dois momentos em que houve florescimento da luta feminista no interior do PC foram os momentos em que a direção estava convencida da justeza da pauta e a chamou para si, ainda que, por óbvio, houvesse ainda muitas contradições e subestimações no cotidiano partidário.

No caso do PCB, fatores externos de altíssima gravidade engendraram um agudo processo de luta interna. Historicamente, é possível observar que nos momentos de crise e disputa interna, o ar torna-se rarefeito primeiro para as mulheres. São elas as primeiras atingidas e excluídas dos corpos dirigentes, como fica claro na queda brusca do número de mulheres eleitas no 4º Congresso em 1954 (07, incluindo as suplentes, vide Anexo C) para apenas uma no 5º Congresso, em 1960. Ou seja, com todo o empenho partidário de valorizar e promover mais mulheres às direções, bastou uma única crise política, como vaticinou Simone de Beauvoir no *Segundo Sexo*, para que se retrocedesse no debate e nos direitos das mulheres no interior do PCB.

O trabalho feminista no interior do PCdoB, pela via inversa, também confirma esta tendência. O maior tempo de legalidade de sua história permitiu ao partido estruturar um consistente trabalho de promoção de mulheres, que vem aumentando gradativamente, como mostra o Anexo C. Todavia, a lentidão com que ocorre este fenômeno é um indício de que as dificuldades objetivas e subjetivas para promoção de mulheres aos espaços de poder do partido apresentadas nestas considerações finais possuem bastante força, ainda que, após a realização da conferência, tenha havido uma ligeira aceleração neste processo.

Os exemplos de luta feminista dos comunistas no Brasil fornecem elementos para debates tão diversos quanto ricos. Os primeiros questionamentos dizem respeito aos limites e potencialidades do feminismo em uma organização cuja função precípua não é a luta feminista, constituída por mulheres e homens (às vezes, majoritariamente, inclusive). De que forma dar vazão à tensão permanente entre geral e específico na disputa pelo espaço que a agenda das mulheres ocupará na agenda geral do partido, e qual o papel dos homens neste embate. O papel das mulheres enquanto sujeitos políticos para dar corpo às pautas calcadas na identidade sexual e nas relações sociais de sexo, tão poderosas que se tornam invisíveis socialmente, mesmo no interior de organizações que se reivindicam revolucionárias. E pode-se dizer que, da mesma

maneira que o grau de emancipação de uma sociedade se mede pelo grau de emancipação de suas mulheres, na contradição permanente entre o ser e o devir do partido comunista, o *status* da luta das mulheres, seja enquanto pauta, seja enquanto sujeitos políticos, é um forte indicativo do estágio ideológico em que se encontra.

## Referências

### Bibliografia

ALEMBERT, Z. *A mulher na História. A História da Mulher*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira / Editorial Abaré, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os comunistas e a questão da mulher*. São Paulo: Cerifa – Novos Rumos, 1982.

\_\_\_\_\_. *Feminismo: O ponto de vista marxista*. São Paulo: Editora Nobel, 1986.

ALESP. Relação de Deputados Estaduais de São Paulo (desde 1947). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputados-legislaturas/?idLegislatura=1>

ALVES, B. M. *Ideologia e feminismo – A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEBEL, August. *La mujer y el socialismo*. Barcelona: Akal Editor, 1977.

BERNARDES, Maria Elena. *A invisibilidade feminina na política*, Campinas (SP): CMU/UNICAMP, 2007.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, Octavio. *Combates e Batalhas – Memórias (vol. 1)*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

BRASIL. Decreto nº 229. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/7/1935, Página 15250 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-229-11-julho-1935-518037-publicacaooriginal-1-pe.html>

BUARQUE DE HOLLANDA, S. & FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira - Vol. 10 - O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 5 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

BUARQUE DE HOLLANDA, S. & FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira - Vol. 11 - O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 5 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

BUONICORE, A. & FARIA, F. G. As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil – primeira parte. Portal da Fundação Maurício Grabois, 2012: Disponível em: [http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id\\_sessao=30&id\\_noticia=8998](http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=30&id_noticia=8998)

BUONICORE, Augusto. 1948-1958 – Do Manifesto de Janeiro de 1948 à Declaração de Março de 1958. Em: BUONICORE, A. & RUY, J. C. *Contribuição à História do Partido Comunista do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois / Editora Anita Garibaldi, 2012.

\_\_\_\_\_. *Meu verbo é lutar: a vida de João Amazonas*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Editora Anita Garibaldi, 2012.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia. A esquerda em armas*. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Editora Anita Garibaldi, 2012.

CAMPOS, Augusto. *Pagu – Vida e Obra*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2014.

CARONE, E. *O Marxismo no Brasil (das origens a 1964)*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

\_\_\_\_\_. *O PCB (1943 a 1964)*. São Paulo: Difel, 1982.

CASTRO, Mary G. Marxismo, feminismo e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. *Revista Crítica Marxista*, v. 11. 2000.

COSTA, Ricardo. A Produção Político-Cultural do PCB dos anos 30 aos 60. Em: Fundação de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Dinarco Reis. Disponível em: <https://fdinarcosreis.org.br/fdr/2012/06/28/a-producao-politico-cultural-do-pcb-dos-anos-30-aos-60/>

D'ATRI, A. Feminismo e marxismo: 40 anos de controvérsias. Em: *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 27. Editora da PUC. 2011.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

DEOPS. Prontuário nº 1.053 – Patrícia Rehder Galvão. Disponível em APERJ.

DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

DULLES, John W. Foster. *O Comunismo no Brasil. 1935-1945. Repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Prisioneiros do Mito – Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Maud e EdUFF, 2002.

GALVÃO, Patrícia. *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Em: FERRAZ, Geraldo Galvão (Org.). Rio de Janeiro: Agir, 2005.

GOLDENBEG, M. Mulheres & Militantes. Em *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 5, n. 2, 1997.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: Política da família Soviética e da vida social entre 1917 e 1936*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

GRAZIA, Victoria de. O patriarcado fascista. As mulheres italianas sob o governo de Mussolini (1922-1940). Em: DUBY, George & PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente. Vol. 5: O Século XX*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991.

- GRINBERG, K. *Código Civil e Cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- HARNECKER, Martha. *Estrategia y Tática*. Buenos Aires: Editora Antarca, 1988.
- HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- INTERNACIONAL COMUNISTA. *Teses e Resoluções da III Internacional Comunista sobre a Acção Feminina*. Textos “Revolução e Liberdade”.
- JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2016.
- KAREPOVIS, Dainis. *A esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. Tese (Doutorado) - Departamento de História da FFLCH/USP. 2001.
- \_\_\_\_\_. *Luta Subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Editora Hucitec; Editora Unesp, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A Classe Operária Vai ao Parlamento – o Bloco Operário e Camponês no Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.
- KINOSHITA, D. L. As mulheres do PCB/PPS. Palestra proferida no I Encontro Nacional de Mulheres do PPS. Brasília: 13 e 14 de setembro de 2003. Disponível em: <http://mulheres.pps.org.br/portal/showData/145587>. Acesso em: 27 set. 2014.
- KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de una mujer emancipada*. Barcelona: Editora Fontamara, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- LENIN, V. I. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980.
- LÊNIN, Vladimir I. (et al.), *Estratégia e Tática*. São Paulo: ed. Anita Garibaldi, 1989.
- LOSURDO, Domenico. *A Luta de Classes: uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MARX et alii. *Sobre a mulher*. São Paulo: Global, 1981.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MÉRCIER, Valentine. *Le PCB et les mouvements féminins: des sociabilités militantes à l'émergence d'une identité sexuée politisée (1945-1961)*. Mémoire de Master 2. Paris: Sorbonne Nouvelle, 2014.
- MITCHELL, J. Women: the longest revolution. Em: *New Left Review*, Londres, n. 40, 1966.
- MITCHELL, J. *Women's Estate*. Penguin Books, 1971.

MORAES, Fernando. *Olga*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1985.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Usos e limites da categoria gênero. Em: *Cadernos Pagu*, v. 11, 1998. p. 107-20.

\_\_\_\_\_. Cidadania no feminino. Em: PINSKY, J. & PINSKY, C. B. *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. Em: *Revista Crítica Marxista*, v. 11. 2000.

\_\_\_\_\_. *Vinte Anos de feminismo*. Tese de Livre-docência. Campinas: Unicamp, 1996.

MORENTE, Marcela C. O. *Invadindo o mundo público: movimentos de mulheres (1945-1964). Histórias de repressão e resistência*, 12. São Paulo: Ed. Humanitas / FAPESP, 2017.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A Câmara Municipal do Rio/DF e a política para as favelas. Em: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: julho/2011.

PAIM, Alina. *A hora próxima*. Coleção Romances do Povo. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1955.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). *1ª Conferência Nacional do PCdoB Sobre a Questão da Mulher*. São Paulo: PCdoB, 2007.

\_\_\_\_\_. *Documentos e Resoluções do 11º Congresso do PCdoB – Partido renovado, Brasil soberano, futuro socialista (Brasília, 20 a 23 de outubro de 2005)*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2006.

\_\_\_\_\_. *Guerra Popular – caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa: Editora Maria da Fonte, 1969.

\_\_\_\_\_. *Programa Socialista para o Brasil*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1995.

\_\_\_\_\_. *Resolução da 9ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: PCdoB, 2003.

\_\_\_\_\_. *A política Revolucionária do PCdoB: Resoluções do 7º Congresso*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1988.

\_\_\_\_\_. *O Socialismo Vive! Documentos e Resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1992.

\_\_\_\_\_. *União do Povo contra o Neoliberalismo. Documentos do 9º Congresso do PCdoB*. São Paulo: ed. Anita Garibaldi, 1997.

\_\_\_\_\_. *Novo Rumo para o Brasil. Documentos e Resoluções do 10º Congresso do PCdoB*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2001.

\_\_\_\_\_. Resolução do CC Sobre a Questão da Emancipação da Mulher de 26/11/2006. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/1-conferencia-nacional-sobre-a-questao-da-mulher/#>

PAZ, Mariza Campos da. *Nieta dos Campos da Paz*. Niterói: Mauad, 2012.

PINSKY, C. B. & PEDRO, J. M. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PINSKY, C. B. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PRESTES, Maria. *Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luís Carlos Prestes*. 3 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Anita Garibaldi/E-papers Serviços Editoriais, 2012.

QUARTIM DE MORAES, João. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. Em: QUARTIM DE MORAES, J. (Org.). *História do Marxismo no Brasil. Vol. II. Os influxos teóricos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. Em: AARÃO REIS FILHO, D. & QUARTIM DE MORAES, J. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil. Vol. I. O Impacto das Revoluções*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

RABELO, Renato. Uma luta complexa e prolongada. Discurso pronunciado na abertura da 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher, 29/03/2007. Em: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). *Documentos e Resoluções da 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher*. São Paulo: 2007.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018.

RICARDO, Arleandra de Lima. Adalgisa Cavalcanti: Bela, comunista e 1ª Deputada Estadual de Pernambuco. *Anais do XXIII Encontro Estadual de História*. 2016: ANPUH-SP.

RUY, José Carlos. *Os comunistas na Constituinte de 1946*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois & ed. Anita Garibaldi, 2016.

SAFIOTTI, H. *A Mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário de Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. Em: PINSKY, Carla B. & PEDRO, Joana M. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher*. Niterói: 1974. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense.

TELES, M. A. A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VENTURINI, Mariana R. & ROCHA, Liège (Orgs.). *Trajetória teórica e política do feminismo emancipacionista – coletânea de textos: 1954-2012*. São Paulo: PCdoB, 2018.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935 – Sonho e Realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WERNER, Ruth. *Olga Benario: a história de uma mulher corajosa*. São Paulo: Alfa-ômega, 1990.

ZETKIN, C. *La cuestión femenina y la lucha contra el reformismo*. Barcelona: Ed. Anagrama, 1976.

## Periódicos

A mulher e a solidariedade. Em: *Jornal Voz Operária* nº10. Rio de Janeiro, 30/07/1949, p.11.

A mulher em Ação. O que o comunismo fará por ela. Em: *Jornal A Nação*. Rio de Janeiro, 05/01/1927, p. 5.

A mulher operária na luta pela paz. Em: *Jornal Voz Operária* nº13. Rio de Janeiro, 20/08/1949, p.03.

Aborto com assistência. Revista *Presença da Mulher*. Ed. nº02, out/nov 1986. São Paulo: Editora Liberdade-Mulher. p.08

ALMEIDA, Iraci. Necessárias as Organizações de Base Femininas. *Jornal Voz Operária* n. 256, Rio de Janeiro, 10/04/1954, Suplemento, Tribuna do 4º Congresso, p. 04.

ALVES, Mário. Os deveres do membro do Partido. Em: Tribuna de Debates do 4º Congresso. *Jornal Voz Operária* nº254, Rio de Janeiro, 27/03/1954, Suplemento p. 04

ALVIN, Zuleika M. F. A participação política da mulher no começo da industrialização em São Paulo. Em: *Revista de História da USP*, nº 114. 1983. Disponível em <file:///C:/Users/user/Downloads/62062-Texto%20do%20artigo-80636-1-10-20130919.pdf>

AMARAL, Ofélia. Organizar Novas Bases Femininas e Fortalecer as atuais para ganhar as grandes massas femininas para o Programa do Partido. Em: *Jornal Voz Operária* n.257. Rio de Janeiro, 17/04/1954, Suplemento, p. 01.

AMAZONAS, João. As modificações nos Estatutos do PCB. Em: *Jornal Voz Operária* n. 244. Rio de Janeiro, 16/01/1954, Suplemento p. 03.

Amplio debate sobre o projeto de Programa do PCB. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 242. Rio de Janeiro, 02/01/1954, p. 03.

ARAÚJO, Clara Maria O. Cultura Política, gênero e mediações entre participação e representação política. *Gênero* (Niterói), v. 14, p. 11-27, 2014.

\_\_\_\_\_. Os diversos olhares sobre a participação política por gênero: perspectivas analíticas e enfoques metodológicos. In: XXV Encontro Anual da ANPOCS, 2001, Caxambu. Livro de Resumos do XXV Encontro Anual da ANPOCS - GT Gênero.

\_\_\_\_\_. Marxismo e Feminismo: tensões e encontros e utopias atuais. Revista *Presença da Mulher*, São Paulo, n. 37, p. 21-36, 2000.

As mulheres lutarão contra a “lei de férias” da ditadura. Em: *Jornal Voz Operária* n. 20. Rio de Janeiro, 08/10/1949, p. 10.

Audácia na defesa da paz. Em: *Jornal Voz Operária* n. 09. Rio de Janeiro, 23/07/1949, p. 10.

Cinco moças do Comitê Eleitoral das Mulheres Trabalhadoras, detidas pela polícia. A polícia anda com medo das mulheres communistas. Em: *Jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 10/11/1928. p. 06.

CORRÊA DUTRA, Lia. Bodas de Prata. Em: *Jornal O Momento Feminino*. Ano I: Edição n. 1, 25/07/1947. p. 02.

Em defesa dos interesses da mulher brasileira. Em: *Jornal A Manhã*, ed. 26, 25/05/1935, p. 2.

Experiências das lutas operárias: a greve geral de Rio Grande. Em: *Jornal Voz Operária* n. 05. Rio de Janeiro, 23/06/1949, p. 11.

FIGUEIREDO, Nice. A manutenção da família. *Jornal Momento Feminino*, n. 21. Rio de Janeiro: 12/12/1947. p. 06.

\_\_\_\_\_. Casamento não é emprego. *Jornal Momento Feminino*, n. 09. Rio de Janeiro: 19/09/1947. p. 07.

\_\_\_\_\_. Consentimento para casar. *Jornal Momento Feminino* n. 10. Rio de Janeiro: 26/09/47. p. 07.

\_\_\_\_\_. O chefe da família. *Jornal Momento Feminino*, n. 16. Rio de Janeiro: 07/11/1947. p.11.

\_\_\_\_\_. O domicílio conjugal. *Jornal Momento Feminino*, n. 18. Rio de Janeiro: 21/11/47 p. 06.

\_\_\_\_\_. O estado civil das mulheres. *Jornal Momento Feminino*, n. 08. Rio de Janeiro: 12/09/1947. p. 07.

\_\_\_\_\_. O sustento da mulher. *Jornal Momento Feminino*, n. 22. Rio de Janeiro: 19/12/1947. p. 06.

GONÇALVES, Carlota. Em homenagem à Prestes, melhorar o trabalho feminino. *Jornal Voz Operária* n. 84, Rio de Janeiro, 03/01/1951, p. 02.

GRABOIS, Maurício. Um Importante Fator de Educação. Em: *Tribuna de Debates do 4º Congresso*. *Jornal Voz Operária*, n. 256. Rio de Janeiro, 10/04/1954, Suplemento, p. 01.

Luta cotidiana das mulheres. Em: *Jornal O Momento Feminino*, n. 01. Rio de Janeiro: 05/08/1947. p. 09.

MOCHEL, Arcelina. Na Bulgária do saudoso Dimitrov, as mulheres são uma força nova e criadora. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 08, Rio de Janeiro, 15/07/1949, p. 05.

\_\_\_\_\_. Nossos Problemas. Em: *Jornal O Momento Feminino*, n. 02. Rio de Janeiro, 12/08/1947, p. 02.

MORAES, Jô. “A origem da opressão da mulher”. Revista *Presença da Mulher* n. 5. São Paulo: Ed. Liberdade-Mulher. jul/set 1987. p. 18.

\_\_\_\_\_. A busca do amor. Em: Revista *Presença da Mulher*, n. 16. São Paulo: ed. Liberdade-mulher, abr-jun/1990.

\_\_\_\_\_. A coleira da submissão. Em: *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte, 4/3/1998.

\_\_\_\_\_. A transitoriedade do amor. Em: Revista *Presença da Mulher* n. 11. São Paulo: ed. Liberdade-mulher, mar-jun/1989.

Notícias na seção “Voz nos estados – Minas”. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 02. Rio de Janeiro, 26/02/1949, p. 03.

O Programa do PCB - Novas Perspectivas Para A Mulher Brasileira. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 249. Rio de Janeiro, 20/02/1954, p. 10.

OLIVEIRA, Benedita G. A obrigação de divulgar o Programa. Em: *Jornal Voz Operária* n. 267. Rio de Janeiro, 26/06/1954, p. 04.

Os Estatutos do PCB e a Moral do Partido. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 269. Rio de Janeiro, 10/07/1954, Suplemento, p. 04.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB) Resolução Política da Conferência sobre o trabalho do Partido entre as Mulheres. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 370. Rio de Janeiro, 16/06/1956, p. 02.

\_\_\_\_\_. Estatutos do PCB aprovados no 4º Congresso. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 290. Rio de Janeiro, 04/12/1954. p. 10.

\_\_\_\_\_. Resolução da Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido Entre as Mulheres. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 370. Rio de Janeiro, 16/06/1956.

\_\_\_\_\_. Resolução do Comitê Central de Março de 1955 sobre o trabalho do Partido entre as Mulheres. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 315. Rio de Janeiro, 28/05/1955, p. 9-10.

\_\_\_\_\_. Resolução Política da Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido Entre as Mulheres. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 370. Rio de Janeiro: 16/06/1956, p. 02.

\_\_\_\_\_. Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 244. Rio de Janeiro, 16/01/1954, Suplemento p. 01.

\_\_\_\_\_. Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 242. Rio de Janeiro, 02/01/1954, p. 04.

\_\_\_\_\_. Sobre o Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil. Resolução de dezembro de 1953. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 242. Rio de Janeiro, 02/01/1954, p. 05.

PICINGHER, Yolanda. A participação das mulheres nas lutas do povo brasileiro. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 271. Rio de Janeiro, 24/07/1954, Suplemento, p. 03.

Popularizemos as Resoluções da 1ª Conferência de Mulheres. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 03. Rio de Janeiro, 07/06/1949, p. 03.

PRESTES, Luís Carlos. Informe do Comitê Central Apresentado à Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido Entre as Mulheres. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 369. Rio de Janeiro, 09/06/1956, p. 04.

\_\_\_\_\_. Sobre o Programa do PCB. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 242. Rio de Janeiro, 02/01/1954, p. 06-07.

Realizou-se, hontem, mais uma reunião da União Feminina do Brasil. O entusiasmo que está despertando nos meios femininos a nova organização de defesa da mulher. Em: *Jornal A Manhã*, ed. 27, 26/05/1935, p. 7.

REGINALDO, Maria. O Programa do Partido e a Mulher Brasileira. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 255. Rio de Janeiro, 03/04/1954, p. 04.

Reuniu-se a 1ª Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido entre as Mulheres. *Jornal Voz Operária*, n. 369. Rio de Janeiro, 09/06/1956.

RIBEIRO, Iracema. Intervenção Especial ao 4º Congresso do PCB. Em: *Problemas Revista Mensal de Cultura Política*, n. 64, dezembro 1954 a fevereiro de 1955.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Em: *Revista Educação & Realidade*, v. 20, n. 2. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

Seção Leitura para o Povo. Em: *Jornal Voz Operária*, n.149. Rio de Janeiro, 29/03/1952, p. 05.

Seguro e inofensivo: como usar o diafragma. Em: *Revista Presença da Mulher*, n. 02, out/nov 1986. São Paulo: Editora Liberdade-Mulher. p. 06.

Sergipe: o que foi a greve dos tecelões de São Cristóvão. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 02. Rio de Janeiro, 26/02/1949, p. 06.

SILVA, Valério. Façamos do Programa nossa bandeira de luta. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 254. Rio de Janeiro, 27/03/1954, p. 04.

SOIHET, Rachel. A trajetória de Zuleika Alambert. Em: *Cadernos Pagu*. Campinas: janeiro-junho de 2013.

SORRENTINO, Sara. Ser mãe é bom. Mas não é fácil. *Revista Presença da Mulher*, n.4. São Paulo: Ed. Liberdade-Mulher. abr./jun. 1987.

\_\_\_\_\_. Saúde em debate. *Revista Presença da Mulher*, n. 02, out./nov. 1986. São Paulo: Editora Liberdade-Mulher. p. 09.

SOUZA, Sebastiana. O Programa ensina e conclama à luta. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 261, Rio de Janeiro, 15/05/1954, p. 04.

Todos os sacrifícios para a defesa de Prestes. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 01. Rio de Janeiro, 19/02/1949, p. 05.

Uma histórica reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 244. Rio de Janeiro, 16/01/1954, p. 03.

VALADARES, Loreta. A “controvérsia” feminismo x marxismo. Em: *Revista Princípios*, n. 18. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, jun.-ago. 1990, p. 44-49.

\_\_\_\_\_. Gênero e emancipacionismo: o clamor da radicalidade. Em: *Revista Presença da Mulher*, n. 34. São Paulo: Ed. Liberdade-Mulher, 1999.

Voz das Fábricas. Em: *Jornal Voz Operária*, n. 05. Rio de Janeiro, 23/06/1949, p. 10.

### **Entrevistas**

ABREU, Ricardo Alemão. Entrevista à autora. São Paulo, 29/05/2017.

AFONSO, Lúcia H. Rincón. Entrevista à autora. São Paulo, 19/05/2017.

CARNEIRO, Edíria. Entrevista ao CDM/FMG. São Paulo. 2010.

COSENZA, Gilse. Entrevista ao CDM/FMG. Belo Horizonte. 2011.

MORAES, Jô (Maria do Socorro). Entrevista à autora. Belo Horizonte, 22/05/2017.

REGO, Otávio Brandão. Otávio Brandão (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1993.

ROCHA, Ana Maria Santos. Entrevista à autora. São Paulo, 15/03/2019.

ROCHA, Maria Liège Santos. Entrevista à autora. São Paulo, 18/05/2017.

SORRENTINO, Walter. Entrevista à autora. São Paulo, 24/05/2017.

## ANEXOS

### **Anexo A – Documentos da Conferência Nacional Sobre o Trabalho do Partido entre as Mulheres de maio de 1956**

#### **DESPERTAR PARA A LUTA E ORGANIZAR AS GRANDES MASSAS FEMININAS (INFORME DO COMITÊ CENTRAL APRESENTADO À CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE O TRABALHO DO PARTIDO ENTRE AS MULHERES, EM MAIO DE 1956)**

**LUIZ CARLOS PRESTES**

CAMARADAS:



Em nome do Comitê Central saúdo-vos fraternalmente. Dirijo-me com particular satisfação às camaradas delegadas e, por seu intermédio, a todas as valorosas militantes de nosso que Partido que, vencendo mil dificuldades, empenham a maior parte possível de suas energias na luta pelo triunfo dos ideais e do Programa por que combatemos. É com orgulho que proclamamos o espírito de abnegação, a inteligência e a sensibilidade, a energia e a coragem, a dedicação apaixonada à causa dos trabalhadores de que já deram tantas provas as militantes do nosso Partido.

A realização desta Conferência é motivo de alegria e orgulho para a direção do Partido. Podemos afirmar que todo o Partido, pela primeira vez, volta-se efetivamente para as tarefas relacionadas com sua atividade entre as grandes massas femininas de nosso povo. Sem subestimar a importância dos êxitos alcançados pelo movimento feminino sob nossa direção, ficou claro para todos, através dos trabalhos preparatórios desta Conferência, que muito ainda precisamos fazer para vencer os obstáculos que têm até agora impedido a participação ativa da mulher operária e camponesa e da simples dona de casa – mãe, esposa, ou filha de trabalhador – que constituem a maioria esmagadora da população feminina de nosso país, nas lutas de nosso povo pelo progresso social. Até agora nossa atividade mal alcançou uma pequena parcela e mulheres que as desperte para a luta por seus direitos e para a participação ativa na grande batalha de nosso povo pelas liberdades, pela paz, pela independência e pelo progresso do Brasil.

É este, no momento, o objetivo que temos em mira no trabalho de nosso Partido entre as mulheres. O Comitê Central espera que esta Conferência contribua para melhor armarmos a todo o Partido para a realização com êxito de tão nobres e patrióticos propósitos.

## **I. A SITUAÇÃO DE ATRASO DA MULHER BRASILEIRA E A LUTA POR SUA EMANCIPAÇÃO**

Grandes tarefas históricas estão colocadas diante da classe operária e de seu destacamento avançado, seu estado-maior, o Partido Comunista do Brasil. Dirigimos a luta de nosso povo contra o atraso, a miséria e a ignorância, pelas liberdades, pela independência nacional e pelo progresso social.

Para o triunfo desta luta abrem-se no mundo perspectivas cada vez mais promissoras. Por que apenas nós, latino-americanos, continuaremos presos aos pesados grilhões do jugo colonial, quando no resto do mundo desmorona o sistema do colonialismo? Por que continuará o Brasil como um país subdesenvolvido, quando os países do campo socialista com a poderosa e invencível União Soviética à frente estendem-nos as mãos e nos oferecem a possibilidade de desfrutar dos progressos que alcançaram com a eliminação da exploração do homem pelo homem? Por que nos privaremos por mais tempo de um desenvolvimento econômico independente, quando a União Soviética põe à disposição de nosso povo instalações industriais modernas em troca de nossos próprios produtos de exportação, sem qualquer compromisso de caráter político ou militar?

Não aceitaremos jamais a escravidão colonial nem permitiremos que uma minoria parasitária que vive à custa da brutal exploração de milhões de brasileiros em seu esforço desesperado na defesa de privilégios egoístas, venda o país aos monopólios norte-americanos e reduza o Brasil a uma colônia dos Estados Unidos. Desperta e já recomeça a manifestar sua força e invencibilidade e sentimento patriótico das grandes massas de nosso povo. É cada vez maior em nosso país o número daqueles que já identificam a minoria reacionária de traidores da pátria e começam a compreender onde estão as causas fundamentais que têm impedido o desenvolvimento da economia nacional e o progresso de nosso país. A classe operária e as grandes massas camponesas, que sofrem cada vez mais com a crescente submissão do Brasil aos monopólios norte-americanos e com a política antinacional e antipopular do regime de latifundiários e grandes capitalistas, à medida que vai conhecendo nosso Programa, compreendendo sua significação e importância, verificando na prática a justeza de suas afirmações, aceita-o e se dispõe a lutar por ele. Cresce igualmente o número de elementos da burguesia nacional que já compreendem que não há outra solução senão a indicada pelo Partido

Comunista, diante da crescente opressão dos monopólios norte-americanos e da política reacionária de seus lacaios brasileiros.

Os problemas brasileiros só poderão ser resolvidos pondo-se termo à dominação do imperialismo norte-americano e ao latifúndio, por meio do confisco dos capitais e empresas norte-americanos que operam no Brasil e do confisco da terra que está nas mãos dos latifundiários, a qual deve ser entregue gratuitamente às grandes massas camponesas. Os supremos interesses da nação exigem que o governo passe às mãos do povo, exigem um governo efetivamente do povo, capaz de melhorar radicalmente as condições de vida do povo, de desenvolver a indústria nacional, de estender educação e a cultura, de transformar o Brasil em um país verdadeiramente livre e progressista.

Nosso principal objetivo político consiste por isto em unir as forças antiimperialistas e antifeudais de nosso povo, todos os que em nosso país aspiram por liberdade, pela independência e pelo progresso do Brasil, em ampla e poderosa frente democrática de libertação nacional. Lutamos por isto infatigavelmente pela unidade da classe operária e em torno da classe operária, pela unidade de todos os patriotas e democratas. Evidentemente, muito ainda precisamos fazer para despertar para a luta patriótica as grandes massas trabalhadoras do campo e outras camadas e setores da população. Estamos seguros, no entanto, de que as grandes massas populares das cidades e do campo, que ainda não lutam ativamente pela libertação nacional e pelo progresso do Brasil, assim como a maior parte da burguesia brasileira, poderão e deverão unir-se à classe operária, à medida que forem compreendendo e sentindo duras consequências da dominação imperialista e do atual regime de latifundiários e grandes capitalistas. Marchamos inexoravelmente para mudanças cada dia mais importantes na correlação de forças políticas, sempre no sentido do isolamento cada vez maior da minoria reduzida de latifundiários e grandes capitalistas, agentes e serviçais do imperialismo norte-americano.

É através desta minoria que os monopólios norte-americanos sugam o sangue de nosso povo e fazem esforços para realizar seus planos de colonização do país, tentam e continuarão tentando, por meio de golpes de Estado reacionários, instaurar no Brasil uma ditadura militar de tipo fascista, que liquide os últimos vestígios de liberdade, que esmague o movimento operário e patriótico, que entregue o petróleo brasileiro à Standard Oil, que reduza o país à situação de colônia dos Estados Unidos.

Esta a ameaça constante e cada vez maior. Graças à mobilização e à unidade de ação de amplas forças democráticas, fracassaram até agora em nosso país as tentativas liberticidas dos monopólios norte-americanos e de seus agentes brasileiros.

No momento, nossa tarefa consiste em unir as mais amplas forças de nosso povo e levá-las a lutar decididamente em defesa das liberdades democráticas, contra qualquer retrocesso reacionário. O êxito nesta luta só será possível se as forças democráticas e patrióticas souberem ampliar e reforçar sua unidade e, simultaneamente, forem capazes de eliminar, uma a uma, as restrições ainda existentes à prática efetiva das liberdades democráticas, forem capazes de alcançar novas conquistas democráticas e de despertar para a participação efetiva na vida política do país as grandes massas populares.

No centro de toda a atividade de nosso Partido é indispensável colocar a ingente tarefa de despertar e mobilizar para a luta política, para a luta por suas reivindicações mais elementares e por seus direitos, as grandes massas de nosso povo, milhões de brasileiros, desde os trabalhadores mais oprimidos até amplas camadas da burguesia nacional. Sem o despertar político de milhões de brasileiros, sem sua mobilização e organização sob a direção da classe operária e de seu Partido Comunista, é ilusão pensarmos na realização de mudanças radicais na vida do país e, mesmo, em simples defesa do avanço da democracia, em eliminação das discriminações de caráter político e ideológico e demais restrições à prática das liberdades. Mais do que nunca, precisamos saber ir ao povo, aos trabalhadores das cidades e do campo, precisamos conhecer a situação concreta das grandes massas em cada região e localidade, em cada fábrica ou fazenda, e ter a capacidade de saber encontrar os meios e formas de despertá-las para a ação pelas suas reivindicações mais imediatas e sensíveis, pelas liberdades, pela paz e pelo progresso do Brasil.

E é aqui que se levanta diante de nós com toda a força o importantíssimo problema da emancipação da mulher. Como poderemos falar de democracia, de participação efetiva das grandes massas populares na vida política do país, de revolução popular, sem levar em conta a participação da mulher que representa 50% e mesmo um pouco mais da população do país? Como poderemos avançar no caminho da democracia sem lutar por vencer os obstáculos que em nosso país ainda impedem ou dificultam a atividade política da mulher, sem a luta consequente pela eliminação das discriminações econômicas, políticas, sociais e jurídicas que pesam sobre a mulher, sem um combate sem quartel aos preconceitos e ao velho costume bárbaro que leva a considerar a mulher como um ser inferior ao homem? A luta pela emancipação da mulher da injustiça secular, da escravidão e da desigualdade é parte integrante e decisiva da grande batalha que travamos pela liberdade e pelo progresso social.

Equivocar-nos-íamos se supuséssemos que fosse esta uma tarefa fácil, compreensível e aceitável para todos os militantes comunistas, que bastaria uma resolução ou traçar diretivas, ou que bastariam a capacidade de trabalho e a reconhecida abnegação de nossas ativistas, em

particular de nossas camaradas mais diretamente ligadas ao trabalho entre as mulheres, para alcançarmos logo grandes êxitos. Não ocultemos, pois, as dificuldades que deveremos vencer e que decorrem, antes e acima de tudo, do fato de que a mulher na sociedade brasileira sempre viu desconhecidos seus mais elementares direitos, em sua esmagadora maioria sempre viveu explorada e oprimida. Restrições absurdas são impostas aos direitos da mulher pelo próprio Código Civil. De fato, a mulher jamais gozou dos mesmos direitos civis e políticos conquistados pelo homem. Além disto, é muito grande ainda a resistência que a mulher precisa vencer, mesmo nos grandes centros industriais do país, para que lhe permitam exercer uma atividade produtiva.

A situação da mulher brasileira é de terrível atraso, só comparável com a de suas irmãs dos países mais atrasados do mundo. Dez milhões e meio de mulheres são mantidas no analfabetismo e, em consequência, privadas dos mais elementares direitos políticos, já que não podem votar nem ser eleitas. Em sua esmagadora maioria reduzidas a vida doméstica, a cozinha e a criação dos filhos, são as mulheres esmagadas pelo trabalho mais árduo, subalterno e embrutecedor, sempre monótono e muitas vezes humilhante da casa, trabalho que lhes transmite uma mentalidade mesquinha e estreita e que lhes faz perder o sentido de solidariedade e até mesmo a própria vontade.

Seria errôneo supor que a causa do atraso da mulher em nosso país esteja nos sentimentos religiosos de uma grande parte da população feminina, na estreita ligação que a mulher mantém com a igreja católica principalmente. São numerosos no mundo os países católicos em que as mulheres já deram passos consideráveis no caminho da conquista de seus direitos civis e políticos e nos quais, sem qualquer diminuição de seus sentimentos religiosos, exercem postos de destaque na vida pública. Os sentimentos religiosos da mulher brasileira não são a causa de seu atraso nem constituem propriamente um obstáculo para que as mulheres lutem por sua emancipação e pela democracia. As forças reacionárias procuram explorar esse sentimento religioso para afastar as mulheres da ação por seus direitos e reivindicações, para arrastá-las ao anticomunismo, mas esta propaganda reacionária é estranha aos sentimentos da mulher e ao próprio sentimento religioso.

A causa da situação em que se encontra a mulher no Brasil está no atraso das relações econômicas e sociais predominantes e, conseqüentemente, no atraso das relações civis e políticas existentes no nosso país. Especialmente o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravistas na agricultura determinam o terrível atraso em que encontra o nosso povo e, muito particularmente, a mulher, não apenas no campo mas inclusive nos centros industriais mais adiantados. As sobrevivências feudais e escravista, como não podia deixar de ser, são sensíveis

em todas as camadas da população e penetram na vida familiar que em geral reflete o mesmo atraso social e conserva um ambiente de desigualdade e opressão. Em diversas regiões do país ainda hoje predominam relações familiares de tipo feudal.

Por sua vez, as forças reacionárias utilizam-se do atraso em que se encontra a mulher para perpetuar a atual situação e manter o regime de latifundiários e grandes capitalistas. Estimulam a prostituição e tudo fazem para corromper a mulher que trabalha pelo sustento dos filhos, ao mesmo tempo que reclamam uma hipócrita defesa da família. E os monopólios norte-americanos, em sua luta pela colonização do Brasil, tudo fazem para corromper a mulher por meio principalmente da ampla difusão de uma literatura que visa iludi-la, afastá-la de qualquer atividade política, incutir-lhe o germen da pior degenerescência e prepara-la para a aceitação passiva da escravidão imperialista.

Precisamos, pois, desenvolver um sério e difícil trabalho para despertar as grandes massas femininas e atrai-las para a luta por seus direitos, trabalho que é parte integrante da batalha pela emancipação da mulher em nosso país.

Jornal *Voz Operária*, edição nº 369,09/06/1956. Pp 04.

+++



## RESOLUÇÃO POLÍTICA DA CONFERÊNCIA NACIONAL SÔBRE O TRABALHO DO PARTIDO ENTRE AS MULHERES

A Conferência Nacional sôbre o trabalho do Partido entre as mulheres, à base do Informe do Comitê Central apresentado pelo camarada Prestes, examinou amplamente a situação, o papel e as lutas da mulher no Brasil e discutiu a conduta do Partido e as tarefas para o desenvolvimento de sua atividade nesse terreno.

A Conferência assinalou que a situação da mulher brasileira é de terrível atraso. Milhões de mulheres são mantidas no analfabetismo e privadas dos mais elementares direitos políticos, não podem votar nem ser votadas. Pesam sobre a mulher discriminações econômicas, políticas,

sociais e jurídicas, preconceitos e costumes bárbaros que levam a considera-la como um ser inferior.

O latifúndio e as sobrevivências feudais e escravistas na agricultura determinam o tremendo atraso em que se encontra o nosso povo e, muito particularmente, a mulher, não apenas no campo mas também nos centros industriais mais adiantados. Em diversas regiões ainda hoje imperam relações familiares de tipo feudal.

As forças reacionárias a serviço dos imperialistas norte-americanos tudo fazem para perpetuar essa situação. Falam hipocritamente em defesa da família mas estimulam a prostituição, procuram corromper a mulher que trabalha e exploram o sentimento religioso para afastar as mulheres da ação por seus direitos e arrastá-las ao Anticomunismo. Os monopólios americanos procuram também envenenar a consciência da mulher e prepará-la para a aceitação passiva da escravidão imperialista.

Dirigimos a luta de nosso povo contra o atraso, a miséria e a ignorância, pelas liberdades, pela independência nacional e pelo progresso social. Devemos, pois, unir as mais forças democráticas e patrióticas e leva-las a lutar decisivamente em defesa das liberdades democráticas, contra qualquer retrocesso reacionário. No centro de toda a atividade de nosso Partido está hoje colocada a urgente tarefa de despertar e mobilizar para a luta política, para a luta por suas reivindicações e seus direitos milhões de brasileiros oprimidos.

A emancipação da mulher da injustiça secular, da escravidão e da desigualdade é de parte integrante e decisiva dessa grande batalha de todo o povo pela liberdade e o progresso social, de defesa da Constituição e contra qualquer golpe de Estado reacionário. As mulheres brasileiras têm um papel destacado a cumprir na luta para fazer avançar a democracia. Elas mesmas precisam da democracia a fim de lutar contra a carestia, contra a mortalidade infantil e em defesa da infância, pela paz e a defesa da Pátria.

\* \* \*

A Conferência constatou que crescem as lutas das mulheres pela solução de seus problemas e reivindicações e é cada vez maior a participação das mulheres nos movimentos democráticos e patrióticos. O êxito da Conferência Nacional de Trabalhadoras prova a existência de imensas possibilidades no país para o desenvolvimento de um poderoso movimento feminino de massas.

O trabalho do Partido entre as mulheres, que se desenvolveu particularmente após a Resolução do Comitê Central de março de 1955 alcançou alguns resultados positivos. Entretanto, nosso trabalho para despertar, mobilizar, unir e organizar as massas femininas está muito além das necessidades e possibilidades atuais. Em nossas fileiras ainda predominam, de

alto abaixo, a negligência e o desinteresse pelo trabalho entre as mulheres, em geral colocando em último lugar e subestimado mesmo pelas militantes do Partido. É necessário ir ao fundo ideológico da subestimação do trabalho do Partido entre as mulheres e travar uma luta consequente, a partir do Comitê Central, para extirparmos de nosso meio a influência estranha ao proletariado que leva ao menosprezo do papel da mulher. Todos os militantes do Partido devem aprofundar seu conhecimento sobre os problemas da emancipação da mulher, combatendo os preconceitos e incompreensões existentes. A Resolução do Comitê Central de março de 1955 que traçou a política de nosso Partido para o trabalho entre as mulheres deve ser estudada e assimilada por todos os militantes e organizações do Partido.

A Conferência coloca como tarefa essencial do Partido despertar as grandes massas femininas para a vida política, criar um forte movimento feminino de massa e impulsionar a luta das mulheres por sua emancipação. Nossa tarefa é convencer as mulheres a lutarem por seus interesses, pelo reconhecimento de seus direitos, por uma situação de verdadeira igualdade com os homens na vida econômica, política e social.

\* \* \*

A Conferência Considera que a luta pela emancipação da mulher é, essencialmente, uma luta contra a miséria, pela elevação do nível de vida das grandes massas de trabalhadoras da cidade e do campo. É também uma luta pelos direitos da mulher, pela igualdade política, econômica e social. Na defesa dos interesses das mulheres devemos nos empenhar na luta pela conquista das reivindicações femininas sintetizadas na plataforma apresentada pelo nosso Partido na Resolução de março de 1955.

A Conferência Nacional, partindo do fato de que as mulheres pertencem a todas as camadas sociais e têm por isso interesses diferentes salienta que suas lutas devem assumir as mais diversas formas e visar aos objetivos correspondentes aos interesses de cada camada.

Com este fim é indispensável:

1. Conhecer em cada caso e momento, em cada localidade, fábrica, fazenda ou povoado, a situação em que vivem as mulheres, seus interesses e reivindicações mais imediatas e sentidas.
2. Cada organização do Partido deve realizar uma justa política de concentração, orientada no sentido das camadas e setores importantes da população feminina no âmbito de sua jurisdição, o que exige um conhecimento, pelo menos aproximado, da distribuição das diferentes camadas femininas.
3. Nas cidades é necessário ter em conta que as seguintes indicações:

- orientar nosso esforço principal para as grandes massas femininas que ainda vivem afastadas de qualquer atividade produtiva, condenadas ao isolamento do lar – as donas de casa, especialmente as mais pobres. Junto com elas, devemos encontrar as justas maneiras de organizá-las e de leva-las à luta por suas reivindicações mais sentidas.
  - realizar constante atividade junto às mulheres que trabalham – as operárias, comerciárias, bancárias, funcionárias públicas e outras – como também junto às estudantes. Cabe aos comunistas leva-las para os Sindicatos e organizações correspondentes e lutar pela criação de departamentos especializados que atendam a seus interesses.
  - preocupar-se com a mobilização e a organização das empregadas domésticas, privadas ainda do direito de sindicalização e das conquistas sociais dos trabalhadores,
  - fazer com que as Organizações de Base nas empresas realizem trabalho junto às mulheres dos operários
4. No campo, é necessário mobilizar a mulher camponesa para que o movimento feminino adquira caráter de massa. Cabe aos comunistas, dentro das organizações camponesas, dedicar mais atenção aos problemas e reivindicações específicas das mulheres camponesas e tomar iniciativas que facilitem sua participação cada vez maior na luta em defesa de seus direitos. Devemos propor a criação de departamentos femininos nas organizações camponesas, sempre que fôr útil para a discussão das questões que interessam às mulheres do campo.

A Conferência considera que a Federação de Mulheres do Brasil é a organização de âmbito nacional de que dispõem as mulheres para a luta por suas reivindicações políticas e econômicas, por sua emancipação. Cabe, por isso, às comunistas fazer o possível para que se filiem à FMB todas as associações de mulheres de que participem e, ao mesmo tempo, empreender esforços para que a FMB seja de fato uma grande organização de mulheres, unida e efetivamente de massas.

Para isso impõe-se acabar com uma série de incompreensões e de atitudes errôneas que levam na prática a confundir a FMB com o próprio Partido. É imprescindível renovar nossos métodos de trabalho, estudar seriamente os erros que são cometidos e fazer esforços para transformar a FMB na verdadeira casa da mulher no Brasil, onde se agrupem todas as mulheres, sem distinção de opiniões políticas ou religiosas.

A Conferência Nacional sobre o trabalho do Partido entre as mulheres indica que para a criação de um poderoso movimento feminino de massas é decisivo o reforçamento do Partido do ponto de vista orgânico, político e ideológico. Para a realização das tarefas aprovadas na Conferência faz-se necessário adotar medidas de organização a elas correspondentes.

A todas as organizações do Partido a Conferência determina a discussão e o estudo do Informe do camarada Prestes.

A Conferência Nacional sobre o trabalho do Partido entre as mulheres indica, finalmente, a todo o Partido a necessidade de compreender que esse trabalho é uma tarefa política que deve interessar a todos os militantes e organizações, sem exceção. No cumprimento dessa grandiosa missão, os comunistas, com vigor e entusiasmo, hão de despertar milhões de mulheres para a luta por sua emancipação e por uma vida próspera e independente para a nossa Pátria.

Rio de Janeiro, maio de 1956

Jornal *Voz Operária*, nº 370 de 16/06/1956. Pp. 02. Acessado em 28/06/2015  
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154512&pasta=ano%20195&pesq=370>

## Anexo B - Documento da 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher



### Apresentação

Ao convocar a Conferência Nacional Sobre a Questão da Mulher, o Comitê Central propõe a todo o Partido retomar o debate sobre a temática, atualizando sua proposta para a intervenção política e elevando o tratamento coletivo da luta emancipacionista. Esta iniciativa expressa a compreensão de que o desenvolvimento do pensamento emancipacionista e a estruturação de sua corrente é fundamental para a incorporação das mulheres à luta pelo projeto político

do Partido - a partir de sua própria condição - como parte da acumulação de forças para avançar na construção da alternativa socialista.

O 11º Congresso estabeleceu medidas partidárias em seu estatuto, incluindo de forma permanente o debate do tema. Os artigos 53, 54 e 55 prevêm a convocação regular de uma Conferência Nacional e a constituição de um Fórum Nacional Permanente. Ao mesmo tempo, propõe às comunistas e aos comunistas “a participação nas entidades comprometidas com esta causa e a preparação e formação dos quadros e militantes mulheres, definindo políticas de ampliação da sua participação nas diversas instâncias partidárias e na sua direção”.

A 1ª Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher tem o desafio de formular uma proposta política que forje o protagonismo das mulheres na luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, cuja construção está em curso no Brasil. Para isso deverá fazer um diagnóstico da nova situação da parcela feminina da população, no atual estágio do capitalismo neoliberal, nas condições do Brasil. A instância partidária nacional deverá, também, enfrentar a luta de idéias sobre a perspectiva emancipacionista e propor medidas para tornar a luta da mulher tarefa de todo o Partido, valorizando sua atuação nas instâncias partidárias.

### Introdução

1. No curto espaço de tempo histórico que abrange as duas gerações contemporâneas, avultou a incorporação das mulheres à vida econômica e social. Na maior parte dos países centrais e

dos países dependentes elas são levadas ao mundo do trabalho, em diferentes profissões, chefiam famílias, são em número crescente nas escolas e universidades. Sua presença penetrou na vida social em todas as dimensões. Carecem, entretanto, de igualdade na lei e na vida e de representação política à altura do papel desempenhado. Hoje, das quase duas centenas de países com assento na ONU, chegam a apenas 12 aqueles que têm uma mulher no mais alto cargo de comando (Alemanha, Chile, Libéria, Filipinas, Jamaica, Finlândia, Bangladesh, Letônia, Irlanda, Moçambique, Nova Zelândia e Sri Lanka). No outro pólo, o mapa da pobreza extrema no mundo reserva igualmente às mulheres o papel dominante. Esse é um retrato concentrado da polarização, que coloca as mulheres num papel subordinado na vida social.

2. No Brasil, nas últimas duas décadas, ampliou-se a incorporação da mulher nos diversos espaços da sociedade. Foi marcante o avanço da luta feminista a partir de 1975, com destaque para o processo constituinte de 88, quando se assinalaram muitas conquistas. Sob o governo Lula, construíram-se, com ampla participação democrática, políticas de Estado avançadas. De outra parte, segue sendo o contingente feminino da população o mais sujeito ao desemprego, aos baixos salários, à precarização do trabalho, à violência nas relações domésticas, sobretudo quando se trata da mulher trabalhadora e negra. As mulheres negras sofrem o que chamamos de tripla discriminação: de gênero, de raça e de classe. O fato de ser mulher e negra faz com que elas enfrentem obstáculos ainda maiores na sua inserção social. Esta situação guarda relação com o histórico de formação da sociedade brasileira. No Brasil, as relações sociais se desenvolveram sob a sombra do patriarcado e do escravismo. Como consequência, a opressão vivida pelas mulheres negras incorpora diferentes componentes e tem base material de existência. O racismo é pois, uma construção política que se expressa de maneira objetiva e subjetiva nas relações sociais, traduzindo-se em discriminações e exclusões.

3. Com a ofensiva neoliberal das duas últimas décadas, estabeleceu-se a predominância de um ciclo conservador, tendo por pólo dominante o imperialismo norte-americano. Isto vem sendo marcado por uma poderosa ofensiva contra os valores civilizatórios em geral, em particular contra trabalhadores e os direitos sociais, afetando fortemente a situação de vida e trabalho das mulheres. Impõe-se elevar a resistência dos movimentos emancipacionistas das mulheres como parte da luta por superar os marcos do atual sistema dominante e construção de uma alternativa societária avançada. Há que se reconhecer e investir no potencial revolucionário das diferentes vítimas da opressão numa perspectiva emancipacionista e anti-racista. As conquistas dos movimentos emancipacionistas sempre estiveram em sintonia com os avanços da luta democrática e progressista. Também no Brasil, a construção de um novo projeto para a nação brasileira não é concebível sem a intensa participação das mulheres.

4. Nosso tempo é o de grandes transformações no rumo de uma sociedade mais justa, livre e igualitária. Os processos de rupturas que isso impõe conhecerão a participação sempre crescente das mulheres. Por isso, na resistência que cresce ao neoliberalismo, e na luta pelo projeto político do PCdoB, é indispensável envidar esforços para relançar a luta das mulheres, dar novo desenvolvimento às idéias avançadas de emancipação feminina que emana do referencial marxista e socialista. Trata-se de lutar pela igualdade entre homens e mulheres, para valorizar a diferença entre eles, como base de sua complementariedade nas relações humanas. Para o PCdoB, essa perspectiva de emancipação da mulher é tarefa indispensável para abrir caminho ao socialismo.

### **Os desafios a enfrentar**

Isso envolve confrontar-se com dilemas teóricos, não só da experiência de mais de um século de lutas, como também os colocados por essa nova realidade, particularmente na América Latina e no Brasil. O segundo desafio diz respeito a superar os impasses do movimento feminista constituído, no país nas últimas décadas, que tendo dado passos avançados na conquista de direitos, em boa medida confinou-se corporativamente à luta específica. Trata-se de construir uma perspectiva integrada da luta da mulher à luta do povo brasileiro, recolhendo suas melhores tradições, conferindo-lhe maior protagonismo como agente da luta por um novo projeto para a nação brasileira. Trata-se de armar o movimento com bandeiras, plataformas e entidades que, incorporando suas reivindicações específicas, atuem no leito da luta política e social pelo desenvolvimento democrático de nosso país. O terceiro desafio é sobrelevar a participação da mulher na vida e nas instâncias partidárias, e aprofundar a luta pelos valores avançados contra a discriminação e opressão de gênero, raça e etnia como forma de emancipação dos homens e mulheres comunistas.

### **Desafios teóricos na luta de idéias**

6. A subestimação do papel estratégico da luta contra a desigualdade de gênero envolve a afirmação de concepções avançadas. É preciso firmar a compreensão de que seu surgimento coincide historicamente com a opressão de classe, tendo sido usada ao longo dos tempos para ampliar a exploração. Mas a primeira não é um mero resultante da segunda, nem se resolve automaticamente com o fim da exploração de classes. No capitalismo, a incorporação das mulheres à produção foi feita reforçando-se sua condição subordinada, para rebaixar o valor da força de trabalho como um todo e ampliar a taxa de lucro. Na realidade atual, sob o neoliberalismo, a discriminação, opressão e alienação tomam novas formas e dimensões. A luta

por sua superação é parte integrante da luta do proletariado pela sua emancipação, mas não nos exige de dar conta da especificidade da desigualdade nas relações entre gêneros, que ocupa um período histórico mais extenso. A luta contra a opressão da mulher é parte essencial da agenda socialista e combina a busca de atendimento às demandas específicas com a agenda geral pela emancipação humana reforçando sua perspectiva socialista.

7. A corrente emancipacionista precisa aprofundar o sentido estratégico que tem a inserção da mulher no mercado de trabalho em condições de igualdade na lei e na vida. É fundamental desvelar o limite político da inserção da mulher no mercado de trabalho na sociedade capitalista. Durante o desenvolvimento histórico do capital são ativadas algumas potencialidades positivas para a emancipação da mulher – apenas para serem mais uma vez anuladas sob o peso das contradições do sistema. Isso porque, ao impulso do capital para a expansão lucrativa interessa incluir a mulher no mercado de trabalho, mas impondo limitações e desigualdades, jogando sobre os ombros da mulher o peso das disfunções sociais associadas à crescente instabilidade da família e às injunções do “Estado mínimo”. Tudo isso se relaciona com a divisão sexual do trabalho que se enraíza na atribuição prioritária do trabalho doméstico à mulher. Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades da divisão do trabalho entre os sexos, tanto no trabalho assalariado quanto no trabalho doméstico, evoluem em consonância com as relações de produção. No universo do mundo produtivo e reprodutivo existe uma construção social de papéis que faz com que homens e mulheres sejam, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho.

8. O capitalismo tem sabido se apropriar dessa divisão sexual do trabalho, incorporando o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado. É nesse contexto que a ampliação da presença da mulher no mundo produtivo faz parte de uma emancipação inconclusa, parcial, tanto em relação à sociedade de classes, quanto às inúmeras formas de opressão masculina, fundamentadas na tradicional divisão social e sexual do trabalho. Sob o neoliberalismo, essa desigualdade se aprofundou tanto no âmbito do trabalho produtivo, com as diferenças salariais, de funções e na precarização das condições de trabalho, como no âmbito doméstico, onde os pressupostos do “Estado mínimo” acarretaram sobrecargas às mulheres.

9. A visão marxista sempre considerou justamente que a história de opressão da mulher começa com o seu confinamento ao espaço doméstico, seu afastamento da produção social, que coincide com o surgimento das classes e da exploração e que a volta da mulher à produção social era fundamental à sua caminhada libertadora. Conseqüentemente, essa volta tem de se dar em condições de igualdade, na legislação e na prática. Por isso, tem centralidade atualmente a defesa da bandeira do trabalho para as mulheres em condições de igualdade, que significa lutar

pelo acesso, igualdade salarial, combater a precarização, defender políticas públicas. Trata-se também de travar intensa luta cultural para modificar os valores deformados de submissão da mulher em relação ao homem, de papéis que não correspondem à realidade atual. Isso envolve contestar as relações injustas de produção sob o domínio do capital, e colocar a necessidade de uma outra ordem social, geradora de novas relações sociais livres da exploração, da opressão e alienação, possibilitando o aparecimento de condições histórico-sociais capazes de oferecer novos condicionantes para a igualdade efetiva entre homens e mulheres.

10. No esforço por reafirmar o socialismo e sua perspectiva estratégica como sistema que cria melhores possibilidades para a luta contra as discriminações de gênero, as marxistas e os marxistas necessitam fazer um exame criterioso acerca dos avanços e limites das experiências socialistas. Impõe-se uma avaliação crítica da construção do socialismo e de seus reflexos na situação da mulher, seja nas experiências fracassadas do Leste Europeu, seja nos países que, hoje, persistem na busca de um sistema mais avançado, que supere o capitalismo. Não se pode negar o que representaram as modificações estruturais e sociais ocorridas nos países socialistas em relação à mulher, sobretudo naquelas sociedades de herança précapitalista onde puderam arrancar seus “véus” e assumir suas potencialidades, seja na incorporação à vida econômica, política e social, seja nos imensos avanços sociais obtidos sob o socialismo (educação, saúde, habitação, etc), possibilitando maior emancipação da vida doméstica. Sabe-se, no entanto, que embora tenha se conseguido grandes alterações no papel das mulheres nas relações familiares, ainda permaneceram resquícios do passado. Manteve-se, em boa medida, a divisão sexual do trabalho, herdada das sociedades anteriores.

11. Ainda estão por ser analisadas as questões que não permitiram avanços ainda maiores para as mulheres nas experiências socialistas. Enfrentar a dimensão desses problemas exige a compreensão dos limites da nascente experiência socialista, em sua primeira fase, de se constituir como um sistema estruturalmente novo a partir da herança de atraso, opressão e exploração. Parte das dificuldades se relaciona com o estágio de desenvolvimento da sociedade, em que a baixa produtividade social do trabalho impôs pesadas restrições. Mas, no conjunto da experiência socialista do século XX, não se pode desconsiderar o peso do fator subjetivo, a falta de consciência mais avançada, relativo à questão da decisiva importância de um avanço maior no campo das transformações dos costumes, tradições e modo de vida. Pesaram nesse sentido, também, as limitações relativas ao regime político que dificultaram medidas relativas à transformação de valores e práticas dominantes nas relações sociais de gênero.

12. Um dos principais desafios na atual luta de idéias relaciona-se com o esforço teórico de construção e atualização da teoria emancipacionista, confrontando-se com as idéias pós-

modernas e multiculturalistas que anunciam o fim das classes sociais, dos povos, das nações, da política como ação coletiva e da democracia republicana, da luta por liberdade e por igualdade de direitos. A presença dessas idéias conduz, politicamente, a luta feminista ao confinamento e ao corporativismo já referidos anteriormente. A luta pela emancipação da mulher é parte da luta pela emancipação humana e não pode ser vista de forma fragmentária, separada da luta pelo socialismo.

13. O desenvolvimento das idéias emancipacionistas é um importante terreno da luta das idéias na atualidade, parte integrante do esforço por desenvolver e atualizar a teoria revolucionária, bem como as reformulações programáticas e estratégicas para responder aos problemas contemporâneos. Reafirmamos nossas convicções de que a verdadeira emancipação da mulher virá quando, na lei e na vida, os direitos sociais, políticos e econômicos forem uma realidade no seu cotidiano; quando as transformações no seio da família romperem com a divisão sexual e social do trabalho e a maternidade for entendida na sua função social e, ainda, quando mudanças ideológicas possam romper com os preconceitos arraigados, trazendo transformações comportamentais e de visão de mundo, fortalecendo a visão social da mulher cidadã, garantindo a articulação entre o espaço público e o privado, possibilitando preservar o direito de homens e mulheres usufruírem ambos os espaços, sem sacrifícios individuais. Essa luta será melhor equacionada nos marcos de uma sociedade socialista.

### **O desafio político – um projeto de atuação da corrente emancipacionista**

14. Quanto ao segundo desafio, o de dotar o movimento emancipacionista de um projeto de intervenção política, ele precisa estar situado no contexto da realidade da mulher no Brasil hoje. Sob o efeito do neoliberalismo no país, nas últimas décadas, agravou-se a situação da vida das mulheres. Foram reduzidos os equipamentos sociais e serviços públicos, gerando uma sobrecarga para a vida das mulheres, fazendo-as desdobrarem-se em múltiplas tarefas, do espaço público ao privado, muitas vezes dominadas pelo sentimento de culpa e pressionadas para sempre demonstrar a sua competência em tudo que fazem, reforçando o seu papel de cuidadora. Apesar das conquistas alcançadas, dos direitos adquiridos na lei, mas nem sempre na vida, ainda há muito a lutar pela inclusão das mulheres, em condições de igualdade, nos vários espaços da sociedade e a lutar contra a violência, a injustiça, os preconceitos.

15. As mulheres querem viver numa realidade onde seu papel social seja respeitado e valorizado, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, precisam integrar seus movimentos à grande e prolongada gesta do povo brasileiro por uma nação livre, independente e soberana, de bem estar social para todos e todas. O caminho

trilhado pelas mulheres brasileiras sempre permeou a trajetória do povo em busca de mudanças, transformações e construção de um novo Brasil. As mulheres sempre tiveram força e garra para lutarem por seus sonhos e ideais. Em todas as jornadas dessa luta pela construção nacional, forjaram heroínas como Bárbara de Alencar, Anita Garibaldi e Maria Quitéria; nas jornadas pelo direito à educação, com Nísia Floresta; na luta emancipadora, com Chiquinha Gonzaga e Pagu, rebelaram-se contra os costumes tradicionais de sua época. Berta Lutz, que liderou o movimento sufragista no Brasil, considerava a ausência de direitos para as mulheres um obstáculo para o “progresso geral”, conquistando o direito ao voto em 1932. Na luta contra a opressão, na ditadura militar e na Guerrilha do Araguaia destacaram-se figuras como Olga Benário, Elza Monerat, Helenira Resende, Maria Lúcia Petit. Na luta do Movimento Feminino pela Anistia, na Constituinte, no Movimento Contra a Carestia, no Fora Collor, no apoio às greves de trabalhadores e em tantas outras jornadas deram suas contribuições e dedicaram suas vidas à luta do povo brasileiro.

16. Uma das mais recentes conquistas desse processo foi a eleição de Lula à Presidência. Sob esse governo, possibilitou-se o exercício da democracia realizando várias conferências, inclusive a de políticas para as mulheres, como instrumento fundamental para fazer avançar as mudanças que a nação brasileira almeja. Muitas conquistas foram asseguradas, particularmente nos estratos mais pobres da população. Não se pode desconhecer o alcance de um programa como o Luz para todos, ou o Brasil Sorridente, ou principalmente o Bolsa Família, que têm impacto positivo na vida das mulheres, especialmente as de baixa renda. Recuperaram-se salários e avança-se nas condições do desenvolvimento do país. O Presidente Lula sancionou a lei Maria da Penha, aprovada no Congresso Nacional que cria mecanismos de combate à violência contra a mulher. Nesse ambiente criaram-se melhores condições para relançar o protagonismo e a intervenção política do Partido no movimento emancipacionista, atingindo as mulheres trabalhadoras e do povo. O momento exige a participação efetiva das mulheres. Elas devem integrar-se à grande jornada para dar continuidade às transformações em curso no governo Lula, combatendo as forças retrógradas e conservadoras do país. Devem aprofundar sua plataforma para o segundo governo Lula, avançando nas mudanças e nas conquistas de seus direitos.

17. A luta geral das mulheres por sua emancipação deve considerar a condição feminina e ter presente que, para alcançar um novo patamar, exige-se sua inserção no movimento progressista da sociedade brasileira. Às mulheres interessa um novo projeto de desenvolvimento, acelerado e sustentável com mais direitos sociais e distribuição de renda, aprofundando a democracia e fortalecendo a soberania nacional. Para a concretização deste objetivo é imprescindível a

atuação numa perspectiva de unir amplas forças políticas e sociais e, ao mesmo tempo, aprofundar a atuação e ligação com os movimentos sociais. 18. O PCdoB compreende que, para reforçar a incorporação das mulheres nesse projeto, faz-se necessário a defesa de uma plataforma específica que leve em conta, como questão central, a valorização do trabalho da mulher, a partir das particularidades de sua exploração e das suas condições de vida:

A – A valorização do trabalho da mulher, que compreende garantia de acesso ao trabalho em condições de igualdade de direitos, na legislação e na vida real, com registro em carteira, salário igual para trabalho igual, acesso aos mecanismos de qualificação e aos cargos de direção, direitos trabalhistas garantidos, a exemplo da licença maternidade e licença paternidade, com redução da jornada de trabalho. Deve ser assegurado o sentido social da maternidade, o combate ao racismo, discriminação étnica, racial e à livre orientação sexual, o combate explícito no interior das empresas ao assédio sexual e moral. Políticas públicas que minimizem a dupla jornada de trabalho, com a ampliação da rede de creches e implementação de outros equipamentos sociais como lavanderias e restaurantes públicos.

B - O enfrentamento da violência contra a mulher, que passa pela implementação de política que contemple a prevenção, a assistência e o combate aos vários tipos de violência que atingem às mulheres. Compreende a melhoria e ampliação dos serviços que atendem as mulheres em situação de violência como Delegacias de Defesa da Mulher, Centros de Referência, Casas Abrigo, Defensorias Públicas, Serviços de Aborto Legal e atendimento especializado nos postos de saúde. É imprescindível a criação de Redes de Atendimento às Mulheres vítimas de violência, envolvendo os vários serviços, organismos de controle social e sociedade civil. Campanhas educativas e a implantação da Notificação Compulsória são fundamentais.

C – Ampliação dos direitos humanos e de cidadania, particularmente no combate à violência, à discriminação racial, geracional e livre orientação sexual. Abordar a temática ambiental através de ações articuladas e dentro de práticas transversais, compreendendo a dimensão anti-imperialista que a luta pela defesa do planeta terra assume nos dias atuais.

D – Políticas sociais de promoção da cidadania que garantam a documentação pessoal, instrumento elementar de cidadania, alfabetização e elevação de sua formação, direito à titularidade da terra e da moradia, assistência específica às trabalhadoras do mercado informal, tanto na área da saúde como na área de educação e do cuidado com os filhos. Garantia de acesso aos serviços sem discriminação de qualquer espécie.

E - Políticas públicas de saúde em todos os níveis – município, estado e união - que se pautem pelos princípios da universalidade, integralidade e laicidade do estado, dando relevância ao estabelecido no Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Políticas que garantam os

direitos sexuais e reprodutivos, descriminalização e legalização do aborto, redução e prevenção da elevada ocorrência da morbimortalidade materna ainda existente no nosso país. Políticas para controlar e reduzir a incidência do câncer de mama e de colo uterino, as DSTs/AIDs, assim como o cuidado com a saúde da mulher negra e indígena, nas suas particularidades, com o objetivo de mudar o cenário epidemiológico.

F - Estabelecer medidas de inclusão das mulheres no espaço público, complementando as políticas de cotas com outros mecanismos que ampliem a sua presença nas esferas político-decisórias. Na reforma política, aperfeiçoar a legislação referente à participação das mulheres nos espaços de poder, especialmente os relativos à políticas de cotas vigente, prevendo sanção para os casos em que os espaços dos dois sexos não forem preenchidos plenamente. Em todas as reformas a serem realizadas no país, analisar o que interessa às mulheres. Organizar iniciativas de formação, qualificação e apoio às mulheres para exercerem funções legislativas e executivas. Estabelecer estratégias permanentes de estímulo à participação política das mulheres e criação de oportunidades para suas candidaturas. Criar equipamentos de apoio como creches nos eventos partidários para viabilizar a melhor participação das mulheres.

G – Combate à discriminação, aos preconceitos e racismo nos hábitos e costumes, realizando um forte embate em todas as dimensões da cultura, valorizando a luta pela democratização da mídia, no convívio cotidiano nas organizações sociais para desconstruir os estereótipos estabelecidos. Confrontar-se com as discriminações de gênero, raça, etnia e livre orientação sexual presentes nos livros didáticos, na linguagem preconceituosa e nas salas de aula, garantindo assim uma educação não discriminatória e diferenciada em relação ao papel social da mulher. Lutar por uma educação pública, laica e de qualidade, pela imediata implementação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica que amplia o financiamento à educação e o piso nacional salarial dos profissionais da educação.

H – Incorporar-se à luta pela diminuição da taxa de juros, da atual política econômica, que produza impactos positivos a programas sociais existentes, com destaque para os que repercutem sobre a vida das mulheres como: a) - linhas de crédito para a aquisição de bens de consumo, através de crédito consignado entre outros; crédito para as empreendedoras urbanas, incluindo aí a ampliação dos recursos para a economia solidária; b) - linhas de crédito específicas para as mulheres de baixa renda, particularmente as chefes de família, para as trabalhadoras rurais, quilombolas, pescadoras e indígenas. Lutar pela implantação e implementação do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, com foco para investimentos de cunho social como: a) universalização do saneamento básico, luz para todos, programa de habitação para a população de baixa renda, equipamentos sociais como creches, áreas de lazer,

atividades culturais etc. Incluir a demanda pela extinção do valor da assinatura fixa da linha telefônica.

19. Para potencializar a ação dos e das comunistas, com o objetivo de infundir os valores do feminismo emancipacionista no conjunto do movimento social e da luta política foi necessário a criação de instrumento de intervenção específico. A União Brasileira de Mulheres – UBM nasceu a partir de iniciativa liderada pelas comunistas respondendo à necessidade de organizar uma entidade para lutar pela garantia de direitos e emancipação das mulheres, na perspectiva de construção de uma sociedade socialista. A UBM é uma entidade feminista emancipacionista que expressa uma corrente de opinião e desenvolve ações políticas e campanhas de massa. É o núcleo irradiador da corrente no movimento político e social, devendo levar as suas idéias e propostas onde as mulheres estejam, seja no sindicato, nos bairros, junto à juventude, a partir de plataforma própria. O momento exige que se alcance uma nova fase na entidade. A UBM precisa desenvolver uma marca própria de atuação, não devendo atuar coadunada apenas com a agenda estabelecida pelo conjunto do movimento feminista, mas construindo seu veio próprio, priorizando as trabalhadoras. Precisa se transformar num polo aglutinador da luta das mulheres por sua emancipação, inserida na luta política geral do povo brasileiro.

20 - Para o PCdoB, a UBM é o instrumento central de intervenção política de massas na luta das mulheres, por isso a importância da valorização e do reconhecimento da militância das comunistas que aí atuam. É imperativo que se destaque mais mulheres, quadros e militantes comunistas para atuar na UBM como tarefa principal. Este é um movimento que tem como objetivo o fortalecimento da sua estrutura, fazendo dela uma entidade com locus de militância própria – com um protagonismo maior na luta política, transformando-a num referencial da luta das mulheres brasileiras.

21. A luta feminista emancipacionista é tarefa de todo o Partido, de mulheres e de homens, mesmo que isto não implique necessariamente estarem todos filiados à UBM ou atuando prioritariamente na entidade. Além da UBM, é preciso otimizar a atuação de todo o Partido, especialmente das comunistas, onde quer que atuem, levando as idéias emancipacionistas, seja no executivo, nos conselhos de direito da mulher, no parlamento, nos sindicatos, no movimento comunitário, no movimento estudantil e juvenil, nos demais movimentos sociais, na academia, na área artística-cultural, enfim aonde tiver uma comunista ou um comunista ali deve estar uma/um porta voz da corrente emancipacionista.

**Desafio organizativo – tornar a luta da mulher tarefa de todo o partido**

22. O terceiro desafio é sobrelevar a participação da mulher na vida partidária, conferindo ao próprio Partido a condição de pólo dinâmico e irradiador dos valores avançados do emancipacionismo. Tendo como referência o marco da reorganização do Partido, a elaboração política e teórica sobre a luta das mulheres ganhou grande impulso após o fim do regime militar, no ambiente da redemocratização do país, da conquista da anistia, da legalidade do Partido Comunista do Brasil, e da convocação da Assembléia Constituinte. Representava o reconhecimento do papel que as mulheres tiveram na resistência à ditadura, inclusive na luta armada, mas também nos movimentos sociais como a luta contra a carestia e movimentos grevistas.

23. Desde a realização do 6º Congresso (1983), o PCdoB empenhou esforços nesta questão. Neste Congresso foi apresentado um informe especial: “A luta pela emancipação da mulher” que fundamenta as bases da corrente emancipacionista e as tarefas do Partido nesta frente. Sob este impulso foi lançada a Revista Presença da Mulher (em 1986) e depois, fundada a União Brasileira de Mulheres (Agosto de 1988). No 7º Congresso (1988) quando se aprovou um novo Programa do Partido, o item 14 foi dedicado aos Direitos da Mulher. Ao se reformular o programa, em 1995, reafirmou-se que no regime político pretendido pelos comunistas “às mulheres será garantida a igualdade de gênero”. No 9º. e no 10º. Congressos os informes atualizaram a análise sobre a realidade da mulher brasileira, trataram da trajetória da UBM, da evolução do nosso trabalho nesta frente e dos limites e contradições que surgiam para o maior desenvolvimento da militância das mulheres na entidade emancipacionista e no próprio Partido. Finalmente, no 11º. Congresso (2005), o balanço das ações na frente de mulheres integra o informe sobre os Movimentos Sociais (onde se registra que atenção especial merece a retomada do trabalho dos comunistas para estruturar a corrente emancipacionista no seio do movimento de mulheres). Mas o avanço da questão feminista e a militância das mulheres, na política e nos movimentos sociais, se fazem presente no novo Estatuto do PCdoB. Pela primeira vez o conceito de gênero permeia todo o documento e sob o título “O Partido e as Mulheres” constam três artigos que afirmam que a luta contra a discriminação das mulheres tem prioridade na atuação do Partido e em sua vida interna, propõem a convocação periódica de Conferência Nacional sobre o tema e a criação de um Fórum Nacional Permanente.

24. O Partido esteve sintonizado, nos últimos 20 anos, com os avanços alcançados pelas mulheres na sociedade e seu protagonismo crescente nas lutas. Definiu uma política de atuação das comunistas no movimento feminista e colaborou para a construção e fortalecimento de uma entidade de mulheres, de caráter emancipacionista, que combinasse um programa de reivindicações próprias com a luta geral dos trabalhadores e do povo brasileiro. Entretanto, é

constatação coletiva que se vive atualmente um momento em que é necessário, por um lado, compreender mais profundamente o papel da luta da mulher no projeto político nacional e na própria luta pelo socialismo, e por outro, elevar de forma decidida e consciente o tratamento que o Partido dá à questão da mulher dentro das suas próprias fileiras.

25. É visível e muito positiva a presença da mulher em todas as atividades partidárias. Do total de filiados ao PCdoB nacionalmente, 41% são mulheres. Esta também foi a porcentagem de participação das mulheres no processo do 11o. Congresso, sendo que para a plenária final foram eleitas 25% de delegadas. Dos militantes que contribuem financeiramente com o partido, através do SINCOM, 29,7% são mulheres. Em todo o país, foram eleitas 274 mulheres para os Comitês Estaduais, o que representa 23,2% do total de membros. O Comitê Estadual do Amazonas tem a maior proporção (32,7%), seis Comitês Estaduais apresentam presença menor que 20% e os demais se situam na faixa entre 20 e 30%. Nas Comissões Políticas Estaduais a média de participação das mulheres é de 19,7% e nos Secretariados é de 18,4%. Para o Comitê Central foram eleitas dezessete mulheres, 21% do total de membros, sendo que três destas integram a Comissão Política e nenhuma o Secretariado. Atualmente as comunistas presidem quatro Comitês Estaduais e seis comitês de capital. Da bancada de parlamentares estaduais temos quatro deputadas, de um total de dezessete. Na Câmara Federal temos cinco deputadas do total de onze comunistas, sendo esta a mais elevada proporção de todos os partidos ali representados. A maior cidade administrada pelo partido, Olinda – PE, tem à frente a prefeita reeleita Luciana Santos. A coordenação nacional da Corrente Sindical Classista é composta por 27% de mulheres e na Direção Nacional da União da Juventude Socialista as jovens representam 31%. Estes dados revelam que a presença da mulher na estrutura partidária apesar dos avanços ainda é insuficiente, considerando-se que a esfera de atuação política na sociedade e os espaços de poder são ainda predominantemente ocupados por homens. Entretanto, a evolução desta participação tem sido lenta e em geral, não conseguimos ultrapassar a marca dos 30% nas instâncias de direção e de decisão do partido. Isto tem feito com que o debate da adoção de cotas para as mulheres nas instâncias dirigentes tenha comparecido de modo recorrente nos fóruns congressuais, inclusive no 11º Congresso.

26. A primeira causa que contribui para esta situação diz respeito ao foco predominante do debate interno sobre a questão da mulher, em que se destaca esta como mais uma frente de atuação política de massas, com sua estrutura organizativa (corrente, movimento, entidade), definição de bandeiras e plataformas, agenda de atividades, formas de sustentação. Desta forma, a frente é tratada com visão setorializada, cuja responsabilidade recai sobre pequeno grupo de companheiras. Pouco ou quase nada se discute internamente sobre a importância, a necessidade

e o valor em si que tem a emancipação feminina para a conquista e a construção de uma sociedade socialista. É preciso desenvolver hoje, no interior do Partido Comunista, concepção, prática e comportamento avançados de militantes homens e mulheres no que se refere às questões de gênero. É imperioso reafirmar que o Partido é a prefiguração da sociedade que almejamos, cujos valores de solidariedade, da igualdade e da não opressão entre pessoas e povos, das relações humanas elevadas e dignas predominem em contraposição ao paradigma da sociedade capitalista e burguesa, de exploração, opressão e degradação humana. Muitos pensamentos e comportamentos retrógrados, próprios da ideologia dominante, manifestam-se em relação ao papel das mulheres, sua imagem, seus direitos, suas diferenças. Se não for questionado, desvendado e enfrentado, o machismo mantém-se entranhado, mesmo que não seja formalmente admitido. É também necessário trazer ao debate e posicionamentos partidários, as novas condições de vida das mulheres sob o capitalismo atual, sua situação no Brasil, com destaque para os desafios e obstáculos enfrentados pela mulher trabalhadora. Numerosas polêmicas que envolvem a condição da mulher, referente à saúde, direitos, imagem, papel na sociedade, carecem de discussão renovada e definições ajustadas ao nosso pensamento progressista.

27. A segunda causa se liga à ausência de um programa definido, permanente e continuado de estímulo ao ingresso, desenvolvimento e crescimento da militância das mulheres no Partido. Até agora têm sido tímidos os esforços neste sentido e certamente poucas experiências concretas podem ser relatadas. Em geral não há quadros com responsabilidade partidária definida para acompanhar e estimular este processo. Por causa disso, medidas relativamente simples, mas indispensáveis para garantir a militância das mulheres que são mães de filhos pequenos, como creche durante as atividades mais gerais do Partido (encontros, conferências, congressos) são raridades entre as providências adotadas. Ao invés disso, as companheiras passam pelo constrangimento de responder se realmente não tem com quem deixar os filhos. Quantas deixam de se inscrever nos cursos por não ter condições de se ausentar da casa um ou mais dias inteiros? Como fazer com que durante a gestação e a maternidade as mulheres não passem por um período de diminuição da intensidade da militância ou mesmo de exercer funções de maior responsabilidade? Muitas são as companheiras que apontam ser a falta de acolhimento destas demandas o principal obstáculo para seu maior engajamento na militância e funções partidárias. Nas situações onde houve compreensão e apoio do coletivo, o resultado é altamente positivo.

28. No âmbito da formação também a questão de gênero é pouco tratada nos currículos gerais, na indicação de textos, e praticamente cursos sobre o tema são dirigidos somente para as

militantes que atuam na frente de mulheres. E mesmo assim, não existe um curso básico para o qual as nossas filiadas sejam chamadas. Ou seja, o entendimento das causas da opressão de gênero, suas manifestações e como se dá a luta pela emancipação não é ainda matéria clara nem mesmo para todas as comunistas. Os esforços neste sentido têm sido feitos principalmente através da UBM, em cursos e seminários, de alguns textos e artigos divulgados na imprensa partidária e da revista Presença da Mulher.

29. Vasto terreno a enfrentar também na esfera das relações internas, políticas e pessoais, que carecem de maior visibilidade, discussão e tratamento. Em diferentes níveis, às vezes as opiniões das mulheres e as tarefas que lhes são conferidas são inferiorizadas, atitudes questionadoras e críticas das militantes são vistas como uma contestação da autoridade de alguns dirigentes. Casos que envolvem situações de violência ou assédio devem sempre ser enfrentados com decisão, coragem e sensibilidade.

30. A realização da 1ª Conferência sobre A Questão da Mulher representa uma iniciativa importante e inovadora, capaz de marcar uma nova fase de avanço no tratamento da luta emancipacionista, seja no fortalecimento da intervenção das mulheres nas lutas políticas e sociais e na ampliação dos seus direitos, seja na elevação do tratamento que o PCdoB vem dedicando a esta questão. Partindo das decisões consignadas no novo Estatuto, tem-se condições de ampliar o debate para todo o coletivo, de colocar em prática novos procedimentos de direção e estímulo à militância feminina, e estabelecer processo mais permanente de elaboração política e teórica na questão de gênero. A Conferência Nacional deverá ser o espaço privilegiado para a avaliação e elaboração da nossa política para o trabalho junto às mulheres, para atualização e exame de novas contribuições teóricas, para traçar indicações que estimulem e promovam a militância das comunistas no Partido e em todas as esferas de atuação social. Sua convocação regular pode se dar entre os Congressos do Partido e seus documentos devem ser debatidos por todo o coletivo. As resoluções da Conferência devem ser encaminhadas para o Comitê Central como contribuição fundamental para a orientação partidária.

31. O Fórum Nacional Permanente para a Questão da Mulher será constituído na Conferência Nacional e terá a responsabilidade de contribuir na elaboração e na aplicação da política emancipacionista, nas diversas esferas de ação do Partido, e será coordenado pela Secretaria para a Questão da Mulher a ser constituída.

32 - A 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher indica ao Comitê Central as seguintes medidas que visam garantir a atividade partidária permanente em torno das definições da Conferência e do Fórum, estimular e dirigir a intervenção das comunistas, na

questão de gênero junto a todos os movimentos que participam e valorizar a militância na entidade emancipacionista:

1-Ao nível do Comitê Central, dos comitês estaduais, distrital e comitês municipais das capitais deve-se promover a eleição de no mínimo 30% de mulheres nas próximas conferências e no Congresso do Partido, sendo vinculado o número de integrantes desses comitês ao cumprimento desse preceito nos marcos dos limites estatutários, realizando-se esforço dirigido para superar esse piso, ao menos nos maiores comitês partidários.

2 - Os Comitês Municipais e comitês intermediários devem criar condições progressivas no mesmo sentido, aplicando no mínimo o preceito de sempre uma a mais, nunca uma a menos, tendo como meta os 30% de mulheres.

3- Implantação gradativa de eleição obrigatória de mulheres como integrantes de comissões políticas e secretariados buscando garantir no mínimo 30%.

4-Criação de uma Secretaria para a Questão da Mulher em nível do Comitê Central e Comitês Estaduais, e estimular a constituição de secretarias específicas em nível dos municípios.

5-A meta de no mínimo 30% de mulheres deve ser considerada na indicação de nomes para integrar representação partidária, cursos, comissões auxiliares e direções de organismos intermediários e de base.

33 - Para as eleições municipais de 2008 o Comitê Central deve adotar os critérios abaixo sobre participação de mulheres nas chapas proporcionais: a) as chapas próprias não coligadas, apresentadas pelo Partido às eleições municipais de 2008 terão, no mínimo, um terço de candidatas; b) a mesma regra deve ser adotada nas chapas coligadas em que o Partido participe com mais de um candidato.

34. Além destas medidas estruturantes de caráter político e organizativo, deve-se estabelecer um planejamento de atuação que vá progressivamente avançando em outras proposições importantes, como:

A - Adoção de medidas de apoio à militância das mulheres no Partido, sua formação política e teórica, a promoção de quadros e lideranças para as diversas áreas de atuação; Visar com prioridade a construção no proletariado feminino.

B - Estabelecer junto à Secretaria de Formação um programa de cursos de diversos níveis sobre a concepção marxista da opressão da mulher, bem como aprimorar o tratamento da questão de gênero nos currículos gerais;

C - Promoção de estudos e debates, organizando junto ao IMG grupos de estudos sobre as temáticas relativas à questão da mulher – com destaque para o debate sobre Mulher e

Socialismo -, tendo em conta a experiência inicial do campo socialista do século passado, mas principalmente a condição atual da luta das mulheres nos países socialistas.

D - Fortalecer a Revista Presença da Mulher.

E - Pautar nas Comissões de Formação e Comunicação a Questão da Mulher, promovendo elaboração e difusão através do jornal A Classe Operária, a revista Princípios, a página do Partido na Internet e o portal Vermelho, bem como da linha de publicações na Editora Anita.

Luziânia-GO, 31 de março de 2007.

Documento aprovado durante a 1ª Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher do PCdoB e ratificado pelo Comitê Central em sua 7ª reunião em 8 de julho de 2007.

## Anexo C - Evolução da presença de mulheres nas direções do PCB / PCdoB

### Comissão Central Executiva (1922)

#### *Titulares*

Abílio de Nequete  
Astrojildo Pereira  
Antonio Bernardo Canellas

#### *Suplentes*

Gomes Cruz Júnior  
Antonio de Carvalho  
Joaquim Barbosa  
Manuel Cendon  
Luis Peres

Presença de mulheres no comitê central do partido comunista <sup>352</sup>		
	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	08	100%
Homens	08	100%
Mulheres	0	0%

Obs: Leôncio Basbaum reporta que, durante certo período, compreendido entre 1928 e 1930, a paraense **Erecina Borges de Lacerda** participou das reuniões do Comitê Central com direito a voz e voto.

### Comissão Central Executiva eleita na 1ª Conferência do PC do Brasil (1934)

Antonio Maciel Bonfim (Miranda)

### Comitê Central eleito na 2ª Conferência (Conferência da Mantiqueira, 1943)

#### *Efetivos:*

Luiz Carlos Prestes	José Medina Filho	Francisco Gomes
Diógenes Arruda Câmara	Jorge Herlein	Leivas Otero
Pedro Pomar	Maurício Grabois	Julio Cesar
	Amarílio Vasconcelos	Sergio Holmos

<sup>352</sup> Para tornar mais fácil a comparação, nas tabelas, adotar-se-á a mesma nomenclatura para a mais alta instância dirigente dos comunistas, Comitê Central, ainda que, ao longo da história, outros nomes tenham sido adotados, tais como “comissão central executiva” e “diretório nacional”. Também não se fará distinção entre titulares e suplentes, quando houver.

Lindolfo Hill	João Amazonas	Luiz Carlos Prestes
Dinardo Reis	Álvaro Ventura	José Medina Azevedo
José Militão Soares	Carlos Marighella	Diógenes de Arruda
Arnênio Guedes	Claudino José da Silva	Câmara
José Medina Azevedo	Abílio Fernandes	Maurício Grabois
Milton Cayres Brito	Agostinho Dias de	Pedro Pomar
Ivan Ramos Ribeiro	Oliveira	Álvaro Ventura
Mário Alves		João Amazonas
Celso Cabral	<i>Secretariado:</i>	Lindolfo Hill

Presença de mulheres no comitê central do partido comunista		
	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	26	100%
Homens	26	100%
Mulheres	0	0%

### Comitê Central eleito na 3ª Conferência (1946)

<i>Efetivos:</i>	Mautilio Muraro	Álvaro Ventura
Luiz Carlos Prestes	Pedro Pomar	Hermes de Cayres
Diógenes Arruda Câmara	João Sanches Segura	Fernando Santana
João Amazonas	Amarílio Vasconcelos	Claudino José da Silva
Pedro Carvalho Braga	Agliberto de Azevedo	José Carlos Cavacanti
Celso Cabral	Abílio Fernandes	Clóvis de Oliveira
Milton Cayres Brito	Lourival Vilar Costa	Valquírio de Freitas
Moises Vinas	Domingos Marques	José Marinho
David Capistrano	Jorge Herlein	Vasconcelos
José Maria Crispim	Ivan Ramos Ribeiro	Simão Alves
Giocondo Dias	Antonio Soares de	Vitorino Antunes
Agostinho Dias de	Oliveira	Francisco Chaves
Oliveira	Mário Scott	Valdir Duarte
José Francisco de Oliveira		Iguatemi Ramos
Francisco Gomes	<i>Suplentes:</i>	
Maurício Grabois	Arnênio Guedes	<i>Comissão Executiva:</i>
Lindolfo Hill	Osvaldo Pacheco	Luiz Carlos Prestes
Sérgio Holmos	Astrojildo Pereira	Diógenes Arruda
Carlos Marighella	Orestes Timbaúva	Agostinha Dias de
José Martins	Manoel Jover Teles	Oliveira
João Macena	Fernando Laceda	Pedro Pomar
Estocel de Moraes	Octávio Brandão	Francisco Gomes

João Amazonas  
Maurício Grabois  
Milton Cayres de Brito  
Sérgio Holmos

Jorge Herlein  
Lindolfo Hill  
Álvaro Ventura

*Suplentes da Executiva:*  
Carlos Marighella  
David Capistrano  
Martilio Muraro

Presença de mulheres no comitê central do partido comunista

	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	52	100%
Homens	52	100%
Mulheres	0	0%

**Comitê Central eleito no 4º Congresso (1954)**

Luiz Carlos Prestes  
Diógenes de Arruda  
Câmara  
João Amazonas  
Maurício Grabois  
Agildo Barata  
Sérgio Holmos  
Orlando Piotto

**Lourdes Benaim**

David Capistrano da  
Costa  
Apolônio de Carvalho  
Benedito de Carvalho  
Armando Mazzo  
Francisco Gomes  
José Francisco  
Ramiro Luchesi  
João Sanches Segura

Giocondo Dias  
Ivã Ribeiro  
Carlos Marighella  
João Massena de Melo  
Jover Telles  
Geraldo Rodrigues dos  
Santos  
Amarílio Vasconcelos  
Agliberto de Azevedo  
**Arcelina Mochel**  
Carlos Danielli  
Abílio Fernandes  
Eloy Martins  
Jacob Gorender  
**Zuleika Alambert**  
Hércules Correia

*Suplentes*

Moisés Vinhas  
**Orondina Silva**  
Orestes Timbaúva  
Luiz Tenório de Lima  
**Olga Maranhão**  
Miguel Batista  
Octávio Brandão  
Oto Alcides Ohweileer  
Carlos Lima Avelino  
Amaro Valentim do  
Nascimento  
Lincoln Cordeiro Oest  
Rafael Martinelli  
Aníbal Bonavides  
**Maria Sallas**  
**Iracema Ribeiro**

Presença de mulheres no comitê central do partido comunista

	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	46	100%
Homens	39	85%
Mulheres	07	15%

### Comitê Central eleito no 5º Congresso (1960)

Luiz Carlos Prestes	Élson Costa	Henrique Oest
Giocondo Dias	Orestes Timbaúva	José Maria Cavalcanti
Orlando Bonfim	Jover Telles	Rafael Martinelli
Mário Alves	Luiz Tenório Lima	Aníbal Bonavides
Ramiro Luchesi	Agliberto Azevedo	Roberto Morena
Geraldo Rodrigues dos Santos	Armando Ziller	Isaac Scheiwart
<b>Zuleika Alambert</b>	Apolônio de Carvalho	Lourival Vilar da Costa
Neri Reis Almeida	Benedito de Carvalho	Armênio Guedes
Moisés Vinhas	Antonio Chamorro	Renato Mota
Carlos Marighella	Marco Antonio Tavares	Teodoro Melo
Francisco	Coelho	Amarílio Vasconcelos
Sérgio Holmos	Francisco Gomes	Mário Schemberg
Leivas Otero	Jacob Gorender	Pedro Pomar
Ivã Ribeiro	Antonio Ribeiro Granja	Ângelo Arroyo
Oswaldo Pacheco	<i>Suplentes</i>	Carlos Danielli
Dinarco Reis		Astrojildo Pereira
		Miguel Batista

---

#### Presença de mulheres no comitê central do partido comunista

	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	46	100%
Homens	45	98%
Mulheres	01	2%

### Comitê Central eleito na Conferência Extraordinária, 1962

João Amazonas	<b>Elza Monnerat</b>	José Duarte
Maurício Grabois	Luis Vergatti	Bonilha
Pedro Pomar	Manoel Ferreira	Calil Chade
Ângelo Arroyo	Dynéas Aguiar	Otto Alcides
Carlos Danielli	Consueto Callado	
Lincoln Oest	Walter Martins (Pepe)	

---

#### Presença de mulheres no comitê central do partido comunista

	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	16	100%
Homens	15	94%
Mulheres	01	6%

**A partir da 6ª Conferência (1966) o Comitê Central, que fora ampliado, ficou com a seguinte composição**

João Amazonas	Luis Vergatti	Otto Alcides
Maurício Grabois	Manoel Ferreira	Jover Telles
Pedro Pomar	Dynéas Aguiar	José Maria Cavalcanti
Ângelo Arroyo	Consueto Callado	Armando Frutuoso
Carlos Danielli	Walter Martins (Pepe)	Luis Guilhardini
Lincoln Oest	José Duarte	Diógenes Arruda Câmara
<b>Elza Monnerat</b>	Kalil Chade	Wladimir Pomar

Presença de mulheres no comitê central do partido comunista		
	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	21	100%
Homens	20	95%
Mulheres	01	5%

**Comitê Central eleito no 6º Congresso (1983)**

João Amazonas	Haroldo Lima	Aldo Arantes
<b>Elza Monnerat</b>	Luciano Siqueira	Rogério Lustosa
Dynéas Aguiar	<b>Jô Moraes</b>	Sérgio Miranda
José Novaes	João Batista Lemos	Eduardo Bonfim
Péricles de Souza	Renato Rabelo	Alanir Cardoso
José Duarte	Ronald Freitas	

Presença de mulheres no comitê central do partido comunista		
	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	17	100%
Homens	15	89%

Mulheres	02	11%
----------	----	-----

### Comissão Provisória de “reorganização” de 1985

João Amazonas  
 Dynéas Aguiar  
 Rogério Lustosa  
 Renato Rabelo  
 Ronald Freitas  
 José Duarte  
**Elza Monnerat**  
 Péricles Souza  
**Jô Moraes**  
 João Batista  
 Alanir Cardoso

Presença de mulheres no comitê central do partido comunista		
	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	11	100%
Homens	09	82%
Mulheres	02	18%

### Comitê Central eleito no 7º Congresso (1988)

João Amazonas	João Batista	José Reinaldo
<b>Jandira Feghali</b>	Edson Silva	Haroldo Lima
Luis Nova	<b>Jô Moraes</b>	<b>Gilse Cosenza</b>
Olival Freire	Ronald Freitas	Renato Rabelo
Luis Fernandes	Walter Sorrentino	<b>Maria Dolores</b>
Sérgio Miranda	Rogério Lustosa	<b>Ana Maria Rocha</b>
Dilermando Toni	Sérgio Barroso	Dynéas Aguiar
Aldo Rebelo	Edmilson Valentim	Jairo José Júnior

Presença de mulheres no comitê central do partido comunista		
	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	24	100%
Homens	19	80%
Mulheres	05	20%

### Comitê Central eleito no 8º Congresso (1992)

Alanir Cardoso	Joel Batista	
Aldo Arantes	José Freitas	<i>Suplentes</i>
Aldo Rebelo	José Raimundo Mendonça	<b>01ª Madalena Guasco</b>
<b>Ana Maria Rocha</b>	José Reinaldo	02º Neuton Miranda
Daniel Almeida	Luciano Siqueira	03º Péricles de Souza
Dynéias Aguiar	Luis Nova	04º Arnaldo Alves
Edmilson Valentim	Luis Fernandes	05º Arthur de Paula
Edson Silva	Nivaldo Santana	06º Agnelo Queiróz
Eduardo Bonfim	Olival Freire Júnior	07º Inácio Arruda
<b>Elza Monnerat</b>	Renato Rabelo	08º Messias de Souza
Eronildo Bezerra	Renildo de Souza	<b>09º Socorro Gomes</b>
<b>Gilse Cosenza</b>	Rogério Lustosa	<b>10º Jussara Cony</b>
Haroldo Lima	Ronald Freitas	<b>11º Nádia Campeão</b>
Jairo José da Silva Jr.	Sérgio Barroso	12º Jamil Murad
<b>Jandira Feghali</b>	Sérgio Miranda	13º Carlos Diógenes
<b>Jô Moraes</b>	Simão Almeida	14º Pedro Pozenato
João Amazonas	Vital Nolasco	15º Roberto Neto
João Batista Lemos	Walter Sorrentino	

#### Presença de mulheres no comitê central do partido comunista

	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	51	100%
Homens	42	83%
Mulheres	09	17%

### Comitê Central Eleito no 9º Congresso (1997)

Adalberto Monteiro	Eduardo Bonfim	<b>Jandira Feghali</b>
Alanir Cardoso	<b>Elza Monnerat</b>	João Amazonas
Aldo Arantes	Eronildo Bezerra	João Batista Lemos
<b>Ana Maria Rocha</b>	Eustáquio Vital Nolasco	José Aldo Rebelo
Antonio Renildo Souza	Francisco Javier Alfaya	José Carlos Ruy
Carlos Augusto Diógenes	Haroldo Lima	José Ouriques Freitas
Daniel Almeida	Inácio Arruda	José Reinaldo Carvalho
Edmilson Valentim	Jairo José	José Renato Rabelo
Edson Santos	Jamil Murad	<b>Jussara Cony</b>

<b>Liège Rocha</b>	Wagner Gomes	Altamiro Borges
<b>Maria Socorro Gomes</b>	Walter Sorrentino	Divino Goulart
<b>Nádia Campeão</b>		José Messias de Souza
Nivaldo Santana	<i>Suplentes</i>	Edvaldo Nogueira
Olival Freire		Orlando Silva Júnior
Pedro Oliveira	Ronald Freitas	<b>Lia Klein</b>
Péricles de Souza	Neuton Miranda	Joel Batista
Ricardo Abreu (Alemão)	Agnelo Queiróz	Sérgio Barroso
Sérgio Miranda	Dilermando Toni	
<b>Vanessa Grazziotin</b>	<b>Madalena Guasco</b>	

Presença de mulheres no comitê central do partido comunista

	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	52	100%
Homens	42	81%
Mulheres	10	19%

**Comitê Central Eleito no 10º Congresso (2001)**

Adalberto Monteiro	Javier Alfaya	<b>Vanessa Grazziotin</b>
Adalberto Frasson	<b>Jô Moraes</b>	Vital Nolasco
Agnelo Queiroz	João Amazonas	Wagner Gomes
Alanir Cardoso	João Batista Lemos	Walter Sorrentino
Aldo Rebelo	José Carlos Ruy	<i>Suplentes</i>
Aldo Arantes	José Reinaldo Carvalho	
Altamiro Borges	<b>Jussara Cony</b>	1º Neuton Miranda
<b>Ana Maria Rocha</b>	<b>Liège Rocha</b>	<b>2º Maria Olívia Santana</b>
Antonio Renildo de Souza	<b>Luciana Santos</b>	3º Sérgio Barroso
Carlos Augusto Diógenes	Luciano Siqueira	4º Orlando Silva Júnior
Daniel Almeida	Luis Fernandes	5º Augusto Buonicore
Dilermando Toni	Marcelo Toledo	<b>6º Madalena Guasco</b>
Edmilson Valentim	Maurício Ramos	<b>Peixoto</b>
Edson Silva	<b>Nádia Campeão</b>	7º Eduardo Bonfim
Edvaldo Nogueira	Nivaldo Santana	8º Divino Goulart
<b>Elza Monnerat</b>	Osmar Ribeiro Júnior	9º Edvaldo Magalhães
Eronildo Bezerra	Pedro Oliveira	10º Pascoal Carneiro
Everaldo Augusto da Silva	Péricles de Souza	11º João Batista Cassiano
Haroldo lima	Renato Rabelo	12º Joel Batista
Inácio Arruda	Renildo Calheiros	13º Milton Alves
Jairo José da Silva Júnior	Ricardo Abreu (Alemão)	14º Etelvino Oliveira
Jamil Murad	Ronald Freitas	<b>15º Gilda Almeida</b>
<b>Jandira Feghali</b>	Sérgio Miranda	16º Wadson Ribeiro
	<b>Socorro Gomes</b>	

Presença de mulheres no comitê central do partido comunista		
	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	67	100%
Homens	54	81%
Mulheres	13	19%

### Comitê Central Eleito no 11º Congresso (2005)

Adalberto Monteiro  
 Adalberto Frasson  
 Agnelo Queiroz  
 Alanir Cardoso  
 Aldo Rebelo  
 Aldo Arantes  
 Altamiro Borges  
**Ana Rocha**  
 André Bezerra  
**Andréia Diniz**  
 Assis Melo  
 Augusto Buonicore  
 Aurino Nascimento  
 Bernardo Joffily  
 Caetano, Ademir de  
 Carvalho  
 Daniel Almeida  
 Dilermando Toni  
 Divanilton Pereira  
 Edilon Melo de Queiróz  
 Edmilson Valentim  
 Edson Pimenta  
 Edvaldo Magalhães  
 Edvaldo Nogueira  
 Eronildo Bezerra  
 Everaldo Augusto da  
 Silva  
 Felipe Maia

Gustavo Petta  
 Haroldo lima  
 Inácio Arruda  
 Jamil Murad  
**Jandira Feghali**  
 Javier Alfaya  
**Jô Moraes**  
 João Batista Cassiano  
 João Batista Lemos  
 Jorge Barreto  
 José Carlos Ruy  
 José Reinaldo Carvalho  
 José Vieira Filho, Zito  
**Julia Roland**  
 Julio Vellozo  
**Jussara Cony**  
**Leila Márcia**  
**Liège Rocha**  
**Luciana Santos**  
 Luciano Siqueira  
 Luis Carlos Orro  
 Luis Fernandes  
**Madalena Guasco**  
 Manoel Rangel  
**Manuela D'Ávila**  
 Marcelino Granja  
 Marcelo Brito  
 Marcelo Toledo

Maurício Ramos  
 Milton Alves  
 Moacir Paulino Silveira  
**Nádia Campeão**  
**Nereide Saviani**  
 Nivaldo Santana  
**Olívia Santana**  
 Orlando Silva Júnior  
 Osmar Ribeiro Júnior  
 Pascoal Carneiro  
 Patinhas, Carlos Augusto  
 Diógenes  
 Pedro Oliveira  
 Pérciles de Souza  
**Perpétua Almeida**  
 Renato Rabelo  
 Renildo Calheiros  
 Renildo de Souza  
 Ricardo Abreu (Alemão)  
 Ronald Freitas  
 Sérgio Barroso  
**Socorro Gomes**  
**Vanessa Grazziotin**  
 Vital Nolasco  
 Wadson Ribeiro  
 Wagner Gomes  
 Walter Sorrentino  
 Wander Geraldo

	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	81	100%
Homens	64	79%
Mulheres	17	21%

### Comitê Central eleito no 12º Congresso (2009)

Renato Rabelo: Presidente

**Luciana Santos: vice-presidente**

Adalberto Frasson

Adalberto Monteiro

Alanir Cardoso

Aldemir Caetano de Carvalho

Aldo Arantes: Secretário de Meio Ambiente

Aldo Rebelo

**Alice Mazzuco Portugal**

Altamiro Borges

**Ana Maria Prestes**

**Ana Maria Rocha**

Andre P. Reinert Tokarski

André Bezerra

**Andréia Diniz**

**Angela Albino**

Antenor Roberto de

Medeiros

Assis Melo

Augusto Buonicore

Augusto Canizela Chagas

Augusto Madeira

Aurino Nascimento

**Bartíria Perpétua Lima da Costa**

Bernardo Joffily

Carlos Augusto Diógenes (Patinhas)

Chico Lopes

Cláudio Bastos

Daniel Almeida

**Daniele Costa Silva**

Davi Wylkerson

Davidson de Magalhães

Santos

**Dilce Abgail Rodrigues Pereira (Biga)**

Dilermando Toni

Divanilton Pereira

Edilon Melo de Queirós

Edmilson Valentim

Edson Luis de França

Eduardo Bonfim Gomes

Ribeiro

Edvaldo Magalhães

Edvaldo Nogueira

Eron Bezerra

Evandro Costa Milhomem

**Fabiana de Souza Costa**

Flávio Dino de Castro e Costa

Gerson Pinheiro de Souza

Gustavo Petta

Haroldo Lima

Inácio Arruda

Jamil Murad

**Jandira Feghali**

Javier Alfaya

João Batista Lemos

José Reinaldo Carvalho

**Jô Moraes**

**Julia Roland**

**Julieta Palmeira**

Julio Vellozo

**Leila Márcia**

**Liége Rocha**

Luciano Siqueira

Luis Carlos Orro

Luís Fernandes

**Lúcia Kluck Stumpf**

**Madalena Guasco**

Manoel Carlos Neri da Silva

Manoel Rangel

**Manuela D'Ávila**

Marcelino Granja

Marcelo Brito (Gavião)

Marcelo Cláudio César Cardia

Marcelo Toledo

**Mª de Lourdes Rufino**

**Marta Brandão da Silva**

Maurício Ramos

Milton Alves

**Nádia Campeão**

**Nereide Saviani**

Nivaldo Santana

Olival Freire Jr

**Olívia Santana**

Orlando Silva Júnior

Osmar Júnior

**Perpétua Almeida**

Péricles de Souza

**Raimunda Leone de Jesus**

**Renata Lemos Petta**

Renildo Calheiros

Renildo de Souza

Ricardo Abreu (Alemão)

Romário Galvão Maia

Ronald Freitas

Sérgio Barroso

**Socorro Gomes**

**Tânia Soares de Souza**

Thiago de Andrade Pinto

**Valéria Conceição da**

**Silva**

**Vanessa Grazziotin**

**Vanja Andrea Reis dos Santos**  
Vital Nolasco

Wadson Ribeiro  
Wagner Gomes  
Walter Sorrentino

Wander Geraldo  
Zito Vieira

Presença de mulheres no comitê central do partido comunista

	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	104	100%
Homens	72	69%
Mulheres	32	31%

**Eleitos no 13º Congresso (2013)**

**Abgail Pereira**

Adalberto Frasson  
Adalberto Monteiro  
Adilson Araújo  
Alanir Cardoso  
Alcides Amazonas  
Aldemir Caetano  
Aldo Rebelo  
Aldo Silva Arantes

**Alice Mazzuco Portugal**

Altamiro Borges

**Ana Maria Prestes**

**Ana Maria Rocha**

André Bezerra  
André Tokarski

**Angela Albino**

**Angela Guimarães**

Antenor Medeiros

**Antonieta Trindade**

Antonio Levino

Assis Mello

Augusto Buonicore

Augusto César Madeira

Augusto Vasconcelos

Aurino Pedreira do N

Filho

**Bartiriada Costa**

Bernardo Joffily

**Carina Vitral**

Carlin Moura

Carlos Augusto (Patinhas)

Cláudia Petuba

Cláudio Bastos

**Dalva Stella**

Daniel Almeida

Daniel Iliescu

**Daniele Costa Silva**

Davi Gonçalves Ramos

Davidson de Magalhães

Dilermando Toni

Divanilton P. da Silva

Edilon Melo de Queirós

Edmilson Valentim

Edson Luiz de França

Edvaldo Magalhães

Edvaldo Nogueira

Elias Jabbour

**Elisangela Lizardo**

**Elza Campos**

**Emília Fernandes**

Eronildo Braga Bezerra

Evandro Milhomem

Fábio Tokarski

Fabrizio Falcão

Fernando Nieldsberg

**Flávia Calé**

Flávio Dino

Francisco Lopes

Gilvan Paiva

Gustavo Lemos Petta

Haroldo Lima

Inácio Arruda

**Isaura Lemos**

Jamil Murad

**Jandira Feghali**

Javier U. Alfaya

Rodriguez

**Jô Moraes**

João Batista Lemos

João Quartim de Moraes

Jonas Marins

Jorge Panzera

José Carlos Ruy

Jose Reinaldo Carvalho

**Julia Roland**

**Julieta Palmeira**

Julio Vellozo

**Liège Rocha**

**Lourdes Carvalho**

**Rufino**

**Luciana Santos**

Luciano Siqueira

Luiz Carlos Paes de Castro

Luiz Fernandes

**Madalena Guasco**

Manoel Rangel Neto

**Manuela D'Avila**

Marcelino Granja

Marcelino Rocha

Marcelo Cardia

Marcelo Ferraz Toledo

Márcio Jerry

**Maria Olívia Santana**  
**Marlene Alves**  
**Nádia Campeão**  
**Nágyla Drummond**  
**Neide Freitas**  
**Nereide Saviani**  
 Nivaldo Santana Silva  
**Olgamir Amância**  
 Olival Freire  
 Orlando Silva  
 Osmar Júnior  
 Pedro Bigardi  
 Péricles Sousa

**Perpétua Almeida**  
**Raimunda Gomes**  
**(Doquinha)**  
**Raimunda Leone**  
 Renan Thiago A Moreira  
**Renata Mielli**  
 Renato Rabelo  
 Renildo Calheiros  
 Renildo Souza  
 Ricardo Abreu  
 Ricardo Gomyde  
 Ronald Freitas  
 Ronaldo Carmona

Ronaldo Leite  
 Sérgio Barroso  
**Socorro Gomes**  
**Vanessa Grazziotin**  
**Virgínia Barros**  
 Vital Nolasco  
 Wadson Ribeiro  
 Wagner Gomes  
 Waldemar de Souza  
 Walter Sorrentino  
 Wander Geraldo da Silva

---

Presença de mulheres no comitê central do partido comunista

	Número absoluto	Proporcionalmente
Total	125	100%
Homens	85	68%
Mulheres	40	32%

Fonte: CDM/FMG

## **Anexo D - Lista de entrevistados pela autora com qualificações**

**Ana Maria Santos Rocha** (1950-) – Nascida em Picos (PI), integrante do PCdoB desde 1975. Psicóloga e jornalista, foi a primeira diretora da Revista *Presença da Mulher* e primeira mulher a editar o jornal *A Classe Operária* (órgão oficial do Partido Comunista do Brasil). Foi presidente do Comitê Estadual do PCdoB do Rio de Janeiro. Integra o Fórum Nacional Permanente do PCdoB Sobre a Emancipação da Mulher desde sua criação, em 2007.

**Lúcia Helena Rincón Afonso** (1953-) – Professora, nascida em Anápolis (GO), ingressou no PCdoB em 1977. Cumpriu diversas tarefas no comitê estadual de Goiás e comitê municipal de Goiânia. Foi diretora de gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e da Associação de Professores da PUC-GO. Fundou o Centro Popular da Mulher de Goiás e foi diretora-fundadora da UBM, entidade que presidiu na gestão 2014-2017 e representou no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Integra o Fórum Nacional Permanente do PCdoB Sobre a Emancipação da Mulher desde sua criação, em 2007.

**Maria do Socorro Jô Moraes** (1946-) – Servidora pública, nascida em Cabedelo (PB), iniciou a militância na Ação Popular, no movimento estudantil na década de 1960. Ingressa no PCdoB com a incorporação daquela organização ao partido, em 1972. Foi responsável pelo trabalho de mulheres no âmbito do Comitê Central desde 1978/79, tendo sido a primeira presidente da UBM, eleita no congresso de fundação, em 1988. Eleita deputada estadual e federal, foi coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados.

**Maria Liège Santos Rocha** (1944-) – Bibliotecária aposentada, nascida em Picos (PI), ingressou no PCdoB egressa da Ação Popular, em 1972. Participou da resistência clandestina à ditadura militar. Foi do Comitê Feminino Pela Anistia em Salvador (BA) e fundadora da União de Mulheres de Salvador (BA). Foi diretora-fundadora da UBM, presidente da entidade e responsável pela questão da mulher no âmbito do Comitê Central do PCdoB. Integrou os quadros da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres do Governo Federal (governo Lula) e eleita a primeira Secretária Nacional da Mulher do PCdoB, cargo que ocupou de 2007 a 2018. Na qualidade de secretária, coordenava o Fórum Nacional Permanente do PCdoB Sobre a Emancipação da Mulher no período.

**Ricardo Alemão Abreu** (1968-) – Economista, nascido em São Paulo (SP), iniciou a militância na juventude do PCdoB em 1983. Foi da Diretoria da UNE e coordenador nacional da UJS na

década de 1990. Foi Secretário Nacional de Movimentos Sociais, Juventude e Relações Internacionais. Por ser responsável por movimentos sociais, era o responsável pelo acompanhamento da frente de mulheres antes da criação da Secretaria Nacional da Mulher.

**Walter Sorrentino** (1954-) – Médico, nascido em São Paulo (SP), iniciou a militância no PCdoB em 1973. Ocupou diversos cargos na direção estadual de São Paulo, incluindo a presidência estadual, e no Comitê Central. Foi Secretário Nacional de Formação e Secretário Nacional de Organização, cargo que ocupava à época da conferência. Integrou o Fórum Nacional Permanente do PCdoB Sobre a Questão/Emancipação da Mulher, de 2007 a 2012.